Terra Livre

n. 65 v. 2, 2025

CENTENÁRIO MILTON SANTOS

1926 - 2026





ISSN 2674-8355

Associação dos Geógrafos Brasileiros

desde 1934

Terra Livre

n. 65 v. 2, 2025

Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Coletivo Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2024-2026

Diretoria Executiva Nacional

Presidente
Prof. Dr. Charlles da França Antunes
Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).
Seção Local Niterói-RJ

Vice-presidente
Prof. Dr. Rildo Borges Duarte
Professor Adjunto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSul de Minas – Campus Alfenas
Seção Local Alfenas-MG

1ª Secretária
Carla Hirt
Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – Campus Pinheiral
AGB- Rio de Janeiro - RJ

2º Secretário
Leandro Evangelista Martins
Professor da Educação Básica na cidade de São Paulo
AGB- São Paulo - SP

1ª Tesoureira
Profa. Dra. Lorena Izá Pereira
Pesquisadora no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP)
Seção Local Presidente Prudente - SP

2º Tesoureiro
João Pedro Pereira Caetano de Lima
Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Campus Presidente Prudente
AGB- Presidente Prudente - SP

Coordenadora de Publicações
Carolina Russo Simon
Pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho- Campus Presidente Prudente
AGB- Presidente Prudente - SP

Suplente da Coordenação de Publicações
André dos Santos Baldraia Souza
Professor de Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte da UFRGS-Campus Tramandaí
AGB- Porto Alegre - RS

Coletivo de Publicações
Prof. Dr. Eduardo Karol
Professor Associado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Seção Local Niterói-RJ

Coletivo de Comunicação
Prof. Me. Igor Carlos Feitosa Alencar
Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).
Seção Local São Paulo - SP

Thiago da Nóbrega Prata
Graduando em Geografia na Universidade de São Paulo
AGB- São Paulo - SP

Comissão de Secretária
Noeli Pertile
Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia AGB-Santa Inês - BA

Prof. Dr. Marcos Antônio Campos Couto
Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).
Seção Local Niterói - RJ

Secretário Administrativo

Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

ISSN 2674-8355

TERRA LIVRE

Publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 40 – VOL. 2
NÚMERO 65

TERRA LIVRE
Conselho Científico

Anderson Gabrelon – ABC/SP
André Buonani Pasti – Campinas/SP
Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE
Bibiana C. Rezende– Presidente Prudente/SP
Bruno Zucherato – João Pessoa/PB
Caio Zarino Jorge Alves – São Paulo/SP
Camila Zucon R. de Siqueira – Belo Horizonte/MG
Cristiane Ferreira de Souza França – Fortaleza/CE
Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP Diógenes Rabello – Presidente Prudente/SP
Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG
Éverton Vinícius Valezio – Campinas/SP
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Felipe Garcia Passos – Fortaleza/CE
Felipe Rodrigues Leitão – Fortaleza/CE
Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP
Flamarion Dutra Alves – Alfenas/MG
Gabriel Pedro Alves Lopes – Vitória/ES
Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS
Guilherme dos S. Claudino – Presidente Prudente/SP
Gustavo Teramatsu – Campinas/SP
Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ
Isabel C. M. Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP
Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG
Jander Barbosa Monteiro – Fortaleza/CE
João Alves de Sousa Neto – São Paulo/SP
João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE
Jodenir Calixto Teixeira– Três Lagoas/MS
Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ
Karinne Wendy S. de Menezes – Fortaleza/CE
Larissa A. C. de Paula – Presidente Prudente/SP
Luciano Pereira Duarte Silva – Campinas/SP
Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG
Marcos Antônio Campos Couto -Niterói/RJ
Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB
Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG
Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP
Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB
Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS
Mateus Fachin Pedroso–Presidente Prudente/SP
Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS
Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG
Otávio Augusto de O. Lima Barra – Fortaleza/CE
Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS
Paulo R. Raposo Alentejano – Rio de Janeiro/RJ
Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP
Pedro H. de M. Resende – Belo Horizonte/MG
Rachel Facundo V. Oliveira – Fortaleza/CE
Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN
Renato Emerson N. dos Santos – Rio de Janeiro/RJ
Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
Rodrigo Tsuyoshi Takata – Alfenas/MG
Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos - Fortaleza/CE
Theo Soares de Lima – Porto Alegre/RS
Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS
Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP
Vitor Mendes Monteiro – ABC/SP
Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG
Wagner Wendt Nabarro-- Campinas/SP

Pareceristas *Ad Hoc* Terra Livre n. 65:

Adir Fellipe Silva Santos, Aline Lima, André Pasti, André Tinoco, Ângela Massumi Katuta, Bruno Barcella, Bruno Rezende Spadotto, Carla Meinerz, Cirlene Jeane Santos e Santos, Cláudia Pires, Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro, Daniele Vieira, Dirce Maria Antunes Suertegaray, Eliseu Savério Spósito, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Everaldo Melazzo, Fábio Teixeira Pitta, Fabricio Gallo, Fernanda Laize Silva de Lima, Flavio Augusto Santos, Francilene Sales da Conceição Salles, Glauco Roberto Gonçalves, Guilherme Garcia de Oliveira, Igor Dalla Vecchia, João Pedro Pereira Caetano de Lima, Júlia Zapata, Licio Caetano do Rego Monteiro, Lorena Izá Pereira, Lucimar da Fátima dos Santos Vieira, Luis Henrique Leandro Ribeiro, Luiz Jardim Wanderley, Márcio Cataia, Maria Clara Salim Cerqueira, Marlon Altavini de Abreu, Orlando Ednei Ferreti, Paulo Roberto Soares, Rafael Oliveira Fonseca, Ricardo Barbosa da Silva, Rodolfo Anderson Damasceno, Rony Mayer Lomba, Silmara Oliveira Moreira Bitencourt, Silvio Márcio Montenegro, Theo Soares de Lima e Zaqueu Luiz Bobato

Editores Responsáveis: Carolina Russo Simon, André dos Santos Baldraia Souza, Eduardo Karol e Lorena Izá Pereira.
Capa: André dos Santos Baldraia Souza e Carolina Russo Simon

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico

1986 - ano 1, v. 1 – impressa
1987 - n. 2 – impressa
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa 1989
- n.6 – impressa
1990 - n.7 – impressa
1991 - n.8, n.9 – impressa
1992 - n.10 – impressa
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa
1994, 95,96 – interrompida
1997 - n.13– impressa
1998 - interrompida
1999 - n. 14 – impressa 2000
- n.15 – impressa 2001 - n.16,
n.17 – impressa
2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa 2003
- ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa 2004 - ano
19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa 2005 - ano 20,
v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa 2006 - ano 21, v.1,
n.26; v.2, n.27 – impressa
2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31– impressa e digital 2009
- ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital 2010 -
ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital 2011 - ano
26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital 2012 - ano 27,
v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital
2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital
2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital
2018 – ano 33, v. 1 n. 50; v. 2, n. 51 – digital
2019 – ano 34, v. 1 n. 52; v. 2, n. 53 – digital
2020 – ano 35, v. 1 n. 54 – digital
2020 – ano 35, v. 2 n. 55 – digital
2021 – ano 36, v. 1 n. 56 – digital
2021 – ano 36, v. 2 n. 57 – digital
2022 – ano 37, v. 1 n. 58 – digital
2022 – ano 37, v. 2 n. 59 – digital
2023 – ano 38, v. 1 n. 60 – digital
2023 – ano 38, v. 2 n. 61 – digital
2024 – ano 39, v. 1 n. 62 – digital
2024 – ano 39, v. 2 n. 63 – digital
2025 – ano 40. v. 1 n. 64 – digital
2025 – ano 40. v. 2 n. 65 – digital

ISSN 2674-8355

SUMÁRIO

EDITORIAL 9-15

ARTIGOS

A TRADIÇÃO FRANCESA E A CIRCULAÇÃO TERRITORIALUM ARCABOUÇO TEÓRICO PARA A GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES

FRENCH TRADITION AND TERRITORIAL CIRCULATION: A THEORETICAL FRAMEWORK FOR TRANSPORT GEOGRAPHY

LA TRADITION FRANÇAISE ET LA CIRCULATION TERRITORIALE : UN CADRE THÉORIQUE POUR LA GÉOGRAPHIE DES TRANSPORTS

Rafael Oliveira Fonseca, Ana Paula Camilo Pereira 16-51

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: O QUE PENSAM OS/AS PROFESSORES/AS DE GEOGRAFIA QUE ATUAM NO CENTRO DE EXCELENCIA QUILOMBOLA 27 DE MAIO

QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION: WHAT DO GEOGRAPHY TEACHERS WHO WORK AT THE QUILOMBOLA CENTER OF EXCELLENCE 27 DE MAIO THINK

EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLA: QUÉ PIENSAN LOS PROFESORES DE GEOGRAFÍA QUE TRABAJAN EN EL CENTRO DE EXCELENCIA QUILOMBOLA 27 DE MAYO

Mailson Acacio dos Santos Melo; Diana M. de Carvalho, Edinéia Tavares Lopes 52-87

ETNOMAPEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL NAS TERRAS INDÍGENAS KAXINAWÁ: ESTRATÉGIAS DE USO, MANEJO E CONSERVAÇÃO DA CAÇA

ETHNOMAPPING AND TERRITORIAL MANAGEMENT IN KAXINAWÁ INDIGENOUS LANDS: STRATEGIES FOR THE USE, MANAGEMENT AND CONSERVATION OF HUNTING

ETNOMAPEO Y GESTIÓN TERRITORIAL EN LAS TIERRAS INDÍGENAS KAXINAWÁ: ESTRATEGIAS PARA EL USO, MANEJO Y CONSERVACIÓN DE LA CAZA

Renato Antônio Gavazzi 88-128

“O ACRE VAI VIRAR PASTO DE BOI”: REFLEXÕES SOBRE AGRONEGÓCIO E IDEOLOGIA NA AMAZÔNIA

"ACRE WILL TURN INTO CATTLE PASTURE": REFLECTIONS ON AGRIBUSINESS AND IDEOLOGY IN THE AMAZON

"EL ACRE SE CONVERTIRÁ EN PASTO PARA EL GANADO": REFLEXIONES SOBRE AGRONEGOCIO E IDEOLOGÍA EN LA AMAZONÍA

Lucas Gabriel da Silva Moraes, João Pedro Turino Silva, Lucas Araújo Martins 129-170

PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE DESASTRES HIDROGEOCLIMÁTICOS: DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ENVIRONMENTAL PLANNING TOOLS AND HYDROGEOMETEOROLOGICAL DISASTER PREVENTION: IMPLEMENTATION IN RIO GRANDE DO SUL - BRAZIL

INSTRUMENTOS DE PLANIFICACIÓN AMBIENTAL Y PREVENCIÓN DE DESASTRES HIDROGEOMETEOROLÓGICOS: IMPLEMENTACIÓN EN RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Tanice Kormann, Luciana Regina Petry Anele, Claudia Bos Wolff, Raquel Pretto, Rafael Fernandes e Silva, Rafael Midugno , Glaucus Vinicius Biasetto Ribeiro 171-194

CIDADE PLANEJADA SIGNIFICA CIDADE SEGREGADA?GEOGRAFIA RADICAL NEGRA COMPARADA EM BELO HORIZONTE E CHICAGO

DOES A PLANNED CITY MEAN A SEGREGATED CITY? COMPARATIVE STUDY BETWEEN BELO HORIZONTE AND CHICAGO

¿UNA CIUDAD PLANIFICADA SIGNIFICA UNA CIUDAD SEGREGADA? UN ESTUDIO COMPARATIVO ENTRE BELO HORIZONTE Y CHICAGO

Cynthia Bráulio Alvim Bustamante, Lydia Collins 195-231

GRAFITES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ZONA PORTUÁRIA/RJ

GRAFFITI AND THE PRODUCTION OF SPACE IN THE PORT ZONE IN RIO DE JANEIRO/RJ

GRAFFITI Y LA PRODUCIÓN DE ESPACIO EN LA ZONA PORTUARIA DE RÍO DE JANEIRO/RJ

Dennys Henrique Miranda Nunes 232-275

A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: DA CIDADANIA IMPERFEITA AO INVESTIDOR MAIS-QUE-PERFEITO

SOCIAL SECURITY SYSTEM IN THE BRAZILIAN TERRITORY: FROM IMPERFECT CITIZENSHIP TO THE MORE THAN-PERFECT INVESTOR

LA CUESTIÓN DE LA SEGURIDAD SOCIAL EN EL TERRITORIO BRASILEÑO: DE LA CIUDADANÍA IMPERFECTA AL INVERSOR MÁS-QUE-PERFECTO

Caio Zarino Jorge Alves 276-316

EDITORIAL

Carolina Russo Simon
Seção Local Presidente Prudente - SP
André dos Santos Baldraia Souza
Seção Local Porto Alegre - RS
Eduardo Karol
Seção Local Niterói-RJ
Lorena Izá Pereira
Seção Local Presidente Prudente - SP
.
Contato: terralivreagb@gmail.com

Resumo:

Expressa a opinião da Coordenação de publicações sobre a conjuntura no momento da publicação do número da Terra Livre.

Palavras-chave: Publicação, Periódico, Terra Livre.

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

A *Revista Terra Livre*, publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), consolida-se, ao longo de sua trajetória, como um espaço de divulgação da produção geográfica nacional, marcado pela pluralidade temática e pela diversidade de abordagens teóricas.

Ao mesmo tempo, a AGB, por meio de sua pauta de publicações científicas, cumpre o importante papel de promover o debate não apenas sobre temas de interesse da Geografia e da sociedade, mas também de trazer ao centro da discussão uma questão estrutural: as políticas de divulgação e de comunicação científica. A entidade desenvolve ações que não se limitam ao estudo e à adequação às orientações estabelecidas por órgãos, agências e comitês, mas busca igualmente posicionar-se e produzir materiais e debates que contribuam para o fortalecimento dessa pauta.

Nesse contexto, a AGB organizou, em 2025, o *Manifesto da Geografia pela Ética na Publicação Científica*, documento que reúne não apenas orientações voltadas aos diferentes públicos envolvidos — como editores(as), autores(as), avaliadores(as) e leitores(as) —, mas também promove reflexões sobre questões que afetam cotidianamente a atividade editorial e a pesquisa científica.

Esse debate é central em um contexto no qual se observa a conversão de um conhecimento científico comprometido com a sociedade em uma lógica de produção mais orientada às métricas quantitativas e aos rankings. Tal processo tende a deslocar o sentido genuíno das publicações dos resultados das pesquisas, para práticas incorretas como a manipulação de citações e de autoria, o plágio, a publicação predatória e a mercantilização do conhecimento. Cotidianamente, instituições e espaços de referência, como o Committee on Publication Ethics (COPE), têm alertado para o surgimento de novas práticas predatórias envolvendo a publicação e a divulgação científica, e a Geografia não está alheia a esse cenário.

Nesse sentido, é importante destacar que este número foi concebido em meio a dois episódios centrais. O primeiro refere-se à publicação, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da classificação dos periódicos referente ao quadriênio 2021-2024, amplamente conhecida como Qualis Periódicos, que marca o fim da classificação das revistas científicas por estratos (A1, A2, entre outros). Trata-se de uma mudança que já havia sido comunicada pela CAPES ainda em 2024 e que suscitou debates em diferentes âmbitos, contexto no qual a AGB publicou a nota técnica *Reflexões sobre o Qualis CAPES, o Fator de Impacto e a Divulgação Científica*.

O Qualis Periódicos 2021-2024 apresenta uma reformulação metodológica que suscita preocupações, na medida em que o modelo adotado se ancora, sobretudo, em critérios como a centralidade de parâmetros externos de qualidade — independentemente de seu uso, pertinência ou relevância para as áreas específicas —; a ênfase na equivalência e na comparabilidade entre áreas de avaliação, bem como na reprodutibilidade dos resultados; a valorização da internacionalização e da indexação; e a adoção de critérios considerados objetivos, baseados em indicadores internacionalmente difundidos e em metodologias padronizadas.

Essa reconfiguração, ao priorizar métricas e parâmetros exógenos às dinâmicas próprias das áreas do conhecimento, tende a aprofundar assimetrias, desconsiderar especificidades disciplinares e reforçar uma lógica produtivista que, muitas vezes, se distancia das funções sociais da produção científica e do papel formativo e crítico desempenhado pelas revistas científicas. Nesse contexto, coloca-se uma questão fundamental: se as publicações dos periódicos da Geografia são resultado de pesquisas científicas e/ou representam contribuições efetivas para o debate geográfico, para a formação acadêmica e para o debate público, em que medida tais contribuições

deixam de ser consideradas relevantes quando os critérios de avaliação passam a privilegiar predominantemente métricas de circulação e de impacto internacional?

Tal questionamento não busca negar a importância de processos de avaliação e de parâmetros de qualidade, mas problematizar os fundamentos que orientam esses critérios, sobretudo quando passam a desconsiderar o papel histórico de periódicos comprometidos com o desenvolvimento do pensamento crítico, com a difusão do conhecimento produzido nas instituições brasileiras e com o diálogo entre a universidade e a sociedade.

O segundo episódio compreende a publicação, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Portaria n. 2.664, de 6 de março de 2026, que institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq, estabelecendo normas e boas práticas de atuação com os objetivos de promover a ética e a integridade na atividade científica, estabelecer diretrizes de boas práticas e estimular a qualidade e a integridade das informações em todas as etapas dos projetos de pesquisa apoiados. Segundo a normativa, a portaria está direcionada ao CNPq e aos pesquisadores(as) por ele financiados. Todavia, seus desdobramentos ultrapassam o âmbito institucional imediato, na medida em que reforçam um conjunto de princípios, responsabilidades e procedimentos que impactam diretamente o cotidiano da pesquisa e, consequentemente, o trabalho editorial dos periódicos científicos. Nesse sentido, a política de integridade científica recoloca, de forma institucionalizada, temas que há anos vêm sendo debatidos por editores(as), associações científicas e pesquisadores(as).

Para além do debate permanente referente à publicação científica, o número 65 da *Terra Livre* foi editado em meio ao processo de construção do XXI Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos (XXI ENG). O evento, organizado pela AGB sob o tema *"Geografia,*

Democracia e Lutas Sociais: outro Brasil é possível!", será realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no período de 19 a 24 de julho de 2026. O ENG consolida-se, ao longo de sua trajetória, como um pilar fundamental para o desenvolvimento da Geografia brasileira. Ao reunir, a cada dois anos, a comunidade acadêmica, profissional e estudantil, o evento constitui um fórum privilegiado para o debate da ciência geográfica em suas múltiplas dimensões, envolvendo desde reflexões teórico-metodológicas até discussões sobre ensino, pesquisa, atuação profissional e o papel social da Geografia em um país marcado por profundas desigualdades socioespaciais.

Realizado no ano do centenário de Milton Santos, o XXI ENG adquire, ainda, um significado particular, ao ocorrer em Salvador/BA, cidade profundamente vinculada à trajetória intelectual e política do geógrafo, cuja obra permanece como referência incontornável para a compreensão crítica do território, da globalização e das desigualdades socioespaciais. Neste sentido, a AGB, em conjunto com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), a União da Geomorfologia Brasileira (UGB), a Associação Brasileira de Climatologia (ABClima) e a Associação Brasileira de Biogeografia (ABBIOGEOP), lançou o Selo Comemorativo do Centenário de Nascimento do Professor Milton Santos (1926-2026). Este selo foi concebido para unificar as celebrações ao longo de 2026, esse símbolo acompanhará congressos, publicações e atividades culturais em homenagem a Milton Santos.

É mediante este contexto político e científico da Geografia brasileira que o número 65 da Terra Livre foi construído. O presente número reafirma esse perfil ao reunir artigos que, em seu conjunto, evidenciam a vitalidade e a amplitude do campo geográfico no Brasil. As contribuições percorrem temas que vão da questão ambiental — expressa, entre outros aspectos, pela perda de vegetação nativa — às

suas múltiplas implicações, seja na reprodução de modos de vida, seja na transformação e, por vezes, destruição dos lugares.

No âmbito urbano, os textos exploram diferentes dimensões das contradições socioespaciais, abordando tanto a produção simbólica — como no caso dos grafites — quanto os processos de segregação inscritos no planejamento e na produção do espaço em cidades planejadas.

A edição também se caracteriza por sua abrangência territorial, com análises que se estendem da região Norte ao Sul do país, culminando em uma reflexão sobre a questão previdenciária, cujo desenho institucional remete, ao menos em princípio, ao ideal de equidade socioterritorial.

Ao revisitar a tradição da geografia francesa, Fonseca retoma o conceito de território como chave analítica para pensar circulação, coesão e ordenamento, oferecendo uma contribuição que dialoga tanto com o campo acadêmico quanto com a formulação de políticas públicas.

Melo *et.al* examinam a educação quilombola a partir da experiência de uma escola pública em Sergipe, evidenciando como, em um contexto de agudização das condições para os educadores, os desafios enfrentados por esse público se tornam ainda mais intensos.

A construção de uma cartografia alternativa ganha destaque na experiência de etnomapeamento junto ao povo Huni Kuĩ, autóctones da Amazônia Ocidental. Mais do que um instrumento de gestão territorial, o trabalho revela uma forma singular de relação com a natureza, conforme apresentado por Gavazzi.

A transformação da paisagem acreana, marcada pela derrubada da floresta e sua conversão em áreas agropecuárias, é analisada por Moraes *et. al.*, que aponta os riscos dessa dinâmica para outras formas de existência.

No campo da gestão ambiental, Kormann *et al.* demonstram o

papel do corpo técnico da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) na elaboração de instrumentos qualificados de planejamento, ressaltando, contudo, que sua efetividade depende das decisões dos gestores públicos.

Adentrando o debate urbano, Bustamante e Collins analisam, de forma crítica, os planos de Belo Horizonte e Chicago, revelando como projetos orientados por ideais de progresso produziram processos de expropriação e segregação da população negra, bem como as formas de resistência construídas nesse contexto.

A produção do espaço urbano também é explorada por Nunes, que, ao analisar os grafismos da Zona Portuária do Rio de Janeiro, evidencia como a paisagem urbana se constitui como expressão de conflitos, disputas e desigualdades.

Encerrando o número, Alves discute a questão previdenciária a partir da articulação entre norma, política e território, mostrando como o direito inscrito na Constituição de 1988 foi progressivamente reconfigurado, assumindo contornos mais seletivos e espacialmente concentrados.

Enfim, é com grande alegria e fruto de muito trabalho que conseguimos oferecer à comunidade científica um novo volume da Revista Terra Livre. Esperamos que a leitura destas produções inspire não apenas novas pesquisas na área, mas também a participação ativa na construção do futuro da Geografia por meio de nossa associação. Afinal, “um outro Brasil é possível” se a comunidade geográfica estiver unida no protagonismo da mudança.

A TRADIÇÃO FRANCESA E A CIRCULAÇÃO TERRITORIAL: UM ARCABOUÇO TEÓRICO PARA A GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES

FRENCH TRADITION AND TERRITORIAL CIRCULATION: A THEORETICAL FRAMEWORK FOR TRANSPORT GEOGRAPHY

LA TRADITION FRANÇAISE ET LA CIRCULATION TERRITORIALE : UN CADRE THÉORIQUE POUR LA GÉOGRAPHIE DES TRANSPORTS

Rafael Oliveira Fonseca
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
rafaelfonseca@uems.br

Ana Paula Camilo Pereira
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
apaulacape@uems.br

Resumo:
A circulação territorial, nas últimas décadas, continua sendo impulsionada pelas transformações técnicas e pela intensa reorganização dos territórios, influenciando em sua hierarquia. Neste contexto, o objetivo deste artigo é sustentar e fomentar uma reflexão teórica no âmbito da geografia, com ênfase na tradição francesa, sobre conceitos-chave correlacionados às análises da circulação territorial. Para tal, revisita-se a partir de revisões bibliográficas, conceitos fundamentais, tais como: território, ordenamento territorial, coesão territorial, fixos e fluxos e eixos de circulação. Considera-se que o território é uma construção complexa e dinâmica, imagem do poder que estrutura. O ordenamento territorial, em convergência com a coesão territorial, pode conciliar competitividade e redução das disparidades regionais, de forma que a articulação da dicotomia fixos e fluxos é central neste processo. Ademais, que a reflexão deste arcabouço teórico pode contribuir com outras pesquisas e subsidiar tomadores de decisão acerca de políticas públicas territoriais que promovam o uso mais democrático do território.

Palavras-chave: Transportes, Circulação Territorial, Território, Ordenamento territorial, Geografia francesa.

Abstract:
Territorial circulation in recent decades continues to be driven by technical transformations and intense reorganization of territories, influencing their hierarchy. The objective of this article is to promote theoretical reflection in the field of geography, with an emphasis on the French tradition, on key concepts related to the analysis of territorial circulation. To this end, we revisit fundamental concepts such as territory, spatial planning, territorial cohesion, fixed and flows and circulation axes, based on bibliographic reviews. We consider territory to be a complex and dynamic construct, an image of the power that structures it. Spatial planning, in convergence with territorial cohesion, can reconcile competitiveness and the reduction of regional disparities, so that the articulation of the dichotomy between fixed elements and flows is central to this process. Furthermore, reflection on this theoretical framework can contribute to other research and support decision-makers regarding territorial public policies that promote a more democratic use of territory.

Keywords: Transportation, Territorial Circulation, Territory, Spatial Planning, French Geography.

Résumé :
La circulation territoriale a continué d'être influencée par les transformations techniques et la réorganisation des territoires. Dans ce contexte, l'objectif de cet article est de soutenir et d'encourager une réflexion théorique dans le domaine de la géographie, en mettant l'accent sur la tradition française et sur des concepts clés liés à l'analyse de la circulation territoriale. À cette fin, nous revisitons, à partir de revues bibliographiques, des concepts fondamentaux tels que : territoire, aménagement du territoire, cohésion territoriale, fixes et flux, et axes de circulation. Nous considérons que le territoire est une construction complexe et dynamique. L'aménagement du territoire peut concilier compétitivité et réduction des disparités régionales, en articulant la cohésion, au-delà des flux et des fixes. En outre, la réflexion sur ce cadre théorique peut contribuer à d'autres recherches et aider les décideurs à élaborer des politiques publiques territoriales qui favorisent une utilisation plus démocratique du territoire.

Mots-clés: Transports, Circulation territoriale, Territoire, Aménagement du territoire, Géographie française.

Introdução[1]

Nas últimas décadas, têm-se verificado profundas transformações na composição técnica dos territórios, que sistematicamente impõem novas formas de circulação territorial. Observa-se, nesse contexto, uma reorganização intensa dos sistemas de circulação, ou seja, dos meios de transporte que passam a demandar constantes reajustes, modernizações e inovações que os tornem mais acessíveis, articulados e flexíveis, de modo a atender à lógica da aceleração do tempo no espaço, condição indispensável para a realização da circulação.

Nesse sentido, a circulação pode ser compreendida como uma expressão de uma dinâmica incessante e inerente aos processos produtivos, orientada pela necessidade de contribuir para a acumulação ampliada do capital. Em um contexto em que a velocidade e a fluidez se tornam princípios estruturantes do ordenamento territorial contemporâneo, a circulação se mostra como um fenômeno a ser estudado.

Nessa perspectiva, a circulação territorial configura-se como elemento fundamental para o desenvolvimento de um país. Trata-se de um componente estratégico tanto para a constituição de um mercado interno integrado tanto quanto para a sua articulação com o mercado externo. Desse modo, a eficiência da economia como um todo depende, em grande medida, da realização de investimentos e planejamentos consistentes em transportes, pois, ao reduzir custos, tempo e distâncias, não se cria diretamente novos produtos, mas sim

[1] Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) pelo apoio e financiamento da pesquisa.

condições para ampliar a produtividade e a concretização de variados circuitos produtivos.

A referida lógica é inerente à perspectiva do ordenamento e da coesão territorial. Por meio da efetiva interconexão dos fluxos e dos fixos, é possível sustentar e dinamizar a reprodução das atividades econômicas em diferentes escalas, bem como a constituição de eixos que promovem a realização da circulação. Dessa forma, tais eixos podem contribuir para o crescimento econômico.

Diante deste panorama, o objetivo central deste manuscrito é sustentar e fomentar uma reflexão teórica no âmbito da geografia (com ênfase na tradição francesa) sobre conceitos-chave para a análise da circulação territorial contemporânea, contribuindo assim com pesquisas na geografia dos transportes, bem como em áreas correlacionadas.

Com base em pesquisas e análises bibliográficas, buscou-se revisitar categorias conceituais fundamentais, tais como território, ordenamento territorial, coesão territorial, fluxos e fixos e eixo de circulação. Tal revisitação foi realizada sob a ótica majoritária de autores franceses e suas posteridades, visando apresentar uma matriz analítica que possa servir de base para estudos teóricos e/ou empíricos no âmbito da geografia dos transportes e de abordagens correlatas, como, por exemplo, corredores rodoviários de exportação. Em suma, este trabalho não se propõe a uma modelagem empírica propriamente dita, mas a oferecer uma plataforma teórica-conceitual que oriente futuras pesquisas com densidade conceitual sustentada em autores que privilegiam a geografia francesa como fundamento científico.

Nesta perspectiva, o objetivo é correlacionar tais abordagens teórico-conceituais com uma conexão ampliada da análise da circulação territorial, a qual é compreendida como decorrente da relação intrínseca entre a necessidade dos circuitos produtivos de realizar fluxos além a existência de fixos, sejam eles materiais (infraestruturas, equipamentos, redes físicas) ou imateriais (conhecimentos, normas, sistemas informacionais), sempre em função daquilo que está circulando.

Nesse sentido, para que esses conceitos-chave, a serem explorados no decorrer do manuscrito, sejam mais compreensíveis à luz da circulação territorial, apresentamos ainda neste princípio algumas considerações que relevam relevantes concepções.

A circulação é simultaneamente condicionada e condicionante, ou seja, depende da materialidade e da imaterialidade que a sustentam e, ao mesmo tempo, reorganiza tais estruturas à medida que novos fluxos se intensificam ou se transformam.

> A circulação não é um fim em si mesma; ela responde a necessidades materiais deslocamentos de profissionais) ou morais (peregrinações, turismo), a um sistema de produção, a uma economia de trocas. Os fatos econômicos parecem, portanto, parte integrante da geografia da circulação. Essa concepção leva à distinção entre: 1° a geografia da circulação, que considera os modos de transporte e suas relações com as condições físicas e humanas; 2° a geografia dos fluxos de circulação, que tem como objeto específico os grandes movimentos de pessoas e mercadorias que ocorrem na superfície do globo. A geografia da circulação aborda os fatos sob um ângulo especificamente humano: "é o homem acima de tudo, o homem agente dos transportes e, de uma forma mais geral, da circulação que se propõe considerar aqui"; os problemas económicos dizem

> respeito à geografia das correntes de circulação ou correntes comerciais (Clozier, 1951, p. 145, tradução nossa).

As transformações territoriais contemporâneas, que circunscrevem costumes, cultura e economia, propiciaram a modernização dos equipamentos de circulação, a especialização produtiva e a evolução dos meios de transporte, que se tornaram mais velozes e tecnicamente aprimorados para viabilizar tanto deslocamentos materiais quanto imateriais. Tais processos intensificam as metamorfoses da sociedade e produzem alterações significativas no próprio ordenamento e na coesão territorial.

Conforme destaca Merlin (1991), as redes de transporte e de comunicação se estruturam em um espaço e possuem uma importante dimensão temporal, em vista disso, precisam também ser analisadas em várias escalas. Dessa forma, a circulação, ao integrar fluxos e fixos e ao possibilitar a fluidez, torna-se um dos principais vetores de transformação territorial, demonstrando como a técnica, a serviço do capital, redefine continuamente a circulação e a hierarquia territorial.

Nessa perspectiva, retomando Clozier (1951), os seres humanos são, por essência, móveis, e que sua circulação, orientada para o uso ou lucro, requer a existência de eixos de comunicação ou [circulação], como estradas, ferrovias e pistas e de objetos de transporte, tais como: caminhões, embarcações, aviões entre outros. A partir dessa leitura, pode-se compreender a circulação como um fenômeno que transcende o simples deslocamento, pois se realiza na articulação entre os fixos (infraestruturas, redes e sistemas técnicos)

e os fluxos (movimentos de pessoas, mercadorias, informações e capitais) que conformam o espaço geográfico.

Conforme demonstrado na literatura, a circulação territorial depende da existência de infraestruturas fixas que forneçam suporte aos fluxos. A combinação entre ambos se torna cada vez mais célere e intensa, configurando-se como uma resposta à mundialização da economia e à busca pela fluidez nos territórios. Isso explica o crescente interesse e a disputa por espaços cada vez mais fluidos. Nesse contexto, a infraestrutura não é neutra, ou seja, ao mesmo tempo em que favorece a circulação de determinados grupos, restringe a de outros, reforçando desigualdades e reproduzindo relações de poder em escalas locais e globais.

Essa lógica articula-se ao meio geográfico contemporâneo ao incorporar a materialidade da circulação nos territórios, de modo a mantê-los permanentemente disponíveis para impulsionar o desenvolvimento econômico em escala global. Nesse contexto, a infraestrutura de transportes assume papel central como catalisador territorial, na medida em que garante a fluidez necessária ao ordenamento e a coesão dos territórios às dinâmicas do capital internacional.

Sumariamente, intenta-se com este artigo, considerando à organização da estrutura exposta de discussão do texto, construir uma ponte entre a competência teórica fundamentada na literatura da geografia francesa e desafios contemporâneos, oferecendo uma luz conceitual sólida, para abordar a circulação territorial e conceitos-chaves que redundam da perspectiva dessa temática geográfica.

Logo, o artigo se apresenta revisitando as categorias previamente mencionadas na seguinte ordem: território,

ordenamento territorial, coesão territorial, fluxos e fixos e eixo de circulação, para então se consumar com algumas considerações.

Território: da perspectiva natural à uma concepção dinâmica e multifacetada

Com um papel fundamental na Geografia, o conceito de território teve seu sentido, usos e estatuto científico profundamente transformados ao longo do tempo no âmbito do pensamento geográfico francês. Desde os primeiros esboços dos precursores do século XIX até as variadas conceitualizações contemporâneas, as perspectivas dos conceitos se articulam com o poder, a identidade, práticas sociais, dentre outros. De certa forma, o território se mostra um objeto geográfico multifacetado, intimamente articulado à evolução dos paradigmas e das questões sociais do passado, do presente e até mesmo do futuro.

Na geografia francesa dos séculos XIX e XX, de certa maneira, o território esteve inicialmente associado ao quadro natural e à divisão dos espaços sob a influência de fatores físicos e humanos.

Paul Vidal de La Blache é um dos expoentes desta leitura, ainda que não utilizasse o termo território de maneira explícita em seus principais trabalhos, preferindo sobretudo o conceito de região. No entanto, suas reflexões sobre a formação das identidades regionais, da "personalidade geográfica francesa", da relação entre sociedades e ambientes etc., lançam as bases para uma abordagem determinista, mas que em alguns aspectos eram de certa forma territorializa, na qual cada sociedade ordena e se apropria de seu espaço de vida (Gallois, 1903). É nesse sentido que podemos dizer que conceito de território para La Blache não é apenas uma porção física

da superfície terrestre, mas uma construção complexa e dinâmica, moldada pela interação contínua entre o meio natural e a ação humana ao longo do tempo.

Em outras palavras, o território não é visto como uma entidade estática e isolada, mas sim como um elemento que ganha vida e se desenvolve através da circulação/movimento, das trocas e da comunicação. Por isso, compreender que, a circulação desempenha um papel absolutamente fundamental e decisivo na composição do território segundo a leitura de La Blache, que enfatizou o seu interesse pelo impacto das redes de transporte, do comércio e dos movimentos na organização das sociedades e dos espaços (La Blache, 1908, 1922).

De certa maneira, a perspectiva "territorial" captada por La Blache perdura por décadas do século XX na França, até que emergem e avançam concepções do conceito de território no âmbito do espaço vivido e socialmente construído, sobretudo a partir dos anos 1970.

Nesta perspectiva, nesta década, Armand Frémont concebe o território correlacionado ao espaço apropriado, no âmbito de suas discussões sobre espaço vivido. Dessa forma o espaço apropriado de Frémont estaria sujeito às estratégias e culturas dos grupos demonstrando que o território é produto das representações e práticas cotidianas dos atores, ultrapassando o estrito enquadramento da divisão administrativa ou naturalista (Gonin, 2004). O território não é apenas uma superfície, mas reflete um espaço apropriado por seus habitantes, que lhe conferem sentido e valor, com histórias, memórias e práticas sociais (Frémont, 1976).

Tal perspectiva é prolongada uma década depois pelo fortalecimento da noção de territorialidade e do poder por Raffestin (1980), que sistematiza o conceito do território enquanto uma porção de espaço apropriada por um ator através de um sistema de relações e regido por certo grau de poder. Para tanto, o autor analisa o território não como um elemento preexistente, mas como uma produção social resultante da ação de atores sobre o espaço.

Logo, o território é o espaço territorializado através do trabalho, que projeta energia e informação, revelando relações de poder onde se manifestam malhas, redes e centralidades que refletem essas relações (Raffestin, 1980). Nesta perspectiva, a circulação materializada em redes, são fundamentais nessa construção, pois organizam os territórios e são, ao mesmo tempo, a imagem do poder que o estrutura.

A partir da década de 1990, a geografia francesa experimentou uma nova transformação significativa, com o aprofundamento da dimensão relacional e simbólica do território. Joël Bonnemaison, por exemplo, contribuiu para esta leitura do território ao enfatizar suas dimensões relacionais e simbólicas, em particular, a partir da noção de "geossímbolo", um espaço carregado de significados culturais que reforça a identidade de um grupo.

De acordo com o autor, o território é, portanto, um espaço vivo, suporte de um imaginário coletivo, um vínculo mais do que uma simples fronteira que une os indivíduos ao seu meio através de representações partilhadas. Esta abordagem salienta a convergência entre o espaço físico, as práticas sociais e as representações simbólicas, contribuindo para uma reflexão aprofundada sobre a natureza humana e cultural do território. Ademais, o autor concebe

o território como uma rede dinâmica, um espaço de mobilidade e circulação, em vez de uma fronteira fixa ou uma superfície estática (Bonnemaison, 2000).

Dando seguimento a essas análises, Guy Di Méo propõe uma leitura do território como espaço social, resultado de um compromisso entre espacialidade objetiva (divisão, administração) e vivido subjetivo (representações, usos), de forma que o território articula poder, práticas e simbolização, o que explica a multiplicidade de seus usos e formas, desde o cotidiano local até as escalas globais (Di Méo, 1998).

Por fim, na contemporaneidade e no contexto dos processos de globalização, às crescentes mobilidades e às transformações no uso e ocupação do solo, a geografia francesa contemporânea coloca em causa a pluralidade do conceito de território, contribuindo para análises das dinâmicas locais frente aos desafios globais e às tensões entre controle estatal, reivindicação identitária e mobilidades transnacionais.

Lévy concebe o território não como uma porção fixa, mas como o produto de interações e processos sociais, no qual o vínculo político e social se estabelece sem estabilidade definitiva. Logo, o território é um espaço dinâmico, demarcado pela circulação (de indivíduos, ideias e recursos) como uma rede viva que transcende os limites estritamente topográficos. Para o autor, a relação entre território e circulação é fundamental para a compreensão da mobilidade social e espacial, tornando o território um espaço em constante evolução em uma perspectiva mais fluida e relacional (Lévy, 2022).

Brennetot analisa o território como um espaço em mutação, moldado por dinâmicas sociais e políticas, em que a circulação de pessoas, ideias e recursos desempenha um papel central na construção territorial e na sua apropriação. Ademais o autor enfatiza a necessidade de uma reavaliação do ordenamento do território na era contemporânea, com base nas circulações e interligações múltiplas (Brennetot, 2025), conforme enfatizaremos no item a seguir.

A evolução do conceito de território na geografia francesa evidencia a sua riqueza e dinamicidade. Num primeiro momento, a abordagem foi centrada no suporte físico, mas após décadas revelou-se uma construção complexa, simultaneamente social, política, econômica, simbólica e identitária.

As obras de alguns geógrafos franceses nos permitem, desse modo, um aprofundamento da nossa compreensão das relações entre o ser humano e o seu território, evidenciando as múltiplas facetas de uma noção em constante redefinição e sua correlação com abordagens correlacionadas com a circulação, uma vez que os fluxos modificam continuamente a configuração territorial e as ligações entre os lugares, manifestando territórios cada vez mais dinâmicos e em constante mobilidade geográfica do capital, fazendo circular pessoas, ideias, mercadorias etc..

Ordenamento territorial: do desequilíbrio regional, à governança dos fluxos e a emergência da coesão.

Ao longo da história, o ordenamento do território na França sofreu uma evolução conceitual e prática, determinada pelos contextos econômicos, políticos e sociais em constante mudança.

Ainda que as primeiras motivações para tal ordenamento emergiram na década de 1930, foi a partir, principalmente, da segunda metade do século XX que a França procurou compensar os desequilíbrios territoriais, implementando medidas como a construção de infraestruturas, a industrialização e a descentralização. Esta construção progressiva foi orientada pelos objetivos de corrigir os desequilíbrios territoriais resultantes da centralização, nomeadamente urbana, e de adaptar o território às evoluções económicas, sociais e ambientais (CGET, 2015).

Um dos impulsos para as reflexões estratégicas sobre o ordenamento do território, logo após o período bélico, foi a publicação em 1947 de "Paris e o deserto francês", do geógrafo Jean-François Gravier.

O autor constata um desequilíbrio estrutural entre a metrópole parisiense e o resto do país, destacando a necessidade de se repensar a distribuição das atividades e funções em todo o território nacional.

Tal reflexão foram bases para uma estratégia de ordenamento territorial fundamentada na descentralização, no reequilíbrio regional e na valorização das cidades médias, por meio de uma política estatal que visasse corrigir a divisão entre Paris e o resto do país, que poderia impedir desenvolvimento nacional (Marchand, 2001).

Assim, podemos dizer que tal ordenamento territorial é institucionalizado com a criação da DATAR (*Délégation*

interministérielle à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale)[2] em 1963.

Foi por meio da DATAR que se tornou possível uma política ambiciosa, fundamentada no planejamento espacial e na implementação de crenças modernizadoras, como o desenvolvimento de regiões industriais e a criação de novas cidades (Brunet, 1990). Perspectiva pautadas em ideias, por exemplo, de Perroux (1955) que aprofunda o tema ao introduzir a noção de polos de crescimento e como o ordenamento do território se justificativa na difusão do dinamismo de suas áreas circundantes.

A partir das décadas de 1970 e 1980, o conceito de ordenamento do território passou a incluir questões ambientais e sociais, refletindo os debates contemporâneos e novos contextos institucionais e globais, assinalando uma ruptura com propostas centradas sobretudo em expansão das infraestruturas e no rápido desenvolvimento industrial, inclusive refletindo crise deste setor.

Uma abordagem mais local e participativa, centrada no desenvolvimento sustentável e na qualidade de vida ocupa seu espaço. As políticas territoriais então passaram a focar-se em projetos mais locais, visando preservar as áreas rurais, combater o despovoamento, promover um melhor ambiente de vida, dentre outros. Esta transição foi igualmente caraterizada por uma maior descentralização, um aumento do poder das autoridades locais na gestão territorial e uma maior aproximação da população no processo (Hérin, 2008).

[2] Em 2009 a DATAR foi integrada em um novo órgão estatal e suas funções estão hoje atreladas a Agência Nacional para a Coesão Territorial (ANCT - *l'Agence Nationale de la Cohésion des Territoires*), cuja missão apoiar às coletividades territoriais, com um foco ampliado na coesão social e territorial.

Por isso, podemos dizer que a evolução do conceito de ordenamento do território (OT) na França a partir da década de 1970 é marcada por grandes rupturas, incertezas e uma mudança progressiva para uma lógica de desenvolvimento local e territorial, adaptando-se a novos contextos institucionais e globais.

Uma dessas rupturas foi ocasionada pela descentralização administrativa ocorrida em 1982 que significou uma mudança de paradigma no ordenamento territorial francês, ao reconhecer a região como um ativo estratégico para o desenvolvimento territorial e econômico. O Estado, que anteriormente se encontrava na posição de gestor, passou a assumir gradativamente o papel de regulador, o que implicou na redefinição do seu papel na coordenação das políticas públicas territoriais.

A reforma administrativa francesa de 1982 teve como principal foco a descentralização administrativa, buscando superar a cultura autoritária e antidemocrática que, segundo a ótica socialista do governo da época, havia moldado uma administração excessivamente centralizada. Essa política de descentralização e desconcentração de poderes foi vista como uma resposta à crise da gestão pública e um desafio para o modelo unitário de Estado (Araújo, 1997).

Tal reforma influenciou diretamente o ordenamento territorial através da redistribuição do poder e da gestão local uma vez que transferiu o poder executivo para autoridades eleitas localmente (em regiões e departamentos), o processo diminuiu o monopólio estatal da ação coletiva, que era característico do modelo tecnocrático pós-guerra. Com maior autonomia e capacidade de intervenção econômica local, as coletividades ganharam maior poder

para gerir e moldar o destino coletivo de seus respectivos territórios (Araújo, 1997).

Após décadas desta ruptura, percebe que a lei de 1982 acabou com consagrar a região como eixo essencial do ordenamento territorial e do desenvolvimento econômico, de forma que o Estado permaneceu indispensável, na gestão, por apresentar as perspectivas mais globais e estratégicas. Da mesma forma, a descentralização aprofundou ao ordenamento territorial os desafios políticos, pois inclui novos atores locais e estimulou a rivalidades de poder pelos territórios (Boubay-Pagès, 2013).

Essa ascensão e adaptação de "novos" poderes multiescalares no decorrer do tempo enquanto soluções para uma espacialização mais pertinente (interregionalizadades, cooperações intermunicipais, as aglomerações e suas comunidades, metrópoles e seus polos etc.) acabou por recompor a compreensão do ordenamento territorial para um viés de entrelaçamento de redes e uma gestão de fluxos, de promoção a uma circulação, impondo a necessidade de uma governança territorial (Boubay-Pagès, 2013), que se apresenta de forma complexa em decorrência das disputas de poderes na contemporaneidade.

Na atualidade, a Agência Nacional para a Coesão Territorial (ANCT), que congrega as funções da antiga DATAR não propõe uma única definição para o ordenamento do território. Ainda assim, documentos contemporâneos nos demonstram que a política de ordenamento do território francesa na atualidade é definida em grande medida como uma política transversal que tem como objetivo principal coordenar e implementar a política de igualdade, coesão e desenvolvimento dos territórios. Esta política visa, em última

instância, lutar contra o aprofundamento das desigualdades territoriais e de destino dentre os cidadãos (France, 2024).

A política atual se pauta em cinco princípios fundamentais (France, 2024), a saber:

1) repartição (garantir a melhor distribuição possível das riquezas no território);
2) criação (estabelecer, em todo o território, as condições e os mecanismos locais que favoreçam o desenvolvimento de atividades e empregos);
3) compensação (corrigir as desigualdades territoriais, apoiando os espaços em dificuldade);
4) proteção (corrigir as desigualdades territoriais, apoiando os espaços em dificuldade), e;
5) cooperação (construir a política de ordenamento do território com todos os atores envolvidos).

Tais princípios, devem ser pautados a partir de dois eixos fundamentais: promover um desenvolvimento competitivo e sustentável dos territórios, bem como, favorecer um ordenamento equilibrado e solidário do território. Assim, expressam a vontade do Estado francês em harmonizar a solidariedade e competitividade dos territórios, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e valorização dos mesmos (France, 2024).

Ademais, a evolução do conceito e da perspectiva de ordenamento do sempre esteve atrelado as infraestruturas de transporte, que mais uma vez se associam a necessidade de circulação no território. De certa maneira, a estruturação do território francês por grandes eixos de circulação interligando os espaços produtivos aos corredores de exportação favorecem a

abertura internacional e estrutura a hierarquia das cidades e regiões (Brunet, 1990).

Portanto, o ordenamento do território é fundamental na perspectiva dos corredores rodoviários uma vez que a criação de novos eixos rodoviários não se limita os sistemas de engenharia, mas deve se inserir em uma política territorial que vise melhorar a acessibilidade, o desempenho logístico do país, mas também um uso mais democrático do território, visando promover a ampliação da circulação.

Por fim, a perspectiva da coesão territorial, tal como integrada no quadro da União Europeia, constitui agora um referencial estruturante para o ordenamento do território francês. A ligação entre o ordenamento do território e a coesão territorial materializa-se na crescente interligação das políticas de inclusão, acessibilidade e, sobretudo a circulação e, por consequência a redução das disparidades regionais em nível continental.

Coesão territorial: a reestruturação da circulação e o desafio do desenvolvimento policêntrico

O conceito de coesão territorial começa a aparecer em documentos da União Europeia (UE) na virada do século e se consolidada com a publicação do Livro Verde sobre a Coesão Territorial do bloco em 2008.

A UE conceitua a coesão territorial como um processo para a promoção do desenvolvimento harmonioso de todos os seus territórios, garantindo que os habitantes obtenham o máximo proveito de suas características específicas. Dessa forma, a

diversidade pode ser considerada um trunfo que contribui para o desenvolvimento sustentável de todo o grupo (UE, 2008).

Apesar da sua institucionalização, a definição precisa de "coesão territorial" continua a gerar discussões, existindo uma certa ambiguidade quanto à sua aplicação nas práticas e políticas dos Estados-membros. No entanto, sob a pressão da Comissão Europeia, cada vez mais países têm vindo a incorporar o princípio nas suas agendas políticas nacionais (Santinha, 2012).

Santinha (2012) complementa que, o conceito emerge como um elemento intrinsecamente ligado à longa e influente tradição francesa do ordenamento do território, estabelecendo-se como um paradigma fundamental nas políticas públicas contemporâneas.

O ordenamento territorial na França, em contraste com uma abordagem meramente regulatória do uso do solo, sempre se pautou por uma perspectiva de intervenção estatal destinada a promover o desenvolvimento e mitigar disparidades regionais. No entanto, a crescente presença da União Europeia (UE) nas questões de desenvolvimento territorial desafiou o monopólio tradicional dos Estados-membros, resultando em uma relevante reformulação dos métodos de ordenamento (Baudelle; Élissalde, 2007), contexto este que emerge com as discussões sobre o conceito de coesão territorial.

De certa forma, na virada do século, a gestão territorial passou a ser entendida, conforme enfatizam) enquanto o resultado de um complexo sistema de governança multinível, envolvendo múltiplos atores em diversas escalas de intervenção (Baudelle; Élissalde (2007); Bertrande; Peyrache-Gadeau, 2009).

Conforme destacado anteriormente, um dos efeitos da lei de 1982 na França foi aumentar exponencialmente o número de atores

no processo de ordenamento territorial, demandando assim novos mecanismos de governança territorial. Esta lógica também penetrou nos debates sobre o ordenamento territorial na escala europeia.

Por isso, a consolidação da coesão territorial no âmbito europeu deve-se, em grande medida, à exportação de ideias desenvolvidas na França. Até por isso, Faludi (2004) questiona se: seria a coesão territorial apenas um vinho velho (francês) em garrafas novas?

Ocorre que a França, desde a fundação da DATAR, sempre foi a principal força motriz na elaboração de documentos estratégicos da UE voltados para o ordenamento do território, o que acabou influenciando nos debates sobre a coesão territorial (Baudelle; Élissalde, 2007), em um processo gradual e pautado principalmente por um viés político.

O conceito foi discretamente introduzido no Tratado de Amsterdã de 1997, quando foi associado à promoção dos "serviços econômicos de interesse geral" para fortalecer a coesão social e territorial da UE (Grasland; Hamez, 2005; Faludi, 2007). Posteriormente, foi finalmente elevada à condição de terceiro pilar dos objetivos da União, no âmbito da Coesão Econômica e Social, pelo Tratado de Lisboa de 2007, além de posteriormente figurar no delineamento da Estratégia Europa 2020 (Santinha, 2012).

Apesar de sua formalização, o conceito de coesão territorial mantém um caráter multissetorial e multiescalar, o que lhe confere flexibilidade política, embora o torne genérico e impreciso. Segundo Faludi (2007) essa imprecisão é proposital, tornando-o um conceito aberto à negociação ou em outras palavras, mais flexível.

No âmbito interno francês, as políticas de ordenamento tiveram que se adaptar à coesão territorial em um contexto de globalização e fortalecimento das dinâmicas urbanas. A ascensão de regiões metropolitanas e a economia mundializada fragmentaram as economias para além das entidades nacionais, tornando as delimitações políticas clássicas insuficientes para a nova realidade da coerência territorial (Bertrand; Peyrache-Gadeau, 2009).

Ademais, há uma lógica à política de coesão que considera a competitividade regional como crucial, o que significa que os fundos de coesão devem ser concebidos como um dos principais instrumentos a nível europeu na realização da ambição da União Europeia de se colocar enquanto uma zona de crescimento elevado, de competitividade e de inovação (Baudelle; Élissalde, 2007).

Esta perspectiva se coloca em um contexto de ambiguidade. Há uma ênfase na competitividade que acaba por priorizar investimentos em educação, pequenas e médias empresas (PMEs) e pesquisa e desenvolvimento (P&D), o que acabou por exigir que os projetos demonstrem sua contribuição à competitividade europeia (Baudelle; Élissalde, 2007). Mas, tal abordagem pode, por vezes, entrar em conflito com o objetivo de reduzir as disparidades, uma vez que a concentração de crescimento tende a ocorrer em territórios já prósperos (Bertrande; Peyrache-Gadeau, 2009; Carluer; Gaulier, 2007).

Ademais, no contexto da circulação, há uma aplicabilidade evidente da coesão territorial em análises que envolvem, por exemplo, as infraestruturas de transporte, uma vez que são elementos centrais à dimensão de organização territorial do conceito, evidenciando desta forma sua correlação.

A busca pela coesão territorial requer assegurar o acesso equitativo também às infraestruturas, melhorando a conectividade, sobretudo nas zonas insulares, encravadas e/ou periféricas, visando o aumento da competitividade e do desenvolvimento regional por meio do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) de 1999 (UE, 1999; Faludi, 2007).

O conceito de "euro-corredores" já era proposto pelo EDEC como um instrumento essencial de desenvolvimento, capaz de articular políticas setoriais para os transportes, urbanismo e desenvolvimento econômico, com a finalidade de reforçar a coesão territorial, reconhecendo inclusive que as tendências de mercado e a concentração de atividades econômicas em regiões urbanizadas e centrais são fortalecidas pela própria infraestrutura (UE, 1999; Carluer; Gaulier, 2007).

Fato é que os Investimentos em Redes Transeuropeias (RTEs), como, por exemplo, corredores rodoviários de circulação para exportação e importação, tendem a se concentrar, beneficiando as regiões situadas perto de polos centrais (Carluer; Gaulier, 2007). Por isso, a UE destaca que abertura de mercados, como os setores de transportes e telecomunicações, pode direcionar investimentos para regiões de alta demanda, aumentando o risco de as regiões menos acessíveis ficarem para trás (UE, 1999). Sendo assim, é vital uma perspectiva de ordenamento do território e de suas políticas decorrentes que não fique à mercê totalmente dos anseios da iniciativa privada, quem não tem como foco de suas atividades atuarem sob o viés da coesão territorial.

Nesse sentido, para que o estabelecimento de corredores de circulação para exportação promova, de fato, a coesão territorial, e

não apenas reforce a polarização, é imperativo que o desenvolvimento das redes secundárias e das interconexões intrarregionais seja priorizado. A eficácia e a densidade dessas redes secundárias são consideradas decisivas para a integração e competitividade das economias regionais e urbanas. A coesão territorial demanda que a política pública exerça influência sobre a localização de empresas e populações, promovendo uma gestão coordenada das infraestruturas de transporte e buscando a intermodalidade e a sustentabilidade, sem prejuízo da competitividade (UE, 1999).

Em última análise, a coesão territorial, nesse contexto, implica que as políticas setoriais de transporte, que se concentram na otimização da circulação, sejam coordenadas com uma visão espacial estratégica, garantindo que os fluxos sejam organizados de modo a fomentar o desenvolvimento policêntrico e a complementaridade funcional entre os territórios, em vez de apenas acentuar o modelo centro-periferia (UE, 1999; Santinha, 2012), desafio imenso no contexto da competividade mundializada cada vez mais intensa e multipolarizada.

Por fim, destaca-se que ao sugerir uma perspectiva policêntrica do desenvolvimento, focada no fortalecimento dos potenciais territoriais locais e regionais, a União Europeia ajudou a expandir o conceito de coesão. A coesão territorial também é fomentada pela integração de territórios por meio de infraestruturas de circulação territorial que promovam os fluxos de bens e mercadores, o que estimula uma distribuição equilibrada dos fluxos econômicos e sociais.

Uma dicotomia conceitual na geografia dos transportes: fixos como suportes e fluxos como ativadores territoriais

No âmbito da geografia, os conceitos de fixos e fluxos evoluíram progressivamente, tornando-se fundamentais para a compreensão das dinâmicas territoriais contemporâneas, sobretudo no âmbito da geografia dos transportes e inclusive no contexto da geografia francesa.

Especificamente no âmbito da geografia dos transportes, busca-se a enquanto campo de investigação, também analisar as redes em diversas escalas. De certa maneira, o desenvolvimento de transportes, compreendidos como o conjunto de meios materiais e serviços que possibilitam os deslocamentos (Libourel; Schorung; Zembri, 2022) e se baseiam em redes de escalas diversas, acabou também por gerar uma tensão fundamental na coexistência entre a estabilidade inerente ao território e a mobilidade que impulsiona o ser humano para outros lugares (Steck, 2011).

Conforme esta nova postura conceitual, os territórios devem ser abordados em termos de interdependência e articulação, superando a leitura baseada apenas na repartição e localização (Berroir *et al.*, 2017) em um contexto que a circulação territorial também abarca uma dicotomia entre os fixos e os fluxos, que de certa maneira, sempre acompanha a transformação dos sistemas de transporte e seu papel na organização dos territórios.

O conceito de fluxo se destaca enquanto um elemento central para compreender essa dinâmica, se relacionando a mobilidade de pessoas, ao escoamento de mercadorias ou transferência de informações, ou seja, sendo material ou imaterial. O termo fluxo possui definições que variam do sentido primário de circulação ao

sentido mais abrangente de deslocamento. No sentido primário pode ser compreendido como a expressão de uma circulação entre lugares por meio de uma infraestrutura, mas não deve ser confundido com a circulação em si (Lévy; Lussault, 2003).

De outra maneira, os fixos também correspondem aos lugares de partida e chegada dos fluxos, e aos espaços dedicados ao armazenamento, tratamento e distribuição, configurando os pontos nodais da mobilidade (Lombard; Steck, 2004). As infraestruturas (enquanto fixos) são as marcas que circunscrevem e condicionam o movimento (Steck, 2011), enquanto os fluxos ativam e mobilizam esses elementos técnicos no território.

Outrossim, a circulação sobre o território não é o resultado isolado dos fluxos e/ou dos fixos, para que esta se realize é crucial frequentemente há uma relação multiescalar articulando permanentemente um ponto (fixo) e a ligação (fluxo) de modo que nos auxilia a não apenas compreender as mobilidades, mas também as desigualdades territoriais.

Em síntese, os conceitos de fixo, mas sobretudo de fluxo, desempenham um papel central e correlacionado à circulação no território francês. Os fluxos materializam as circulações reais, enquanto os pontos fixos incorporam os suportes estáveis dessas mobilidades. A referida relação dinâmica é crucial para a compreensão da organização territorial contemporânea, na medida em que articula a mobilidade nos territórios.

Eixos de circulação: instrumento de ordenamento e da racionalização do espaço-tempo

O conceito de eixos de circulação, central na ciência geográfica contemporânea na análise dos transportes, passou por uma evolução significativa que o deslocou de uma descrição fundamentalmente morfológica para uma análise mais sistêmica e abstrata no âmbito das relações espaciais.

De certa forma, em um primeiro momento, a distinção entre os eixos era predominantemente orientada a partir de sua materialidade [infraestrutural] e status, hierarquizando dentre as "trilhas" até as "estradas", considerando a sua largura e reconhecendo-as como "vias de Estado". Contudo, essa abordagem materialista foi precocemente criticada, como por exemplo por Lucien Febvre (1922), que defendia uma perspectiva mais funcional, de certa forma possibilista, na qual as rotas só existem pela "vontade humana" e pelas razões atreladas as demandas de deslocamento, apesar de reconhecer que eram testemunhas da "ação do Estado" (Robert; Verdier, 2009).

A transição para uma análise dos eixos sob a perspectiva da rede colocou a distância no centro do arcabouço conceitual. A distância passou a ser concebida como a estrutura essencial do espaço. Em tal contexto, a distância deixa de ser meramente euclidiana entre dois pontos e passa a ser concebida como "distância-rede", ou seja, o comprimento do itinerário mínimo dentro do sistema viário, mas com sentido apenas na presença de atores e da intenção de transações, ligando a abstração geométrica da distância à intencionalidade social [e econômica]. (l'Hostis, 2014).

Posteriormente, os desenvolvimentos tecnológicos e as mudanças nas práticas econômicas impulsionaram o refinamento do conceito de eixos de circulação. O advento do transporte de alta velocidade, como o TGV, introduziu a ideia de deformação do espaço-tempo evidenciando que a velocidade contrai o espaço de forma desigual (l'Hostis, 2014).

No contexto do transporte de bens e mercadorias, a logística adquiriu uma posição de destaque, sendo percebida como um elemento impulsionador de outras atividades. Isso representou uma mudança na visão tradicional, que considerava o transporte como uma atividade meramente dependente das indústrias e da agricultura (Savy, 2006), visto que atualmente, o setor de comércio desempenha um papel fundamental no setor de transportes. A referida dinâmica pode ser evidenciada, por exemplo, pelo "espraiamento logístico", conceito que descreve a dispersão de terminais de carga para áreas periféricas de centros urbanos. Essa tendência pode ser observada, por exemplo, na região do entorno de Paris (Dablanç; Andriankaja, 2011).

Esta ênfase na racionalização da circulação aprofunda a concepção dos eixos e suas intrínseca relações com o ordenamento do território. Logo, as significativas figuras espaciais, como a *"banane bleue"* de Roger Brunet, que ilustra a dorsal mais rica e dinâmica da Europa, demonstraram o poder da visualização geográfica para influenciar o debate sobre o ordenamento do território e as prioridades de investimento em eixos de transporte (Mangin, 2002).

Assim, o papel dos eixos de circulação transcende a simples função de suporte de tráfego material, atuando como ferramentas de estruturação e elementos de ordenamento do território. A gestão da

rede de transporte, por exemplo, confere à autoridade regional um papel político impar que lhe permite "criar", no cotidiano, o território regional (Barone, 2011).

A circulação sobre o território é, portanto, canalizada e hierarquizada pelos seus respectivos eixos, que buscam racionalizar o movimento de pessoas e principalmente de mercadorias. Em um contexto de globalização, projetos como a Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) ilustram o esforço em harmonizar e coordenar eixos multimodais transnacionais para garantir a livre circulação de pessoas e mercadorias e a coesão econômica, estruturando o território em função da acessibilidade e da busca pela racionalidade logística e de passageiros, como forma também de ordenar os territórios.

Considerações Finais

O contexto geral deste trabalho evidenciou como as relevantes transformações na composição técnica dos territórios impõem desafios para a circulação, onde a velocidade e a fluidez se consolidaram como princípios estruturantes do ordenamento territorial, e de certa forma, também da coesão territorial.

Dessa forma, o presente trabalho busca contribuir para uma reflexão teórica aprofundada sobre as categorias conceituais que estruturam a análise da circulação territorial contemporânea, tomando como referência a influente tradição da geografia francesa. Ao revisitar categorias conceituais fundamentais, a análise demonstrou a complexidade e a dinâmica desses termos, bem como sua correlação indissociável com a circulação e o poder sobre os territórios.

O território demonstrou ter evoluído de uma perspectiva associada ao quadro físico-natural para uma construção complexa, simultaneamente social, política e simbólica, sendo essencialmente um espaço dinâmico demarcado pela circulação, uma rede viva que transcende limites topográficos estritos. Nesse sentido, as redes de circulação materializadas são, nesse sentido, a própria imagem do poder que o estrutura

Esta compreensão complexa é intrínseca ao ordenamento territorial, que no âmbito francês foi impulsionada historicamente pela busca em compensar os desequilíbrios regionais, adaptou-se a grandes rupturas, notadamente a descentralização de 1982, e na atualidade tem uma perspectiva de uma ação mais transversal que visa coordenar a igualdade, coesão e o desenvolvimento, em outras palavras, atua contra o aprofundamento das desigualdades. Tal ação está fundamentalmente atrelada às infraestruturas de transporte e à necessidade de circulação para estruturar os espaços produtivos em suas diferentes hierarquias.

Em sua dimensão mais recente, o ordenamento do território francês incorporou o referencial da coesão territorial, institucionalizado no âmbito da União. A coesão social, nesse sentido, enfrenta um desafio central: conciliar a competitividade regional, necessária ao crescimento globalizado, com o objetivo fundamental de redução das disparidades regionais. A política de coesão, em sua essência, requer que a organização dos fluxos e o investimento em infraestrutura sejam estrategicamente coordenados para fomentar o desenvolvimento policêntrico e a complementaridade funcional entre os territórios, em oposição ao reforço do tradicional modelo centro-periferia.

Neste interim, temos ainda, a articulação da dicotomia entre fixos e fluxos. Os fixos (infraestruturas e pontos nodais) constituem os suportes estáveis, enquanto os fluxos (movimentos reais de pessoas, mercadorias, informações) são de certa maneira os ativadores territoriais.

Por fim, os eixos de circulação são analisados como ferramentas de estruturação e ordenamento do território, extrapolando a descrição morfológica e contribuindo para a racionalização do movimento, estabelecendo uma conexão entre a intencionalidade social e econômica e a ideia de "redes".

Dessa forma, as contribuições desta pesquisa residem na oferta de uma matriz analítica da geografia francesa, fundamentada em autores que fornecem uma plataforma teórico-conceitual sólida, a qual pode orientar futuros estudos teóricos e, sobretudo, empíricos no âmbito da geografia dos transportes.

Este artigo apresenta um arcabouço que contribui para subsidiar reflexões acerca das políticas públicas territoriais, sobretudo em transportes (fixos), não se restrinjam aos desafios da engenharia e da infraestrutura, mas sim se expandam para a concepção de políticas territoriais que visem aprimorar a acessibilidade aos territórios, o desempenho logístico e o uso democrático do território.

É imprescindível destacar que a infraestrutura não é neutra, uma vez que pode potencializar as desigualdades ao favorecer determinados grupos e restringir outros, demandando a atuação do poder público por meio de políticas transversais de promoção da igualdade e mitigação das disparidades territoriais.

Conclui-se que o papel do ordenamento do território na circulação e na construção de novos corredores, como os rodoviários de exportação, exige mais do que soluções de engenharia; demanda uma visão territorial estratégica. O objetivo da coesão territorial, que se encontra agora no centro do planejamento (europeu pelo menos), condiciona os critérios de equidade, inclusão e sustentabilidade, impondo o desafio de um planejamento que use os fixos e fluxos para uma distribuição equilibrada do desenvolvimento, e não apenas para a aceleração do capital.

Referências

ARAÚJO, Valdei. **A reforma administrativa francesa:** da crise da função pública a uma nova racionalidade da ação coletiva, uma difícil transição. Brasília: FGV/EBAP/ENAP, 1997. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/718. Acesso em: 14 jul. 2025.

BARONE, Sylvain. Le TER et la politique. In: BARONE, Sylvain (dir.). **Les politiques régionales en France.** Paris: La Découverte, 2011. p. 85-109.

BAUDELLE, Guy; ÉLISSALDE, Bernard. L'aménagement à l'heure de l'Europe: une construction territoriale imparfaitement partagée?. **L'Information Géographique**, v. 71, n. 4, p. 43-67, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.3917/lig.714.0043. Acesso em: 16 ago. 2025.

BERROIR, Sandrine *et al.* Les systèmes urbains français: une approche relationnelle. **Cybergeo:** European Journal of Geography, Espace, Société, Territoire, document 807, 06 fev. 2017. Disponível em: http://journals.openedition.org/cybergeo/27945. Acesso em: 09 ago. 2025.

BERTRAND, Nathalie; PEYRACHE-GADEAU, Véronique. Cohésion sociale et cohérence territoriale», quel cadre de réflexions pour l'aménagement et le développement?. **Géographie, Économie, Société,** v. 11, n. 2, p. 85-91, 2009. Disponível em:

https://shs.cairn.info/revue-geographie-economie-societe-2009-2-page-85?lang=fr. Acesso em: 16 set. 2025.

BOUBAY-PAGÈS, Michèle. Trente ans de décentralisation de l'aménagement du territoire. In: REGOURD, Serge; CARLES, Joseph; GUIGNARD, Didier (Ed.). **La décentralisation 30 ans après.** Toulouse: Presses de l'Université Toulouse Capitole, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.4000/books.putc.1404. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRENNETOT, Arnaud. **La fin de l'aménagement du territoire:** du lent renoncement à l'impérieux renouveau. Fondation Jean-Jaurès, Paris, 24 abr. 2025. Disponível em: https://www.jean-jaures.org/publication/la-fin-de-lamenagement-du-territoire-du-lent-renoncement-a-limperieux-renouveau/. Acesso em: 09 abr. 2025.

BONNEMAISON, Joël. **La géographie culturelle.** Paris : Armand Colin, 2000.

BRUNET, Roger. **Le territoire dans les turbulences.** Montpellier : GIP Reclus, 1990.

CARLUER, Frédéric ; GAULIER, Guillaume. Le centre et la périphérie de l'espace européen: analyses empiriques de la concentration et de la diffusion. **L'Espace Géographique**, t. 36, n. 4, p. 289-303, 2007. Disponível em: http://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2007-4-page-289.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

CGET - COMISSARIAT GÉNÉRAL À L'ÉGALITÉ DES TERRITOIRES. **50 ans d'aménagement du territoire**. Paris: CGET, 2015. Disponível em: https://www.documentation-administrative.gouv.fr/adm-01860009. Acesso em: 7 out. 2025.

CLOZIER, René. Géographie de la circulation. **L'information géographique**. v. 15, n. 4, 1951. pp. 145-149. Disponível em: https://doi.org/10.3406/ingeo.1951.1095. Acesso em: 15 ago. 2025.

DABLANÇ, Laetitia; ANDRIANKAJA, Dina. Desserrement logistique en Île-de-France: la fuite silencieuse en banlieue des terminaux de fret. **Revue Flux**, n. 85-86, p. 72-88, 2011. Disponível em: https://shs.cairn.info/revue-flux1-2011-3-page-72. Acesso em: 15 ago. 2025.

DI MÉO, Guy. **Géographie sociale et territoire**. Paris : Nathan, 1998.

FALUDI, Andreas. Territorial cohesion: old (French) wine in new bottles?. **Urban Studies**, v. 41, n. 7, p. 1349-1365, 2004. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/43197158. Acesso em: 18 jul. 2025.

FALUDI, Andreas. La dimension territoriale de l'intégration européenne. **L'Information Géographique**, v. 71, n. 4, p. 27-42, 2007. Disponível em: https://shs.cairn.info/revue-l-information-geographique-2007-4-page-27?lang=fr. Acesso em: 14 set. 2025.

FRANCE. Ministère de la Transition Écologique et de la Cohésion des Territoires. **Aménagement du territoire :** document de politique transversale : annexe au projet de loi de finances pour 2024. Paris, 2024. Disponível em: https://www.budget.gouv.fr/. Acesso em: 14 maio 2025.

FRÉMONT, Armand. **La région, espace vécu**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

GALLOIS, Lucien. Tableau de la géographie de la France. **Annales de Géographie**, t. 12, n. 63, p. 207-213. 1903. Disponível em: https://doi.org/10.3406/geo.1903.6324. Acesso em: 02 ago. 2025.

GONIN, Alexis. Notion en débat : Territoire. **Géoconfluences,** dez. 2024.
Disponível em: https://geoconfluences.ens-lyon.fr/informations-scientifiques/a-la-une/notion-a-la-une/notion-en-debat-territoire.
Acesso em: 03 ago. 2025.

GRASLAND, Claude; HAMEZ, Grégory. Vers la construction d'un indicateur de cohésion territoriale européen?. **L'Espace Géographique,** t. 34, n. 2, p. 97-116, 2005. Disponível em: https://shs.hal.science/halshs-00175554v1. Acesso em 14 set. 2025.

HÉRIN, Robert. Années 1970 : Une décennie charnière ? In : FREMONT, Armand; ALLEMAND, Sylvain, HEURGON, Édith (édit.). **Aménagement du territoire.** Caen : Presses universitaires de Caen, 2008, p. 299-306. Disponível em: https://doi.org/10.4000/books.puc.10358. Acesso em: 02 set. 2025.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **La France:** tableau geógraphique. Paris : Librarie Hachette, 1908. Disponível em: https://archive.org/details/lafrancetableaug00vida/page/n43/mode/2up. Acesso em: 02 ago. 2025

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Principes de Geographie Humaine**. Paris : Armand Colin, 1922. Disponível em: https://nubis.bis-sorbonne.fr/ark:/15733/m3qq. Acesso em: 02 ago. 2025.

LÉVY, Jacques. **Géographie du politique**. Paris : Odile Jacob, 2022.

LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. **Dictionnaire de la Géographie et de l´Espace des Sociétés**. Paris: Belin, 2003.

L'HOSTIS, Alain. **Le détour, la pause et l'optimalité:** essai sur la distance et ses apports au transport et à l'urbanisme. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Aménagement de l'Espace) – Université Paris-Est, Paris, 2014. Disponível em: https://hal.science/tel-01081570v1/file/HdR%20066.pdf. Acesso em 14 ago. 2025.

LIBOUREL, Éloïse; SCHORUNG, Matthieu; ZEMBRI, Pierre. **Géographie des transports:** Territoires, échelles, acteurs. Paris: Armand Colin, 2022.

LOMBARD, Jérôme; STECK, Benjamin. Quand le transport est d'abord un lieu! **Autrepart,** [s.l.], v. 32, n. 4, p. 3, 2004. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/autrepart3/010035549.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

MANGIN, Chantal. **Les coopérations interrégionales**. Délégation à l'aménagement du territoire et à l'action régionale (Datar). Paris : la Documentation française : DATAR, 2002. Disponível em: https://www.documentation-administrative.gouv.fr/adm-01860069. Acesso em 11 jun. 2025.

MARCHAND, Bernard. La haine de la ville: "Paris et le désert français" de Jean-François Gravier. **L'information géographique**, v. 65, n. 3, p. 234-253, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.3406/ingeo.2001.2761. Acesso em: 08 set. 2025.

MERLIN, Pierre. **Géographie, économie et planification des transports**. Paris : Presses Universitaires de France, 1991.

PERROUX, François. Note sur la notion de "pôle de croissance". **Économie appliquée,** t. 8, n. 1-2, Jan-Jun, pp. 307-320, 1955. Disponível em: https://doi.org/10.3406/ecoap.1955.2522. Acesso em: 08 set. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Lyon: ENS Éditions, 1980.

ROBERT, Sandrine; VERDIER, Nicolas. Pour une recherche sur les routes, voies et réseaux… **Les nouvelles de l'archéologie**, n. 115, p. 5-8, 2009. Disponível em: https://journals.openedition.org/nda/643. Acesso em: 30 jul. 2025.

SANTINHA, G. El principio de la cohesión territorial en cuanto nuevo paradigma de desarrollo en la formulación de políticas públicas: (re) construyendo ideas dominantes. **Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**, v. 40, n. 119, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.4067/S0250-71612014000100004. Acesso em: 16 jun. 2025.

SAVY, Michel. **Logistique et territoire**. Délégation interministérielle à l'aménagement et à la compétitivité des territoires (Diact). Paris : la Documentation française : DIACT, 2006. Disponível em: https://www.documentation-administrative.gouv.fr/adm-01860101. Acesso em 11 jun. 2025.

STECK, Benjamin. Flux et territoires : de la trace à la marque, une question de distance. In: GALINON-MELENEC, Béatrice (ed.). **L'Homme trace**. Paris: CNRS Éditions, 2011. p. 249-271. Disponível em: https://books.openedition.org/editionscnrs/16785. Acesso em: 24 set. 2025.

UE - UNION EUROPÉENNE. Commission des Communautés Européennes. **Schéma de Développement de l'Espace Communautaire (SDEC)** : vers un développement équilibré et durable du territoire de l'UE. Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés européennes, 1999. Disponível em: https://op.europa.eu/fr/publication-detail/-/publication/a8abd557-e346-4531-a6ef-e81d3d95027f. Acesso em: 14 ago. 2025.

UE - UNION EUROPÉENNE. Commission des Communautés Européennes. Communication de la Commission au Conseil, au Parlement Européen, au Comité des Régions et au Comité Économique et Social Européen. **Livre vert sur la cohésion territoriale:** faire de la diversité territoriale un atout. Bruxelles: UE, 2008. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/ALL/?uri=CELEX:52008DC0616&qid=1759847907015. Acesso em: 17 set. 2025.

Recebido para publicação em 14/10/2025

Aceito para publicação em 24/02/2026

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: O QUE PENSAM OS/AS PROFESSORES/AS DE GEOGRAFIA QUE ATUAM NO CENTRO DE EXCELENCIA QUILOMBOLA 27 DE MAIO

QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION: WHAT DO GEOGRAPHY TEACHERS WHO WORK AT THE QUILOMBOLA CENTER OF EXCELLENCE 27 DE MAIO THINK

EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLA: QUÉ PIENSAN LOS PROFESORES DE GEOGRAFÍA QUE TRABAJAN EN EL CENTRO DE EXCELENCIA QUILOMBOLA 27 DE MAYO

Mailson Acacio dos Santos Melo
mailsonacacio@gmail.com

Diana Mendonça de Carvalho
dianamendonca@academico.ufs.br

Edinéia Tavares Lopes
edineia.ufs@gmail.com

Resumo:
As comunidades quilombolas enfrentam muitos desafios em relação à efetivação da modalidade da Educação Escolar Quilombola (EEQ). Em Sergipe, não é diferente. Dessa forma, o objetivo geral deste artigo é compreender a partir das falas dos professores de Geografia do Centro Excelência Quilombola 27 de Maio (CEQ27M) as relações estabelecidas ou não entre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) e as práticas pedagógicas geográficas nessa unidade escolar. A pesquisa é do tipo investigação-ação participativa com abordagem qualitativa. Os instrumentos metodológicos utilizados foram entrevistas e observações, além de referenciais bibliográficos. Diante disso, houve a adesão de (as) professores(as) de Geografia as DCNEEQ e que o CEQ27M tem avançado nas discursões, porém para que a EEQ seja efetivada, a Comunidade Quilombola Mocambo, em meio a sua condição territorial, precisa estar dentro e em disputa por tal efetivação.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola, Diretrizes Curriculares, Professora(es) de Geografia.

Abstract:
The quilombola communities face numerous challenges regarding the implementation of Quilombola School Education (QSE). In Sergipe, this reality is no different. Thus, the general objective of this article is to understand, based on the accounts of Geography teachers from the Quilombola Excellence Center 27 de Maio (CEQ27M), the relationships that are—or are not—established between the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education (NCGQSE) and the geographic pedagogical practices developed in this educational unit. The research follows a participatory action-research design with a qualitative approach. The methodological instruments used were interviews and observations, in addition to bibliographic references. In view of this, it was observed that Geography teachers have adhered to the NCGQSE and that the CEQ27M has advanced in its discussions; however, for QSE to be fully implemented, the Mocambo Quilombola Community, within its territorial circumstances, must be actively involved in and engaged in the struggle for such implementation.

Keywords: Quilombola School Education, Curriculum Guidelines, Geography Teacher(s).

Résumé / Resumen:
Las comunidades quilombolas enfrentan numerosos desafíos en relación con la implementación de la modalidad de Educación Escolar Quilombola (EEQ). En Sergipe, no es diferente. De este modo, el objetivo general de este artículo es comprender, a partir de los testimonios de los profesores de Geografía del Centro de Excelencia Quilombola 27 de Mayo (CEQ27M), las relaciones establecidas —o no— entre las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Escolar Quilombola (DCNEEQ) y las prácticas pedagógicas geográficas en esta unidad escolar. La investigación es de tipo investigación-acción participativa, con un enfoque cualitativo. Los instrumentos metodológicos utilizados fueron entrevistas y observaciones, además de referencias bibliográficas. Ante esto, se constató la adhesión de los/las profesores/as de Geografía a las DCNEEQ y que el CEQ27M ha avanzado en las discusiones; sin embargo, para que la EEQ se efective, la Comunidad Quilombola Mocambo, en medio de su condición territorial, necesita estar presente y en disputa por dicha implementación.

Mots-clés / Palabras-clave: Educación escolar quilombola, Directrices curriculares, Profesores de geografía.

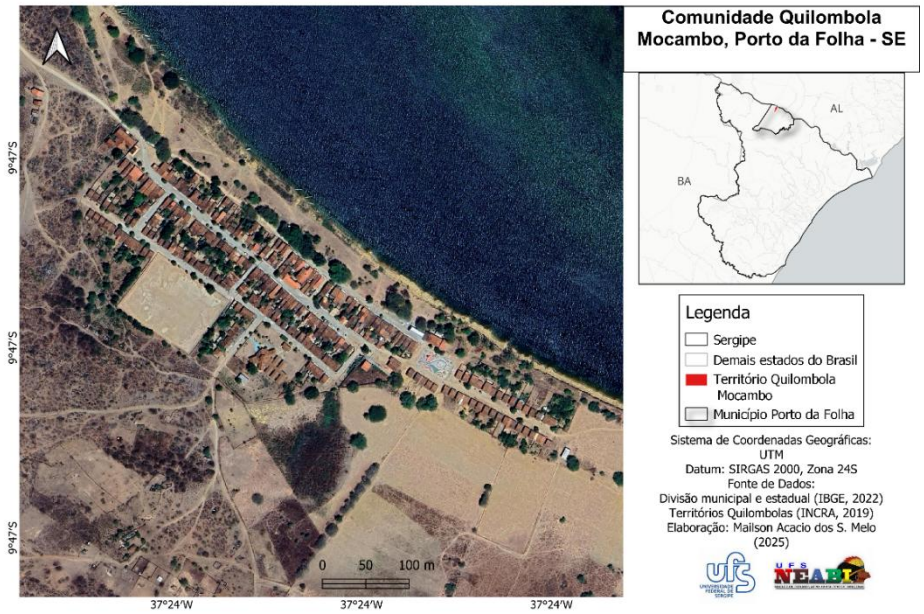
Para Começo de Conversa

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade da Educação brasileira, cuja escola se encontra em área de remanescentes de comunidades quilombolas ou unidades escolares que atendem alunos quilombolas, que se colocam no sentido de valorizar a história, conhecimentos, valores culturais e identidade étnico-raciais (Brasil, 2012). Essa modalidade está institucionalizada em bases legais, mas enfrenta diversos desafios que precisam serem expostos e discutidos, pois para que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) sejam efetivadas, as instituições de ensino precisam enxergar as especificidades étnico-raciais das comunidades quilombolas.

Por esse contexto, o presente artigo, representa a preocupação de um estudante quilombola do curso de licenciatura em Geografia, de registrar e divulgar a condição do ensino dessa disciplina no Centro de Excelência Quilombola 27 de Maio. Inicialmente, a temática já se justifica no uso da primeira pessoa do singular, diante do vínculo deste autor com a problemática estudada.

Minha família participou intensamente da luta quilombola no cenário nacional e estadual, desde o processo de reconhecimento e titulação da minha comunidade, Mocambo, quanto das demais comunidades quilombolas de Sergipe (Figura 01). Desse modo, a luta das comunidades quilombolas para demarcação de seus territórios e demais direitos, como acesso à saúde e educação escolar, atravessou a constituição desse pesquisador/autor como pessoa.

Figura 01- Mapa do Território Quilombola Mocambo, Porto da Folha-SE (2024).



Fonte: Projeto Entrelaços (2024).

Mocambo, teve o território reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, como comunidade Quilombola no ano de 1997, tornando-se a primeira comunidade quilombola reconhecida de Sergipe. A luta por esse território teve como referência a luta do povo indígena Xokó, cuja luta é demarcada do final da década de 1970, quando da ocupação da Ilha de São Pedro, tornando-se um dos primeiros povos do Nordeste a iniciar a retomada do seu território. Tal luta ganhou participação nos movimentos sindicais, camponeses e religiosos de cunho progressista de todo o Baixo São-Francisco que esteve intrinsecamente ligada a luta pela Educação Escolariza, pois não há Educação Escolar Indígena (EEI) sem território demarcado (Bomfim, 2021; Santos Junior, 2016; Santos, 2020).

Estudei todas as etapas da vida escolar na minha comunidade, no Centro Excelência Estadual Quilombola 27 de Maio

(CEQ27M). O CEQ27M foi criado como escola rural do Povoado Mocambo no ano de 1949 e oferta o Ensino Médio desde 2003 (Santos, 2021). Durante todas as etapas de minha vida escolar, percebi que à despeito do que vivia cotidianamente na minha vida familiar e na comunidade, a luta quilombola, quando estava presente no currículo escolar, era de forma pontual, quase sempre referendado no dia 27 de maio, dia em que o território comemora aniversário de reconhecimento como Território Quilombola pela Fundação Cultural Palmares; ou 20 de novembro, dia dedicado a Consciência Negra, ambas datas importantíssimas para o debate antirracista.

Na minha formação política, no âmbito do movimento quilombola, a educação escolarizada sempre foi uma das pautas de luta. Vale registrar, que as comunidades quilombolas, sobretudo pós-constituição de 1988, têm investido na transformação do modelo de educação escolar racista, eurocentrada e excludente para uma educação escolarizada que, de fato, atenda seus anseios e demandas.

Por isso, como não podia ser diferente, minha trajetória de resistência como aluno na Universidade Federal de Sergipe (UFS) sempre foi atravessada pela minha constituição ancestral como pessoa quilombola e indígena, com vínculo estreito com o território onde fui criado e as lutas que constituíram a pessoa que sou hoje.

Assim, compreendo a Universidade como um espaço estratégico em que o Movimento Quilombola (MQ) e o Movimento Indígena (MI) buscam atuar na luta pela educação escolar e universitária. A incidência desses movimentos ocorre, por exemplo, na efetivação das políticas afirmativas específicas para essas comunidades e povos e nas ações voltadas para a formação de professores para atuarem em suas modalidades específicas de ensino

na Educação Básica, quais sejam: Educação Escolar Quilombola (EEQ) e Educação Escolar Indígena (EEI).

Desse modo, minha atuação nesse espaço formativo acadêmico tem ocorrido na confluência das temáticas de Educação Escolar Quilombola (EEQ) e Educação Escolar Indígena (EEI), em projeto de pesquisa, extensão e ensino, desenvolvidos junto ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UFS (NEABI-UFS).

No recorte deste artigo, volto meu olhar para a Educação Escolar Quilombola (EEQ) em Sergipe, focando o componente curricular Geografia. Faz-se importante registrar que as comunidades quilombolas enfrentam muitos desafios em relação à efetivação da modalidade EEQ em todo o país, não sendo diferente em Sergipe. Sobre esses desafios, após realização do Fórum de Educação Escolar Quilombola (FEEQS) e análise das demandas apresentadas, Lopes et. al., (2021) destacam, a partir das falas das(os) representantes das comunidades quilombolas, professoras(es) e gestores, que atuam nas escolas e secretarias que atendem essas comunidades: 1-a ausência de formação especifica inicial e continuada para os(as) professores(as) que atuam nessas escolas ; 2-lacunas na implementação de currículos específicos; e, mesmo, 3-a ausência de professoras(es) quilombolas nas unidades escolares sergipanas.

Desse entendimento e da defesa da garantia da Educação Escolar Quilombola, é que se propõem esta investigação, que tem o objetivo de compreender a partir das falas dos professores[1] de Geografia do Centro Excelência Quilombola 27 de Maio (CEQ27M),

[1] As denominações utilizadas ao longo do texto para referenciar os (as) professores(as) entrevistados(as), são homenagens feitas a pessoas quilombolas do Mocambo que já faleceram e tiveram sua importância na luta pela definição desse território, no caso: Mariana, Maria das Virgens e Nice.

as relações que são estabelecidas ou não entre as DCNEEQ e as práticas pedagógicas geográficas nessa unidade escolar.

Neste mesmo quadro, apresenta-se como objetivos específicos: 1) analisar o perfil pessoal, acadêmico e profissional dos/as professores/as de Geografia que atuam no CEQ27M; 2) Investigar a partir da fala desses professores a relação entre as práticas pedagógicas geográficas no CEQ27M e as orientações das DCNEEQ, com foco em suas especificidades étnico-raciais locais; e, 3) Refletir sobre saberes e fazeres culturais/territoriais, que podem/tem se constituído como temática da educação geográfica no CEQ27M, a partir da fala desses professores.

Esta pesquisa está vinculada ao projeto Entrelaços de Res/exi/tência: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe? (Aprovado pelo CONEP: 5.699.931). O projeto foi elaborado/produzido a partir das demandas elencadas durante o Fórum da Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS), realizado durante o ano de 2019. O Núcleo de estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) realizou ações com objetivo de fortalecer as discussões em torno da temática EEQ nas escolas localizadas em territórios quilombolas em Sergipe.

Sendo assim, o presente trabalho se relaciona de forma intrínseca com a luta das comunidades quilombolas de Sergipe e, portanto, vinculados com a produção de conhecimento comprometido com as comunidades quilombolas sergipanas, as quais são envolvidas no projeto (Lopes, 2022). Tal compromisso foi proposto a partir das demandas identificadas durante a realização do Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS) em 2019. Compromisso assumido com as comunidades na produção de conhecimento

científico sobre a educação escolar ofertada nos territórios quilombolas sergipanos (Lopes et al, 2021).

Caminho metodológico percorrido

Como dito, o recorte da pesquisa apresentado neste artigo se insere nas investigações realizadas no projeto "Entrelaços de Res/exi/tência". Neste adotou-se a abordagem qualitativa, visto que ela busca compreender a complexidade e a riqueza dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos participantes, constantemente refletidos nas vivências dos sujeitos da pesquisa (Bogdan; Biklen, 2003; Flick, 2009).

A pesquisa é do tipo investigação-ação participativa (Fals Borda, 2010a e 2010b), justificada pela importância do compromisso com os/as sujeitos/as e sua consciência coletiva. Compreende-se assim, que os caminhos são construídos na investigação e que não há hierarquização entre o pesquisador e os participantes. Parte-se então, do pressuposto do sujeito da pesquisa, abordando as temáticas que o atravessam política e simbolicamente.

Com a investigação-ação participativa (IAP), busca-se no âmbito do Projeto Entrelaços (Lopes, 2022) desenvolver ações comprometidas com a EEQ, vinculadas as lutas do Movimento Quilombola de Sergipe e elaboradas a partir das demandas do FEEQS.

No recorte apresentando neste artigo, a pesquisa foi realizada no Centro de Excelência Quilombola 27 de Maio, localizado no Território Quilombola Mocambo, município de Porto da Folha, Sergipe. Este é o primeiro território quilombola titulado pelo Instituto de Colonização de Reforma Agrária (INCRA) em Sergipe (Arruti, 2016).

Neste contexto, o território é compreendido aqui pela presença material delimitada pela resistência de uma luta coletiva, que reflete significados, modos de ser e viver a partir da sua identidade quilombola. Essa luta atravessa constantemente fileiras por garantia de políticas públicas, que sustentam a titulação de seus territórios à condição de vida digna (Dias, 2020; Silva, 2022). Além disso, reflete relações de fortalecimente e coletividade, que reproduz materialidades em todos os espaços que seus corpos estejam ou que lutas os levem na perspectiva de aquilombamento, isto é, na forma que essa população encrontra de se materem vivos em meio as violencias cotidianas.

Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas, com roteiro previamente elaborado, três professores de Geografia da escola supracitada. Adotou-se nomes fictícios para esses entrevistados(as), sendo essas Nice, Maria das Virgens e Marina. Inicialmente, foi conversado com esses profissionais sobre o objetivo da realização da pesquisa e apresentado a proposta do roteiro, explicando sobre as orientações referentes a Ética na Pesquisa.

O roteiro de entrevista com os professores teve o intuito de coletar dados sobre: a) seu perfil pessoal, acadêmico e profissional dos/as professores/as de Geografia; b) saberes e fazeres culturais/territoriais que podem/tem se constituído como temática da educação geográfica no CEQ27M; c) relação entre as práticas pedagógicas geográficas no CEQ27M e as orientações das DCNEEQ, com foco nas especificidades étnico-raciais da Comunidade Quilombola Mocambo.

Além disso, focalizou-se revisão bibliográfica, focalizando as Diretrizes Curriculares e a Educação Escolar Quilombola, assim como, formação docente e ensino de geografia. No tocante a

espacialização das informações, além da tabulação das entrevistas realizadas, fora realizado mapeamento cartográfico da localização do recorte espacial, utilizando-se do Qgis 3.40 e de base cartográfica do IBGE (2022).

Esses procedimentos se fizeram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, como também para sua organização em subitens essenciais para a compreensão sobre a Educação Escolar Quilombola, seus campos de luta e resistência.

Educação Escolar Quilombola: Considerações sobre o caso em Sergipe

A Educação Escolar Quilombola (EEQ), modalidade da Educação Básica nacional, é uma conquista dos movimentos quilombola, no bojo da luta da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), resultando na promulgação, no ano de 2012, das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombolas (DCNEEQ) estabelecem que as escolas precisam ser envolvidas e enriquecidas:

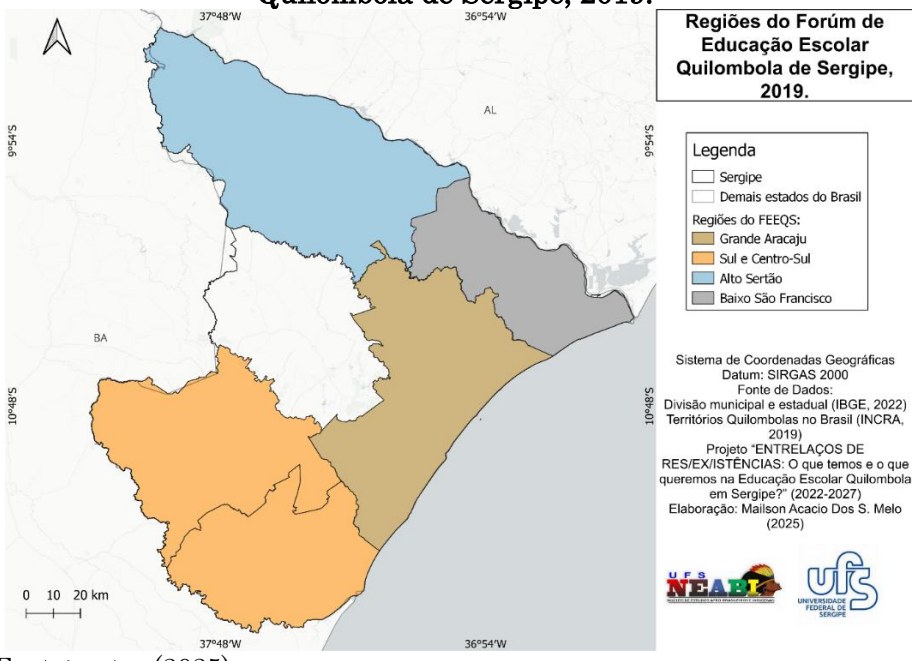
> a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (Brasil, 2012, Art. 1º, I).

Após essa conquista, o movimento quilombola (MQ) vem fazendo sua organização em espaços estratégicos de lutas. Nacionalmente, o Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de

Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) pautou em todos os estados que têm comunidades quilombolas a efetivação das DCNEEQ (2012), fazendo com que a Educação Escolar Quilombola seja uma realidade em todos os territórios quilombolas do Brasil.

Em Sergipe, essas reivindicações ocorreram de forma mais intensa, através das atividades desenvolvidas no Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS), executado em quatro regiões: Sul, Sertão, Baixo São Francisco e Grande Aracaju, no ano de 2019 (figura 02). Nesses, as comunidades apresentaram as suas demandas sobre as ausências de políticas públicas específicas para a efetivação dessa modalidade de ensino (Lopes et al, 2021).

Figura 02- Mapa dos Territórios do Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe, 2019.



Fonte: autor (2025).

Para que a EEQ ocorra conforme conquistado pelas comunidades quilombolas e definido nas DCNEEQ, um fato fundamental para a sua efetivação é a formação dos(as) docentes que atuarão nas escolas quilombolas. Essa formação deve contribuir para garantir no currículo das escolas quilombolas, o diálogo entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos dos respectivos territórios (Lopes et al, 2021).

Importante destacar que as lutas por educação escolar quilombola estão intrinsecamente ligadas e materializadas nas lutas pelos seus receptivos territórios. Quando o Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo) diz que "Somos o começo, meio e começo" (Santos, 2023, p. 30) anuncia que não existe escola quilombola sem território quilombola titulado.

Deste modo, a luta em Sergipe não começa hoje, é uma luta que começou desde que o "negro" fora arrancado dos territórios africanos e violentamente incorporados à terra "Brasilis" (Lobo, 2022), como mão-de-obra escrava, desconsiderando a identidade social, simbólica, política e histórica. Deste modo, em todos os momentos da história de constituição do Brasil, o povo hoje definido como quilombola, estabeleceu luta, resistência, organização e educação.

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, a Educação Escolar Quilombola reflete esse campo de luta e resistência ao analisar a organização dos quilombos no Brasil, que se dá verdadeiramente na resistência à escravidão, diante da luta aos

> [...] nos processos de resistência ao padrão de poder, apropriação, expropriação da terra, imposto aos africanos escravizados e a seus descendentes. Os povos quilombolas têm consciência dessa relação persistente entre sua história e as lutas

> pela manutenção de seus territórios. Nessa tensa relação, têm construído e afirmado a sua consciência do direito à terra e ao território e, nesse sentido, aproximam-se das lutas dos movimentos sociais do campo (Brasil, 2012, p. 16).

No estado de Sergipe existem 34 comunidades quilombolas documentadas com certificação. Mas o Movimento Quilombola de Sergipe afirma que existe mais de 50 comunidades quilombolas (Lopes et al, 2025). Assim, percebe-se a importância da organização política dessas comunidades para que seus direitos sejam efetivados, e, nesse caso, o direito a Educação Escolar Quilombola em seus territórios e nas demais escolas que recebem os alunos dessa modalidade (Arruti, 2017).

No que tange a formação e ensino de geografia, é evidente a ausência de texto específicos tratando da temática. Contudo, a mesma é refletida a partir da concepção territorial, como sendo invisibilizado e desconhecido:

> [...] por parte da sociedade, da história, da relação identitária destes grupos populacionais com seus territórios, de sua dinâmica, permitem certas estratégias por parte de uma minoria, que vão da negação da titulação, ao extermínio simbólico e físico destas populações. (Santos; Costa, 2020, p.312)

Por está razão, a formação geográfica toma folêgo com a questão quilombola pela necessidade de viabilizar a importânica dos saberes e experiências desses povos na formação territorial (Cavalcanti, 2013). Todavia, a vivência em sala de aula tem ausentado essa temática, haja vista, os livros didáticos pouco trazerem para a sala de aula, essa conciêntização precisa ser em nível totalizador.

Diante disso, até o ano de 2025, não houve nenhuma formação continuada específica para os professores quilombolas, nem para os professores que atuam em escolas quilombolas em Sergipe. Dessa forma, fica explícito a ausência de vontade política, tanto da Secretarias de Estado da Educação, quanto das Secretarias Municipais de Educação, sobretudo dos municípios que tem territórios quilombolas, ou que recebem alunos desses territórios. Então, como efetivar a modalidade da Educação Escolar Quilombola se não há uma adesão das respectivas Secretarias?

Por conta disso, o Movimento Quilombola de Sergipe juntamente ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI-UFS), organizaram no ano de 2019, o Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS). Nele houve uma intensa participação dos territórios quilombolas, professores, lideranças e alunos, ocorrendo cinco encontros, quatro deles nos etinoterritorios: Sertão, Baixo São-Francisco, Centro-Sul e Grande Aracaju (Figura 02); e um estadual, integrando as demandas com vista a busca por soluções, que ainda não chegaram (Lopes et al, 2021).

A partir dos encaminhamentos feitos no FEEQS, foi protocolado no Ministério Público Federal (MPF) as demandas e anseios dos territórios quilombolas para a efetivação da Educação Escolar Quilombola. Como um anseio que Xifroneze Santos, liderança Quilombola, definiu "[...]acredito que os/as quilombolas vão construir o segundo marco legal do Brasil que vão orientar todas as escolas (Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola de Sergipe, 2019). Nessa crença, os militantes da Educação Escolar Quilombola foram organizando estratégias, para que essa esperança pudesse seguir firme.

Importante destacar que no período entre 2020 e 2022, a sociedade mundial passou pela Pandemia do Covid-19, e que as populações quilombolas perderam muitos dos seus anciões no Brasil. Muitas bibliotecas vivas tombaram perante tal pandemia. Houve também o enfrentamento a um Governo que deliberadamente produzia violência junto aos territórios, tanto para os territórios quilombolas, como também, para os territórios indígenas. Contudo, não se cessou a luta pela Educação Escolar Quilombola, porque não houvera escolha, reiterando que a opção foi sempre resistir.

Assim, foi construído o Projeto Entrelaços de Res/Ex/Istências: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe?". Projeto esse que trouxe uma contribuição significativa para EEQ em Sergipe. A partir desse foi possível dialogar com as lideranças, alunos, pais (responsáveis), professores, diretores que estão nos territórios quilombolas. Contou-se também com estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação; professoras(es) da Educação Básica e professoras(es) da Universidade Federal de Sergipe, que militam e pesquisam no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI-UFS).

Até o momento, o Projeto Entrelaços conduziu a produção de três dissertações de mestrado, sobre três escolas quilombolas. Pelas professoras-pesquisadoras Ângela Sales Andrade Santos (Santos, 2021), Flávia Cristina Santos (Santos, 2023) e Jéssica Araujo dos Santos (Santos, 2024), respectivamente nas escolas quilombolas: Centro de Excelência Quilombola 27 de Maio, Colégio Estadual Quilombola 03 de Maio e Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado. Escolas Quilombolas que estão respectivamente nos territórios quilombolas: Mocambo (Porto da Folha), Brejão dos Negros (Brejo Grande) e Porto D'Areia (Estância).

Confluências entre Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola no Ensino de Geografia

A educação quilombola reflete o conjunto de saberes, que conflui na condição histórica, cultural, em relações sociais, econômicas e identidade memorizada de comunidades. Esses saberes não se limitam ao espaço escolar, pois são passados de geração para geração no seio da comunidade, mediante vivência, família e território. Neste contexto, o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, que versa sobre o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola denota que a Educação Quilombola só ganha fôlego diante da luta junto ao Estado, mediante:

> [...] participação de lideranças quilombolas que explicitavam a especificidade das suas demandas, sobretudo em termos de uma educação escolar que se realizasse em âmbito nacional, e de fato, contemplasse não só a diversidade Regional na qual a população quilombola se distribui em nosso país, mas principalmente a realidade sócio-histórica, política, econômica e cultural desse povo. Uma realidade que tem sido inviabilizada ao longo da história da política educacional (Brasil, 2012, p. 13).

Por conseguinte, a Educação Escolar Quilombola se refere a uma modalidade específica da Educação Básica no Brasil, que é reconhecida institucionalmente e preza "[...] por práticas pedagógicas fundamentadas na interculturalidade, na valorização da diversidade étnico-racial, no fortalecimento da identidade e no desenvolvimento sustentável" (Brasil, 2012, p. 01/ Parecer CNE/CEB nº08/2012).

Diante desse enunciado e diferenciação quanto a condição da educação quilombola em sua totalidade, (de)anuncia-se as ausências de produções científicas no Ensino de Geografia em Escolas Quilombolas. Por isso, pouquíssimos trabalhos desta ciência foram

focalizados, não só porque não havia compromisso ou rigor em suas pesquisas, mas também, porque as comunidades e, respectivamente, suas escolas, continuam sendo objeto de pesquisa e não sujeitos delas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), deixam explícito que as escolas quilombolas precisam conter em seus currículos as memórias, a territorialidade, as práticas culturais e todos os acervos das comunidades: cantos, danças, batuques e espiritualidades (Brasil, 2012). Mas como fazer isso se ainda existe a presença colonial nos currículos dessas escolas? Se os professores não foram formados a partir de tais conceitos? Para que isso aconteça, os currículos precisam ser transgressivos (Hooks, 2013).

Silva (2012) afirma que a escola quilombola precisa fortalecer seu papel junto a sua comunidade, destacando que:

> [...] A Educação Escolar Quilombola é um instrumento de luta, de identificação, de acolhimento dos conhecimentos locais e universais, de valorização da pessoa, da afirmação enquanto sujeitos de direitos. Educação Escolar Quilombola é valorizar as sabedorias locais não escritas, nem lidas por meio de símbolos da grafia. Mas, as reconhece e as transforma em projeto, a que consegue fazer com que os conhecimentos não universais sejam conhecidos também. Que faz com que a vida não perca a essência, que recebe e partilha, que valoriza e é valorizada (Silva, 2012, p. 166-16)

Importe destacar que os currículos são espaços de disputas (Silva, 2022) e, que nesses, as comunidades precisam tensionar aquilo que querem ver, os rostos, as letras, as histórias e as presenças. Porque, a partir dessa aparição e apreciação, é que a escola se torna escola quilombola, e não uma escola em comunidade

quilombola (Arruti, 2017). O povo quilombola precisa adentrar o currículo, repensando as práticas que não falam sobre a realidade quilombola e deixando explícito o tipo de educação que desejam para os seus.

A escola quilombola tem que falar, viver e ser o "Território Quilombola" (Silva, 2022). A escola não pode ensinar que os quilombos eram somente espaços de negro fugido (Silva, 2022), mas sim, um espaço de resistência, conexão ancestral, intelectualidade e encruzilhadas (Rufino, 2019). Porque para chegar a um território certificado/titulado foram necessárias muita sabedoria, fé, memória, arrodeios e vida em comunidade.

Por isso, não se deseja uma escola que não fale sobre o seu povo, uma escola que não tenha a sua cara, jeitos, memórias, músicas, sonhos, que não tenha um lado político, porque a comunidade sempre teve um lado político, porque nunca se teve a opção de não lutar. Não se tem o direito de desistir. E que nela, ensinem que para chegar até aqui, muitos tombaram na crença de um Território Quilombola, que tivesse uma educação escolar quilombola.

Perfil étnico-racial, acadêmico e profissional dos/as professores/as de Geografia que atuam no CEQ27M

Atuam no CEQ27M, com o componente curricular Geografia, nos anos Finais do ensino Fundamental e no Ensino Médio, uma professora e dois professores. Os três professores(as) se identificaram como pessoas negras, nenhum(a) é quilombola. Dois informaram as idades, quais sejam: de 42 e 35 anos.

Em relação a formação, dois cursaram a Licenciatura em Geografia em instituição pública federal e um em instituição particular. Somente um cursou especialização. Quanto ao perfil

profissional, dois são contratados e apresentam distintos períodos de experiência como docentes e como docente na escola quilombola, variando, respectivamente de 3 a 15 anos e de 11 meses a 13 anos (Quadro 01).

Quadro 01: Perfil profissional das docentes de Geografia do CEQ27M

Docente	Ano formação	Tempo de experiência como docente (anos)	Tempo de experiência na escola (anos)	Vínculo profissional
1	2019	3	11 meses	Contratado
2	2018	3	3 anos	Contratado
3	2011	15	13 anos	Concursado

Fonte: autores (2025).

Esses dados iniciais, mesmo com uma amostra pequena em relação ao quantitativo de professores da rede estadual sergipana, ilustra a situação do estado no que diz respeito a precarização da profissão docente em um estado que está há 14 anos sem realizar concurso público. No que diz respeito aos professores de Geografia que atuam nas quatro escolas quilombolas estaduais sergipanas, somente a professora de Mocambo é concursada .

Essa situação de precarização é evidenciada também nas falas desses docentes, quando um deles informa que também ministra aulas de História e Sociologia em outras escolas, inclusive localizada em outro estado. Os demais relataram que já trabalharam em áreas distintas da docência, sendo que um atuou na construção civil, na agricultura e como motorista; e, outra que por ter outra graduação, atuou como Assistente Social.

A partir desses dados pode ser inferido que a condição da educação sergipana tem pormenorizado a importância do processo de ensino e aprendizagem. Fato que é sentido na condição das escolas

quilombolas e por conseguinte, no CEQ27M, em que professores não agregam identidade com a luta e com as especificidades da Educação Quilombola.

Relação entre as práticas pedagógicas geográficas no CEQ27M e as orientações das DCNEEQ, com foco nas especificidades étnico-raciais locais, a partir da falas das professoras

Para situar as análises das entrevistas relacionadas às práticas pedagógicas é necessário registrar que a professora Marina atua no 6º ano; a docente Maria das Virgens, nos 7º, 8º e 9º ano; e Nice no Ensino Médio.

Em relação a pergunta sobre os temas/temáticas que trabalham no componente curricular Geografia no CEQ27M, a professora Marina informa a Localização do espaço geográfico. A professora Maria das Virgens cita as temáticas: Cultura e Formação do povo brasileiro, relacionando com a formação dos quilombos. A professora Nice informou que trabalha em "alguns momentos" com "intercâmbio" com uma docente quilombola que também atua na escola. Relata que já trabalhou a lei nº 10.639/03 e, por conta das especificidades sociais, trabalha "muito" as questões da comunidade nas datas de 27 de maio e 20 novembro.

Em relação a pergunta sobre a relação das suas aulas de geografia com saberes e fazeres culturais/territoriais da comunidade do Mocambo, a professora Marina identifica que as categorias, local e região, são centrais para que aconteça tal aproximação com saberes e fazeres culturais/territoriais da comunidade, "onde a comunidade está", a sua "cultura" e "localização", sendo esses os temas dialógicos nas aulas de Geografia.

A professora Nice traz a influência de um currículo, que "institucionalmente" devem seguir. Todavia, assinala que há uma

tentativa de aproximação com um currículo específico, trazendo temas que a comunidade enxerga como importantes, como a história de luta pelo reconhecimento do território. Nesse momento, é possível identificar o "território" enquanto categoria central para o diálogo com os saberes da comunidade.

Segundo Silva (2021), o docente que atua em escola quilombola deve estar

> [...] imerso na comunidade quilombola para que suas práticas estejam firmadas na EEQ. Desse modo, tais práticas tem a função de resistência, memórias, entrelaçamentos e espaço de reflexão. Pois são "instrumento de poder, instrumento de conhecer, instrumento de denúncia e instrumentos de formação de crianças/jovens/adultos. (Silva, 2021, p. 96)

Pelas falas das professoras é possível notar que há uma busca por aproximar os temas do componente curricular com a comunidade em que a escola está inserida, focando na localização e na história de luta pelo reconhecimento do território. Ficou evidente que essa relação ocorre sobretudo nos dias 20 de novembro e 27 de maio, com diversas atividades alusivas a titulação do território e ao dia da Consciência Negra. Nas observações realizadas, constata-se que nesses dias ocorrem roda de conversas sobre a cultura da comunidade e apresentações culturais, como samba de coco, apresentação de peças teatrais e etc.

A fala da professora Nice evidencia os desafios encontrados na tentativa que ela tem feito para aproximar os conhecimentos da Geografia com os temas que a comunidade enxerga como importante. Sua fala sobre a obrigação de seguir o currículo universal explicita os desafios encontrados nessa aproximação. Mesmo com essa evidente busca por aproximar a Geografia da cultura da comunidade, não

ficou evidente a relação entre os temas trabalhados no componente e os saberes e fazeres quilombola.

Assim, sobre as temáticas da geografia identificadas por essas professoras e, segundo elas, qual a relação delas com os saberes e fazeres culturais/territoriais das comunidades quilombolas, pode-se inferir que se limitou ao "local"; a "cultura" e referência a lei nº 10.639. Evidenciaram a distância do currículo oficial da obrigação de sua efetivação, ao passo que reiteram as tentativas de aproximação por suas partes, com intuito de diminuir distâncias. Por isso, a imposição de um currículo homogêneo e universal acarreta o distanciamento ainda maior dos saberes e fazeres culturais/territoriais da comunidade do Mocambo das aulas de geografia.

Em relação a presença/ausência das identidades, realidades e especificidades étnico-raciais dos alunos no CEQ27M e nas práticas pedagógicas do componente curricular Geografia, as docentes responderam afirmativamente a essa vivência cultural. Além disso, a professora Nice enfatizou que "a presença é muito grande", vez que "você aqui não consegue conversar com um aluno sem relacionar ele com as pessoas que são de sua família, a história de sua família".

Segundo a professora "a cultura quilombola é muito forte, essa questão cultural aqui tem sido preservada" e destaca:

> Essa presença está no momento que um neto comenta sobre seu avô, no momento que um filho comenta sobre seu pai, qualquer um que você perguntar que conhece a história, pode não conhecer a fundo, mas conhece a história da formação dessa comunidade da luta dessa comunidade. Assim, enfatiza então eu acho que ela está em todo momento (Entrevista, Professora Nice, 2025).

Já a professora Maria das Virgens afirma que trabalhar com pesquisas sobre "identidade, é uma forma do aluno se estimular a ler, a aprofundar sobre o assunto depois na aula a gente debater, por exemplo, pego uma temática". Trouxe o exemplo do dia 27 de Maio, a importância dessa "identidade" na escola, para entenderem sobre o contexto pelo qual seus antepassados lutaram.

A professora Marina destaca a presença das "culturas" dos alunos e "como vivem". Apesar da pouca idade dos seus alunos, pois cursam o 6° ano, eles mostram a cultura nas apresentações de trabalhos e atividades.

As análises das falas dessas professoras levam a afirmar que as identidades e a cultura desses estudantes estão presente na escola. Sobre essa presença pode-se inferir, inicialmente, que essa identidade está presente no que se pode. Deste modo, fundamentado em Silva (2022), pode-se referenciar a existência de um currículo oculto, que aponta ser "constituído por todo os todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes" (Silva, 2022, p. 78).

Essa afirmação é evidenciada na fala em que a docente diz que não consegue conversar com um aluno sem relacionar ele com sua família e a história dela, bem como nos seguintes extratos das falas das outras docentes, relacionando com atividades realizadas nas datas comemorativas: "trabalhamos com pesquisas, então a identidade deles o que eles fazem", "cultura deles".

Nenhuma das professoras se referiu sobre as realidades e especificidades étnico-raciais. Este dado permite refletir sobre o desafio da inclusão do debate racial no CEQ27M. Pareceu nas falas e observações realizadas que a inserção das identidades quilombolas

na escola ainda ocorre de forma pontual e sem um aprofundamento e problematização da produção das desigualdades raciais. Refletir sobre realização de ações pontuais relacionadas a Educação das Relações Étnico-Raciais na escola, sem problematizar a produção das desigualdades raciais, podem contribuir para o risco da folclorização.

Saberes e fazeres culturais/territoriais que podem/tem se constituído como temática da educação geográfica no currículo do CEQ27M

Ao indagar sobre se e de que forma ocorre o diálogo nas aulas de Geografia, entre o conhecimento escolar e o conhecimento tradicional da comunidade quilombola, a professora Nice confirma a existência do diálogo, e que "no ano de 2024 foi feito um livro com uma professora quilombola da comunidade". Realizaram pesquisa de campo com "alguns senhores", afirma que o trabalho "foi bem interessante", e que não há possibilidade de realizar em todas a aulas, mas que existe algum diálogo.

A professora Maria das Virgens também confirma o diálogo, que quando ela trabalha com os alunos temáticas correlatas a comunidade quilombola, "abre para o debate" e "ouve deles" o pertencimento a tais temáticas. Fala do "orgulho dos alunos em estar" em uma comunidade quilombola e o incentivo que é dado pela docente aos alunos, explica a "riqueza de detalhes" quando é solicitado trabalhos/atividades que trazem a identidade quilombola como questão. Já a professora Marina afirma que esse diálogo acontece, mas "raras vezes".

Quando as professoras são indagadas se no planejamento anual do componente curricular Geografia do CEQ27M são abordadas questões a partir das DCNEEQ, a professora Nice e a professora Maria das Virgens, afirmam que sim. Contudo, a

professora Marina reflete que deveria existir “espaço para mais”. A professora Marina informa que há ausência no “planejamento” e acrescenta que há detalhes no componente curricular que poderiam ser explorados.

Ao referendar em quais momentos do ano letivo são abordadas questões a partir das DCNEEQ, as professoras Nice e Marina trouxeram os dias “27 de Maio e o dia 20 de Novembro”. Elencaram que a “cultura quilombola” é uma “realidade” de incidência no debate CEQ27M. Nice enfatiza também a problemática da ausência de professores concursados, que faz com que aconteça uma “rotatividade”, mediante término de contratos e vigência de outros, prejudicando o vínculo com a realidade quilombola.

A professora Maria das Virgens destaca o “Mês de Novembro”, como o momento em que os demais colegas também trabalham os “temas”, justificado na importância de estar numa escola quilombola e que “precisam trabalhar”. Esses acabam por dialogar sobre a importância do aprofundamento no estudo a partir da história das populações que foram trazidas da “África”, o debate sobre o passado escravocrata do Estado brasileiro, a “exclusão” da população negra/quilombola e a “luta por direitos”.

Assim, à despeito de que somente a professora Marina relatou que, em sua opinião, há ausência das DCNEEQ no planejamento anual do componente curricular Geografia, infere-se a existência de um esforço das professoras Nice, Maria das Virgens e Marina para realizar o diálogo entre o conhecimento escolar e o conhecimento quilombola, mesmo que seja em momentos pontuais.

Dessa forma, os dias “27 de Maio” e “20 de Novembro” continuam aparecendo com veemência. Tais questões justificam mais uma vez a presença do currículo oculto, em disputa com o currículo

formal (Silva, 2022), enfatizando que as DCNEEQ ainda estão sendo trazidas nas fissuras do currículo, nas entrelinhas da "exclusão" e não refletindo sobre as especificidades das populações quilombolas.

A importância do CEQ27M na/para Comunidade Quilombola Mocambo

Nesse item começa-se a refletir sobre a importância do CEQ27M para o Território Quilombola Mocambo. No questionamento estabelecido sobre a relação da cultura quilombola e social, a professora Nice afirma que é "fundamental", e relata que há disputa e combate "a cultura de massa" por parte da "cultura quilombola". Salienta que há "influência direta da cultura quilombola", e que o CEQ27M está "intimamente ligado" com a coordenação quilombola, e que tal relação "garante o cumprimento" das DCNEEQ.

Nice destaca a "importância de ter uma escola em território quilombola" para que os alunos não "percam o vínculo" com quem são, pois se não existisse tal unidade, o desenvolvimento das atividades voltadas a cultura quilombola seria impedido, não haveria a "preservação da história", "a garantia de direitos" como nessa comunidade o são. Destaca mais uma vez sobre o descumprimento das legislações pelas demais instituições.

A professora Maria das Virgens afirma que é "fundamental" ter uma escola voltada para a "educação quilombola", direcionando os alunos para o "engajamento" futuro nas Universidades", a fim de possam "adentrar esses espaços" com um "olhar diferenciado". Indaga que esses alunos estão vendo "sua realidade" no CEQ27M e estão sendo "instigados e orientados" para "ocupar esses lugares". Além disso, a professora destaca que se esses alunos tivessem estudado em "escolas adjacentes" não teriam o desenvolvimento

aprofundado na "cultura da qual pertencem", fazendo-se importante eles trazerem consigo que estão em um território quilombola, que tal território foi o "primeiro reconhecido" no estado de Sergipe, e que as "demais lutas saíram daqui".

A professora Marina aborda a "grande importância de ter uma escola quilombola em uma comunidade quilombola". De uma escola que recebe alunos quilombolas e não quilombolas, mostrando para esses a "cultura daqui" a "identidade daqui", demonstrando a divulgação da cultura em "outros lugares", para que possam ter um olhar "diferente" do que é "SER quilombola". Essa escola é muito importante não somente para a comunidade, mas "também para o município e para o estado" de Sergipe.

Assim, pontua-se que as professoras compreendem a importância da existência e da permanência do CEQ27M enquanto escola quilombola. Nesse sentido, deve-se defender que o Estado garanta a efetivação das DCNEEQ em escolas que atendem os alunos quilombolas, para que esse avanço chegue nos currículos das Universidades na mesma proporção que devem estar nas escolas quilombola, que estão em territórios e que recebem alunos desses territórios.

Secretaria de Estado da Educação e a efetivação da EEQ no CEQ27M

A respeito de ações por parte da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) quanto a efetivação da educação escolar quilombola, a professora Nice destacou que a SEDUC vem desenvolvendo "algumas atividades", porém "criar uma normativa, uma lei voltada é uma coisa, mas se é praticado é outra". Acredita que para cumprir a legislação precisam focar mais no empírico, no concreto, para que realmente possam efetivá-la. Porque se não há

técnicos orientando, a EEQ não vai ser desenvolvida. Reforça que somente criar uma lei não garante seu cumprimento. A professora não cita as atividades desenvolvidas pela SEDUC.

A professora Maria das Virgens destaca as "controvérsias" na abertura de especializações para os professores da rede, sendo definidas mediante demandas e que ainda não existe para a sua área. Embora achando que tais especializações sejam fundamentais para as demais áreas. Destaca que está percebendo uma incidência de ações por parte da SEDUC.

Já a professora Marina disse que achou "mais complicada" a pergunta sobre as ações realizadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) para a efetivação da educação escolar quilombola. Desse modo, resumiu sua resposta em: "mais ou menos".

Por sua vez, a professora Nice traz como exemplo o "Selo Antirracista ", citando-o e descrevendo-o como uma ação de combate ao preconceito e que, a partir dele se tenta "contextualizar as questões quilombolas". Mas, afirma que tal exemplo não é específico para a EEQ.

A professora Maria das Virgens apontou que já participou de formações pedagógicas sobre essas "temáticas", de formações "online", no caso, referindo-se a formações não presenciais; e, que participou de formações presenciais apenas uma vez. A professora Marina afirma que a rede oferece, mas que não está conseguindo participar.

Quando foram perguntados se o CEQ27M oferece e apoia os(as) professores(as) no expressar e/ou no criar formas de educação aliadas a realidade quilombola, a professora Nice destaca que ocorre quando o CEQ27M permite que a comunidade participe de atividades. Isso nos momentos que há comemorações, que trazem

questões da comunidade, faz como que haja envolvimento, contribuindo assim, para com o trabalho docente.

A professora Maria das Virgens destaca tal presença nos "planejamentos", fazendo com que os demais docentes tenham um "olhar debruçado". Afirma que por estar em uma comunidade quilombola vê a necessidade do "trabalho de pesquisa", que serve tanto para os seus alunos, quanto para sua formação. Traz o destaque para o trabalho da "coordenação pedagógica" na mediação de tais conhecimentos escolares e a interação com a comunidade. A professora Marina faz o destaque para "os projetos", citando os dias "27 de Maio" e "20 de Novembro" como centrais e que sempre o CEQ27M oferece esse acesso e apoio nas demais atividades.

Quando arguidos se a equipe escolar enxerga a realidade dos estudantes quilombolas, as três professoras responderam afirmativamente. A professora Nice pontuou que a equipe escolar permite que os alunos participem do "teatro voltado a cultura quilombola"; quando em um momento "qualquer pessoa da comunidade" indaga sobre alguma questão que envolve o CEQ27M; e, quando a escola em momentos alusivos faz diálogo com as "datas comemorativas da comunidade". Isso torna-se ponto central para o envolver a realidade dos alunos quilombolas.

A professora Maria das Virgens afirma que tal olhar "mudou bastante nos últimos anos", destacando que a atual gestão do CEQ27M "tem um olhar voltado para o pedagógico", que a equipe tem uma preocupação com uma "educação voltada a eles", os alunos quilombolas. A professora Mariana afirma que o CEQ2M enxerga essa "cultura" quilombola, abordando-a nos projetos citados anteriormente e que existe a participação e interação dos alunos.

Dessa forma, sinaliza-se que a Secretaria de Estado da Educação não está efetivamente realizando formação continuada sobre a EEQ para seus professores(as), conforme preconizado nas DCNEEQ. Outro dado importante, é a ausência de formação continuada pela SEDUC para área de Geografia, como aponta a professora Maria das Virgens, afirmando que "não existe para a sua área". Tais questões escancaram a sutilezas do racismo estrutural (Almeida, 2019) que está presente no currículo que a SEDUC propõe para sua rede, distanciando-se daquilo que as DCNEEQ deliberaram.

Sobre o apoio do CEQ27M às professoras(es), pode-se destacar que a instituição segundo a fala da professora Marina "permite que a comunidade participe de atividades". Todavia, as DCNEEQ apontam que os currículos precisam ser quilombolas (Brasil, 2012), não somente em eventos, comemorações, mas em todos os dias do ano letivo, expressando, falando, vivendo, para assim, torna-se verdadeiramente uma escola quilombola. Mesmo que esteja acontecendo avanços como aponta a professora Maria das Virgens, afirmando que a coordenação pedagógica do CEQ2M "tem um olhar voltado para o pedagógico", destaca-se que tal presença se deve a luta política das lideranças quilombolas da comunidade.

(In)conclusões, porque a luta continua

A educação quilombola é informal, feita diariamente em comunidades que agregam identidade, características e especificidades com a condição do ser quilombola. Já a educação escolar quilombola é aquela instituída legalmente, no caso aqui demarcada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ). Diante disso, o presente artigo,

analisou os relatos dos professores de Geografia do Centro Excelência Quilombola 27 de Maio (CEQ27M), na Comunidade Quilombola Mocambo, no município de Porto da Folha-SE, demarcando as relações estabelecidas ou não entre as DCNEEQ e as práticas pedagógicas geográficas nessa unidade escolar.

A partir das análises de falas das professoras de Geografia do CEQ27M, foi possível verificar desencontros entre o que deveria ser a Educação Escolar Quilombola e as relações estabelecidas entre as práticas pedagógicas realizadas pelas professoras e o que pedem as Diretrizes Curriculares Nacionais. Por essas, percebe-se as implicações para a não efetivação delas, que se inscrevem na rotatividade dos docentes, na falta de formação continuada específica para a modalidade e no descaso do Estado na não efetividade das diretrizes.

Desse modo, nota-se que muito do que já se efetivou é fruto de lutas e posicionamento dos líderes dessas comunidades, que zelam pela continuidade de um território, que guarda em si identidade, esperança e reflexos das ancestralidades. Assim, nota-se que há um caminho longo para que as DCNEEQ saiam do campo das ideias e tornem-se realidades nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem os alunos quilombolas. Quiçá, em todas as etapas e níveis de formação, fazendo com que os alunos quilombolas possam adentrar as Universidades Públicas.

Ainda é importante deixar registrado as lutas pela Educação Escolar Quilombola realizadas nacionalmente, nos estados e nos municípios por parte das lideranças Quilombolas. Em Sergipe, tal expressão ganha forma a partir do FEEQS (2019) e Projeto de Pesquisa Entrelaços de res/ex/istências: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe. Tais ações

revelam o compromisso do Movimento Quilombola de Sergipe e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Sergipe (NEABI/UFS) para com a oferta de uma educação justa, plena e repleta de esperança quanto a mudança de paradigmas socioespaciais e econômicos, que repensem o que é o SER.

Pelos diálogos estabelecidos com as docentes é visível a necessidade de quebra de travas conteudistas, que diluí a realidade quilombola a duas datas de registro no calendário. Precisa-se vislumbrar a realidade da comunidade quilombola, trabalhando conteúdos geográficos, desde a formação territorial do Brasil, com a operância do povo negro e sua importância na formação histórica do povo, da cultura e da economia brasileira, quanto na questão de raça atual, que ainda sofre com indiferenças, mas que persiste com seu trabalho construindo esse país. Por esse sentido, a educação geográfica precisa trabalhar com cuidado e zelo a questão da miscigenação de nosso povo e as heranças históricas que o compõe.

Neste contexto, é necessário referenciar que toda comunidade quilombola é um território geográfico. É território, pois ao mesmo tempo que é uma construção social, é transpassado por relações de poder. E no caso em estudo, o Mocambo, e mesmo o CEQ27M, perfaz um território onde ocorre a vida, fundamentado no trabalho e na resistência. Deste modo, o território quilombola do Mocambo dever ser visualizado como "uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades (poderes, comportamentos, ações)" (Saquet, 2007, p. 118). Por fim, demarque-se que esse trabalho não termina aqui, haja vista a necessidade ampliada de efetivação e divulgação sobre essa modalidade e também, da sutileza do autor em trabalhar a condição do SER quilombola no meio acadêmico.

Referências

ALMEIDA, S. de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRUTI, J. M. Reintroduzindo o Relatório Histórico-Antropológico do Mocambo de Porto da Folha vinte anos depois. Ambivalências - Revista do Grupo de Pesquisa "Processos Identitários e Poder" – GEPPIP, v. 4, n. 7, 2016.

ARRUTI, J. M. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. Revista Contemporânea de Educação, v. 12, n. 23, 2017.

BOMFIM, S. de M. S. Cenários das educações do povo Xokó: entre saberes e fazeres da e na resistência/reexistência. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

BOGDAN R. C., BIKLEN S. K. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 2003.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB 8/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de novembro de 2012. Disponível em < https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20 agos. 2025.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de novembro de 2012. Disponível em < https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20 agos. 2025.

CAVALCANTI, L.S. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas – SP: editora Papirus, 2013.

DANTAS, B. G.; DALLARI, D. Terra dos Índios Xocó: estudos e documentos. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1980.

DIAS, Luiz Marcos França. Quilombos do Vale do Ribeira, São Paulo: Movimentos de defesa de territórios coletivos frente ao racismo ambiental. Amazônica: Revista de Antropologia, v. 12, n. 1, p. 361-394, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/download/8836/6531. Acesso em: 15 nov. 2025.

FALS B. La investigación-acción participativa: política y epistemología. In: GUERRA, J. M. R. (Org.). Antología Orlando Fals Borda. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa. Tradução J. E. Costa. 3ª edição, Porto Alegre: Artmed, 2009.

HOOKS, B. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. Tradução Marcelo brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOBO, T. A. Terra Brasilis. E-book, 2022. Disponível em: https://www.amazon.com.br/TERRA-BRASILIS-T%C3%BAlio-Augusto-Lobo-ebook/dp/B0BGYSK6DP?asin=B0BGYSK6DP&revisionId=de65374f&format=3&depth=1. Acesso em: 27 jul. 2025.

LOPES, E. T.; SANTOS, A. S. A.; LIMA, M. B.; FRANÇA, E. T. (F)atos de resistência: fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe e os projetos políticos pedagógicos das escolas quilombolas. Revista ABPN, v. 13, p. 84-106, 2021.

LOPES, E. T. Entrelaços de res/ex/istências: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe? Projeto de Pesquisa, Sergipe, 2022.

LOPES, E. T.; LIMA, M. B.; MOL, G. S.; SANTOS, J. A.; MELO, M. A.; CARVALHO, S. R. O. Movimentos investig/ativos emancipatórios na educação escolar quilombola em Sergipe. In: Marilene Santos; Lívia Jéssica Messias de Almeida; Delma Barros Filho; Maria Jeane dos Santos Alves. (Org.). Escola da Terra: políticas públicas e formação de professores. 1ed, 2023, v.1, p. 123-.

LOPES, E. T. Conhecimento Bakairi cotidianos e conhecimentos químicos escolares: perspectivas e desafio. Tese - Doutorado em Educação (PPGED), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

NASCIMENTO, M.B. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

RUFINO, L. Pedagogia das encruzilhadas. Mórula editorial, 2019.

SANTOS, Â. S. A. dos. Uma análise do projeto político-pedagógico do Colégio Estadual Quilombola 27 de Maio: o (não) lugar das especificidades étnico-raciais e histórico-culturais. Dissertação (Mestrado em Educação (PPGED) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SANTOS, A. B. dos. A terra dá, a terra quer. Ubu Editora, 2023.

SANTOS, I. M. dos. Balanço histórico sobre o aldeamento São Pedro de Porto da Folha, Sergipe: dos Aramurus aos Xokó. 2020. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2020.

SANTOS JUNIOR, A. A. A conflitualidade para além da regularização territorial: a propósito das múltiplas determinações das políticas públicas na Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, em Sergipe. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, F. C. Educação escolar quilombola e educação em ciências: um olhar sobre o PPP de uma escola quilombola sergipana. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

SANTOS, J. A. dos. Ensinar-aprender com a educação escolar quilombola: investig/ação na (auto)formação docente na/para a educação em ciências naturais. Dissertação (Mestrado em Educação (PPGED) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SAQUET, M. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, G. M. da. Educação como processo de luta política: a experiencia de "educação diferenciada" do território quilombola de Conceição das Crioulas. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, G. M. da. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e os Desafios da Efetivação. In: MONTECHIARE, Renata.; LÁZARO, André. (orgs.). Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. 1 ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020.

SANTOS, J. A. dos e COSTA, S. C. Territórios Quilombolas e o Ensino de Geografia. Ciência Geográfica, AGB Bauru. SP: Vol. XXIV, 2020. Disponível em < https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_1/agb_xxiv_1_web/agb_xxiv_1-23.pdf>. Acesso 03 dez. 2025.

SILVA, G. M. da. ; SILVA, N. M. C. da. Caderno educação escolar quilombola (Coleção Cadernos de Projetos Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de

fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil; 2). 1 ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020.

SILVA, Givânia Maria da. O Quilombo de Conceição das Crioulas: uma terra de mulheres: luta e resistência quilombola. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SILVA, R. A. de A. Currículo e práticas docentes: encontro na Educação Escolar Quilombola. In: SILVA, G. M. da; et. Al.(Org.). Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SILVA, T. T. da. Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Recebido para publicação em 17/10/2025

Aceito para publicação em 26/01/2026

ETNOMAPEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL NAS TERRAS INDÍGENAS KAXINAWÁ: ESTRATÉGIAS DE USO, MANEJO E CONSERVAÇÃO DA CAÇA

ETHNOMAPPING AND TERRITORIAL MANAGEMENT IN KAXINAWÁ INDIGENOUS LANDS: STRATEGIES FOR THE USE, MANAGEMENT AND CONSERVATION OF HUNTING

ETNOMAPEO Y GESTIÓN TERRITORIAL EN LAS TIERRAS INDÍGENAS KAXINAWÁ: ESTRATEGIAS PARA EL USO, MANEJO Y CONSERVACIÓN DE LA CAZA

Renato Antônio Gavazzi
regazzi31@yahoo.com.br

Resumo:
O artigo apresenta uma experiência de etnomapeamento com o povo Huni Kuĩ, na Amazônia Ocidental, focada no mapeamento participativo de seus territórios. Realizado por meio de oficinas comunitárias, o processo contribuiu para a formação de agentes agroflorestais e fomentou a reflexão coletiva sobre o uso e conservação da caça, recurso essencial em declínio. Os mapas produzidos tornaram-se ferramentas estratégicas para a gestão territorial, identificação de áreas importantes e de conflitos, além de fortalecerem a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental, em alinhamento com a política nacional voltada às terras indígenas.

Palavras-chave: Huni Kuĩ, etnomapeamento, caça, plano de gestão territorial e ambiental, agente agroflorestal indígena.

Abstract:

The article presents an ethnomapping experience with the Huni Kuĩ people in Western Amazonia, focusing on community participation to map territories and natural resources essential for subsistence. The methodology involved workshops with the community and agroforestry agents, where participatory maps were produced to identify hunting areas, preservation zones, and territorial conflicts. This process contributed to the construction of a Territorial and Environmental Management Plan, aligned with the national policy for Indigenous lands. The conclusions highlight that ethnomapping not only strengthened territorial management and the autonomy of the Huni Kuĩ, but also contributed to sustainable hunting practices, wildlife regeneration, and local biodiversity preservation, ensuring the food security of the communities.

Keywords: *Huni Kuĩ, ethnomapping, hunt, territorial and environmental management plan, indigenous agroforestry agent.*

Resumen:

El artículo presenta una experiencia de etnomapeo con el pueblo Huni Kuĩ en la Amazonía Occidental, centrada en la participación comunitaria para mapear territorios y recursos naturales esenciales para la subsistencia. La metodología involucró talleres con la comunidad y agentes agroforestales, en los cuales se produjeron mapas participativos para identificar áreas de caza, zonas de conservación y conflictos territoriales. Este proceso contribuyó a la construcción de un Plan de Gestión Territorial y Ambiental, alineado con la política nacional para tierras indígenas. Las conclusiones destacan que el etnomapeo no solo fortaleció la gestión territorial y la autonomía de los Huni Kuĩ, sino que también contribuyó a prácticas de caza sostenible, regeneración de la fauna y preservación de la biodiversidad local, asegurando la seguridad alimentaria de las comunidades.

Palabras clave: *Huni Kuĩ, etnomapeo, caza, plan de gestión territorial y ambiental, agente agroforestal indígena.*

Introdução

As oficinas de etnomapeamento promovidas pela Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI/Acre) e pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) integraram o projeto "Conservação Transfronteiriça da Região da Serra do Divisor". Essa iniciativa articulou um consórcio de organizações da sociedade civil do Brasil e do Peru, com o objetivo central de proteger os povos indígenas e conservar a biodiversidade na região do Alto Rio Juruá e da Serra do Divisor[1]. Participaram do projeto associações indígenas de oito Terras Indígenas[2] localizadas no vale do Alto Juruá, além da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ).

Este artigo apresenta um histórico etnográfico das concepções de espaço e das configurações territoriais produzidas por meio do mapeamento participativo realizado pelos povos indígenas ao longo de três anos de projeto (2004–2006). Durante esse período, cada Terra Indígena recebeu, anualmente, duas oficinas de etnomapeamento. Mesmo após o encerramento formal do projeto, a CPI/Acre continuou a desenvolver oficinas de etnomapeamento, cujos desdobramentos permanecem em curso.

[1]Foram realizadas 12 oficinas de etnomapeamento em oito Terras Indígenas situadas na fronteira entre o Acre (Brasil) e Ucayali (Peru)

[2] Diversas associações indígenas e agroextrativistas participaram, incluindo representantes dos povos Apiwtxa, Kaxinawá, Nukini e Puyanawa.

As oficinas voltadas à formação indígena para a gestão territorial constituem processos contínuos e dinâmicos, que ultrapassam a simples elaboração de mapas. Esses documentos cartográficos se desdobram em outras representações, com finalidades diversas e cada vez mais especializadas. Como destaca Bolaños (2023, p. 15), "[...] os mapas têm implicações profundas nas formas como a conservação natural é percebida e operacionalizada, pois a cartografia constitui uma ferramenta para a defesa dos territórios".

As oficinas de etnomapeamento representaram um marco político relevante na região do Alto Juruá, ao contribuírem para a consolidação de uma política regional de gestão territorial e ambiental voltada aos povos indígenas. Essas atividades possibilitaram a construção de consensos entre diferentes comunidades indígenas acerca do uso e manejo de seus territórios, além de impulsionarem a elaboração e sistematização dos primeiros Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Brasil. Esses planos configuram instrumentos estratégicos para a efetivação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), sendo essenciais para a promoção da autonomia e da sustentabilidade das comunidades. Ao permitir o planejamento participativo e a gestão territorial fundamentada nos saberes tradicionais, tais ferramentas fortalecem a capacidade de autogestão e proteção dos territórios indígenas.

Este artigo focaliza as atividades de mapeamento da caça realizadas em três Terras Indígenas (TIs) do povo Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência, situadas na

Amazônia Ocidental, na microrregião do Alto Juruá, município de Jordão, no sudoeste do estado do Acre. As TIs do Rio Jordão e Baixo Rio Jordão estão inseridas na bacia hidrográfica do rio Jordão, enquanto a TI Seringal Independência está localizada na bacia do rio Tarauacá. Juntas, essas três Terras Indígenas abrangem uma área total de 107.482 hectares, compreendendo cerca de 40 aldeias e uma população aproximada de 3.200 pessoas.

Esses territórios fazem fronteira com Unidades de Conservação de Uso Sustentável -especificamente, as Reservas Extrativistas do Alto Juruá e do Tarauacá, além das TIs Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu e do Alto Tarauacá (destinadas à proteção de povos indígenas isolados). Uma porção do território também limita-se com propriedades particulares e, ao sul, com o território peruano.

Os Huni Kuĩ[3] (ou Kaxinawá) constituem o grupo indígena mais numeroso do estado do Acre, com cerca de 14 mil indivíduos distribuídos em 12 Terras Indígenas que abrigam, no total, 104 aldeias (CPI-Acre, 2020). No Peru, o grupo está presente nos rios Purus, Curanja e Embira, localizados no departamento de Ucayali, com uma população estimada em aproximadamente 2.500 pessoas.

Ao longo das últimas três décadas, as Terras Indígenas localizadas no Acre têm desenvolvido novos procedimentos voltados ao uso, manejo e conservação dos recursos naturais. Considerando que a caça representa uma das principais fontes de proteína animal

[3] Os Kaxinawá se autodenominam Huni Kuĩ que significa gente verdadeira.

para os povos indígenas da região, esse recurso integra de forma central suas estratégias de sustentabilidade e projeção de futuro. Nesse contexto, o mapeamento da caça constituiu-se como uma ferramenta de reflexão crítica e coletiva, realizada em parceria com as comunidades indígenas, sobre a crescente pressão exercida sobre esse recurso. Tal processo de mapeamento contribuiu significativamente para a reavaliação e o planejamento de uma estratégia ampliada de gestão da caça, reconhecendo seu papel essencial na promoção da soberania e segurança alimentar das famílias indígenas.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2019) adverte que, caso a caça e a pesca silvestres não sejam mantidas em níveis sustentáveis, haverá um declínio nas populações de animais silvestres, o que poderá agravar a insegurança alimentar em comunidades rurais. Nesse contexto, os Agentes Agroflorestais Indígenas desempenham um papel estratégico enquanto gestores ambientais. Sua atuação é fundamental para fomentar, no interior das comunidades, processos reflexivos que articulem os saberes tradicionais ao desenvolvimento de alternativas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, com vistas à melhoria da qualidade de vida nas florestas.

O manejo da caça configura-se como uma questão sensível, especialmente diante do fato de que algumas práticas atualmente adotadas por comunidades indígenas mostram-se incompatíveis com a capacidade de reprodução da fauna em seus territórios, muitos dos quais são cercados por áreas já significativamente degradadas. As atividades de caça e pesca, além de atenderem a necessidades

materiais, possuem profundo valor simbólico, sendo elementos constitutivos dos modos de vida e frequentemente associadas a celebrações e rituais tradicionais. Nesse contexto, debater a sustentabilidade dessas práticas representa um desafio para os Agentes Agroflorestais Indígenas, que precisam atuar com sensibilidade e habilidade diplomática. Cabe a esses agentes escutar lideranças, anciãos e demais membros das comunidades para, a partir do diálogo, propor alternativas viáveis e sustentáveis para o manejo da fauna (Vivan *et al.*, 2002, p. 33).

Metodologia do etnomapeamento: diálogos e práticas participativas na cartografia indígena

Nas últimas quatro décadas, tem-se observado no Brasil uma crescente demanda por metodologias de mapeamento voltadas aos povos indígenas, tais como o etnomapeamento, o etnozoneamento e a cartografia social. Diversas experiências, tanto de caráter participativo quanto pedagógico, foram desenvolvidas nesse período, consolidando-se como importantes instrumentos políticos na luta pelos direitos territoriais. Tais iniciativas também contribuíram para o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos tradicionais, destacando sua relevância na construção de estratégias de gestão e proteção territorial (Almeida, 2012, p. 117; Resende e Gavazzi, 1992; Gavazzi, 2012a, 2012b, 2018; Gavazzi e Almeida, 2010, p. 223; Gavazzi e Resende, 1996; Gomide e Gavazzi, 2009, p. 12; Resende, 1994, p. 100).

A metodologia do etnomapeamento desenvolveu-se a partir dos diálogos estabelecidos entre professores e agentes agroflorestais

indígenas ao longo dos últimos 40 anos, por meio de cursos e oficinas promovidos pela Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI/Acre). Esse processo envolveu a elaboração curricular, especialmente nas disciplinas de Geografia e Cartografia Indígenas, resultando na produção de diversos mapas que visam influenciar a apropriação do espaço geográfico indígena. A prática do etnomapeamento ocorreu por meio de ações políticas e educativas, envolvendo um grande número de indígenas, com o propósito de sistematizar informações dispersas nas comunidades e contribuir para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas no Acre. O método utilizado combina mapeamento participativo e individual, concretizado por meio de mapas mentais e georreferenciados, que permitem debater os múltiplos aspectos do espaço geográfico indígena. Diferentemente de um simples desenho de rios, aldeias, trilhas ou recursos naturais, o mapa indígena é um corpo vivo, uma narrativa que pulsa com as histórias ancestrais, integrando seres humanos e não humanos em sua representação.

A metodologia do etnomapeamento permite aos povos indígenas conduzir discussões aprofundadas sobre aspectos territoriais, essenciais para a manutenção de sua cultura e visão de mundo, e que refletem estratégias coerentes nas relações entre o povo e seu espaço. A cartografia indígena, entendida como "forma de conhecimento local" (Harley, 2005, p. 211), possibilitou aos Huni Kuĩ não apenas uma abordagem tradicional baseada em cartas-imagem e mapas técnicos, mas também uma reflexão crítica sobre a governança territorial por meio das práticas cartográficas aplicadas à sua realidade. Os etnomapas, portanto, transcendem seu papel

como meras ferramentas técnicas e pedagógicas, assumindo também uma função política e de planejamento. Eles possibilitam uma análise crítica sobre o uso, manejo e conservação dos recursos naturais, assim como das complexas relações entre as Terras Indígenas e seus territórios vizinhos (entorno).

Figura 1: Oficina de etnomapeamento realizada na aldeia Boa Vista na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão (Acre).



Fonte. Gavazzi, 2005.

Durante as oficinas, foram elaborados coletivamente nove mapas temáticos, abrangendo hidrografia, vegetação, pesca, caça, fluxo de caça, áreas de uso, ocupação histórica, invasões e ampliação territorial. Esses mapas foram produzidos em escalas variadas[4],

[4] 1:50.000, 1:80 000, 1:60 000, 1:40 0001:37 000, 1:45 000.

utilizando bases hidrográficas georreferenciadas derivadas de imagens de satélite[5]. As atividades de etnomapeamento possibilitaram aos povos indígenas a representação detalhada de seus territórios, contribuindo significativamente para as discussões e reflexões acerca das estratégias de gestão territorial, nas quais os próprios indígenas atuam como agentes ativos e protagonistas.

A Cartografia Indígena surge como uma expressão coletiva de pertencimento, resistência e saber ancestral, configurando-se como um instrumento de descolonização do espaço - não apenas no papel, mas também no imaginário social. O mapa indígena transcende sua função técnica, representando uma forma de pensamento, um modo de estar no mundo e, sobretudo, um ato afirmativo. Conforme ressaltam os professores indígenas na cartilha de Geografia, "[...]com a terra demarcada, podemos pensar e saber que os grupos que moram aqui dentro nunca irão embora. Viveram, vivem e sempre vão viver com a floresta, com mapa, com papel, com registro, com tudo" (Resende e Gavazzi 1992, p. 17).

Nessa perspectiva, o território indígena não se reduz a um espaço físico, mas incorpora o tempo - o tempo das narrativas, dos ciclos agrícolas, da caça, da pesca e dos rituais. O território é, sobretudo, uma memória coletiva que se renova a cada geração. Assim, a geografia indígena não apenas descreve o mundo; ela o sustenta, cuida e transforma.

[5] Landsat ETM 5 – 2003 - Landsat ETM+ 7 - (2001-2002) Mosaico - Cbers (Ano 2005).

Etnomapeamento da caça: instrumento para a gestão territorial indígena

A fauna silvestre constitui uma fonte essencial de proteína para os povos que vivem nas florestas tropicais, assumindo, portanto, uma importância cultural e histórica significativa para os Huni Kuĩ. A caça, juntamente com a pesca, a coleta de frutas, fungos e outros produtos naturais, além do cultivo em roçados, compõe o conjunto das principais atividades de subsistência dessa comunidade, sendo a caça o recurso de maior consumo entre os grupos familiares. A dieta alimentar dos Huni Kuĩ é caracterizada pela combinação da carne de caça com os legumes provenientes dos roçados de terra firme (*bai kuĩ*) e dos roçados de praia (*maxi bai*) (Aquino; Iglesias, 1994, p. 101).

A caça configura-se como uma verdadeira arte, envolvendo um conjunto de técnicas e saberes essenciais para que o caçador alcance a excelência em sua prática. No Acre, embora algumas etnias indígenas utilizem o arco e flecha, a espingarda é o instrumento predominante nas caçadas, complementada pelo uso de armadilhas e cães. Altamente valorizada, a caça é uma atividade exclusiva dos homens, podendo ser realizada de forma individual ou coletiva.

Durante as oficinas de etnomapeamento, os Huni Kuĩ debateram diversos aspectos relacionados à caça, destacando a transmissão intergeracional de conhecimentos, as técnicas empregadas, as crenças associadas, os trajetos percorridos, o manejo dos animais, as áreas de refúgio da fauna e os "donos" desses recursos. O aprendizado do caçador iniciante ocorre principalmente junto aos pais, abrangendo tanto o comportamento dos animais

quanto os segredos e técnicas específicas da atividade. Entre os Huni Kuĩ, a iniciação na caça ocorre precocemente, geralmente entre 9 e 12 anos, quando os jovens começam a realizar pequenas incursões de caça nas proximidades da aldeia. Um rito importante marca essa aprendizagem: ao abater sua primeira caça, o jovem não pode consumir a carne do animal, pois isso traria "panema" (caçador ou pescador infeliz, que não é afortunado; azarado); somente após a captura de um animal de maior porte, como anta, veado ou queixada, ele é reconhecido como caçador verdadeiro (Lagrou, 1991, p. 68).

Os caçadores Huni Kuĩ detêm um conhecimento profundo sobre o comportamento dos animais da floresta e aplicam estratégias variadas em suas práticas. Tornar-se um bom caçador requer também o uso de plantas e objetos que simbolizam sorte, além da observância de cuidados relacionados à dieta e aos resguardos vinculados ao consumo da carne. Conforme Kensinger (1975, *apud* Aquino; Iglesias, 1994, p. 117), para os Huni Kuĩ "[...] o essencial para se viver bem é dispor sempre de grandes quantidades de carne em suas refeições diárias". O termo *pinsi*, que significa literalmente "fome de carne", é usado para expressar essa necessidade; somente em situações de escassez na caça, recorre-se à carne proveniente da criação de porcos, galinhas, patos, ovelhas ou gado (Almeida *et al.*, 2002, p. 311).

Entretanto, observações recentes feitas pelos próprios Huni Kuĩ indicam um declínio de algumas espécies de caça em seus territórios, o que tem gerado significativa preocupação para a comunidade.

A disponibilidade de caça nas Terras Indígenas tem diminuído progressivamente, em grande parte devido ao aumento populacional, tanto de comunidades indígenas quanto de não indígenas residentes nos entornos desses territórios, o que acarreta uma intensificação no consumo dos recursos faunísticos. Segundo Constantino (*apud* Chaves *et al.*, 2018, p. 133), a elevada densidade populacional em determinadas aldeias exerce forte pressão sobre a fauna local, levando muitas espécies a se deslocarem para áreas mais afastadas. Além disso, práticas como o desmatamento, o uso inadequado de cães durante as caçadas e a ocorrência de queimadas agravam ainda mais a situação, contribuindo para o distanciamento e a diminuição da presença de animais silvestres nas proximidades das aldeias.

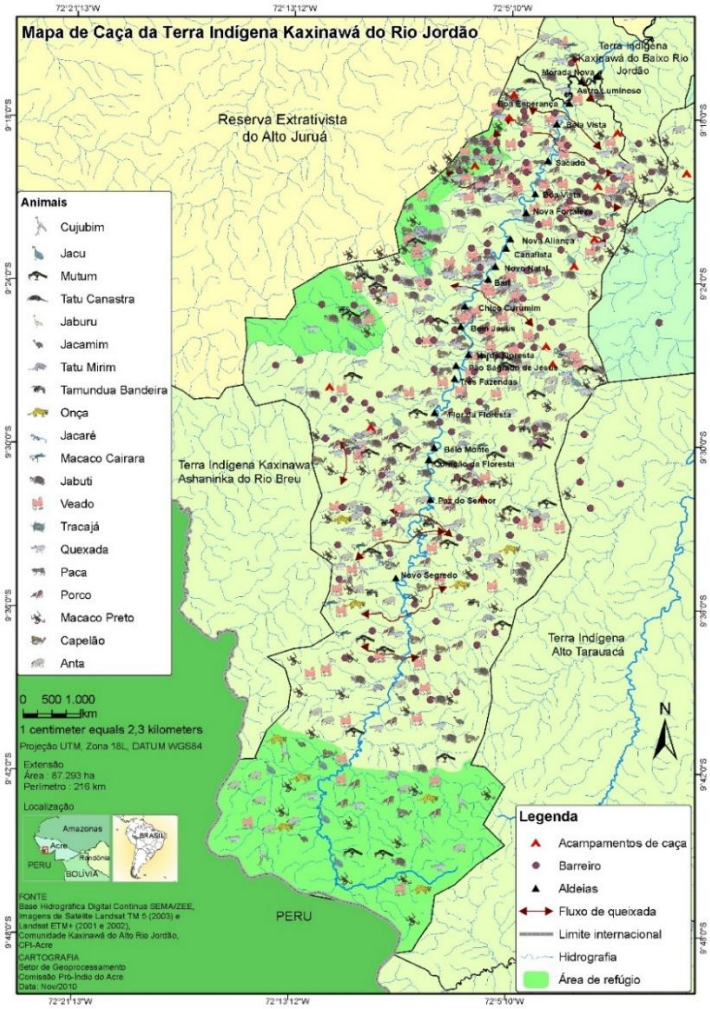
> Antigamente, a caça não era escassa. Nós, como povo, sempre convivemos com abundância de animais. Mas, com o crescimento da população, essa realidade mudou - a caça está diminuindo. Os bichos estão ariscos, distantes. O som dos tiros e o cheiro da fumaça os afugentam. Além disso, quando caçamos em excesso, contribuímos para esse desaparecimento. Está cada vez mais difícil encontrar jabuti, anta... Eles agora só aparecem a duas ou três horas de caminhada da aldeia. Até o macaco está sumindo (Victor Pereira, in: Gavazzi, 2005).

O mapeamento da caça constituiu uma estratégia adotada para promover, junto aos Huni Kuĩ, uma reflexão crítica sobre os padrões de uso, manejo e conservação das espécies faunísticas em seus territórios, com o intuito de formular estratégias que evitem, a longo prazo, a redução da diversidade biológica. Considerando a

importância da caça na dieta alimentar das comunidades, buscou-se problematizar a situação atual desse recurso nas três Terras Indígenas Kaxinawá. O principal objetivo do mapeamento foi construir uma percepção coletiva sobre a distribuição dos animais nesses territórios, identificando áreas de maior e menor ocorrência de caça, compreendendo os fatores que contribuem para sua escassez e, a partir disso, propor medidas de manejo e conservação sustentáveis.

O mapeamento da caça revelou uma distribuição heterogênea dos animais nas Terras Indígenas Huni Kuĩ, evidenciando áreas com maior abundância e outras marcadas por escassez. A dificuldade de acesso à caça não é uniforme em todo o território, concentrando-se especialmente nas proximidades das aldeias. Regiões mais afastadas, como os divisores e o alto rio Jordão, apresentam maior presença de fauna. Nessas áreas, onde as aldeias são mais distantes entre si como Belo Monte, Paz do Senhor, Novo Segredo e Três Fazendas, observou-se maior concentração de animais. Em contrapartida, no baixo rio Jordão, onde há uma maior densidade de aldeias próximas ao município, a escassez é mais acentuada.

Figura 2. Mapa de caça da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão



Fonte: Comissão Pró-Indígenas do Acre - 2005

Espécies de grande porte, como os primatas maiores e a anta (*Tapirus terrestris*), têm sido particularmente afetadas, tornando-se cada vez mais raras e difíceis de avistar. Para encontrar algum animal, os caçadores precisam caminhar entre uma e três horas pelas

trilhas na floresta. Durante as oficinas de etnomapeamento, também foi discutida a relação entre o tipo de ambiente e a fauna presente: "(...) cada lugar de terra diferente, baixa, alta, terra firme, tem os seus próprios animais de caça" (Agostinho Muru, in: Gavazzi, 2005).

Outra observação significativa feita pelos Huni Kuĩ refere-se ao repovoamento da fauna após a demarcação das terras. Segundo relatos, quando os *nawa* (não indígenas) deixaram a área, a caça gradualmente retornou, o que os indígenas atribuem ao modo distinto como realizam o uso e manejo dos recursos naturais em comparação aos *nawa*, com práticas mais sustentáveis e respeitosas à dinâmica ecológica da floresta.

> (...) aqui todos os seringalistas e os seringueiros brancos que ocupavam a colocação todo mundo tinha cachorro. Eles caçavam com cachorro, invadiam e ficavam caçando as caças. Foi muito difícil para nós chegarmos aqui. Para ver um rastro de veado era preciso andar três, quatro horas de viagem, ia ver um rastro de veado no igarapé Veadão. Depois da saído dos brancos das nossas terras com a demarcação, a gente já vê ali pela varação, perto de casa o porco, a queixada já aparece próximo de casa. Aqui antes nem queixada não existia. Então, a gente está vendo as coisas diferenciadas. Também estamos querendo fazer esse etnomapeamento, fazer a documentação como vocês estão querendo fazer, uma documentação clara mesmo para todo mundo ver o que tem nesses mapas. (Agostinho Muru, in: Gavazzi, 2005).

No processo de elaboração do mapa de caça, os Huni Kuĩ identificaram as espécies mais valorizadas para consumo,

priorizando aquelas consideradas essenciais para sua alimentação. Para fins de classificação, os animais foram agrupados em duas categorias principais: caças grandes (*yuinaká wapabú*), que incluem espécies como anta, queixada, porquinho-do-mato e veado; e caças pequenas (*yuinaká misten*), como paca, tatu, cotia, macaco, entre outras.

Observou-se que espécies como a anta, o macaco preto, o mutum e o jabuti são mais frequentemente encontradas na região do alto rio Jordão, onde a densidade populacional é menor e as pressões sobre a fauna são reduzidas. Já as chamadas embiras — as caças menores — são mais comumente localizadas no baixo rio Jordão e na região do Seringal Independência. Contudo, mesmo nessas áreas, a obtenção de caça exige longas caminhadas pelas trilhas (piques) da floresta.

Em contrapartida, a presença do tracajá tem se tornado rara em todo o território, sendo relatada sua escassez tanto nas cabeceiras quanto nas partes mais baixas do rio Jordão, o que evidencia uma redução preocupante na disponibilidade dessa espécie aquática.

> (...) antigamente quando cheguei aqui em 1969, nunca vi tracajá de vantagem. Acho que nem existia, porque não se via. De lá para cá, depois que esses agentes agroflorestais começaram a trabalhar e conseguiram fazer a lei para o pessoal, está surgindo mais um pouco. Está subindo, aqui e acolá. Nós estamos vendo tracajá agora. Aqui antigamente não se via tracajá. Nunca vi um ninho de tracajá aqui dentro desse Jordão (...). (Genésio Kaxinawá, in: Gavazzi, 2005).

De acordo com as informações coletadas durante o etnomapeamento, muitas vezes os caçadores preferem caçar macaco preto em vez de anta, porque para rastejar a anta leva muito tempo. Às vezes a pessoa não quer "(...) matar a anta, porque para rastejar é muito difícil. O macaco preto ninguém rasteja, ele mata assim escondido. Mas a anta, ele vai só, passa de noite, difícil para rastejar. Por isso que ninguém não vai atrás para matar a anta" (Vitor Pereira, in: Gavazzi, 2005).

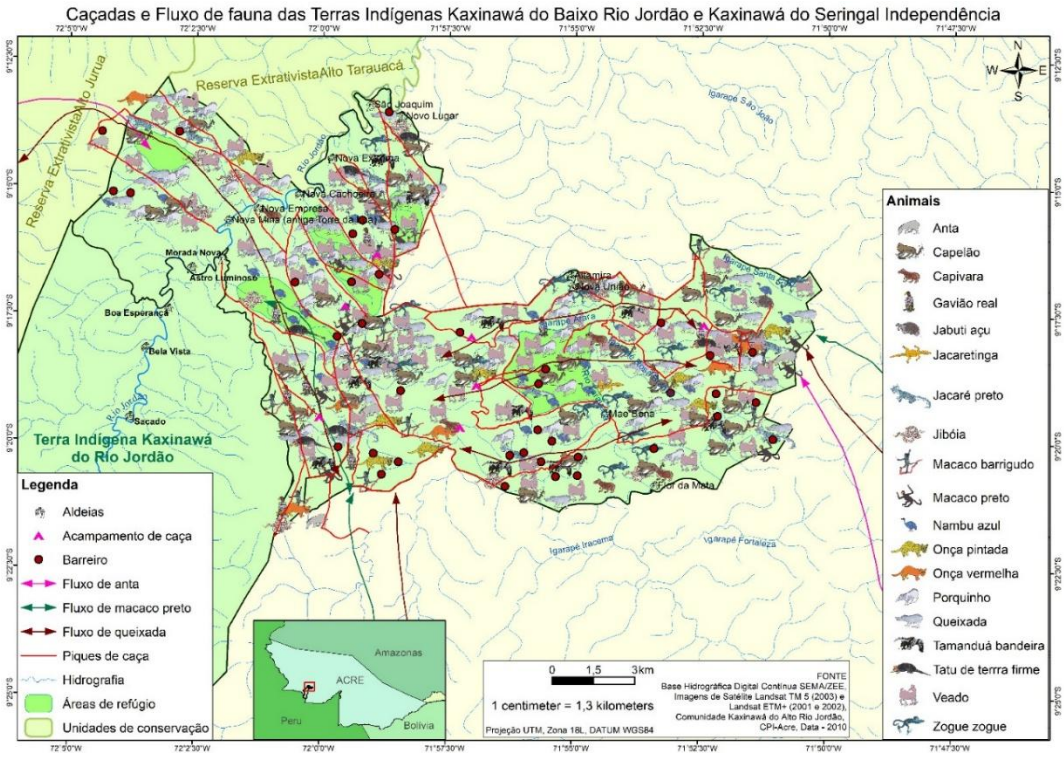
No tempo da borracha, só trabalhávamos na seringa

> Antes de conquistar a nossa terra, nós os Huni Kuĩ só trabalhávamos na seringa. Não existia uma organização, aldeia, ou função, não existia nada disso. Depois da conquista da Terra Indígena, os patrões se retiraram dos seringais e mudaram para o município de onde eles tinham vindo. Aquelas pessoas não eram daqui, tinham vindo de fora. Nessa luta que a gente conseguiu a terra por nós que fomos nascidos e criados aqui. Naquela época só existiam seis seringais e esses seringais depois da terra demarcada se transformaram em aldeias (AAFI Lucas Sales Kaxinawá, in: Gavazzi e Ramalho, 2012, p. 59).

Durante o período em que os Huni Kuĩ estavam inseridos na atividade extrativista da borracha, viviam em colocações distribuídas ao longo da floresta, cada uma estruturada com um número determinado de estradas de seringa, nas quais se realizava a coleta do látex (Iglesias, 1998, p. 43; Almeida, 2012, p. 101). As moradias dos indígenas seringueiros localizavam-se no centro dessas áreas produtivas, mantendo-se afastadas umas das outras, já que

cada família necessitava de uma zona de extração própria ao redor de sua casa. Essa configuração espacial fazia com que as colocações ocupassem grandes extensões do território, promovendo um padrão de dispersão populacional.

Figura 3. Mapa de caçadas e fluxo de fauna das Terras Indígenas Kaxinawa do Baixo Rio Jordão e Kaxinawá do Seringal Independência



Fonte: Comissão Pró-Indígenas do Acre - 2005

Essa forma de ocupação impactava diretamente a fauna local: com todos os moradores caçando em áreas amplamente distribuídas, a presença de animais de caça tornou-se mais escassa. Como relatou Vitor Pereira (In: Gavazzi, 2005): "De primeiro, todos os parentes

estavam dentro da colocação, cortava seringa, e a caça afastou". Além disso, a presença dos *nawa* dentro dos territórios, antes da demarcação oficial, também contribuiu para a pressão sobre os animais. Muitos desses moradores utilizavam cães de forma intensiva nas caçadas e desperdiçavam partes significativas dos animais abatidos, desrespeitando os princípios de aproveitamento integral e manejo respeitoso seguidos pelos Huni Kuĩ.

> Já que não tem mais caças, nós temos que cuidar com o que os brancos deixaram, o resto e ainda estão querendo acabar. Foi o que os caçadores encontraram, os brancos mataram quatro queixadas e deixaram quatro cabeças, levaram só a carne. Índio quando mata, não deixa nada, só a merda da caça mesmo. A cabeça é a melhor comida. A gente cozinha de um dia para o outro, convida assim os povos e ficam todos na alegria comendo o cabeção. E os brancos matam e deixam aí para o urubu comer. (Agostinho Muru, in: Gavazzi, 2005).

Na primeira metade da década de 1990, com o colapso da economia da borracha, diversas famílias Huni Kuĩ que anteriormente residiam em colocações[6] localizadas no interior da floresta passaram a migrar para áreas situadas às margens dos rios, buscando melhores condições de vida e acesso a serviços básicos. Esse movimento marcou o ressurgimento das aldeias indígenas como forma predominante de organização territorial (Iglesias; Aquino, 2005, p. 77). Conforme relatado por Norberto Tene (In: Gavazzi,

[6] Em um seringal, a colocação de centro refere-se ao conjunto de casas e infraestrutura que servem como um local central para os seringueiros, onde eles vivem e trabalham.

2005): "Hoje em dia não tem mais seringal, hoje em dia está tendo comunidade que chama aldeia. Acabou-se os seringais. Na época do seringal era a borracha que estava valendo. Hoje em dia a borracha não está valendo nada".

Essa transição espacial das colocações centrais para as margens fluviais - resultou na desocupação de extensas áreas da floresta, anteriormente utilizadas para extração do látex. Como consequência, observou-se um aumento na presença de animais silvestres nessas regiões, indicando um processo de regeneração ecológica em áreas antes intensamente exploradas.

> Antigamente o seringal era tudo cheio de colocação, o seringueiro caçava com cachorro. O próprio índio caçava com cachorro. Agora daqui para frente está ficando melhor, porque não tem ninguém mais no centro e a caça está chegando mais para perto. É o que eu estou vendo (Genésio Kaxinawá, in: Gavazzi, 2005).

Como consequência da acentuada queda no preço da borracha nas últimas três décadas, houve uma mudança significativa na dinâmica de uso da terra entre os Huni Kuĩ. O abandono gradual das atividades extrativistas relacionadas à seringa levou as comunidades a reorientarem seus modos de subsistência, com maior ênfase na agricultura e na criação de animais domésticos (Iglesias; Aquino, 2005, p. 79; Gavazzi, 2012, p. 170). Essa transição marca uma reconfiguração importante nas práticas produtivas, influenciando diretamente a relação dos Huni Kuĩ com o território e seus recursos naturais.

Aspectos socioeconômicos da comercialização da caça na cidade do Jordão

Outra questão discutida durante o etnomapeamento foi a comercialização da carne de caça entre os Huni Kuĩ. De acordo com os relatos, a venda é direcionada principalmente aos indígenas que vivem no município do Jordão, muitos deles aposentados ou servidores públicos. Os levantamentos indicaram que a quantidade comercializada é relativamente pequena e que a venda ocorre geralmente por insistência dos compradores. Conforme o agente de saúde Vitor Pereira (In: Gavazzi, 2005), "(...) as pessoas perguntam se estamos levando carne. Aí respondemos que é só para o nosso rancho, por causa da viagem. Mas acabam insistindo para comprar, então vendemos uns 2 ou 3 quilos, não é muito." O comércio ilegal de animais silvestres na cidade do Jordão está ligado sobretudo às tradições culturais e à escassez de alternativas econômicas na região. Além disso, a presença frequente da carne de caça em alguns restaurantes locais reflete a falta de fiscalização adequada.

> Sobre vender a carne na cidade. Então, antes da gente trabalhar de agente agroflorestal sempre acontecia isso. Estão vendendo carne na cidade, estão comercializando. Agora depois que nós estamos trabalhando de agente agroflorestal, participando dos cursos, das reuniões, das assembleias, nós voltamos para nossas aldeias e passamos a comunicar. Hoje em dia pelo menos na minha aldeia não existe mais de vender carne de caça na cidade. (Abel Paulino, in: Gavazzi, 2005).

As discussões sobre o manejo e a conservação da caça nas Terras Indígenas foram fundamentais para a inclusão de acordos específicos de caça no plano de gestão. Durante sua elaboração, os participantes refletiram sobre estratégias mais eficazes para o manejo sustentável da caça, reforçando que "(...) quando a gente mata alguma caça, não é para vender, é para trabalhar, fazer roçado, derrubar, plantar; é para isso que a gente caça, para se alimentar, trabalhar, não é pra vender. Foi isso que decidimos junto com as nossas comunidades" (Vitor Pereira, in: Gavazzi, 2005). Quando elaborado e implementado com ampla participação comunitária, o plano de gestão torna-se uma ferramenta política essencial para o planejamento, manejo e conservação da caça.

A utilização do cão nas práticas de caça

A participação dos Agentes Agroflorestais foi fundamental para promover reflexões e discussões junto às comunidades sobre novas formas de uso, manejo e conservação da caça. Muitas comunidades têm adotado medidas para limitar o uso do cachorro "paulista" ou "americano", que afugenta os animais para áreas cada vez mais distantes. O cachorro comum, conhecido como "pé duro" e sem raça definida, tem sido utilizado apenas nas proximidades dos rios, das casas e dos roçados, com o objetivo de proteger os cultivos de legumes contra prejuízos causados por animais como a cotia, a paca e o porquinho-do-mato. Segundo Vitor Pereira (In: Gavazzi, 2005), os Huni Kuĩ estão aptos a caçar com o cachorro comum, que é usado para vigiar áreas próximas, especialmente na beira do rio: "(...) se as cutias invadirem as macaxeiras, o cachorro acompanha por perto, não muito longe. Para isso, é necessário andar com o cachorro

cerca de meia hora na margem do rio. Mas o uso do cachorro grande, mais potente, estamos evitando por aqui."

> Antes dos agentes agroflorestais começarem a trabalhar, nós desejávamos o cachorro grande dos *nawa*, o paulista que a gente chama. Esse costume não é nosso, esse costume é dos brancos que andam com cachorro paulista, que acua veado, porco. Para nós só existem uns cachorros comuns, pequenos. Depois que os AAFIs fizeram treinamento, repassaram essas informações para as comunidades, decidimos de deixar os cachorros paulistas. Deixamos de comprar nos municípios com os brancos que tem os paulistas. Agora estamos criando cachorro comum não para ensinar acuar o veado, o porco e caça grande. Nós temos que ensinar para acuar cutia que invade as macaxeiras, a paca de rabo e paca mesmo. (Vitor Pereira, in: Gavazzi, 2005).

As espécies de caça mais comumente encontradas nas Terras Indígenas incluem o veado, o porco-do-mato, a queixada e a paca. Entre as aves mais caçadas estão o nambu galinha, o nambu azul, o jacu, o jacamim, o tucano, o papagaio e a arara. Por outro lado, o cujubim é uma ave rara na região, e poucas pessoas já tiveram a oportunidade de avistá-la dentro da Terra Indígena.

> (...) eu vou continuar o mapa de caça. Quando eu cheguei na aldeia São Joaquim em 1996, época que a nossa terra não estava ainda demarcada, encontrei pouca caça na nossa Terra Indígena, porque as pessoas do entorno, os brancos, caçavam muito com cachorro, espantava veado, porco e cutia. Deixaram essa caça ir embora para outro lugar. Era muito difícil de matar caça perto da nossa aldeia. Era distância de duas horas. A gente

> encontrava rastro de veado às vezes, rastro velho, não é rastro novo. Mas hoje em dia já está chegando à caça perto das aldeias, porque a gente já tem agente agroflorestal. A gente já está começando a manejar a nossa caça, ninguém não está caçando mais com cachorro, por isso que a caça está chegando. (...) Então, a gente está aqui no etnomapeamento discutimos, fizemos o nosso mapa de refúgio para onde chega mais caça, aonde nós não podemos mais caçar. Deixar a fartura lá. Aí que é o nosso mercado. Qualquer momento a gente pode planejar alguma festa tradicional, ou alguns encontros com os povos Huni Kuĩ para discutir a nossa organização, aí nós podemos ir caçar lá, matar algumas caças. Esse manejo que nós estamos deixando, que a gente já colocou a cabeceira desse igarapé chamamos de *Darme Puruya*. Aí vai ficar a área de refúgio para nós, para a comunidade da aldeia São Joaquim, onde pode ficar muitos veados, porquinhos, queixadas, macacos. Lá que é o nosso mercado. (Tadeu Mateus, in: Gavazzi, 2005).

Locais de caça: piques, barreiros e acampamentos

No Mapa de Caça da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão foram identificados 38 piques de caça (trilhas abertas), sendo 20 localizados na margem esquerda e 18 na margem direita do rio Jordão. Conforme Aquino e Iglesias (1994, p. 105), "[...] cada caçador prefere caçar em seu pique habitual, raramente o abandona, exceto ao perseguir uma caça de grande porte. Para abrir os piques, é necessário um conhecimento profundo da floresta." Foram também

mapeados 84 barreiros[7] — 42 em cada margem do rio — locais onde os animais se reúnem para se banhar na lama e lamber o barro salgado. Segundo relatos dos Huni Kuĩ, existem muito mais barreiros do que os apontados no mapa, mas foram registrados apenas os principais, frequentados pelas caças maiores. Além disso, alguns barreiros identificados ficam fora dos limites das Terras Indígenas, pois quando a caça está escassa dentro do território, os caçadores procuram em áreas externas.

> Sobre os barreiros, não é todos os bichos que gostam de comer. Só veado, o porco, a anta e aparece alguns jabutis. Tem vários barreiros, não é só esses animais gostam. Tem vários barreiros que outras espécies gostam, como periquito, papagaio, arara, pombo, jacu, aracuã, guandu macaco também, capelão, tatu, paca, cutia (...) (Vitor Pereira, in: Gavazzi, 2005).

Foram identificados 18 acampamentos de caça, divididos igualmente entre as duas margens do rio, com nove em cada lado. Esses acampamentos, também chamados de "caça de dormida", são montados quando se persegue uma caça grande, situação que ocorre geralmente duas a três vezes por ano. Eles são utilizados quando membros da comunidade desejam atuar em conjunto, seja para abrir um roçado maior ou para realizar uma festa tradicional. Nesses casos, é combinado um dia específico para a caçada, e os caçadores permanecem acampados na floresta por períodos que variam de dois

[7]Os barreiros são áreas de solo argiloso, geralmente próximas a cursos d'água, que atraem animais em busca de minerais, como o sódio, para suprir carências nutricionais.

a quatro dias. Normalmente, grupos de três a quatro caçadores organizam-se para realizar essa atividade coletiva.

> Marca o horário, marca qual o igarapé, qual o local, onde tem mais a caça. Aí combina dentro da aldeia, umas três, quatro pessoas. Vai no rumo da mata, no pico, vai indo caminhando, até chegar no local para escolher. Antes de sair da casa tem que planejar para combinar quantos dias vão demorar. A gente vai lá, faz o tapiri, se a gente mata a queixada, porco, anta, já está bom para se alimentar mesmo, a gente volta. Não é para gastar, não é para fazer muitas farturas, só para consumir. Gasta três, quatro dias caçando, depois a gente volta pra casa. Aí deixa uns tempos, porque quando a gente vai na mata fazer um tapiri, afasta um pouco a caça. Depois a gente deixa de ir, e aí volta novamente as caças. Vai se apodrecendo o tapiri até que ele mesmo cai. Depois vai passando uns tempos, se as pessoas pensam novamente, vão de novo para fazer um outro tapiri (Vitor Pereira, in: Gavazzi, 2005).

As áreas de refúgio para a conservação da caça

Durante a oficina, os participantes debateram a importância de mapear as áreas de refúgio já existentes na Terra Indígena, além de planejar a criação e o mapeamento de novas áreas com essa finalidade. Essas áreas de refúgio funcionam como um recurso fundamental para o manejo e a conservação da caça. Segundo Gavazzi e Ramalho (2012, p. 73), "[...] essas áreas são locais destinados à preservação de animais, plantas, frutas nativas e remédios tradicionais, sendo essenciais para o repovoamento da caça

e da pesca, além de servirem como espaços para a realização de pesquisas".

As áreas de refúgio foram identificadas nas cabeceiras do rio Jordão e do igarapé Paraná, bem como nos arredores de algumas aldeias. Também foram estabelecidas duas áreas na cabeceira do igarapé Jardim, próximas à Reserva Extrativista do Alto Juruá. Conforme relato dos indígenas, esses locais são distantes de habitações, o que reduz o risco de invasão por caçadores. Ficou ainda definido que áreas de refúgio seriam mantidas nas aldeias Bari e Sacado.

Além disso, foi acordado que pequenas áreas de refúgio seriam planejadas em cada aldeia, para que mulheres e crianças possam observar os animais próximos de suas casas. A definição dessas áreas será feita em reuniões comunitárias posteriores à oficina, em cada aldeia (Gavazzi e Ramalho, 2012, p. 73).

Como explicou Vitor Pereira (In: Gavazzi, 2005), "(...) deixamos essas áreas de refúgio para que os animais possam se reproduzir e circular por toda a região, garantindo que a caça nunca acabe. Se não preservarmos esses locais, a caça ficará cada vez mais difícil e distante".

Invasões em Terras Indígenas para apropriação ilegal da caça

Um dos desafios enfrentados pelos indígenas é a invasão de caçadores em suas terras, que praticam o roubo de caça. No mapa, foram identificadas as áreas vulneráveis a essas invasões, sendo que,

entre as três Terras Indígenas analisadas, apenas duas sofrem esse problema: Baixo Rio Jordão e Seringal Independência.

No Baixo Rio Jordão, a invasão ocorre principalmente no lado direito do território, onde moradores não indígenas criam gado, realizam desmatamento da mata ciliar e praticam caça com cães dentro da Terra Indígena. Conforme relata Tadeu Mateus (In: Gavazzi, 2005), "(...) á tem uma parte só do lado direito, onde o povo branco está morando, criando gado, desmatando a mata ciliar e fazendo caça com cachorro dentro da nossa terra".

Já na Terra Indígena Kaxinawá Seringal Independência, os caçadores entram nas proximidades do igarapé Arara, cruzam o igarapé, montam acampamentos e caçam com vantagem para obter carne, conforme descreve Genésio Kaxinawá (In: Gavazzi, 2005).

> (...) essa invasão eu estou falando, aqui nesse lugar estão invadindo direto mesmo. Também eles encontram algumas queixadas, matam e deixam a cabeça e tira o couro. Você sabe as queixadas, onde deixam algumas coisas de queixada, alguns fatos ali se espanta muito. A gente tem que tomar uma providência, nossa terrinha é pequena, as deles são grandes, nós estamos vendo no mapa. (Rufino Sales, in: Gavazzi, 2005).

Os donos da caça e o manejo tradicional

Para os Huni Kuĩ, o tamanduá-bandeira (*shẽ*) é um animal sagrado que não deve ser caçado, pois é considerado o "vigia" das caças. Quando o tamanduá-bandeira é morto, as presas tendem a se

dispersar e fugir para outras áreas. Para esse povo, há uma conexão orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse contexto, não existe uma divisão rígida entre o "natural" e o "social", mas sim um contínuo que integra ambos os aspectos (Diegues *et al.*, 2000, p. 30).

> O tamanduá bandeira é vigia das caças, mas quem coordena tudo é o *shumani*, ele manda vigiar. Balearam ele, chega o vigia doente. Já me balearam vamos embora. Então, mataram caça, mataram ele, não tem mais vigilância. É um tipo de fazendeiro, ele quem cuida da caça. Morreu não tem mais quem cuide da caça. A caça fica meio perdida e vai atrás de um lugar para onde existe outro tamanduá bandeira pra cuidar dela. Por isso que é proibido de matar bandeira. Tem que ter os dois. Você sabe que é que nem a parte da informação de estudo. É o mesmo estudo que a gente tem a natureza acompanha. É a mesma ciência dos estudos (Agostinho Muru, in: Gavazzi, 2005).

Segundo o professor Norberto Tene (In: Gavazzi, 2005), "(...) a onça-pintada é mais comum nas terras divisórias, nas margens que delimitam a Terra Indígena, onde sua presença é geralmente passageira". Porém, nas regiões mais próximas ao rio Jordão, após as aldeias Belo Monte e Paz do Senhor, já é possível encontrar onças nas margens do rio. Embora os Huni Kuĩ não consumam a carne da onça, eles a matam por considerá-la um animal perigoso. Como explica Vitor Pereira (In: Gavazzi, 2005): "Às vezes, a onça aparece na mata. O caçador segue o rastro e, se a encontra, mata. Por isso que está ficando difícil de achar onça. Temos medo dela, então matamos logo para acabar com esse bicho feroz."

A onça-pintada é também vista como um indicador biológico da qualidade ambiental. Para os Huni Kuĩ, a onça é um guardião das outras caças; onde há onças, há abundância de presas. Conforme o professor Anastácio Maia Bane (In: Gavazzi, 2005), "(...) onde tem caça, a onça está vigiando, ela também caça veados e porcos. Na minha aldeia, a onça está presente a cerca de duas horas de distância, sempre acompanhando a caça."

Na cosmologia Huni Kuĩ, a noção de *yushibu* (espíritos "donos" dos animais) é ampla e difusa na Amazônia. O *shumani* - pai da mata, dono da caça e da floresta - é um ser sobrenatural que exerce influência direta sobre a caça: onde ele está presente, há grande abundância de animais. Quando a caça diminui em determinado lugar, isso indica que o *shumani* mudou-se para outro local, e os animais o acompanham para permanecerem perto dele. Para os Huni Kuĩ, a floresta não é apenas fonte de subsistência, mas um espaço de sociabilidade complexa, onde "[...] seres que só se distinguem dos humanos pela diversidade de suas formas e pela ausência de linguagem se seduzem mutuamente no cotidiano" (Descola, 1997, *apud* Diegues *et al.*, 2000, p. 30).

A diminuição da caça para os Huni Kuĩ não está ligada apenas ao aumento populacional, ao manejo predatório, às queimadas ou ao desmatamento. No âmbito cultural indígena, a escassez das presas também está relacionada à morte dos antigos pajés e à interrupção das cantigas - consideradas "rezas" para atrair os animais - como explica o pajé Agostinho, responsável por apontar que esses fatores culturais influenciam diretamente a redução das caças.

> (...) nesse tempo ainda vivia o João Pereira e ainda vivia o velho Macário, ainda vivia uma porção de gente velha que tinha essa reza. Depois que esses velhos acabaram, que o rapaz morre, leva e enterra, não tem nada de reza de cultura, nem chama mais caça, nem peixe, ele foi fracassando, é por isso que nós estamos querendo resgatar a nossa cultura. Acabando todos as rezas, as culturas acabam todas. É por isso que estamos se transformando em pajé, para dar aulas para os jovens. Então, foi isso que eu comecei a conhecer a riqueza da caça e dos peixes que vive aqui (Augustinho Muru, in: Gavazzi, 2005).

Para Diegues (2000, p. 21), "[...] é fundamental compreender o sistema de representações de símbolos e mitos que as populações indígenas constroem, pois é por meio deles que atuam sobre o meio ambiente." Para essas culturas, os animais vivem uma existência organizada, semelhante à dos seres humanos, sendo capazes de ouvir e se comunicar. Conforme relato do agente agroflorestal Francisco Roseno, o aumento da presença da caça dentro da Terra Indígena está ligado ao fato de que os animais "escutam" as discussões das pessoas sobre a necessidade de um manejo sustentável. Segundo os Huni Kuĩ, quando falam sobre o plano de gestão, as caças percebem suas preocupações e, por isso, aproximam-se das aldeias e dos portos.

> (...) Eu acho que depois que começamos o plano de gestão sobre o tracajá pela minha pesquisa que sempre ando aqui até onde eu moro no Jordão, já vi o pessoal falaram em três aldeias. Eu vi abaixo da aldeia Fortaleza, um tracajá grande caindo na água. Então de primeiro eu não tinha visto, agora o tracajá já está chegando. Pela minha pesquisa, na hora que

> eu trabalho como plano de gestão, os bichos sabem. Aquilo que nós estamos discutindo, eles estão ouvindo. Eles estão chegando. Aí eu senti: rapaz, o bicho sabe. Eles estão chegando perto da casa, aqui e acolá na nossa casa. Jacaré de primeiro tinha muito no porto. A maioria dos velhos falavam que tinha muito jacaré. Hoje em dia, até agora mesmo não tem. Estamos começando a trabalhar e os jacarés estão chegando perto do porto. Pela minha observação, onde a gente mora, lá na minha aldeia, quando eu comecei a trabalhar com o plano de manejo, chegou 4 jacarés no porto. Aí, todos nós falamos: rapaz, será que estão vindo porque nós estamos falando em manejar eles? Então hoje em dia eles estão chegando. (Francisco Roseno Txanu, in: Gavazzi, 2005).

A Caça no contexto do plano de gestão territorial e ambiental

> O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é um documento importante que nós Huni Kuĩ construímos junto com as nossas lideranças e comunidades reunidas para a melhoria de nossas terras. Ele é um regimento do uso da Terra Indígena, é um instrumento essencial para ajudar no planejamento da gestão de nossa terra. Estamos tentando fazer aquilo que é possível, para trabalhar dentro da nossa terra de acordo com a vontade das comunidades, tendo como propósito o nosso próprio benefício (AAFI Josias Mana Kaxinawá, in: Gavazzi e Ramalho, 2012, p. 54).

A sistematização do Plano de Gestão Territorial e Ambiental surge a partir das atividades realizadas nas oficinas de etnomapeamento. Esse é um momento fundamental, no qual diversos membros das comunidades se reúnem para refletir e

debater seus objetivos, definindo estratégias para garantir o controle político e implementar o manejo ambiental em seus territórios. Os acordos estabelecidos no plano de gestão para regulamentar as práticas de caça buscam assegurar que essas atividades tenham um impacto moderado sobre a fauna local.

Nas oficinas de etnomapeamento, a cartografia indígena permeia todo o processo de criação, sistematização e implementação dos planos de gestão, com ambos os instrumentos funcionando de forma integrada e complementar. A elaboração do plano de gestão depende diretamente do mapeamento participativo da Terra Indígena; somente após as comunidades participarem da cartografia e refletirem coletivamente sobre seu território, inicia-se a construção e organização do plano de gestão (Gavazzi, 2020, p. 29).

As normas estabelecidas pelas comunidades para proteger e manejar a caça incluem a proibição da criação e uso de cachorros de raça (como os paulistas e americanos). É permitido, contudo, o uso de cachorros de pé duro (vira-latas e cães pequenos) para caçar nas proximidades das aldeias, perto do rio e nos roçados. A caça durante a dormida (em acampamentos) fica restrita a ocasiões especiais, como ajuntamentos, festas culturais, reuniões e outros eventos comunitários.

Além disso, os filhotes de caça não podem ser criados ou comercializados, e a caça de fêmeas com filhotes é proibida. A comunidade busca desenvolver experimentos que possibilitem a criação sustentável de animais silvestres nas aldeias. O artesanato

feito com penas é destinado exclusivamente ao uso interno da Terra Indígena, não sendo permitido vendê-lo.

A caça deve ser realizada somente para fins alimentares, e as crianças são orientadas a evitar o uso de baladeiras. Quanto à coleta de ovos de aves, ficou acordado que deve ser evitada especialmente para espécies raras nas aldeias. No caso dos ovos de jacaré e tracajá, a coleta deve reservar metade deles para garantir a reprodução desses animais.

Considerações finais

Em diversos depoimentos coletados durante as atividades de mapeamento relacionadas à caça, os Huni Kuĩ relataram que, no passado, havia abundância de caça, marcando um período de fartura e riqueza alimentar. Atualmente, porém, devido a múltiplos fatores, a escassez de caça nas Terras Indígenas Kaxinawá, no município do Jordão, tem provocado uma redução significativa na produção de proteína animal, diretamente ligada à melhoria da alimentação e nutrição dos Huni Kuĩ.

Diante desse cenário, o conhecimento ecológico tradicional, incorporado aos mapas indígenas, orienta os esforços para promover a conservação da floresta, a segurança alimentar e a sustentabilidade ecológica. Um aspecto fundamental na formação dos agentes agroflorestais, visando à melhoria da alimentação e ao manejo da caça, é o desenvolvimento de novas práticas sustentáveis de criação de animais silvestres e domésticos. Exemplos dessas práticas incluem a quelonicultura (criação de tracajás e tartarugas),

a piscicultura focada em peixes regionais da Amazônia, a meliponicultura (criação de abelhas nativas), a avicultura (galinhas caipiras, perus, patos, entre outros) e a criação de outros animais de interesse das comunidades indígenas.

A experiência com o mapeamento demonstrou que, para utilizar a cartografia como ferramenta política na gestão das Terras Indígenas, é fundamental ampliar a participação para além dos agentes agroflorestais e professores, envolvendo outros membros das comunidades indígenas. Com esse objetivo, foram realizadas oficinas de etnomapeamento em oito Terras Indígenas, mobilizando amplamente a comunidade. Nesses encontros, os participantes pesquisaram, refletiram e debateram as dinâmicas territoriais, construindo coletivamente estratégias de proteção e manejo dos recursos naturais, tanto dentro de seus territórios quanto em áreas vizinhas.

Como resultado desse processo, todas as Terras Indígenas participantes elaboraram seus respectivos Planos de Gestão Territorial e Ambiental - instrumentos centrais para a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Esses planos são acordos coletivos que orientam o uso sustentável do território, respeitando as cosmovisões e práticas tradicionais dos povos indígenas. Ao mesmo tempo, contribuem para a melhoria da qualidade de vida, criando condições que garantam a reprodução física e cultural das comunidades.

Ao produzirem seus próprios mapas, as comunidades indígenas reafirmam sua presença ancestral e sua resistência diante dos processos de colonização e exploração externa. Esses mapas não são apenas representações espaciais, mas ferramentas de descolonização, por meio das quais as comunidades recontam suas histórias, reivindicam seus direitos e fortalecem o controle sobre seus territórios.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 17, n. 1, p. 121–152, 2012. DOI: 10.5433/2176-6665.2012v17n1p121.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; LIMA, Eliane Coffaci; AQUINO, Terri Vale; IGLESIAS, Marcelo Pietrafita. Caçar. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (Org.). *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

AQUINO, Terri; IGLESIAS, Marcelo Pietrafita. *Kaxinawá do Rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentado.* Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 1994.

BOLAÑOS, Marina Alonso. Etnografía y cartografía. In: BOLAÑOS, Marina Alonso; SCHMIDT, Eckart Boege (Coords.). *Las otras cartografías: etnografía de la experiencia indígena del espacio y el tempo.* Ciudad de México: Secretaría de Cultura, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2023.

CHAVES, Willandia de Aquino; SILVA, Francislane Paulino Cabral da; CONSTANTINO, Pedro de Araujo Lima; BRAZIL, Marilene Vasconcelos da Silva; DRUMOND, Patrícia Maria. A caça e a conservação da fauna silvestre no Estado do Acre. In: *Número temático Caça: subsídios para gestão de unidades de conservação e*

manejo de espécies. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Biodiversidade Brasileira – BioBrasil, p. 130–148, 2018.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE (CPI-ACRE). *Huni Kuĩ.* Rio Branco: Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI-Acre. Disponível em: https://cpiacre.org.br/huni-kui-Kaxinawá/. Acesso em: 10 jan. 2025.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do Trópico Húmido – Conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente.* Belém: CEJUP/UFPA, 1997. p. 243–261.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). *Indígenas restabelecem equilíbrio entre vida silvestre e segurança alimentar.* ONU News – Perspectiva Global: Reportagens Humanas, 2019. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693691. Acesso em: 10 dez. 2024.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.); ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.* São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, COBIO, NUPAUB, Universidade de São Paulo, 2000.

GAVAZZI, Renato Antonio. *Agrofloresta e cartografia indígena: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre.* Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012a.

GAVAZZI, Renato Antonio. (Org.). *Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia – O mundo visto de cima.* Brasília: Programa de Gestão Territorial e Ambiental, Comissão Pró-Índio do Acre CPI/AC, 2012b.

GAVAZZI, Renato Antonio. Indigenous cartography in: Acre – influencing public policy in Brazil. In: HALDER, Severin *et al.* (Org.). *This is not an atlas.* Düsseldorf, 2018. p. 110–115.

GAVAZZI, Renato Antonio. A experiência na elaboração dos planos de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas no Acre. In: GRUPIONI, Donisete Benzi (Org.). *Em busca do bem viver: experiências de elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas.* São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica, 2020. p. 13–31.

GAVAZZI, Renato Antonio; RAMALHO, Ana Luiza Melgaço. *Plano de Gestão Territorial e Ambiental das três Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão.* Rio Branco: Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC; Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC, 2013.

GAVAZZI, Renato Antonio; RESENDE, Márcia Spyer. *Atlas Geográfico Indígena do Acre.* Rio Branco: Setor de Educação, Comissão Pró-Índio do Acre, 1992.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda; GAVAZZI, Renato Antonio. Arte em aquarela na formação de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. In: ALMEIDA, Maria Inês (Org.). *Tabebuia Ipê - Índios Pensamento Educação.* Belo Horizonte, MG: UFMG, 2009. p. 56–61.

HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía.* México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Pietrafita; AQUINO, Terri Valle de. *Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre.* Rio Branco: Governo do Estado do Acre, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – Fase II, 2005.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Pietrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá.* Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LAGROU, Elsje Maria. *Uma etnografia da cultura Kaxinawá: entre a cobra e o inca.* Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

RESENDE, Márcia Spyer. Um mapa do que pode ser a geografia nas escolas indígenas. *Em Aberto*, ano 14, n. 63, jul./set. 1994, p. 100–104.

RESENDE, Márcia Spyer; GAVAZZI, Renato Antonio. *Geografia Indígena.* Rio Branco: Setor de Educação, Comissão Pró-Índio do Acre, 1992.

VIVAN, Jorge; MONTE, Nietta Lindenberg; GAVAZZI, Renato Antonio. *Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre.* Brasília: Ministério do Meio Ambiente – Projeto Demonstrativo PD/A; Comissão Pró-Índio do Acre, 2002.

Entrevistas e depoimentos

ANASTÁCIO, Maia Bane. A relação da onça com as caças. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

GENÉSIO, Kaxinawá. A situação da caça na terra indígena. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

RUFINO, Maia. O roubo de caça na terra indígena. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

TADEU, Mateus. Prática tradicional de manejo de caça e as invasões na terra indígena para o roubo da caça. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

AGOSTINHO, Muru. Prática de caça e sua relação com os Huni Kuĩ. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

ABEL, Paulino. Discussão sobre venda de carne silvestre na cidade do Jordão. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

NORBERTO, Tene. O fim dos seringais e lugares que a onça anda. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

FRANCISCO, Roseno Txanu. Os animais escutam as nossas vozes. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

VITOR, Pereira. A situação da caça na terra indígena. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

Recebido para publicação em 11/04/2025

Aceito para publicação em 04/08/2025

“O ACRE VAI VIRAR PASTO DE BOI”: REFLEXÕES SOBRE AGRONEGÓCIO E IDEOLOGIA NA AMAZÔNIA

"ACRE WILL TURN INTO CATTLE PASTURE": REFLECTIONS ON AGRIBUSINESS AND IDEOLOGY IN THE AMAZON

"EL ACRE SE CONVERTIRÁ EN PASTO PARA EL GANADO": REFLEXIONES SOBRE AGRONEGOCIO E IDEOLOGÍA EN LA AMAZONÍA

Lucas Gabriel da Silva Moraes
lucasmgeo@gmail.com

João Pedro Turino Silva
jpt.silva@unesp.br

Lucas Araújo Martins
lucas.a.martins@unesp.br

Resumo:
O presente trabalho analisa a expansão do agronegócio no estado do Acre como parte de um processo mais amplo de avanço do neoliberalismo sobre a Amazônia. O agronegócio é compreendido não apenas como um modelo produtivo, mas também como uma ideologia construída por meio do discurso oficial da mídia e de setores dominantes, que naturaliza a ideia de que o Brasil — e, em particular, o Acre — possuem uma “vocação agro”. A metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica e análise documental, com levantamento de dados sobre conflitos fundiários e desmatamento. Os resultados apontam que essa ideologia atua para ocultar conflitos e desigualdades, ao mesmo tempo em que promove uma imagem de modernidade para dominar o(s) território(s). Desse modo, impõe uma hegemonia que ameaça a diversidade socioambiental da Amazônia, comprometendo as condições de vida das populações que dependem da floresta em pé para a reprodução de seus modos de existência.

Palavras-chave: Agronegócio; Ideologia; Neoliberalismo; Conflitos.

Abstract:
This paper analyzes the expansion of agribusiness in Acre state as part of a broader process of neoliberalism advancing in the Amazon. Agribusiness is understood not only as a productive model, but also as an ideology constructed through official discourse, the media, and dominant sectors, which naturalizes the idea that Brazil—and, in particular, Acre – has an "agrarian vocation." The methodology adopted was based on a literature review and document analysis, with data collection on land conflicts and deforestation. The results indicate that this ideology serves to hide conflicts and inequalities, while promoting an image of modernity to dominate the territory(ies). In this way, it imposes a hegemony that threatens the socio-environmental diversity of the Amazon, compromising the living conditions of populations that depend on the standing forest for the reproduction of their ways of life.

Keywords: Agribusiness; Ideology; Neoliberalism; Conflicts.

Resumen:
El presente trabajo analiza la expansión del agronegocio en el estado de Acre como parte de un proceso más amplio de avance del neoliberalismo en la Amazonía. El agronegocio se entiende no solo como un modelo productivo, sino también como una ideología construida a través del discurso oficial, los medios de comunicación y los sectores dominantes, que naturaliza la idea de que Brasil —y, en particular, Acre – tiene una "vocación agrícola". La metodología adoptada se basó en una revisión bibliográfica y un análisis documental, con una recopilación de datos sobre conflictos fundiarios y deforestación. Los resultados indican que esta ideología actúa para ocultar conflictos y desigualdades, al tiempo que promueve una imagen de modernidad para dominar el territorio o territorios. De este modo, impone una hegemonía que amenaza la diversidad socioambiental de la Amazonía, comprometiendo las condiciones de vida de las poblaciones que dependen de la selva en pie para la reproducción de sus modos de existencia.

Palabras-clave: Agronegocio; Ideología; Neoliberalismo; Conflictos.

Introdução

Amazônia – no lugar onde há muito se vivia da relação metabólica com a terra-floresta-rio, atualmente se vivencia outra realidade em curso: a dominação do território pelo que se convencionou chamar de agronegócio. Este, no entanto, apesar de travestido numa roupagem mais moderna, representa as velhas formas de subordinação e dominação do território pelo capital. Sua ofensiva começou já nos meados da década de 1960 – após a derrocada da borracha e do seringalismo – com o avanço da "frente pioneira agropecuária" rumo à Amazônia, impactando diretamente na formação socioeconômica e cultural da região. Estimulados pelo Estado, com suas políticas de ocupação e colonização, grupos de investidores (os "paulistas") e outros membros da burguesia nacional e internacional, passaram a adquirir (grilar) terras a preços baixos no Acre.

Primeiro o seringal, depois o latifúndio. Foi assim que o capital estabeleceu o seu domínio sobre os territórios acreanos. Esse avanço, contudo, provocou inúmeros conflitos entre quem chegava e quem ali estava. As disputas entre latifundiários e seringueiros estão marcadas como elemento central do período histórico que corresponde às décadas de 1960 e 1980: de um lado, os que buscavam fazer dos antigos seringais pasto para pecuária; de outro, aqueles que lutavam pela manutenção de um modo de vida que estava diretamente ligado à preservação da floresta enquanto terra de vida e trabalho. Após quase 40 anos da morte do líder sindical e ativista Chico Mendes, o Acre vivencia novamente o avanço da agricultura capitalista, em forma de agronegócio – este, não só como modelo agrícola, mas como ideologia neoliberal, conforme pretendemos discutir, sobre os territórios dos campos, das florestas, das águas e das cidades, ameaçando as vidas presentes e futuras.

De forma permanente ao longo dos anos, a Amazônia tem sido alvo dos grandes empreendimentos capitalistas que buscam dominar o seu território e os seus recursos naturais. O poder exercido sobre a a região se faz via Estado-neoliberal, que passa a agir de acordo com os interesses das classes dominantes. Atualmente, as propagandas "pró-agro", uma ideologia que trata o agronegócio como motor do Brasil, legitimam a hegemonia simbólica, política e econômica do agronegócio através do Estado, da mídia e da cultura, impondo-o enquanto única alternativa (Bruno, 2022; 2015; Mendonça, 2015). Exemplos disso são a criminalização dos movimentos sociais do campo e da cidade, o culto à propriedade privada e a subordinação (alienação) do campesinato. Esse movimento neoliberal de tomada do poder do Estado brasileiro via agronegócio, resulta na destruição da Amazônia com o avanço do desmatamento, das queimadas e dos conflitos, especialmente durante o governo de Jair Messias Bolsonaro de 2019 a 2022.

Mas, afinal, quais elementos devemos considerar para uma análise da estrutura de dominação do espaço geográfico pelo capital na contemporaneidade? Neste trabalho buscamos fazer uma reflexão a partir da « ideologia do agro » visando chegar ao conteúdo da estrutura sociometabólica do capital (Mészáros, 2011) que atua sobre o(s) território(s) na Amazônia. De forma mais específica, nosso objetivo é discutir a expansão do agronegócio no estado do Acre no que diz respeito às diferentes ações executadas através da parceria entre o capital e o Estado – em suas diferentes faces – na região.

Os procedimentos metodológicos adotados foram revisão bibliográfica, análise de dados secundários e entrevistas abertas. A revisão bibliográfica envolveu a coleta e a pesquisa de informações sobre temas como desmatamento, luta por terras, queimadas e

outras formas de conflitos e violências na Amazônia. Para isso, foram utilizadas diversas fontes, incluindo notícias jornalísticas, relatórios de organizações e movimentos sociais, além de dados obtidos em fontes oficiais. Os dados secundários sobre conflitos e impactos ambientais foram obtidos, respectivamente, nos Cadernos de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dados de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e dados dos Censos Agropecuários. Já as entrevistas abertas, foram realizadas com lideranças acreanas de movimentos e organizações sociais no ano de 2024.

O artigo está estruturado em três momentos. Primeiramente, analisamos a ideologia como elemento central para a análise da realidade, com foco nos processos que envolvem a expansão do agronegócio. Depois, contextualizamos o processo histórico de formação territorial e socioeconômica da Amazônia, com foco no estado do Acre. O objetivo, com esses dois primeiros momentos, é mostrar que, desde o século XIX, as ações combinadas do Estado, do capital internacional e das elites latifundiárias, em grande medida, moldaram a atual configuração socioeconômica e cultural da Amazônia-acreana. Num terceiro momento, trataremos de evidenciar os impactos do avanço da fronteira agropecuária, enquanto materialização do agronegócio e de sua ideologia, para o meio ambiente e para as populações amazônicas.

A ideologia do "agro" como elemento central da expansão capitalista na amazônia

Diante das dinâmicas e processos engendrados pelo modo de produção capitalista em sua busca incessante de dominar o território

e as pessoas na Amazônia, quais elementos devemos considerar para uma análise dessa dominação na contemporaneidade?

Neste tópico, temos a intenção de demonstrar como o processo histórico, enquanto dialético, nos revela os avanços, movimentos e interesses capazes de transformar o espaço geográfico na Amazônia-acreana. De antemão, é importante assumir o estado do Acre como parte de um sistema de objetos e ações (Santos, 2006) que transcende o próprio estado e grande parte da região.

Nossa análise toma como centralidade a ideologia e seus aparelhos (Althusser, 1980) como elementos das dinâmicas capitalistas materializadas nas ações do que se convencionou chamar de « agronegócio ». A ideia é demonstrar que, para além das formas (ações) conhecidas de dominação do território – seja via economia da borracha ou via latifúndio e avanço da fronteira agrícola, conforme discutiremos –, a ideologia ocupa um lugar central no "sociometabolismo do capital" (Mészáros, 2015) que avança sobre a Amazônia no cerne de todos esses processos históricos.

Partiremos, portanto, de alguns conceitos norteadores: ideologia (geográfica), mito fundador e agronegócio. De antemão, é preciso explicar que concebemos tais conceitos enquanto parte da superestrutura (Marx, 2006), mas, não por isso, são menos importantes de compreender, pois nada mais são que a tradução/reflexo da estrutura material histórico-dialética. Essas "expressões" imateriais (mas que surgem do material) vão legitimando, reforçando e reafirmando os processos e dinâmicas em hegemonia no território (e seu desenvolvimento).

Além da complexidade das ideias por trás das ações ao longo do processo histórico de ocupação do território nacional, há também a necessidade de se compreender as ideologias hegemônicas por

tantas décadas lecionadas nas disciplinas de humanidades nas escolas, nos discursos governamentais e midiáticos, que ainda carregam fortes marcas de um pensamento com origem colonizadora. São esses discursos (dentro dessa superestrutura que por si só, combina outros elementos), que são capazes de mobilizar as massas a elegerem sucessivas bancadas ruralistas e a ignorarem a urgente necessidade de pautas como a preservação ambiental e a Reforma Agrária em nosso país. Por isso, a ideologia é um elemento central em nossa análise da expansão do agronegócio na Amazônia-acreana.

De início, tomaremos a ideologia como categoria marxista, para depois analisá-la enquanto categoria geográfica. Althusser (1980) faz uma interessante comparação das ideias marxianas de estrutura e superestrutura a partir da ideia de um prédio e seus alicerces. A "estrutura" da sociedade seriam esses alicerces que dão suporte à toda a construção da "superestrutura", que é o próprio prédio. Portanto, não se pode analisar as ideias, filosofias, ciências, religião e artes a partir de si mesmas, pois elas estão condicionadas aos alicerces da estrutura material de determinada época/contexto. Ou seja, não se pode analisar a ideologia por fora do processo histórico, que por si só não é linear e se coloca permanentemente complexo conforme também se complexificam as faces do capital. Apesar dessa íntima relação entre a "superestrutura" e a "estrutura", Althusser (1980) não descarta a investigação acerca dos elementos da "superestrutura" pois ele pontua que tal investigação pode nos revelar muito sobre o funcionamento da nossa sociedade como um todo. Daí nossa preocupação com a ideologia.

Outra grande contribuição de Althusser (1980) para nossa discussão é a sua compreensão acerca do Estado. Este, promove um conjunto de pensamentos e uma visão de mundo que seja do interesse

da classe dominante de determinada época, ou seja, o Estado é o "aparelho repressivo da classe dominante". Assim, para o autor, existem duas vias de dominação por meio do Estado: i) via Aparelhos Repressivos do Estado (ARE) ; e ii) via Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). O primeiro utiliza da violência, da força bruta para o controle e repressão. O segundo – que aqui nos interessa mais – são aparelhos estatais e da sociedade civil que promovem a ideologia hegemônica, isto é, a visão de mundo e o sistema de ideias mais interessante para a classe dominante.

Os AIE estão em ambiente privado (quase sempre), não atuando de forma militar/violenta (força física) mas atuam na visão de mundo e na conjunto de ideias dominantes. Aqui, Althusser (1980) recupera a visão de Gramsci (2000) acerca do Estado. O Estado não apenas como governo e força repressiva (polícia, exército e leis), mas também compondo a sociedade civil. Para Althusser (1980), o Estado atua de forma ideológica via AIE tanto públicos, quanto privados: religioso, escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), familiar, jurídico, político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos), sindical, informacional (imprensa, rádio, TV e agora internet), cultural.

A todo momento, as classes não dirigentes de nossa sociedade são bombardeadas de informações, discursos e narrativas que legitimam o estado atual das coisas e defendem o sistema material posto como única alternativa possível. O autor pontua "a partir do que sabemos, nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado" (Althusser, 1980, p.49). A partir dessa noção dos aparelhos repressivos e ideológicos, o autor traz a sua definição de ideologia: "A ideologia representa a relação

imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência" (Althusser, 1980, p.77). Logo, ele rejeita qualquer tipo de postura conspiracionista de um grupo de maldosos que fabricam uma imaginação e as impregnam nas pessoas.

Como comentado no início da nossa, na epistemologia marxista é da *práxis* que surge a ideologia; do real é que surgem os símbolos e as ideias. Assim, a estrutura (produtiva) e sua forma, colocadas como são, exigem uma reprodução da força de trabalho que se (con)forme com as condições materiais concretas. Dito isso, entendemos a ideologia como categoria que transforma os indivíduos em sujeitos, os interpelando, fazendo eles se reconhecerem enquanto "alguém", que deve manter tudo como está (pois é assim como deve ser e logo mais vai melhorar, de forma "natural") e respeitar as autoridades da sociedade civil e do Estado. A ideologia "encaixa" o sujeito em suas condições concretas materiais e em suas necessidades/vontades.

Gramsci (1991 ; 2000) é outro autor que muito nos soma à discussão. Ele aponta o papel dos intelectuais na formação de uma ideologia hegemônica e na origem das ideias e paixões, que, para o autor, mobilizam mais que as condições materiais, conforme explica no excerto abaixo:

> As ideias e as opiniões não "nascem" espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade. O número dos "votos" é a manifestação terminal de um longo processo, no qual a maior influência pertence exatamente aos que dedicam ao Estado e à Nação suas melhores forças (Gramsci, 2000, p.83).

Acima podemos ver o autor indicando dois interessantes pontos para a nossa reflexão: i) as ideias surgem de uma construção

coletiva, em uma dada realidade concreta, não surgem do nada, como já dito: é da práxis que surge a ideologia; e ii) diferente de Althusser (1980), Gramsci (2000) indica com maior intensidade a posição dos intelectuais (artistas, jornalistas, professores, "coaches" etc.) que para ele, são os comissários do grupo dominante sobre os subalternos.

Gramsci (1991) coloca que todo sujeito é intelectual, mas nem todo sujeito ocupa o cargo de intelectual na sociedade. Os que o fazem são parte da "classe dirigente" que, a serviço da "classe dominante" (dona dos meios de produção), criam as condições ideológicas necessárias para a legitimação do domínio das classes mais abastadas sobre os subjugados.

O que Althusser (1980) entende como AIE, Gramsci (1991) entende como os intelectuais que nunca são autônomos. Há, por trás destes, uma instituição, uma cultura e/ou coletivo que está alinhada à ideologia hegemônica. Ou seja, são os intelectuais da classe dominante.

Contudo, como podemos enxergar a ideologia apartir do prisma geográfico? Atravessando o Oceano Atlântico e adentrando a disciplina da Geografia, usaremos da obra "Ideologias Geográficas", de Antonio Carlos Robert de Moraes (2005). Nesta obra o autor aponta a necessidade da Geografia brasileira de se aproximar da ideologia enquanto categoria. Para o autor, a ideologia é geográfica quando: a) o discurso veiculado é acerca de algum território, paisagem ou região; b) se trata de determinismo geográfico; e c) os discursos que buscam a ordenação do espaço.

Assim, um discurso veiculado acerca de determinado território tem um substrato espacial como fundamento de um amontoado de ideias. Se há território, há espaço e, assim sendo, interessa à Geografia. Ainda, o determinismo geográfico, corrente

teórica – ainda fortemente presente no senso comum e mesmo em análises veiculadas pelos meios de comunicação que – assume que o meio determina o desenvolvimento de uma sociedade também carrega consigo uma geograficidade (em seu próprio nome) utilizada enquanto ideologia conformadora e manipuladora dos rumos políticos de nações, povos e territórios. E, por último, os discursos que buscam a ordenação do espaço, seja a regionalização do território nacional ou o avanço da agropecuária sobre o chamado "sertão" ou a "selva" no interior do Brasil (dinâmica muito comum na história da formação territorial amazônica).

Consequentemente, entende-se que existem ideologias que têm um caráter geográfico: uma visão de mundo e um sistema de ideias marcados por um espaço material em específico. Essas "ideologias geográficas" são discursos, narrativas, culturas e visões conformadas diante de uma realidade material que necessita dessas ideias como reprodução da vida dos sujeitos.

Moraes (2005) evidencia as ideologias geográficas do Brasil ao longo de seu processo de formação, desenvolvimento e consolidação enquanto território-estado nação. Não só nessa obra, mas também no livro "Território e História no Brasil" (2004), o autor nos auxilia a compreender os processos materiais de produção e transformação do território nacional, bem como as ideologias geográficas criadas a partir dessa estrutura. Essas ideologias geográficas, conversam diretamente com o "mito fundador" do Brasil, objeto de discussão e interpretação de Chauí (2000) ao pensar as filosofias e ideologias primárias da colonização portuguesa até os dias de hoje e como isso promove a compreensão de mundo do brasileiro sobre si mesmo e sua nação, assim como do mundo para com o Brasil em sua história e geografia.

Nos debruçaremos agora no conceito de "mito fundador", para junto com o/a categoria/conceito de ideologia – já trabalhado – colaborar na compreensão da transformação do Acre – e do Brasil – em "pasto de boi".

Nos 500 anos de Brasil, a filósofa Marilena Chauí discorreu acerca do "mito fundador", identificando a nação enquanto autoritária e muitas vezes "teocrática" em sua formação. Ainda no início do livro, Chauí (2000, p.5) afirma:

> Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra mythos), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela.

A autora, deixando claro que não havia motivo para comemorar nesses duros quinhentos anos de nação brasileira, nos elucida uma dimensão narrativa hegemônica construída a partir do processo de colonização e mais adiante a partir do avanço/desenvolvimento do Estado nacional brasileiro que reaproveita o mito fundador para "refundar" práticas antigas com novos nomes.

Neste livro, Chauí (2000) desmistifica muitas das representações construídas ainda antes da formação do Estado nacional brasileiro, ainda no período colonial. Oriundo de um projeto — em suas palavras — "político-teológico", os sermões de Padre

Antônio Vieira muitas vezes apontam para a missão civilizatória *necessária* do Império português rumo ao Novo Mundo, uma "terra prometida" profetizada desde o livro de Isaías, na Bíblia. Pero Vaz também escreveu, afirmando que a chegada dos portugueses às terras brasileiras não poderia ser por acaso, mas sim parte dos "planos" divinos.

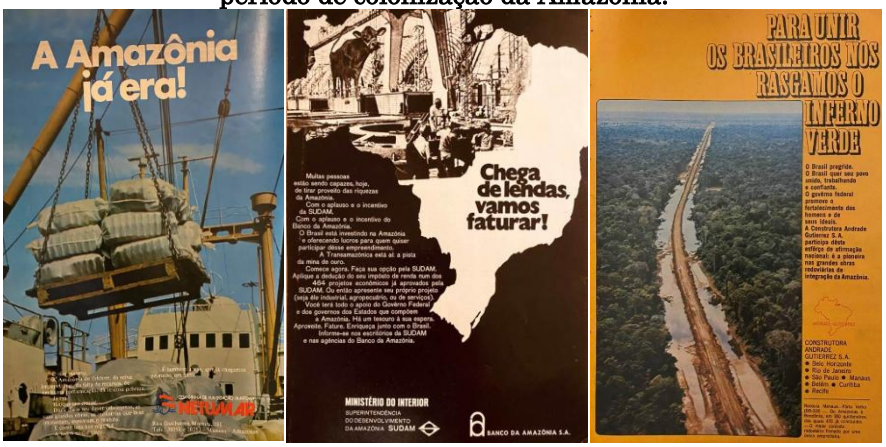
Aqui, duas grandes representações do mito fundante brasileiro já se revelam tão tradicionais quanto atuais e reproduzidos. A figura de Deus, a fé cristã sempre envolvida nos rumos políticos enquanto justificativa ou origem das ideologias nacionais ao longo da história. A segunda representação é a ideia de uma nação do futuro, uma terra prometida, presente de Deus a ser explorada. Uma natureza que deve ser "apropriada" pelo império.

Ao longo de sua reflexão, autora pontua dois grandes elementos da mitologia fundante de nosso país: o Estado e Deus. Logo, o mito sempre "teológico-político" legitima o Estado em seu papel "desenvolvimentista" e o faz a partir da figura do Deus cristão, que presenteou essa nação, com esse território "gigante pela própria natureza". Por outro lado, Chauí (2000) reforça também que não se trata de uma natureza a ser contemplada e protegida, mas que só existe para servir aos interesses daqueles que carregam a imagem e semelhança do Deus eurocêntrico e colonizador; a natureza só é valiosa para que se torne mercadoria e propriedade dos homens brancos (mesmo depois da independência, esses homens brancos ocuparão o Estado brasileiro).

O Estado, portanto, carrega a herança das entradas, bandeiras e expedições que vencem o "inferno verde" e o "atraso" do sertão e da "selva". A ideologia do progresso, induzida pelo Estado, é posta como mote norteador das políticas públicas brasileiras e firma

uma visão de nação do futuro que sempre está a "emergir", "em busca de", em um eterno processo do "vir a ser" que parece nunca se exaurir, se renovando com novas palavras e vocabulário, mas conservando as velhas estruturas ideológicas-materiais. Essa característica ficou bastante evidente no processo de colonização da Amazônia orquestrado pelos militares durante a década de 1960 (Figura 2).

Figura 2 – O uso da ideologia do progresso nos slogans militares durante o período de colonização da Amazônia.



Fonte : Jornal "O Eco", 2020.

Alinhado com esse discurso e trazendo uma dimensão geográfica para a discussão, Moraes (2003) vai refletir sobre a ideia de "sertão" no contexto nacional. Para o autor, o "sertão" não é um mero lócus, trata-se de um jeito de ser e um mundo, como explicitado no excerto abaixo:

> Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração (Moraes, 2003, p.2).

Para Moraes (2003), o sertão é um belo exemplo daquilo refletido anteriormente pelo próprio autor e referenciado neste texto

a priori. Trata-se de uma ideologia geográfica. O sertão é entendido como espaço a ser ocupado, a ser vencido, reforçando a ideia do "progresso" que comparece nos discursos políticos, na literatura romancista e mesmo no hino nacional. A figura do sertão enquanto outro, dá sentido ao sujeito (Estado[1]) que promove e avança com a "civilização", "modernidade", "globalização" e "ordem".

Hoje, o mito fundante e as ideologias geográficas consequentes a esses símbolos nacionais pré-concebidos continuam vivos, presentes nas propagandas da grande mídia, nas canções disseminadas via internet e rádio e nas propostas políticas dos governantes do Acre ao Rio Grande do Sul. Mas ganha outros nomes, "agronegócio", "sertanejo universitário", "sustentabilidade", "green money", "prosperidade" e outros.

Caminhando para o último conceito norteador a que nos propomos refletir neste último tópico, trazemos o conceito de "agro" que para Gerhardt (2021) é um "conceito englobante", capaz de aglutinar um conjunto de símbolos (uma cosmologia, nas palavras do autor) a qualquer outro elemento. Por isso, se vê as propostas do governo e das empresas em integrar o conceito a qualquer outro setor/dinâmica e/ou sujeito como "agro-jovem", "mulheres do agro (boiadeiras)", "agroshow" e "agroboy", por exemplo.

A palavra "agro" carrega um conjunto de significados que apontam para uma "espiritualidade cristã," mas que faz culto à propriedade privada e aquilo que é moderno, internacional e tecnológico. Assim, o agro se torna tudo (e nada). Se transforma em um conceito totalizante – típico do neoliberalismo (Chauí, 2019) – que

[1] Aqui compreendemos Estado de forma semelhante à mencionada anteriormente. O Estado como todo aparato de opressão da classe dominante; usando da força física e/ou aparelhos ideológicos. Logo, esse Estado vai além do que é público.

dá conta de hibridizar com aquilo que for necessário, tentando colocar na mesma caixa o camponês, o trabalhador, os bancos rurais, os grandes fazendeiros e empresas produtoras de *commodities*, em uma clara tentativa de invisibilização das classes sociais e seus distintos interesses. Em muitos casos, coloca forçadamente essas mesmas classes na divisão técnica do trabalho, influenciando em suas identidades coletivas e destruindo as suas formas de organização. O resultado é a continuidade suicida da "vocação agro" em um país que mantém sua economia dependente da importação de produtos industrializados e exporta mercadorias de pouco valor agregado em um setor que pouco emprega e concentra mais e mais renda.

O agro, portanto, ganha espaço no Olimpo dos mitos coloniais e confunde os brasileiros, ao iludi-los a acreditar que eles fazem parte dessa "grande família agro", ao passo que os lucros e benefícios não são disponibilizados para a grande maioria da população brasileira que é prejudicada por uma dinâmica desigual e destrutiva.

Essa ideologia, essa cosmovisão hegemônica, esse mito fundante, concebem uma sociedade brasileira que avançou sobre o "sertão e a selva" e edificou uma visão de mundo, nação, território e povo que defendem os interesses da classe dominante e elegem governantes alinhados a essas pautas. Ainda que haja resistências, governantes ora mais à esquerda e a presença dos movimentos sociais no jogo político, é preciso compreender que é um jogo de cartas marcadas: a sociedade autoritária brasileira é a regra, qualquer situação ou movimento democrático é exceção ao "normal".

Buscando uma resposta para a nossa pergunta sobre quais elementos devemos considerar para uma análise da estrutura de dominação do espaço geográfico pelo capital na contemporaneidade, diríamos, apoiados nas reflexões feitas até aqui e nos exemplos que

daremos mais adiante, que a ideologia é um elemento central para que essa dominação capitalista aconteça. Isso porque ela faz parte do instrumental sociometabólico do capital e viabiliza a *práxis* (material e imaterial) em seu sentido mais amplo expropriando as subjetividades individuais e coletivas, subordinando o trabalho e a vida das pessoas. Mas, de que ideologia estamos falando? Com que tipo de ideologia estamos lidando em nosso dia a dia ? Nos referimos, neste momento, à ideologia neoliberal.

Para melhor explicar, tomaremos o conceito de neoliberalismo discutido em Harvey (2008, n.p., tradução nossa):

> O neoliberalismo é uma teoria das práticas políticas econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor alcançado maximizando as liberdades empresariais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados irrestritos e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para tais práticas.

Tomamos por base a ideia de "neoliberalismo como a nova forma de totalitarismo" (Chauí, 2019), ou seja, de controle total das dimensões da vida humana. A autora considera totalitarismo porque este (o neoliberalismo) recusa a heterogeneidade social e política e afirma a imagem de uma sociedade homogênea de mercado – a sociedade que querem as elites agrárias, religiosas e empresariais; e considera como algo novo porque o Estado não controla a sociedade, como em regimes totalitários anteriores, mas sim a sociedade o controla. Em complemento, utilizamos a afirmação de Mészáros (2015) de que o sistema sociometabólico do capital se constitui fundamentalmente a partir do tripé capital, trabalho assalariado e Estado, fundamento que tem o poder de subordinar "todas as áreas da vida social para impor um movimento incessante de expansão e acumulação do capital" (Santos, 2022).

Nessa perspectiva, concordamos que "o agronegócio é concebido como a personificação das necessidades de reprodução do capitalismo" (Bruno, 2016 p. 150), isso porque "o movimento do capital transforma toda e qualquer realidade em objeto do e para o capital" (Chauí, 2019, p. 1). Essa transformação da realidade é feita a partir da "ideologia do agro", que visa fazer crer que o agronegócio é a (única) saída para os nossos problemas, que é por meio dele que alcançaremos o desenvolvimento para regiões ainda "atrasadas" e "fechadas para o progresso" como a Amazônia. Chega-se, assim, ao imaginário das trabalhadoras e trabalhadores, fazendo-os acreditar que o "agro é tudo", mesmo numa região onde historicamente os movimentos sociais lutam contra este tipo de empreendimento que nada mais enxerga além da terra/floresta enquanto mercadoria.

O capital e seu sistema sociometabólico (Mészáros, 2015) – em sua forma neoliberal –, é quem constrói, ao longo do processo histórico, a hegemonia das elites latifundiárias, da classe patronal rural e do agronegócio no Brasil (Bruno, 2022). A ideologia que está nele contida, permite, por sua vez, que esse processo de dominação do espaço geográfico (Santos, 2006; Moraes, 2005), do Estado (Gramsci, 1991; 2000; Chauí, 2000; 2019) e, por consequência, de todas as dimensões da vida humana, se realize. É, portanto, um entendimento do agronegócio – este, por sua vez, estrutural e hierarquicamente subordinado ao modo de produção capitalista e ao neoliberalismo – enquanto forma histórica de totalitarismo, com suas faces antigas e novas de dominação do trabalho, do território e da sociedade.

Quando o cantor rio-branquense Pia Vila bradou que "o Acre iria virar pasto de boi", este já era um pressentimento, um anúncio dos povos – seringueiros(as), indígenas, ribeirinhos(as),

quebradeiras de coco babaçu, castanheiros(as), açaizeiros(as), pescadores(as) etc. – que há muito tempo convivem com a destruição e exploração capitalista na Amazônia. Este não é um processo recente, que advém de formas contemporâneas de subordinação e exploração. É algo permanente na região, que resulta da exploração por um mesmo sistema que usa as "roupas da moda" do tempo histórico.

Acre: do seringal ao pasto do boi

O processo histórico que Silva (2004) denominou de "formação do espaço agrário acreano" ocorreu, ao menos inicialmente, em três momentos distintos: no período 1879-1910 conhecido como o primeiro ciclo da borracha; entre 1941-1945 período que marcou o segundo ciclo da borracha; e pós-1945 com a derrocada da economia da borracha na Amazônia e abertura da região, pelo Estado, para o "progresso" dos de cima em detrimento - e através da subordinação – dos de baixo (Porto-Gonçalves, 2001). As análises de ambos os períodos, caracterizados por seu vínculo com a Revolução Industrial e, posteriormente, com a Segunda Guerra Mundial, já estão relativamente consolidadas na literatura, e, por isso, não pretendemos nos alongar em uma caracterização mais detalhada de seus elementos históricos. Cabe aqui apenas situar o leitor para que acompanhe o nosso raciocínio no que concerne às formas de dominação do território pelo capital na Amazônia-acreana, que se sucedeu por meio da instituição do seringal e do latifúndio.

O seringal – enquanto modelo socioeconômico de organização do trabalho para produção de borracha – foi um instrumento de dominação territorial utilizado por empresários brasileiros e estrangeiros para produzir mercadorias na Amazônia ainda no século XIX. Este modelo, sustentado por mão-de-obra migrante e pelo

capital financeiro, ficou conhecido como "seringal empresa" e tinha o aviamento como seu sistema socioeconômico de exploração do trabalho, o qual utilizava o endividamento permanente como forma de subordinar e escravizar os seringueiros (em sua maioria migrantes nordestinos) para a extração do látex nas colocações, principal matéria-prima da indústria da borracha.

Cada "coronel", como eram chamados os donos dos seringais, detinha uma área extensa de floresta onde predominavam as seringueiras (*Hevea brasiliensis*). Os seringueiros, por sua vez, trabalhavam nas colocações, que, além de seu lugar de solitária moradia, eram as unidades produtivas dos seringais onde se realizava o corte da seringa (Almeida, 1993; Porto-Gonçalves, 2012; Silva, 2004, 2009; Ponte, 2014). A partir desse sistema organizativo, se instituía o seringal como base fundiária de dominação e subordinação do território pelo capital.

Grosso modo, este modelo perdurou até o fim da década de 1945, quando a borracha da Amazônia abasteceu a Segunda Guerra Mundial. Depois disso, os seringais entraram em crise permanente, exigindo do Estado novas medidas para recuperar a economia da região, medidas estas que deram início à etapa histórica dos projetos de colonização e integração que visavam o (des)envolvimento da Amazônia.

"Amazônia: integrar para não entregar": esse foi o slogan nacionalista-golpista do Governo Médici para justificar a ocupação e o (des)envolvimento da Amazônia na década de 1960. As iniciativas dos militares (1964-1985) tinham o objetivo de integrar a região amazônica ao restante do país (especialmente à região Sudeste) por meio da construção de rodovias e do incentivo à agricultura. "Não é uma estrada, é um rastro de morte", já advertia Marina Silva na

década de 1970, antes da abertura de estradas que hoje cortam a floresta amazônica deixando rastros históricos de sangue. A abertura de estradas como a Manaus-Porto Velho (BR-319) Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Transamazônica (BR-230) não apenas facilitou a expropriação de terras antes pertencentes à povos indígenas e seringueiros posseiros, mas também levou ao desmatamento e à degradação ambiental à medida que a terra era destinada para a prática da agricultura de *plantations* e, principalmente, da pecuária.

Inserido nesse contexto, o Acre enfrentou a necessidade urgente de diversificação econômica após o declínio do *boom* da borracha (Ponte, 2014; 2022). A intervenção estatal trouxe consigo uma dinâmica social complexa, à medida que novos migrantes, principalmente fazendeiros, começaram a se estabelecer em áreas anteriormente florestadas. A denominada "frente pioneira agropecuária" (Martins, 2009; Silva, 2004), incentivada pelos militares, motivou uma grande movimentação de especuladores e grileiros interessados nas « terras baratas » do Acre. Os impactos socioambientais dessa reestruturação agrária foram profundos, levando a reivindicações conflitantes de uso da terra e empurrando seringueiros e indígenas para fora de seus territórios.

A partir da década de 1980, o avanço da fronteira agropecuária reformulou fundamentalmente o território do Acre. A região viu uma escalada na grilagem de terras, impulsionada pelo Estado e a burguesia latifundiária, que visavam replicar o potencial agrícola de outras regiões na Amazônia. Isso contribuiu para um padrão de desmatamento rápido capitaneado pelos fazendeiros grileiros, mesmo que no Acre, dada a resistência mais organizada do campesinato e das populações indígenas – os povos da floresta –, a destruição tenha sido menor (Paula; Silva, 2012). Martins (2009)

afirma que o trabalho de derrubada e limpeza da mata para formação de novas fazendas foi feito por peões escravizados, em regime de servidão por dívida, em que trabalhadores se deslocavam temporariamente de outras regiões, especialmente do Nordeste.

Essa financeirização da terra, baseada na visão colonialista da natureza enquanto recurso a ser dominado pelo homem (Porto-Gonçalves, 2018) e reforçada por um crescente setor latifundiário na região amazônica, priorizou cada vez mais as culturas voltadas para a exportação, influenciando assim as economias e meios de subsistência locais. Consequentemente, a paisagem agrária começou a refletir usos mais mercantilizados, muitas vezes às custas das práticas agrícolas tradicionais e do acesso das comunidades locais à terra.

No Acre, a luta dos seringueiros e demais povos da floresta[2] contra a destruição de seus modos de vida e de seus territórios tem suas raízes em um processo histórico de exploração e marginalização. A partir da década de 1970, e acentuando-se na década de 1980, esses grupos começaram a se organizar – via Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) – em resposta às pressões econômicas e ambientais que os ameaçava, como, por exemplo, a derrubada das florestas. Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Dercy Telles, Raimundo Mendes Barros, Marina Silva[3] e outros

[2] Nomenclatura que tenta dar conta da diversidade de populações extrativistas ou que vivem da/na floresta amazônica: seringueiros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores rurais, castanheiros, açaizeiros etc.

[3] O primo de Chico Mendes, conhecido como "Raimundão", e a ministra Marina Silva recentemente foram vítimas de ameaças de fazendeiros devido à realização da "Operação Suçuarana" pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da

tantos trabalhadores e trabalhadoras, conhecidos e desconhecidos, foram ativistas seringueiros(as) que construíram sua luta para além das questões locais, sobretudo, pela preservação das florestas amazônicas que são essenciais não só para uma diversidade de sujeitos que nela vivem, mas para a existência do planeta Terra. Sua luta não era apenas pela propriedade da terra, mas pela defesa de um modo de vida que depende da ecologia da floresta (Almeida et al., 2018).

Ainda no decorrer da década de 1980, através do CNS e no auge de sua organização sindical em torno do Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais (STR) de Xapuri-AC, propuseram a criação das Reservas Extrativistas (Resex) como forma de garantir direitos territoriais e uma gestão sustentável dos recursos naturais (Ponte, 2014). Partindo do pressuposto de uma Reforma Agrária mais adequada às pluriatividades praticadas pelas populações extrativistas, as Resex foram concebidas como espaços protegidos, onde as comunidades poderiam viver e trabalhar de acordo com suas práticas tradicionais, simultaneamente buscando preservar a floresta e os modos de produção que dela dependiam (Almeida; Pantoja, 2005; Almeida et al., 2018). Essa proposta foi reconhecida oficialmente pelo governo brasileiro, especialmente após a morte de Chico Mendes, em 1988, que mobilizou uma resposta significativa em diferentes escalas, destacando a importância da luta por justiça ambiental (Almeida et al., 2018).

Além das políticas de conservação, os seringueiros enfrentaram desafios decorrentes da inserção do capitalismo e das pressões externas, que visavam maximizar a exploração econômica

Biodiversidade (ICMBio) que visa a apreensão de gado ilegal na Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, em Xapuri-AC.

da Amazônia. A implementação das Resex não impediu o avanço da pecuária, que se consolidou como uma das principais atividades econômicas da região, paradoxalmente ofuscando o próprio objetivo das reservas de criar alternativas de desenvolvimento sustentável baseadas no agroextrativismo (Fittipaldy; Castelo, 2023; Barbosa; Franco, 2019).

O processo de luta dos seringueiros e demais povos da floresta também partiu de uma crítica mais ampla ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, que frequentemente beneficiou interesses corporativos em detrimento das comunidades locais. Nesse sentido, as vozes dos povos da floresta tornaram-se instrumentos de luta frente as questões socioambientais e promoveram um novo entendimento sobre conservação e desenvolvimento (Almeida, 2004). Esse entendimento que está entranhado na essência das populações amazônicas busca aliar o homem à natureza, relação esta que os projetos capitalistas se esforçam para destruir.

Mesmo sabendo desse legado deixado pelos homens e mulheres que lutaram e lutam contra o avanço capitalista na Amazônia, não é essa aproximação homem-natureza que vivenciamos nos dias de hoje. Os desafios enfrentados ao longo dos anos se manifestaram na forma como as populações amazônicas continuaram a se articular e a lutar pela defesa de seus direitos. O legado da luta dos seringueiros ao passo que revela conquistas importantes em termos de reconhecimento de seus direitos e de seus modos de vida, também coloca a necessidade constante de continuar resistindo às pressões e ameaças à integridade ecológica da Amazônia e à cultura dos povos que dela dependem (Guimarães et al., 2023).

Primeiro o seringal, depois o latifúndio. Foi assim que o capital se estabeleceu na Amazônia-acreana. Na atualidade, um dos maiores vilões que ameaçam a vida da floresta e de seus povos é o agronegócio. Este traz uma nova roupagem para o que antes constatamos no processo de ocupação e (des)envolvimento da Amazônia, caracterizado por nós pelo latifúndio e pelo avanço da fronteira agropecuária. O agronegócio e suas mais distintas atividades, vêm intensificando as ações de desmatamento, de queimadas e de expansão das monoculturas de *commodities* em diferentes regiões do Brasil, incluindo a amazônica. Contudo, para além de suas ações no plano do *business* agrícola, o agronegócio e seus "reis" têm se utilizado de um forte caráter ideológico para expropriar a terra, o trabalho, a memória e a consciência política dos trabalhadores e trabalhadoras de diferentes formas. É esse movimento destrutivo e multifacetado que pretendemos discutir a seguir.

Nas terras do Uáquiri, o "agro" é tudo?

Padrinho Sebastião, da Colônia Cinco Mil,
Do Santo Daime, da Santa Maria
Em corrente com Antônio Conselheiro
Está anunciando
Que o Acre vai virar pasto de boi

E quando ouvir falar de índio sem terra é sinal de guerra em todo lugar
E quando ouvir falar de seringueiro sem terra é sinal de guerra em todo lugar

[...] O capeta anda solto por aí
São os sulistas, capitalistas de berro de boi
Que estão expulsando os homens da colocação.

"Padrinho Sebastião" - Pia Vila (2009).

De acordo com os ideológos do *agribusiness* John H. Davis e Ray A. Goldberg (1957, p. 2, tradução nossa), agronegócio significa "a

soma total das operações envolvidas na fabricação e distribuição de suprimentos agrícolas; operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas". É, por si só, um conceito que evidencia a característica totalizante desse setor; que propõe a homogeneidade das atividades agrícolas e das pessoas que nelas trabalham; e assume que todos os seus representantes estariam conectados economicamente (Pompeia, 2020).

No Brasil, o agronegócio consiste no processo histórico de desenvolvimento da agricultura capitalista que teve como base a instituição do latifúndio. Apesar de só ter ganhado destaque na década de 1990, o agronegócio remete à "construção discursiva das elites rurais agroindustriais sobre a estrutura social do campo" (Bruno, 2016, p. 143) historicamente vinculado ao período da modernização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais no país.

No início dos anos 2000, o aumento nos preços das *commodities* agrícolas intensificou a busca por novas fronteiras produtivas em diferentes biomas brasileiros. Na Amazônia, esse processo – marcado pelo agronegócio como modelo hegemônico de desenvolvimento –articulou a expansão da fronteira agrícola através do desmatamento, da grilagem de terras, das queimadas, da pecuária e da violência estrutural. No Acre, o avanço do agronegócio, longe de promover desenvolvimento econômico e estabilidade para a população, acentuou os conflitos no campo, aumentou as áreas de pastagem e áreas desflorestadas etc., tudo isso como resultado da sobreposição de interesses antagônicos.

A luta dos povos da floresta pela preservação ambiental e pela consequente manutenção de seus modos de vida está em constante

conflito com os interesses do capital latifundiário. Após a década de 1980 e nas décadas seguintes, o Acre, dentre os estados da região amazônica, foi um dos que mais buscou avançar nas políticas ambientais nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) de 1999 a 2018. Pautados no desenvolvimento sustentável, o partido institui a "florestania" como forma de resgatar a identidade acreana e se utilizou consideravelmente da figura de Chico Mendes em seus governos. Os resultados de seus projetos ditos sustentáveis foram bastante controversos e o partido acabou perdendo sua hegemonia e dando lugar a governantes "pró-agronegócio".

Em 2019, com a eleição de Gladson Cameli, do Partido Progressista (PP), o Acre se entregou à direita e mergulhou no bolsonarismo. Atualmente, o PP conta com 14 prefeituras das 22 possíveis no Acre, enquanto o PT perdeu completamente a sua representatividade, o que demonstra a força do antipetismo no estado, acompanhando a lógica que prevalece em escala nacional. O pouco que havia sido construído pelos governos do PT – boa parte conquistada à força pelos movimentos sociais – foi quase totalmente destruído, dando lugar a uma perspectiva (ainda mais) neoliberal pautada na grilagem de terras e no desmatamento para o agronegócio, mais especificamente na pecuária bovina e nos plantios de soja e milho. Como Bolsonaro, Cameli formou a sua articulação política com as bancadas evangélica e ruralista e prometeu "desburocratizar" a fiscalização ambiental, aproximando-se do discurso de "abertura do Acre para o desenvolvimento", fato tal que só seria possível por meio do agronegócio.

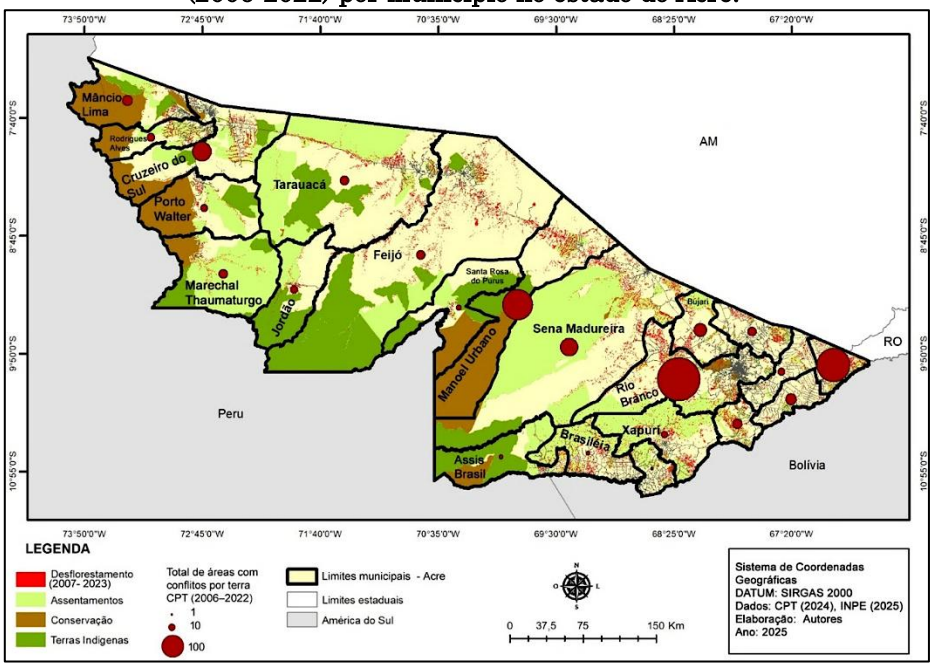
Malheiro (2019) chama atenção para a lógica de desenvolvimento pautada na produção de commodities (agrícolas e minerais), pois ela está no centro de políticas econômicas de governos

de diferentes espectros políticos, de tal forma que mudanças no ordenamento do Estado são continuamente geradas para possibilitar a ampliação da apropriação e exploração da natureza, processos que, via de regra, são marcados pelo conflito e pela violência.

Na Figura 1, fica evidente o contraste entre as áreas de conservação – conquista dos povos da floresta –, terras indígenas e assentamentos rurais, onde prevalecem formas de uso da terra associadas à preservação da floresta, e as regiões mais intensamente desmatadas. Ou seja, nos locais ocupados por povos e comunidades cujos modos de vida estão intrinsecamente ligados à manutenção da floresta em pé, os índices de desmatamento tendem a ser significativamente menores.

Observa-se que o avanço do desmatamento, em muitos casos, acompanha o traçado das vias de acesso, o que demonstra o papel estratégico das rodovias na expansão da fronteira agrícola, conforme salientamos. No Acre, destacam-se as rodovias AC-090 (Transacreana) e AC-40, além da proposta de uma rota de exportação pelo trecho da BR-364, cortando o Parque Nacional da Serra do Divisor no município de Cruzeiro do Sul, com saída para o Oceano Pacífico voltada ao escoamento de grãos e outros produtos do agronegócio (Silva, 2022).

Figura 1 - Desmatamento acumulado (2003-2022) e conflitos por terra (2006-2022) por município no estado do Acre.



Fonte: CPT (2024) ; INPE (2025). Elaborado pelos autores, 2025.

Com o avanço da direita no Acre, existem ações em curso para que o estado siga os passos de Rondônia, seu vizinho, por meio do agronegócio. As políticas neoliberais, que em parte já existiam em governos do PT, se agravam conforme avança a extrema direita e seus aparelhos ideológicos. Agora no poder, e diante da atual conjuntura de desmanche das políticas ambientais, do sucateamento da fiscalização e da normalização da violência, eles têm carta branca para dominar os territórios de populações amazônicas e destiná-los ao "progresso" capitalista.

Conforme Monteiro e Bernardes (2024), a maior parte dos conflitos por terra nos estado do Amazonas, Acre e Rondônia, nos últimos anos, ocorreu em municípios que compõem a região conhecida como AMACRO (acrônimo de Acre, Amazonas e Rondônia). A AMACRO, ou Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Medeira, é uma zona de desenvolvimento agropecuário focado

na atração de investimentos destinados ao agronegócio, ainda não institucionalizado em nível federal, mas que ganhou força no governo Jair Bolsonaro (PL). Essa proposta se inspira no MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), que foi oficialmente instituído por decreto no governo Dilma Rousseff (PT), sendo reconhecida como área estratégica nacional, e, que igualmente expressa a expansão da fronteira agrícola e dos conflitos.

De acordo com Craveira e Silva (2024, p. 43), trata-se da intencionalidade dos agentes produtores do espaço – neste caso a aliança da classe latifundiária com o Estado – na articulação de projetos de infraestrutura para o desenvolvimento econômico do território.

Para além das infraestruturas, ou antes delas, a expansão do agronegócio ocorre, inicialmente, por meio de conflitos com os povos que já habitavam esses territórios (Monteiro; Bernardes, 2024). Esse processo é marcado pelo desmatamento e pelas queimadas, seguidos da substituição da floresta nativa por pastagens e da introdução do gado — o que, na prática, funciona como uma estratégia para legitimar a grilagem de terras públicas pertencentes à União. Com a área consolidada pela pecuária, abre-se caminho para a chegada dos grãos, especialmente da soja e do milho.

Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre os anos de 2005 e 2022 foram registrados 703 conflitos por terra distribuídos nos 22 municípios do Acre. Em diversos casos, essas disputas se repetem nas mesmas áreas ao longo dos anos, o que revela a cristalização de ameaças, intimidações, perseguições e assassinatos cometidos em nome do (des)envolvimento e do progresso. Segundo Porto-Gonçalves (2012), os conflitos na Amazônia são um exemplo prático do mito do vazio demográfico, pois

como falar em ausência de populações se em todo o território são observados conflitos com antigos moradores?

Para Monteiro e Bernardes (2024), o conflito não é apenas fruto de um processo físico de disputa territorial, mas também simbólico e ideológico, construído por discursos que legitimam a violência em nome do desenvolvimento. De acordo com Porto-Gonçalves (2012), as propostas de desenvolvimento que historicamente vigoraram desde os tempos coloniais na Amazônia foram construídas sob o viés da impossibilidade de seus habitantes elaborarem suas próprias iniciativas, sendo, assim, projetos brutalmente impostos para a exploração dos povos e da região.

Chagas (2024) chama atenção para os diversos aspectos que acompanham o avanço da fronteira agrícola e, com ela, o acirramento da violência sobre a Amazônia, sendo eles: institucionais, ideológicos, retóricos e legais. Neste contexto, destaca-se a violência normatizada presente nas propostas legislativas, particularmente naquelas que, enfraquecem a proteção socioambiental. Um exemplo recente é o Projeto de Lei (PL) nº 2.159/2021, também conhecido como "PL da Devastação", que busca instituir a Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

O PL 2.159/2021 transfere aos próprios solicitantes a responsabilidade pela autodeclaração do cumprimento das exigências legais em atividades classificadas como de "baixo e médio impacto" (Woortman, 2025). Vale ressaltar que, apesar de o projeto utilizar termos como "baixo" e "médio impacto", isso não significa que os efeitos dessas atividades sejam pequenos ou irrelevantes. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, muitas dessas propostas referem-se a obras estruturais e estruturantes — como

barragens, estradas, hidrelétricas e perfuração de poços de petróleo — realizadas em diferentes biomas sensíveis a alterações.

O cientista social Silvio Caccia Bava (2025) afirmou, recentemente, que os próprios governadores dos estados do Norte e suas bancadas votaram a favor do PL da Devastação, atitude que ressalta ainda mais as contradições e mostra o papel ativo do Estado no apoio à destruição capitalista na Amazônia desde o pós-economia da borracha até os dias de hoje. É uma visão de fora da região que a entende como "atrasada", um obstáculo ao progresso do país, reforçando o "colonialismo do poder" sobre a região, como bem disse Porto-Gonçalves (2012).

Conforme Woortmann (2025), trata-se também de uma legalização tácita do desmatamento, pois atividades reconhecidamente associadas ao desmatamento, como a criação extensiva de gado, o cultivo de grãos (em muitos casos, *commodities*) e a formação de pastagens, também são dispensadas de licenciamento, mesmo em áreas recém-desmatadas.

Além disso, o PL inverte a lógica da proteção ambiental ao substituir a análise prévia por um controle posterior ao dano. Tal proposta é especialmente danosa em um contexto no qual as populações dependem da floresta em pé para a produção e a reprodução de suas vidas. Assim, a análise da proposta revela como o aparato legal pode funcionar como instrumento de violência institucional, legitimando a degradação ambiental e aprofundando os conflitos.

Até mesmo as Resex vistam como o principal símbolo da luta de Chico Mendes e uma das últimas fronteiras (até mesmo ideológica) ao avanço do agronegócio no Acre, estão "sendo implodida(s) de modo a colocar frontalmente em cheque os seus

fundamentos legais, quais sejam, o da garantia de subsistência digna dos extrativistas nativos e a da proteção ambiental" (Veras, 2025, n.p.) diante das atuais ofensivas de pecuaristas da região.

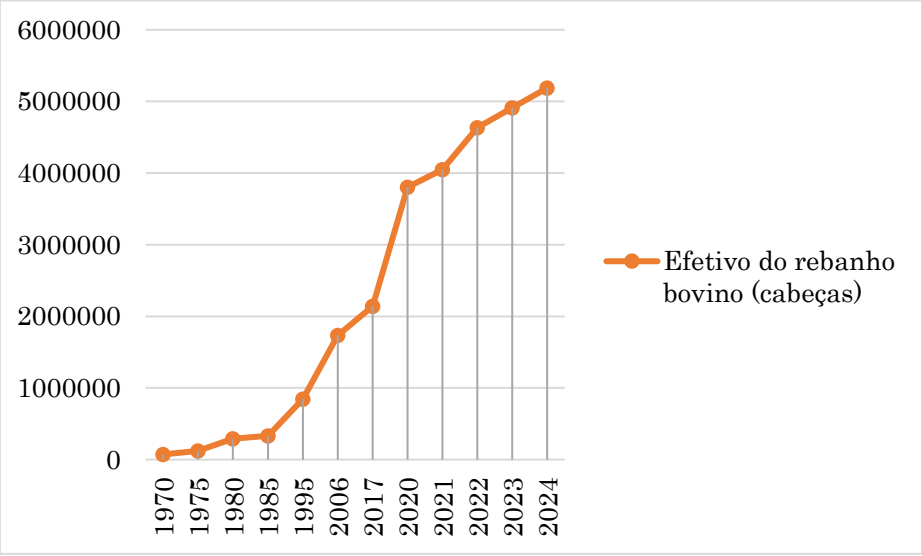
Em 2020, em evento coordenado pelo então Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, o pecuarista, paulista, integrante da bancada ruralista e agora senador do Acre, Marcio Bittar, fez a seguinte fala : "A Amazônia não é o pulmão do mundo, não tem essa história de rios voadores. a Amazônia não é responsável pelo clima do Brasil. Isso é desinformação [...] o Brasil vive "um sistema comunista na área rural, particularmente na Amazônia', disse o senador se posicionando de forma contrária à existência das Resex e negando a importância da floresta amazônica para o planeta (Grilli, 2020).

O modelo de desenvolvimento imposto pelas elites latifundiárias aliado ao poder do Estado no financiamento e disseminação de suas ideologias, coloca para os sujeitos amazônicos a alternativa única da pecuária. A líder sindical seringueira Dercy Teles nos falou sobre o avanço da pecuária e as contradições que envolvem o Estado e o agronegócio na Resex Chico Mendes em um contexto de conflitos com o ICMBio:

> A função social da terra se esvazia completamente. Se o Estado não investiu em condições para que as pessoas sobrevivam na Resex por meio do extrativismo ele não tem razão nenhuma para coibir as atividades que estão sendo praticadas no dia a dia hoje. Porque é isso, sabe? A economia do Estado gira em torno do gado, não dá para negar isso. Se você fizer uma pesquisa, dos 20 anos de governo do PT, o rebanho se multiplicou cinco vezes mais no decorrer desse governo e o mercado foi garantido. Hoje tem muita oscilação de preço (o gado) mas ainda se consegue vender, porque o Estado não investiu em nenhum outro mecanismo que pudesse garantir a geração de renda da população rural (Entrevista realizada em agosto de 2024).

Ao não encontrarem outra alternativa de sobrevivência nas Resex a pecuária se torna também uma alternativa de subsistência para muitos seringueiros – como demonstraram Fittipaldy e Castelo (2024) –, dada a incapacidade do Estado de viabilizar condições de trabalho digno e autonomia de gestão para seus territórios. Buscando melhor evidenciar essa situação, o Gráfico 1 mostra os números do rebanho bovino no estado do Acre.

Gráfico 1 – Efetivo do rebanho bovino no estado do Acre (1970-2024)



Fonte: IBGE Censos Agropecuários (anos correlatos). Elaborado pelos autores (2025).

Há uma curva de crescimento contínuo do rebanho, com mudanças claras de ritmo entre 1990 e 2006, já nos governos do PT. Deste período em diante, com a consolidação da pecuária no estado, há um crescimento consistente que tende a se ampliar, dada a atual conjuntura que se inicia no governo Bolsonaro, em 2019, e se estende até o período atual.

Mas, então, o Acre vai mesmo virar pasto de boi? Com base em tudo o que discutimos até aqui, poderíamos dizer que já virou. A ideologia do "progresso via agronegócio" está impregnada de forma concreta no imaginário popular e tornou-se consenso. Mesmo aqueles que poderiam oferecer resistência à invasão (material e imaterial) de seus territórios estão sucumbindo e vivendo uma ideologia estranha a eles, que se aparenta a-histórica e rouba suas memórias.

> Por esta porteira escancarada, a estrada de seringa vira pasto, isto é, a cultura de pecuária extensiva ali se instala como a saída para a "subsistência" não mais do seringueiro (abandonado como tal pelo estado-barracão da gestão de direita), mas agora do orgulhoso colono pecuarista, o novo personagem da seringalidade dois ponto zero, quem ganha o status político-colonial de agente do desenvolvimento econômico, a ocupar o lugar do extrativista posto antes como agente do desenvolvimento sustentável. Ambos tornados instrumentos da colonialidade na Amazônia. Este novo personagem exsurge, por necessidade, tanto de quem está dentro das reservas (com terra, mas sem condições de produzir numa proporção que a sedução capitalista lhe impõe), quanto de quem está fora (sem terra e tão seduzido quanto à mentalidade do velho e enganoso discurso do progresso/desenvolvimento econômico que nunca chega para si) [...] (Veras, 2025, n.p.).

Mesmo considerando a captura da memória coletiva e das subjetividades das populações amazônicas, seria injusto e irresponsável de nossa parte atribuir alguma culpa a esses sujeitos, pelo contrário, queremos salientar que a ideologia neoliberal enquanto nova forma de totalitarismo e elemento fundante da ordem sociometabólica do capital, conduz a sociedade aos seus interesses não restando saída para aqueles que dependem dos meios de produção ou mesmo do Estado se não a enfrentamento e a superação do capital (Mészáros, 2015).

Nas terras do Uáquiri o agro (ainda) não é tudo. Existe um modelo dominante, uma ideologia hegemônica, um Estado

colonialista. Mas, existe (em conflito) um modelo antagônico que é capaz de posicionar enfrentamentos, tal qual fizeram e fazem os movimentos e organizações dos mais diversos sujeitos amazônicos. É preciso romper com a colonialidade, com o neoliberalismo e acabar com o capitalismo. Do contrário, todos nós afundaremos na barbárie da vida social provocada por um capitalismo de caráter cada vez mais ideológico.

Considerações Finais

Neste ensaio, buscamos evidenciar como a "ideologia do agro" ocupa papel de destaque no sistema sociometabólico do capital em sua busca pela dominação do(s) território(s) da Amazônia-acreana. A análise da expansão do agronegócio no Acre, enquanto expressão concreta do avanço neoliberal sobre a Amazônia, revela um processo marcado pela subordinação das múltiplas formas de organização da vida aos interesses econômicos hegemônicos. O discurso ideológico que sustenta uma suposta "vocação agro" do país atua como uma correia de transmissão da naturalização de práticas que desmatam, expulsam e silenciam os povos da floresta.

Conforme demonstramos, o avanço assistido do que hoje conhecemos por agronegócio nada mais é do que a construção e solidificação da hegemonia da classe latifundiária que há décadas controla o Brasil. Na Amazônia-acreana, primeiro se instituiu o seringal, depois o latifúndio, como formas capitalistas de exploração do trabalho e dominação do território. Uma característica marcante nesse processo é a parceria entre capital e Estado, bem comum no neoliberalismo, e que parece nunca sair de moda neste país.

Evidentemente, as tentativas de explorar a Amazônia não se dão de forma linear e muito menos natural. Isso porque os

movimentos sociais – a Aliança dos Povos da Floresta, o MSTTR, e os mais diversos movimentos camponeses –, especialmente em conjunturas desfavoráveis, oferecem resistência. Os dados sobre os conflitos por terra e o desmatamento expõem, de forma nítida, a relação direta entre o avanço do agronegócio e a intensificação das disputas socioambientais. Dessa forma, o discurso do desenvolvimento e da modernização esconde sua face de atraso, ao mesmo tempo que atualiza a violência estrutural e institucional que acompanha historicamente a fronteira agrícola.

O debate sobre a ideologia se mostra cada vez mais pertinente e complexo para as pesquisas dos mais diversos ramos das ciências humanas e sociais, inclusive para a Geografia, que enquanto ciência preocupada com o espaço geográfico e as relações sociais nele contidas, pode e deve avançar neste debate. Consideramos ser pela via do materialismo-histórico-dialético que a ciência geográfica mais tem a contribuir, pois o seu referencial permite uma análise da práxis capitalista em sua totalidade.

Caminhar é preciso. Existe um avanço nas ideias conservadoras e liberais Brasil afora, a partir de inúmeras vias, sendo o agronegócio o protagonista desse processo, que exige a organização coletiva e, principalmente, a escuta dos movimentos sociais como sujeitos protagonistas de seus destinos. Essa ideologia neoliberal hegemônica, impacta não só a economia e o meio ambiente, mas a sociedade como um todo, chegando às dimensões da vida e da dignidade humana. Dessa forma, é necessário repensar criticamente os (des)caminhos do desenvolvimento. Tal tarefa passa por romper com a lógica hegemônica do "agro é tudo" e exige reconhecer a floresta e seus povos como espaço de vida, não como vazio a ser ocupado ou mercadoria a ser explorada.

Referências

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Rubber tappers of the Upper Juruá River, Brazil:* the making of a forest peasant economy. 1993. Tese de Doutorado (University of Cambridge).

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Direitos à floresta e ambientalismo:* seringueiros e suas lutas. Revista brasileira de ciências sociais, v. 19, p. 33-52, 2004.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; ALLEGRETTI, Mary Helena; POSTIGO, Augusto. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente,* v. 48, 2018.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; PANTOJA, Mariana Ciavatta. Justiça local nas reservas extrativistas. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas,* v. 23, n. 1 e 2, p. 27–41, 2005.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado.* Lisboa: Editorial Presença, 1980.

BARBOSA, Tiago Augusto; FRANCO, Alexsande de Oliveira. Povos da Floresta: um estudo das nuances e das sinergias entre os Seringueiros do Acre e os Faxinalenses do Paraná, Brasil. *Terr@ Plural,* v. 13, n. 2, p. 560-576, 2019.

BAVA, Silvio Caccia. *Agora pode desmatar a Amazônia?* Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, junho/2025, p. 5.

BRUNO, Regina. *Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista.* Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Texto de Conjuntura nº 9. Rio de Janeiro, 2015.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura,* v. 24, n. 1, abr/set., 2016, pp. 142-160.

BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe. *Trabalho Necessário,* v. 20, n. 41, jan/abr., 2022.

CHAGAS, Afonso Maria das. O imperativo da violência e da desconstituição dos direitos humanos na Amazônia Sul-Ocidental: criminalização na região da AMACRO. In: SILVA, Ricardo Gilson da Costa; CONCEIÇÃO, Francilene Sales da; FRANCO, Marcelo Horta Messias; SILVA, Renata Maria da (Orgs.). *Resistências sociais, multiterritorialidades e conflitos agrários na Amazônia.* Porto Velho, RO: Temática Editora & Cursos, 2024. p. 48-82.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil:* mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Neoliberalismo:* a nova forma do totalitarismo. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/. Acesso em: 23 jun. 2025., 2019.

CRAVEIRA, Kamila de Oliveira; SILVA, Fredson Bernardino Araújo da. AMACRO e frentes pioneiras na Amazônia: desmatamento, psicosfera e questão fundiária. *Revista Geopolítica Transfronteiriça,* v. 8, nº 2, 2024, pp. 39-53.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A.; *A Concept of Agribusiness. Graduate School of Business Administration*, Harvard University, 1957.

FITTIPALDY, Márcia Cristina Pereira de Melo; CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. Há boi pastando: um retrato da Resex Chico Mendes no estado do Acre. *UÁQUIRI - Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre*, v. 5, n. 2, 2024.

GERHARDT, Cleyton. Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro: subjetivação e conquista de novos territórios. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar,* v. 11, n. 3, 2021.

GRAMSCI, Antonio. A organização da cultura. In: *Os intelectuais e a organização da cultura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Coleção Perspectivas do Homem, Série Filosofia.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* 8. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. V. 3. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

GRILLI, Mariana. Ricardo Salles cobra maior participação privada na Amazônia. Globo Rural, 25 ago. 2020. Disponível em: https://globorural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2020/08/ricardo-salles-cobra-maior-participacao-privada-na-amazonia.html . Acesso em: 04 de dez. de 2025.

GUIMARÃES, David Franklin da Silva; DE VASCONCELOS, Monica Alves; WEIL, Andreza Gomes; SCHOR, Tatiana. Os povos da floresta na produção do espaço e da sustentabilidade na Amazônia: o caso do território do Médio Juruá – Carauari/AM. *Antíteses,* v. 16, n. 31, p. 059–086, 2023.

HARVEY, David. El neoliberalismo como destrucción creativa. *Revista Apuntes del CENES,* v. 27, n. 45, enero-junio, 2008.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. O que vale em Carajás? : geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/28189. Acesso em: 03 de dez. de 2025.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira:* a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 25 abr. 2025.

MARX, Karl. *Introducción general a la crítica de la economía política.* México, 2006.

MENDONÇA, Maria Luisa. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. *Contexto internacional,* Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375-402, 2015.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital:* rumo a uma teoria da transição. Boitempo Editorial, 2015.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes; BERNARDES, Júlia Adão. Avanço do agronegócio na Amazônia: antecipação espacial, processos de espoliação na tentativa de criação da AMACRO e expansão da fronteira agrícola. *Revista NERA,* Presidente Prudente, v. 27, n. 2, e10122, 2024.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas.* Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. Um "outro" geográfico. *Terra Brasilis - Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica,* n. 4-5, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil.* Annablume, 2004.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Sílvio Simione da. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. *Revista NERA*, n. 13, p. 102-117, 2012.

PONTE, Karina Furini da. Reserva Extrativista Chico Mendes no Estado do Acre: territorialidade seringueira e conquista da autonomia? In: PONTE, K. F. da.; MORAIS, M. de J. (Org.).

Produção do espaço e ambiente nas fronteiras da Amazônia Sul Ocidental. Curitiba: CRV, 2020.

PONTE, Karina Furini da. *O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho:* um estudo a partir da fábrica de preservativos masculinos de Xapuri. 2014. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2014.

POMPEIA, Caio. "Agro é tudo": simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizontes Antropológicos,* v. 26, n. 56, p. 195-224, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia:* encruzilhada civilizatória – Tensões territoriais em curso. Bolívia: IPDRS/CIDES - UMSA, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias.* 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 2006.

SANTOS, Milena da Silva. Mészáros e a necessidade de superação do capital. *Argumentum,* v. 14, n. 2, p. 73-84, 2022.

SILVA, Silvio Simione da. O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX. *Revista NERA*, n. 4, p. 42–49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. Produção do espaço agrário acreano: "O homem, a terra e a floresta". In: SILVA, Silvio Simione da (Org.). *Acre:* uma visão temática de sua Geogra-fia – Rio Branco: EDUFAC, 2009.

SILVA, Maria Evanilce Gomes da. *O agronegócio do boi e conflitos socioambientais:* uma discussão sobre fronteira na Regional do Baixo Acre. 2022. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022.

VERAS, João. *A seringalidade dois ponto zero e o seu personagem:* o "orgulhoso" colono pecuarista da reserva. Jornal "O Varadouro" – um jornal das selvas, 25 maio 2025. Disponível em: https://ovaradouro.com.br/a-seringalidade-dois-ponto-zero-e-o-seu-personagem-o-orgulhoso-colono-pecuarista-da-reserva/. Acesso em: 23 jun. 2025.

WOORTMANN, Marcos. *Amazônia à beira do abismo:* destruição do licenciamento ambiental ameaça liderança climática mundial do Brasil. Le Monde Diplomatique Brasil, 20 maio 2025. Disponível em:

https://diplomatique.org.br/destruicao-do-licenciamento-ambiental-ameaca-lideranca-climatica-mundial-do-brasil/. Acesso em: 14 jun. 2025.

Recebido para publicação em 14/10/2025

Aceito para publicação em 21/01/2026

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE DESASTRES HIDROGEOMETEOROLÓGICOS: IMPLEMENTAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ENVIRONMENTAL PLANNING TOOLS AND HYDROGEOMETEOROLOGICAL DISASTER PREVENTION: IMPLEMENTATION IN RIO GRANDE DO SUL - BRAZIL

INSTRUMENTOS DE PLANIFICACIÓN AMBIENTAL Y PREVENCIÓN DE DESASTRES HIDROGEOMETEOROLÓGICOS: IMPLEMENTACIÓN EN RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Tanice Kormann
tanice.kormann@gmail.com

Luciana Regina Petry Anele Anele
luciana-anele@fepam.rs.gov.br

Claudia Bos Wolff
claudia-wolff@fepam.rs.gov.br

Raquel Pretto
raquel-pretto@fepam.rs.gov.br

Rafael Fernandes e Silva
rafael-silva@fepam.rs.gov.br

Rafael Midugno
rafael-midugno@fepam.rs.gov.br

Glaucus Vinicius Biasetto Ribeiro
glaucus-ribeiro@fepam.rs.gov.br

Resumo:
Ao longo das três décadas de atuação a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) tem elaborado instrumentos de planejamento ambiental e de suporte ao licenciamento no Estado do Rio Grande do Sul. Nesta trajetória, a prevenção e mitigação de impactos associados aos eventos pluviométricos extremos sempre estiveram presentes nesses instrumentos. Neste sentido, o presente artigo se propõe a apresentar exemplos de instrumentos de planejamento ambiental na esfera estadual que permitiriam prevenir danos e/ou mitigar impactos associados aos eventos pluviométricos extremos, porém foram descontinuados ou não implementados. Destaca-se que a prevenção de desastres por meio de mecanismos de controle ambiental tem como principal desafio a articulação entre o conhecimento técnico e científico e as decisões realizadas pelos gestores e tomadores de decisões. Os exemplos abordados ao longo do texto se revestem de importância por apontarem soluções tecnicamente simples, mas que dependem de posicionamento político dos gestores públicos responsáveis pela tomada de decisão.

Palavras-chave: Eventos climáticos extremos, Gestão ambiental; Mitigação; Ordenamento territorial.

* Esta publicação representa opinião baseada na experiência profissional dos autores, não indicando qualquer ligação com a política institucional da SEMA-RS e FEPAM

Abstract:
Throughout its three decades of history, the Environmental Agency of Rio Grande do Sul (FEPAM), the Southernmost State of Brazil, has been developing environmental planning and permit-support instruments. In this trajectory, the prevention and mitigation of impacts associated with extreme rainfall events have always been included in these instruments. In this sense, this article aims to present examples of environmental planning instruments at the state level that would allow preventing damage and/or mitigating impacts associated with extreme rainfall events, but were discontinued or not implemented. It should be noted that the main challenge in disaster prevention through environmental control mechanisms is the integration between technical and scientific knowledge and the decisions made by managers and decision-makers. The examples discussed Along the text are important because they point to technically simple solutions, but ones that depend on the political positioning of the public managers responsible for decision-making.

Keywords: Climate extreme; Environmental management; Mitigation; Territorial planning.

Resumen:
A lo largo de tres décadas de actividad, la Agencia Ambiental de Rio Grande do Sul (FEPAM), el estado más meridional de Brasil, ha desarrollado instrumentos de planificación ambiental y apoyo a la concesión de permisos. En esta trayectoria, la prevención y mitigación de los impactos asociados a los fenómenos pluviométricos extremos siempre han estado presentes en estos instrumentos. Así, el presente artículo se propone presentar ejemplos de instrumentos de planificación ambiental en el ámbito estatal que permitirían prevenir daños y/o mitigar los impactos asociados a los eventos pluviométricos extremos, pero se han discontinuado o no se han implementado. Cabe destacar que la prevención de desastres mediante mecanismos de control ambiental tiene como principal desafío la articulación entre el conocimiento técnico y científico y las decisiones tomadas por los gestores y responsables de la toma de decisiones. Los ejemplos abordados a lo largo del artículo son importantes por señalar soluciones técnicamente sencillas, pero que dependen de la posición política de los gestores públicos responsables de la toma de decisiones.

Palabras-clave: Fenómenos climáticos extremos, Gestión ambiental, Mitigación, Ordenamiento territorial.

Introdução

Considerado o desastre hidrogeometeorológico de maior abrangência espacial e temporal do Brasil (MARENGO *et al.*, 2024; COLLISCHONN *et al.*, 2025), o evento danoso ocasionado pela precipitação extrema ocorrida no final de abril e início de maio de 2024 afetou 478 dos 497 municípios do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2024a). Cerca de 2,4 milhões de habitantes foram atingidos por inundações, enxurradas e movimentos de massa nas regiões Central, dos Vales, Serra e Metropolitana de Porto Alegre, resultando em mais de 423 mil desalojados, 183 mortos e 28 desaparecidos (RIO GRANDE DO SUL, 2024a). Assim, este desastre é considerado um novo paradigma para a abordagem de desastres hidrogeometeorológicos na região sul e no país, ultrapassando o recorde histórico da enchente de 1941 (MARENGO *et al.*, 2024; COLLISCHONN *et al.*, 2025).

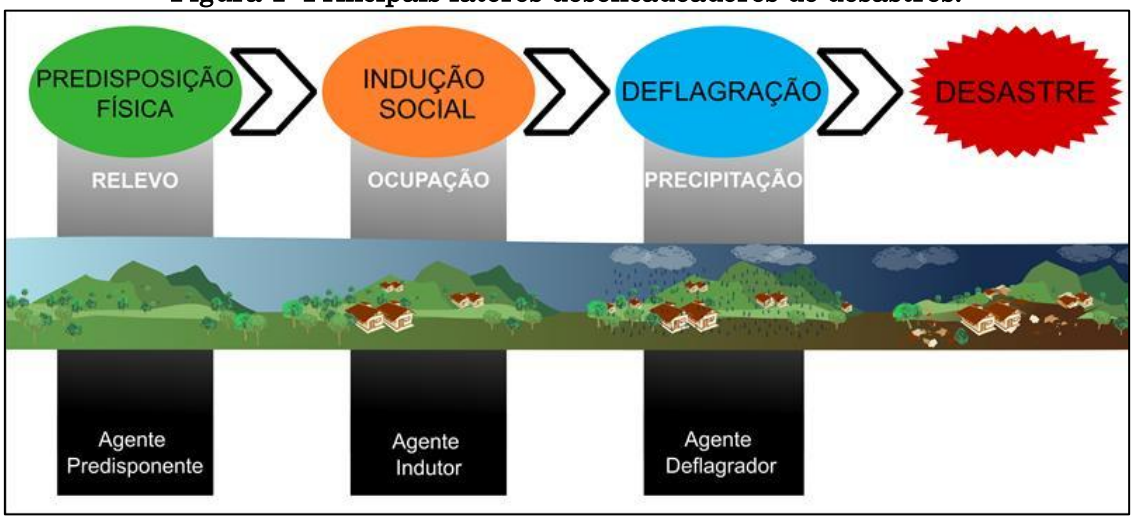
Apesar de desastres hidrogeometeorológicos serem desencadeados por processos de natureza física, estudos têm apontado o papel da ação humana na indução, aceleração e intensificação destes fenômenos, decorrentes principalmente das alterações no ambiente natural (FERNANDES; AMARAL, 2011; NUNES, 2015; OLIVER-SMITH *et al.*, 2016a; SOUZA; RODRIGUES, 2024). Intervenções humanas na morfologia dos sítios urbanos implicam no ajuste da dinâmica hidrológica e na dinâmica de encostas resultando em uma remodelação da paisagem de modo mais abrangente (SOUZA; RODRIGUES; DANELON, 2024). Grandes empreendimentos e atividades de uso intensivo do solo igualmente podem promover importantes modificações na dinâmica hidrológica e na estabilidade de encostas, razão pela qual certas atividades necessitam de licenciamento ambiental (SÁNCHEZ, 2023).

Fenômenos como inundações, estiagens e deslizamentos apresentam estreita relação com o modo de apropriação dos recursos naturais e de ocupação territorial, o que indica que o risco é socialmente construído (MACÍAS, 1996; ALCÁNTARA-AYALA, 2002; KOBIYAMA *et al.*, 2006; NUNES, 2015; OLIVER-SMITH *et al.*, 2016a; OLIVER-SMITH *et al.*, 2016b). A indução social a estes fenômenos pode ocorrer tanto por meio da acentuação das condições de risco previamente existentes, como pela criação de novas formas de risco (MACÍAS, 1996; NUNES, 2015; OLIVER-SMITH *et al.*, 2016a e 2016b).

Os desastres resultam da interação de três agentes: predisponentes, indutores e deflagradores. Enquanto os agentes predisponentes correspondem às condições do meio físico, atuando no condicionamento da ocorrência de desastres hidrogeometeorológicos, a indução social corresponde à maneira como a sociedade

interage com o ambiente, podendo acentuar situações de predisposição existentes (KORMANN, 2022). Por sua vez, a pluviosidade é considerada o principal agente de deflagração de desastres hidrogeometeorológicos no Brasil (FERNANDES; AMARAL, 2011), atuando na redução da coesão do solo que ocasiona movimentos de massa (MACIEL FILHO e NUMMER, 2011), bem como as inundações pela incapacidade de escoamento do excesso de água. Uma representação esquemática deste modelo que resulta no desastre é apresentada na Figura 1.

Figura 1: Principais fatores desencadeadores de desastres.



Fonte: KORMANN, 2022.

A intensificação dos desastres naturais está atrelada às mudanças climáticas, que aumentam a frequência de eventos como precipitações e secas extremas, exigindo alta capacidade adaptativa (BIRCHALL; KEHLER; WEISSENBERGER, 2025). Um dos principais desafios do século XXI é repensar as formas da interação humana com o meio ambiente. Para tanto, é preciso levar em conta a suscetibilidade a fenômenos naturais potencialmente danosos, ou seja, os riscos hidrogeometeorológicos que a população de um território está exposta. As intervenções no uso do solo podem ampliar a exposição da sociedade ao risco, especialmente quando realizadas em larga escala e sem o devido planejamento ambiental (SANTOS, 2004; SOUZA; RODRIGUES; DANELON, 2024).

Os riscos que os habitantes de determinado território estão sujeitos são passíveis de dimensionamento e podem ser expressos como o produto da relação entre a vulnerabilidade e o perigo (UNISDR, 2009). O perigo se refere ao potencial de prejuízos sociais a uma comunidade, como perda de vidas ou perda material, podendo ser determinado pela tipologia dos fenômenos naturais, atividades humanas desenvolvidas e tecnologias empregadas (UNISDR, 2009; TAVARES *et al.*, 2010). A

vulnerabilidade diz respeito ao grau de exposição à perda material e imaterial da população, bem como a própria percepção de uma população de sua exposição ao risco (UNISDR, 2009; TAVARES *et al.*, 2010). Assim, tanto a vulnerabilidade quanto os riscos têm relação direta com condições sociopolíticas e culturais que interferem na capacidade de adaptação e resposta frente aos eventos (ALCÁNTARA-AYALA, 2002; ALMEIDA, 2011; BIRCHALL; KEHLER; WEISSENBERGER, 2025).

A adaptação frente à ocorrência de eventos extremos envolve adoção de tecnologias e medidas de planejamento ambiental como o desenvolvimento de planos de uso e ocupação do solo, zoneamento de áreas de risco, campanhas educativas, além de estratégias voltadas para a gestão integrada do território em torno da mitigação dos impactos (SOUZA; RODRIGUES; DANELON, 2024). Neste sentido, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, traz um marco ao regramento legal brasileiro ao inserir o termo "adaptação", definido como "iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima" (BRASIL, 2009, s/p.).

Tal perspectiva é corroborada pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei Federal nº 12.608/2012 (BRASIL, 2012a), a qual consolida a prevenção como esfera de atuação dos organismos de defesa civil. Esse instrumento estabelece a atuação conjunta entre políticas públicas de outros setores, primando pela interface com o planejamento urbano, ambiental, ordenamento territorial e demais políticas de uso do solo (RODRIGUES, 2020; REANI *et al.*, 2020; GOULART *et al.*, 2020). Para tanto, é consenso que o planejamento territorial ainda é um dos instrumentos fundamentais para a redução dos riscos, atuando preventivamente na definição dos usos do território e restringindo a ocupação de espaços suscetíveis a eventos danosos, como inundações e deslizamentos (SUÁREZ, 2011).

Após a ocorrência do desastre hidrogeometeorológico no Rio Grande do Sul, estas premissas foram reiteradas pela Lei Federal nº 14.904, de 27 de junho de 2024, que aponta diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima, dentre as quais se destaca a orientação quanto a adoção de soluções baseadas na natureza (BRASIL, 2024). O novo regramento legal reitera a necessidade de articulação entre o planejamento e proteção ambiental e a prevenção a desastres, ao mesmo tempo em que resgata o termo "adaptação" da PNMC. Ou seja, diante da designação do risco como um problema público, que exige mobilização social e política

para o seu enfrentamento, o tema necessita ser inserido na prática do planejamento e na gestão territorial (CARVALHO, 2019).

A Lei Federal nº 14.904 mencionada, reafirma que as políticas setoriais e políticas de desenvolvimento e de ordenamento territorial deverão levar em conta a identificação de vulnerabilidades e a gestão do risco climático (BRASIL, 2024), em uma clara alusão à PNPDEC. Assim, se estabelece uma conexão entre a prevenção de desastres e a execução de estratégias para evitar a exposição às ameaças e processos danosos. Em síntese, "discutir gestão de riscos e desastres, significa discutir planejamento" (SALES, 2023, p. 108). Para diminuir a exposição aos riscos hidrogeometeorológicos é preciso, primeiramente, investimento em conhecimento para compreensão da problemática (GARNICA-PENÃ; ALCÁNTARA-AYALA, 2023), tal como a ampliação de redes de monitoramento hidrometeorológico, o que permitirá a implementação de medidas integradas em nível econômico, social, político, cultural e educativo.

Conforme exposto, a legislação ambiental brasileira prevê medidas preventivas baseadas no conhecimento técnico-científico, exigindo que a ocupação se adeque às características naturais do lugar onde está inserida. As Áreas de Preservação Permanente (APP) no entorno de cursos hídricos e para encostas com declividade superior a 45º (BRASIL, 2012b) são exemplos de restrições ao uso do solo, cuja manutenção contribui para atenuar os efeitos dos eventos climáticos extremos. As faixas marginais de recursos hídricos funcionam como bacias de retenção, reduzindo a velocidade do avanço das águas, da erosão do solo e do carreamento de sedimento para os cursos d'água, diminuindo perdas de solo nas zonas rurais, além de perdas sociais e econômicas nas áreas urbanas, que possuem maior potencial de danos.

Outro exemplo de instrumento legal preventivo é a Lei Federal nº 6766/1979 (conhecida como Lei Lehmann), que estabelece diretrizes para o parcelamento do solo urbano, indicando restrições para a ocupação de encostas com declividades iguais ou maiores que 30%, que são suscetíveis a processos de instabilização e movimentação de massa (BRASIL, 1979). Deste modo, destaca-se que as medidas de prevenção existentes na legislação, se devidamente observadas, ainda são o principal mecanismo de prevenção a desastres, entretanto, não são os únicos. Cabe considerar que a legislação ambiental é fundamentada no princípio da precaução, exigindo a adoção de medidas preventivas para manutenção da estabilidade e da qualidade ambiental (SÁNCHEZ, 2023). Além disso, as especificidades regionais são objeto de

análises por meio dos instrumentos de planejamento ambiental, como diretrizes técnicas e zoneamentos, conforme abordado nos casos na sequência.

O presente artigo tem como objetivo apresentar os principais instrumentos de ordenamento territorial e planejamento ambiental na esfera estadual gaúcha que permitiriam prevenir danos e mitigar impactos associados aos eventos climáticos extremos, porém foram descontinuados ou não implementados. Apesar dos esforços registrados pelos compromissos estabelecidos na Agenda 2030, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e no Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas de 2015, as últimas décadas registram um enfraquecimento das políticas de meio ambiente na escala nacional (NEVES, 2023), processo que se reflete na esfera subnacional, não sendo diferente no Rio Grande do Sul.

A abordagem metodológica envolveu a análise documental de instrumentos legais e de planejamento ambiental, diretrizes técnicas, artigos científicos além de notícias veiculadas pela imprensa. A revisão bibliográfica buscou articular o tema do planejamento ambiental e da prevenção de desastres, evidenciando a intrínseca relação entre eles. Cabe considerar que o presente artigo não tem o objetivo de esgotar o debate teórico ou realizar uma revisão sistemática da produção científica sobre o tema do planejamento ambiental, prevenção a desastres e das políticas públicas do Estado que tratam do assunto. Neste sentido, a escolha dos instrumentos de planejamento ambiental abordados priorizou aqueles que apresentam relação direta com a prevenção de eventos hidrogeometeorológicos extremos, sendo a inundação, erosão costeira e movimentos de massa enfatizados nesta análise.

Estratégias de redução de desastres em instrumentos de planejamento ambiental estadual

Em consonância com os dispositivos federativos, o princípio da articulação das políticas públicas territoriais é afirmado pelo Código Estadual do Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 15.434/2020, que traz, no inciso II do Art. 15, o planejamento ambiental como um dos Instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente, tendo como um dos seus objetivos "articular os aspectos ambientais dos vários planos, programas e ações [...]" (RIO GRANDE DO SUL, 2020, s/p). Nesse contexto, o planejamento ambiental se apresenta como mecanismo de suporte para a tomada de decisão, especialmente quanto ao uso e ocupação do solo, com o objetivo de evitar impactos significativos sobre a saúde, garantir a segurança de comunidades, visando o equilíbrio de sistemas naturais e antropizados (SANTOS, 2004; SÁNCHEZ, 2023).

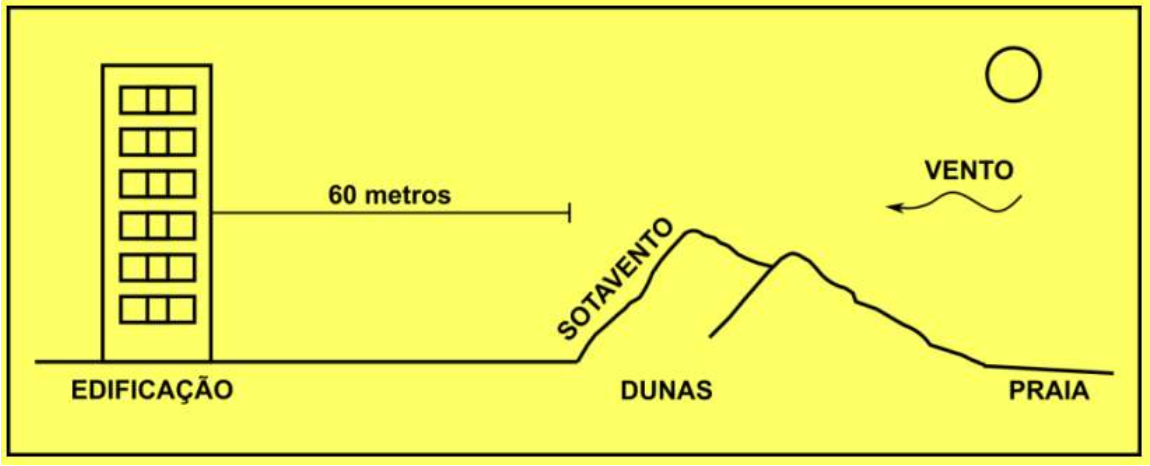
A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) possui atribuições institucionais definidas pelo decreto de sua criação, dentre as quais consta "desenvolver estudos, executar programas e projetos com vista à gestão ambiental para assegurar a proteção e a preservação do meio ambiente no Estado do Rio Grande do Sul [...]" (RIO GRANDE DO SUL, 2014b, s/p). Dentre os estudos ambientais desenvolvidos pela FEPAM, destacam-se aqueles relacionados com o planejamento territorial regional, buscando, a partir do conhecimento do território, orientar uma interação natureza e sociedade mais equilibrada, o que também envolve a indicação de medidas de prevenção a desastres (FEPAM, 2025).

Experiências com Zoneamentos e Diretrizes Técnicas

A planície costeira do Rio Grande do Sul apresenta características singulares que condicionam uma significativa vulnerabilidade à ocorrência de danos diante de eventos climáticos extremos (NICOLODI; PETERMAN, 2010), tais como ciclones extratropicais, que geram ressacas que intensificam os processos de erosão costeira, além do risco atrelado à elevação do nível do mar. O novo Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul indica a proteção dessa região em seu Capítulo XIV – Do Gerenciamento Costeiro, Artigo 208, prevendo que na Zona Costeira deverão ser protegidas as seguintes áreas, onde somente serão permitidos usos que garantam a sua conservação: I - a zona de dunas frontais do Oceano Atlântico; II - os campos de dunas móveis de significativo valor ecológico e paisagístico [...]" (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Um dos primeiros documentos que propôs diretrizes de uso do território no Estado foi publicado no ano de 2000, denominado de *Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte* (RIO GRANDE DO SUL, 2000). Direcionado ao gerenciamento costeiro, este instrumento de planejamento indica metas para assegurar a manutenção da qualidade dos diferentes ecossistemas costeiros. Dentre tais ambientes, destaca-se o cordão de dunas frontais, que forma uma barreira natural contribuindo para a proteção contra eventos meteorológicos adversos. Nas áreas dos balneários litorâneos, onde se concentra a ocupação humana, são aplicadas diretrizes de preservação e/ou recuperação destas dunas frontais, incluindo o distanciamento mínimo de 60 m entre novas edificações e a base continental (sotavento) do cordão de dunas (Figura 2).

Figura 2: Ilustração do afastamento das edificações em relação às dunas.



Fonte: Atualização do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, 2022.

Além disso, este instrumento estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração de planos de manejo de dunas para regrar as situações de conflito entre ocupação e campos arenosos e dunas frontais. Diante da sua importância, tais diretrizes se estabeleceram como procedimentos protetivos das características da planície costeira gaúcha (STROHAECKER, 2016), consolidados ao longo de mais de 20 anos de aplicação. Este documento também foi responsável por estabelecer a proibição de lançamento de efluentes nas lagoas costeiras rasas, conseguindo evitar a perda de qualidade ambiental nas últimas duas décadas. Durante este período, o litoral norte gaúcho apresentou crescente pressão do setor imobiliário com implantação de inúmeros condomínios residenciais fechados e consequente demanda por alternativas para o saneamento e coleta de resíduos sólidos diante da elevada taxa de crescimento populacional (FUJIMOTO *et al.*, 2015).

Ao completar duas décadas de vigência, foi iniciada a atualização do documento a partir da nomeação de equipe técnica, conforme Portaria Conjunta da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA-RS) e FEPAM n° 27, de 29 de setembro de 2020. Os trabalhos técnicos foram realizados durante o período da pandemia, entre os anos de 2020 e 2022, sendo apresentados em duas reuniões virtuais os resultados parciais. O público incluiu representantes de todas as dezoito prefeituras dos municípios inseridos na região, bem como representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. Após ajustes provenientes destas reuniões, o trabalho foi disponibilizado para consulta pública virtual para manifestação da sociedade em junho de 2022, havendo interrupção e nova consulta

pública em novembro de 2022 (CECLIMAR, 2024). Em ambas as ocasiões houve interrupções dos procedimentos sem motivação justificada.

Após o encerramento da participação da equipe técnica em abril de 2024, o documento foi novamente levado para consulta pública virtual, entretanto com alterações significativas do conteúdo técnico original, não constando metas a serem alcançadas, as diversas diretrizes de caráter ambiental restritivo, como, por exemplo, o afastamento de 60 m das novas edificações e a base continental do cordão de dunas. Termos como "não permitir" foram substituídos por "evitar", dando um caráter mais permissivo ao documento (CECLIMAR, 2024). A SEMA-RS disponibilizou documento modificado, descaracterizando o conteúdo técnico original, em dezembro do mesmo ano em que ocorreu o maior desastre hidrogeometeorológico do Estado.

O documento disponibilizado claramente indica uma descontinuidade das diretrizes ambientais anteriormente vigentes. Após sua publicação, ocorreram manifestações de grupos de pesquisadores sinalizando grande preocupação com o "afrouxamento das diretrizes" (CECLIMAR, 2024). A despeito de se tratar de uma porção do território com significativa suscetibilidade diante das mudanças climáticas, as alterações recentes em tal instrumento expõe a população a danos futuros potencialmente maiores, tanto no que se refere a perdas de vida quanto a perdas econômicas associadas a infraestruturas.

Outro instrumento de planejamento ambiental voltado para a planície costeira do Estado foi a *Proposta Técnica de Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Médio* (ZEELM) (RIO GRANDE DO SUL, 2016). Realizado por intermédio do Projeto RS Biodiversidade, foi coordenado por um grupo de trabalho envolvendo representantes da FEPAM, da SEMA-RS e do Gerenciamento Costeiro (GERCO). Neste instrumento foram diferenciadas três zonas com vocações e potencialidades, a partir das quais foram elaboradas diretrizes. Dentre elas, destacam-se a indicação de conservação de ambientes de maior fragilidade, como dunas remanescentes, banhados temporários pós-dunas e marismas, ocorrentes junto ao estuário da Lagoa dos Patos. A não intervenção nestes ambientes, além da sua preservação, visa diminuir os impactos das cheias, contribuindo para a infiltração e retenção do excedente hídrico e atenuando os efeitos danosos do transbordamento. Esse instrumento de conservação, porém, sofreu rejeição institucional, reflexo de pressões de setores econômicos politicamente influentes da região, não tendo sido implementado até o presente momento.

Recentemente elaborado, o *Zoneamento Ambiental para a Atividade de Mineração de Areia nos Cursos Médio e Baixo do Rio Jacuí* (ZAMJ) foi realizado por demanda de Ação Civil Pública na Justiça Federal (n° 5026100 41.2013.404.7100/RS). O ZAMJ delimitou zonas de sensibilidade ambiental e áreas impróprias para a execução da atividade (RIO GRANDE DO SUL, 2023). As principais diretrizes do ZAMJ envolvem orientações específicas para avaliação e controle da erosão das margens.

Durante a elaboração deste instrumento de planejamento, foram identificadas APPs com alto nível de degradação, o que favorece a velocidade de escoamento das águas, seu avanço sobre as margens e as planícies de inundação, o transporte de materiais para o canal fluvial, resultando em maior predisposição a ocorrência de enchentes. Desta forma, o documento indica a necessidade de ações de recuperação da cobertura de vegetação nativa visando à manutenção dos serviços ambientais de regulação do nível dos rios, inclusive aportando um estudo do estado de conservação das margens realizado pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul – FZB (atualmente extinta) que apresenta formas de recuperação da cobertura vegetal.

Por fim, destaca-se o *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do RS* (ZEE-RS), elaborado com recursos do programa Pró-Redes do Banco Mundial e do Estado. Este trabalho se propôs a reunir o maior acervo de dados georreferenciados do Rio Grande do Sul para elaborar diretrizes orientadoras do planejamento ambiental do Estado. Concluído em 2018, contou com o acompanhamento de equipe técnica da SEMA-RS, FEPAM, FZB, além de representantes de diversas entidades públicas e privadas por meio do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA-RS). Após as oficinas públicas, realizadas para discussão com a comunidade de várias regiões do Estado, havia previsão de que as informações organizadas e geradas seriam disponibilizadas através de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), visando orientar a gestão equilibrada do território. Até hoje, este instrumento não foi viabilizado e disponibilizado, não havendo previsão para que isso aconteça.

Pampa sob pressão e a ausência de ações de proteção

Situado na metade sul do Estado, o bioma Pampa cobre cerca de 63% do Rio Grande do Sul, estendendo-se também para o território uruguaio e argentino (OVERBECK *et al.*, 2009). Nos últimos anos, as áreas de campo nativo, principais componentes da fisionomia da paisagem do bioma Pampa, têm sido convertidas para

dar lugar ao cultivo de soja. Pesquisas indicam que no período de 2000 a 2015 a área plantada com soja na porção gaúcha do bioma Pampa aumentou 188,5% (KUPLICH *et al.*, 2018), o que demonstra a aceleração da pressão nas últimas décadas. Considerado o bioma brasileiro com a maior perda de áreas naturais nos últimos 40 anos (IBGE, 2020; MAPBIOMAS, 2025), as maiores perdas de vegetação campestre ocorreram principalmente na última década, entre 2015 e 2024 (MAPBIOMAS, 2025). A situação é agravada pelo baixo percentual de área protegida, com apenas 2,8% inseridos em Unidades de Conservação, resultando no menor percentual nacional de proteção (COALIZÃO PELO PAMPA, 2022).

No ano de 2020 o grupo técnico multidisciplinar de analistas da FEPAM e da SEMA-RS finalizou a elaboração do documento *Diretrizes e Critérios para Autorização de Supressão de Campos no RS*, onde foram propostos critérios técnicos para dar suporte ao licenciamento da conversão de campo nativo. A necessidade de conservar pelo menos 30% de remanescentes de cada fitofisionomia de campo presente no Pampa para manutenção das funções ecossistêmicas e o suporte à biodiversidade é uma das medidas apontadas. Também foi ressaltada a necessidade de conservação da vegetação nativa nas áreas de recarga de aquífero, as quais exigem medidas especiais visando evitar a impermeabilização e a contaminação das águas subterrâneas, a fim de assegurar a estabilidade do balanço hídrico nos aquíferos freáticos. Apesar da urgência de ações e da relevância das medidas propostas, nenhuma delas foi implementada, tendo sido publicada a Diretriz Técnica n.º 15/2024 sem constar tais considerações técnicas (RIO GRANDE DO SUL, 2024b).

Em 2022, entidades de pesquisa e da sociedade civil formularam a "Carta Aberta a Sociedade Gaúcha pela proteção do Pampa: diretrizes e ações para uso sustentável e conservação do bioma" cobrando dos parlamentares a adoção de medidas para proteção do bioma (COALIZÃO PELO PAMPA, 2022). Trata-se de um documento que sintetiza uma discussão robusta de pesquisadores, profissionais e comunidades tradicionais do Pampa apontando uma série de medidas para reverter o quadro de acelerada conversão do uso do solo. Na sequência, apresentamos um trecho do documento exemplificando as demandas:

> Os conflitos sobre o uso e os impactos nos recursos hídricos do Pampa também decorrem da ausência de implementação de estudos e planos produzidos oficialmente para avaliações ambientais estratégicas, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico Estadual e os Planos de Bacias. Além disso, há um desequilíbrio de forças na gestão do recurso hídrico, acirrado pela forma atual de composição e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas

> que beneficia setores economicamente mais fortes em detrimento dos pequenos produtores, das comunidades tradicionais e demais parcelas da sociedade, impactadas pelas decisões destes fóruns. (COALIZÃO PELO PAMPA, 2022, p. 2-3)

Para além da inércia relativa aos mecanismos de conservação do bioma Pampa no âmbito do legislativo e executivo estadual, cabe mencionar que, na esfera federal, o Cadastro Ambiental Rural – CAR previsto na Lei n° 12.651/2012 poderia contribuir para a conservação da vegetação nativa do bioma Pampa por meio da análise do uso do solo. Entretanto, a implementação do CAR segue como demanda pendente, conforme expresso pela Coalizão pelo Pampa, em função da judicialização que questiona a aplicação da Reserva Legal de no mínimo 20% da área total das propriedades rurais situadas no Bioma Pampa.

Quanto à prevenção de desastres hidrogeometeorológicos no bioma Pampa, pesquisadores alertam que o modelo de uso e cobertura da terra atualmente vigente tem ultrapassado sua capacidade adaptativa (CRUZ *et al.*, 2024). Durante a enchente de 2024, a maior parte dos municípios inseridos no Pampa decretou situação de emergência. Quando considerados os quatro anos anteriores, a maioria destes municípios também sofreu perdas com os efeitos das estiagens, conforme os decretos de emergência publicados (CRUZ *et al.*, 2024). Estas situações reforçam a importância da efetiva implementação das diretrizes, tanto as propostas na Carta da Coalizão pelo Pampa, quanto dos critérios elaborados pelo corpo técnico do Estado. Os exemplos mencionados sugerem que não faltam diagnósticos e propostas de ação, falta disposição para dialogar com o corpo técnico, meio científico e entidades sociais. Além disso, é premente a decisão política para o direcionamento de esforços visando a implementação de mecanismos de regulação do uso do solo a fim de reverter a trajetória de crescente pressão registrada nas últimas décadas.

O Plano Rio Grande e a carência dos mecanismos de proteção

No âmbito estadual, a resposta ao desastre tem como principal instrumento o *Plano Rio Grande - Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do RS* (RIO GRANDE DO SUL, 2024d). Instituído pela Lei nº 16.134, de 24 de maio de 2024, e regulamentado pelo Decreto n.º 57.647, de 3 de junho de 2024, o instrumento prevê ações em três temporalidades distintas: i) curto prazo – Emergencial; ii) médio prazo – Reconstrução; e iii) longo prazo – Estruturais (FLEURY, 2025). Apresentado como instrumento centralizador, o

Plano Rio Grande teve reduzido envolvimento de entidades relacionadas ao meio ambiente:

> Dos 178 integrantes, apenas quatro (2,2% do total) tem relação com o meio ambiente: um representante do Consema, um do Conselho Estadual de Saneamento, um do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e um integrante do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. (SUL21, 2024)

O Plano Rio Grande faz menção a "adoção de soluções baseadas na natureza" como estratégia para reconstruir as cidades afetadas pelo evento e alcançar a resiliência frente as mudanças climáticas (RIO GRANDE DO SUL, 2024d). Para além do conceito, o documento apresenta alguns exemplos de técnicas que favorecem a permeabilidade em projetos arquitetônicos. Entretanto, cabe considerar que se trata de uma abordagem destinada a ambientes urbanos, com efeitos na escala local, condizente com a esfera de atuação municipal. Neste sentido, não substituem propostas de intervenção ou regulação do uso do solo em escala regional, como em bacias hidrográficas, principal unidade de gestão hídrica. Neste sentido, o Plano Rio Grande carece de abordagem condizente com uma política pública da esfera de atuação estadual. O documento não contempla, por exemplo, a articulação com outros temas e espaços, como o rural e a recuperação da vegetação nativa, em especial nas APPs. A respeito da falta de articulação cabe considerar o apontamento realizado por Fleury (2025, p. 6):

> Há instrumentos de política pública voltados para a questão climática, mas eles não são tratados com a centralidade que o tema exige. Ao contrário, prevalece uma setorialização que dissocia a política climática das políticas ambientais. A implementação de políticas climáticas é frequentemente prejudicada pela falta de coordenação e pela priorização de interesses imediatos em detrimento da resiliência a longo prazo.

O Plano Rio Grande também não inclui quaisquer medidas ou estratégias para restringir a conversão do uso do solo, ao contrário, prevê a ampliação de áreas dos usos produtivos agropecuários para o horizonte de 2030. A ausência de medidas para a necessária conservação de remanescentes da vegetação nativa, seja a Mata Atlântica ou o Pampa, indica manutenção da tendência de prejuízos para as funções ecossistêmicas, contrariando diretrizes basilares de qualquer estratégia de adaptação à mudança climática.

Além disso, revisões de diretrizes de uso e cobertura com caráter preventivo e realocação de população são apontadas somente para seis municípios situados no

baixo curso do rio Taquari-Antas. Trata-se de municípios menos populosos que tiveram parte majoritária (ou ainda a totalidade) de suas áreas urbanas atingidas pelas enchentes em 2024. Nestes casos, está em andamento a elaboração de estudos para realocação da população e elaboração e/ou revisão de Planos Diretores. Tal mecanismo tem abrangência espacial restrita, sendo significativo localmente, porém pouco efetivo quando considerada a totalidade da população afetada pelo desastre hidrogeometeorológico de 2024.

Outro aspecto importante é que o documento não contempla estratégias para prevenção e mitigação da problemática dos movimentos de massa, a qual afetou fortemente a escarpa do Planalto Meridional. Nota-se, assim, a priorização dos problemas associados as inundações graduais no Plano Rio Grande, tendo o desassoreamento como eixo central das ações (RIO GRANDE DO SUL, 2025). Nesta mesma direção, há manifesto das entidades representativas dos principais setores econômicos do Estado em prol da "inclusão do desassoreamento como política permanente" (FARSUL, FECOMERCIO, FIERGS, 2025, s/p). Apesar da ênfase dada ao desassoreamento, a nota técnica de pesquisadores comparando modelos hidrodinâmicos antes e após o evento aponta que o impacto das cheias na sedimentação "(...) é relativamente pequeno, chegando a 10 cm em Lajeado e 14 cm em Estrela" (COLLINSCHONN *et al.*, 2025, p. 23).

Outro ponto crucial do Plano Rio Grande é a reduzida preocupação com o componente social. Não há qualquer menção a realocação ou reconstrução das moradias situadas em áreas de suscetibilidade à ocorrência de inundações e movimentos de massa para além dos seis municípios do baixo curso do rio Taquari-Antas. Desta forma, contraria o disposto na diretriz nacional para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima, que prevê "o estabelecimento de prioridades com base em setores e regiões mais vulneráveis, a partir da identificação de vulnerabilidades" (BRASIL, 2024, s/p). A ausência de abordagem para o componente social revela a fragilidade do documento ou intencionalidade na abordagem da problemática. Perde-se, assim, uma oportunidade histórica de executar políticas públicas de prevenção de desastres por meio do ordenamento territorial.

A redução de riscos à ocorrência de desastres diante de eventos climáticos extremos é secundária quando o objetivo expresso é "atrair talentos para o Estado" (RIO GRANDE DO SUL, 2024d). O documento não faz alusão às vulnerabilidades e as alternativas que devem necessariamente ser levadas a cabo pelo poder público

para reverter a exposição da sociedade a eventos climáticos extremos. Desta forma, embora o Plano Rio Grande seja uma iniciativa conceitualmente importante, na prática carece de caráter técnico e de integração com pesquisas científicas e propostas de entidades da sociedade civil para, de fato, construir política pública de enfrentamento aos riscos advindos de eventos climáticos extremos.

Com um olhar reativo aos prejuízos causados pelo evento climático de 2024, o foco se dá sobre a reconstrução de infraestrutura de transporte e do setor produtivo. O Plano Rio Grande carece de propostas para recuperação das APPs seja de margens de rios ou encostas que foram afetadas por deslizamentos, situações comuns em áreas rurais da maioria dos municípios do interior do Estado. A recorrência de eventos danosos é comum em locais que registraram prejuízos em maio de 2024, indicando uma maior predisposição do ambiente por meio da reativação de processos erosivos em encostas e margens de rio sem a cobertura vegetal ou em fase inicial de recuperação. Nesse contexto, a relevância das ações desenvolvidas nos primeiros anos após um desastre é crucial para a melhoria da resposta, ou, no cenário contrário, há a continuidade do ciclo de eventos danosos expondo a sociedade a danos recorrentes.

Perda da capacidade institucional e fragilização da proteção ambiental

A respeito da prática do planejamento ambiental no Brasil, ainda é comum que a economia e a engenharia dominem as tomadas de decisões, especialmente em uma conjuntura de reduzidas preocupações com as questões ambientais (SANTOS, 2004; IMBERNON; CASTRO; MANSUR, 2021). Neste sentido, Brack (2022) aponta ainda que o peso da representação de setores empresariais no CONSEMA-RS é o principal problema para a gestão ambiental no Estado, indicando que os debates têm ocorrido em um espaço pouco favorável às discussões técnicas e democráticas, favorecendo decisões pautadas pelos interesses políticos locais e visando resultados econômicos de curto prazo.

As duas últimas décadas intensificaram o enfraquecimento de políticas públicas de meio ambiente no Brasil (NEVES, 2023). Da mesma forma, os exemplos discutidos ao longo do artigo têm sinalizado o seletivo enfraquecimento das políticas ambientais no Rio Grande do Sul. Concretamente, esta fragilização ocorre por meio da ausência de implementação de proposições técnico-científicas e desconstrução de instrumentos de proteção e restrição do uso do solo previamente existentes. Associado a isso, o cenário é agravado quando as políticas públicas para a mitigação

e prevenção de desastres demonstram falta de continuidade e de efetivação (SOUZA; PES; IRIGARAY, 2025).

A carência de implementação de medidas de prevenção na esfera do ordenamento territorial tem contribuído para a baixa capacidade de resiliência, que expõe a população a perdas materiais e humanas significativas quando da ocorrência de eventos climáticos extremos. Birchall e colaboradores (2025) alertam para o fato de que a produção de conhecimento a respeito do risco climático não tem sido acompanhada de uma implementação deste conhecimento visando a adaptação. Da mesma forma, a magnitude dos episódios danosos vivenciados nos últimos anos alerta para a urgência de adoção de medidas mais abrangentes de prevenção e adaptação aos eventos climáticos extremos. Oliver-Smith e colaboradores (2016b) ressaltam ainda que a decisão de ignorar os perigos, seja consciente ou não, tem relação direta com a magnitude das perdas e dos danos da ocorrência destes eventos.

No âmbito federal, vimos que as diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima reforçam a necessidade de integração das políticas públicas, estabelecimento de prioridades com base em setores e regiões mais vulneráveis e inserem a diretriz de adoção de soluções baseadas na natureza (BRASIL, 2024). Entretanto, ao mesmo tempo em que tais mecanismos legais entram em vigor, verifica-se a ausência de implementação de instrumentos de planejamento pautados em estudos técnicos, contribuindo para a construção de um cenário mais desafiador e complexo em um contexto de eventos climáticos potencialmente mais severos e danosos.

Considerações Finais

Desde a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, quando redigida a primeira versão da Carta da Terra, fomos alertados quanto a necessidade de mudar a nossa relação predatória com o meio ambiente. O atual acervo de conhecimento técnico-científico permite diagnosticar impactos com maior precisão. Apesar desse avanço, a execução das políticas públicas de planejamento ambiental, ordenamento territorial e implementação das medidas de prevenção e adaptabilidade ainda não refletem o acúmulo do conhecimento técnico-científico, muitas vezes se tornando inócuas diante de decisões políticas. O desastre hidrogeometeorológico de 2024 permitiu evidenciar a desarticulação entre a esfera técnico-científica, responsável por prognosticar medidas de mitigação com ênfase na adaptação às mudanças climáticas, e as decisões

políticas recentes, que promovem a descontinuidade das medidas de planejamento ambiental e ordenamento territorial.

Como os riscos associados às ocorrências de inundações e movimentos de massa são considerados eventuais, a mobilização coletiva em prol da prevenção desses desastres costuma acontecer somente após eventos danosos de grande escala, em uma lógica ainda reativa. Os exemplos apontados ao longo do artigo reforçam que, em grande parte, o desafio reside na omissão quanto à implementação dos instrumentos de planejamento ambiental, contrariando a urgente necessidade da adoção de medidas preventivas. Neste contexto, cabe reiterar a intrínseca relação entre planejamento ambiental e prevenção de desastres, sendo potencialmente danoso desconsiderar os conhecimentos técnicos e científicos existentes.

É consenso no meio científico a necessidade de avançar na adaptação às mudanças climáticas, e muitas das medidas nesta direção já foram apontadas nos instrumentos de planejamento ambiental, conforme discutido ao longo deste artigo. O enfrentamento desta problemática exige a implantação de estratégias de adaptação de curto, médio e longo prazo, e reforça a necessidade de proteção de áreas ambientalmente mais sensíveis, como as próximas ao oceano, aos cursos d'água e encostas. Além disso, mostra-se fundamental repensar o modelo de uso atualmente vigente, que tem ultrapassado a capacidade de manutenção das funções ecossistêmicas, aumentando a frequência e danos ocasionados pelos desastres.

O Estado do Rio Grande do Sul necessita de uma abordagem que priorize os instrumentos de planejamento ambiental existentes, incorporando e implementando as diretrizes de caráter técnico para enfrentar os riscos diante de desastres hidrogeometeorológicos. Embora não seja possível desconsiderar os aspectos econômicos e interesses de curto prazo, é premente adotar medidas de ordenamento territorial e planejamento ambiental que considerem as potencialidades e vulnerabilidades e os usos múltiplos do território, bem como promovam a proteção e redução dos impactos dos eventos climáticos extremos, aos quais a sociedade gaúcha está exposta. Os exemplos abordados ao longo deste artigo se revestem de importância por apontarem soluções tecnicamente simples, mas que dependem de posicionamento político da sociedade e, principalmente, dos governantes do Estado, embora a prática tem indicado o contrário.

Referências

ALCÁNTARA-AYALA, I. Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention of natural disasters in developing countries. *Journal Geomorphology*, S/l, v. 47, n. 2-4, p. 107–124, 2002.

ALMEIDA, L. Q. Por uma ciência dos riscos e vulnerabilidades na Geografia. *Revista Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 83-99, 2011.

BIRCHALL, S. J.; KEHLER, S.; WEISSENBERGER, S. "Sometimes, I just want to scream": institutional barriers limiting adaptive capacity and resilience to extreme events. *Global Environmental Change*. 91, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2025.102967 Acesso em: 19 mar. 2025.

BRACK, P. A Gestão Ambiental com qualidade se faz em uma Secretaria do Meio Ambiente e com CONSEMA e órgãos ambientais fortalecidos. *Fepam em Revista.* 2022, v. 15, p. 66-67. Disponível em: fepam.rs.gov.br/upload/arquivos/202301/27163827-revista-fepam-2022.pdf. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. *Lei n. 6.766,* de 19 de novembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Presidência da República. Brasília, 1979. Disponível em: L6766. Acesso em: 26 out. 2022.

_____. *Lei n. 12.187*, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2009. Disponível em: L12187. Acesso em: 20 set. 2025.

_____. *Lei Federal n° 12.608*, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. 2012. Presidência da República, Brasília, Distrito Federal, 2012a. Disponível em: L12608. Acesso em: 12 abr. 2025.

_____. *Lei Federal n° 12.651*, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis(...). 2012. Presidência da República, Brasília, 2012b. Disponível em: http://www.plnalto.gov.br/civil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

_____. *Lei Federal n° 14.904*, de 27 de junho de 2024. Estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima; altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências. 2024. Presidência da República, Brasília, 2024. Disponível em: L14904. Acesso em: 07 mai. 2025.

CARVALHO, N. L. de. Políticas públicas para a gestão de risco: Aquisição de direitos ou reprodução da injustiça ambiental? Reflexões baseadas no caso do bairro Córrego D'Antas, Nova Friburgo (RJ). *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política,* Francisco Beltrão: Paraná, 2019, v. 1, n. 2, p. 188-210. Disponível em: https://doi.org/10.48075/amb.v1i2.23779. Acesso em: 07 mai. 2023.

CECLIMAR – Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos. Nota Pública - Consulta Pública da SEMA-RS (Diretrizes Ambientais para os municípios do Litoral Norte/2024). 2024. Disponível em: Nota Pública – Consulta Pública da SEMA-RS (Diretrizes Ambientais para os municípios do Litoral Norte/2024) – CECLIMAR. Acesso em: 25 mai. 2025.

COALIZÃO PELO PAMPA. *Carta aberta à sociedade gaúcha pela proteção do Pampa:* diretrizes e ações para uso sustentável e conservação do bioma. 2022. Disponível em: https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Carta-Aberta-Coalizao-Pampa.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

COLLINSCHONN, W.; FAN, F. M.; PAIVA, R. C. D. de; SAMPAIO, M.; BUFFON, F.; MORAER, S. R. *Modificações do leito do rio Taquari e seu impacto sobre as inundações*. IPH-UFRGS, SGB, UNIVATES. Disponível em: Nota_Tecnica_Assoreamento.pdf. Acesso em: 19 jan. 2026.

COLLISCHONN, W., FAN, F. M., POSSANTTI, I., DORNELLES, F., PAIVA, R., MEDEIROS, M. S., MICHEL, G. P., MAGALHÃES FILHO, F. J. C., MORAES, S. R., MARCUZZO, F. F. N., MICHEL, R. D. L., BESKOW, T. L. C., BESKOW, S., FERNANDES, E. H. L., SANTOS, L. L. dos, RUHOFF, A., KOBIYAMA, M., COLLARES, G. L., BUFFON, F., … PICCILLI, D. G. A. The exceptional hydrological disaster of April-May 2024 in southern Brazil. *RBRH*, 2025, 30, e1. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2318-0331.302520240119. Acesso em: 18 jul. 2025.

CRUZ, R. C.; POLETTO, I. COPETTI, A. C. C.; MORAES, B. S.; BENETTI, L. B.; SANTOS, W. B. dos. Estratégias para mitigação das mudanças climáticas no bioma Pampa. FERRER, J.; DANÉRIS, M. MARQUES, P. R. (Orgs.) *RS Resiliência & Sustentabilidade:* Reflexões para a reconstrução do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Libretos, 2024.

FARSUL, FECOMERCIO, FIERGS. *Manifesto pelo Desassoreamento Urgente e pela Proteção Hidráulica do Rio Grande do Sul*. Disponível em: FIERGS, Fecomércio-RS e Farsul fazem manifesto pelo desassoreamento urgente e pela proteção hidráulica do RS | FIERGS-RS Acesso em: 29 jun. 2025.

FEPAM – FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. *Boletins da Qualidade Ambiental do Rio Grande do Sul.* 2025. Disponível em: Qualidade Ambiental - FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Acesso em: 21 out. 2025.

_____. *Relatórios Técnicos*. Disponível em: Relatórios Técnicos - FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental. Acesso em: 21 out. 2025.

FERNANDES, N. F.; AMARAL, C. P. do. Movimentos de massa: uma abordagem geológico-geomorfológica. In.: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da (Orgs.) *Geomorfologia e meio ambiente*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 123-194.

FLEURY, L. C. Os desafios da reconstrução no Rio Grande do Sul: entre a crise climática e a governança em disputa. *Ciência & Cultura*. São Paulo, v. 77, n. 3, 2025. Disponível em: Os desafios da reconstrução no Rio Grande do Sul: entre a crise climática e a governança em disputa. Acesso em: 29 jan. 2026.

FUJIMOTO, N. S. V. M.; MORAN, E. F.; STROHAECKER, T.M.; KUNST, A. V. A Urbanização na Zona Costeira: Processos Locais e Regionais e as Transformações Ambientais - o caso do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *CIÊNCIA E NATURA*, v. 37, p. 594-612, 2015. http://dx.doi.org/105902/2179460X18503

GARNICA-PENÃ, R. J.; ALCÁNTARA-AYALA, I. Do not Let Your Guard Down: Landslide Exposure and Local Awareness in Mexico. In: Alcántara-Ayala, I., *et al. Progress in Landslide Research and Technology,* V. 2, Issue 2, p. 155 – 164, 2023. Progress in Landslide Research and Technology. Springer, Cham. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-44296-4_6. Acesso em: 10 mai. 2023.

GOULART, A. C. de O.; CUNHA, L. J. S. da; GIMENES, A. C. W. Desafios e possibilidades estratégicas para uma política de redução de risco de desastres. *Revista Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 76, p. 326 - 352. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n76p326 Acesso em: 17 jun. 2023.

IBGE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas de ecossistemas*: o uso da terra nos biomas brasileiros: 2000-2018. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro. 2020. 101 p., Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101753.pdf Acesso em: 22 fev. 2024.

IMBERNON, R. A. L.; CASTRO, P. T. A.; MANSUR, K. L. Geoethics in the Scenario of the Geological Society in Brazil. *Geosciences.* 2021, v. 11, n. 462. doi.org/10.3390/geosciences11110462

KOBIYAMA, M.; MENDONÇA, M.; MORENO, D. A.; MARCELINO, I. P. V. O.; MARCELINO, E. V.; GONÇALVES, E. F.; BRAZETTI, L. L. P.; GOERL, R. F.; MOLLERI, G. S. F.; RUDORFF, F. M. *Prevenção de desastres naturais*: conceitos básicos. Curitiba: Organic Trading, 2006.

KORMANN, T. C. *Construção socioespacial da vulnerabilidade a movimentos de massa no município de Blumenau – SC*. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

KUPLICH, T. M.; CAPOANE, V.; COSTA, L. F. F. O avanço da soja no Bioma Pampa. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, 31, p. 83 –100, 2018. Disponível em: https://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/4102. Acesso em: 4 jun. 2021.

MACÍAS, J. D. (coord.) *Desastres Naturales*: Aspectos sociales para su prevención y tratamiento en México. Ciudad de Mexico: Universidad Nacional Autonoma de México, 1996.

MACIEL FILHO, C. L.; NUMMER, A. V. *Introdução à geologia de engenharia.* 4 ed. Santa Maria: UFSM, 2011.

MAPBIOMAS. *Áreas ocupadas por atividades humanas ultrapassam a cobertura de vegetação nativa do Pampa*. Outubro de 2025. Disponível em: MapBiomas Brasil. Acesso em: 15 jan. 2026.

MARENGO, J. A.; DOLIF, G.; CUARTAS, A.; CAMARINHA, P.; GONÇALVES, D.; LUIZ, R.; SILVA, L.; ALVALA, R. C. S.; SELUCHI, M. E.; MORAES, O. L.; SOARES, W. R.; NOBRE, C. A. O maior desastre climático do Brasil: chuvas e inundações no estado do Rio Grande do Sul em abril-maio 2024. In: Mudanças climáticas. *Estudos Avançados.* 2024. 38 (112). Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202438112.012. Acesso: 14 mai. 2025.

NEVES, E. M. S. C. Mudança, desmonte de políticas e defesa do meio ambiente no Brasil. *Sustainability in Debate,* 14, 42 - 57. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18472/SustDeb.v14n1.2023.46600. Acesso: 22 set. 2025.

NICOLODI, J. L.; PETERMANN, R. M. Mudanças climáticas e a vulnerabilidade da zona costeira do Brasil: Aspectos ambientais, sociais e tecnológicos. *Revista da Gestão Costeira Integrada*. 2010. 10(2). p. 151-177.

NUNES, L H. *Urbanização e desastres naturais*. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

OLIVER-SMITH, A.; ALCÁNTARA-AYALA, I.; BURTON, I.; LAVELL, A. The social construction of disaster risk: Seeking root causes. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, S/l, n. 22, p. 469-474, 2016a. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/journal/international-journal-of-disaster-risk-reduction/vol/22/suppl/C. Acesso: 3 dez. 2019.

OLIVER-SMITH, A.; ALCÁNTARA-AYALA, I.; BURTON, I.; LAVELL, A. Forensic Investigations of Disasters: A conceptual framework and guide to research. *Journal RDR FORIN Publication,* n. 2, 2016b.

OVERBACK, G. E.; MÜLLER, S. C.; FIDELIS, A.; PFADENHAUER, J.; PILLAR, V. de P.; BLANCO, C. C.; BOLDRINI, I. I.; BOTH, R.; FORNECK, E. D. Os campos sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, V. de P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. de S.; JACQUES, A. V. A. (Eds.). *Campos Sulinos:* conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA. 2009. p. 26-41. Disponível em: CamposSulinos.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

REANI, R. T.; SORIANO, E.; LONDE, L. R.; TOMÁS, L. VIANNA, M. L. N. G.; SANTOS, L. B. L. Interfaces legais entre planejamento urbano e redução de riscos e desastres. *Revista Caminhos da Geografia*, Uberlândia, 2020. v. 21, n. 76, p. 116-133. Disponível em: https://doi.org/10.14393/RCG217651879

RIO GRANDE DO SUL. *Diretrizes ambientais para o desenvolvimento dos municípios do litoral norte.* Cadernos de Planejamento e Gestão Ambiental. Fundação Estadual de Proteção Ambiental: Programa de Gerenciamento Costeiro, Porto Alegre, 2000.

_____. *Decreto Estadual nº 51.874*, 02 de outubro de 2014. Aprova o Regimento Interno da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Henrique Luis Roessler – FEPAM. 2014a. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2051.874.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

_____. *Decreto Estadual nº 52.096*, de 27 de novembro de 2014. Institui Sistema de Monitoramento da Biodiversidade do Rio Grande do Sul - RS BIOMONITORA, como instrumento oficial para a avaliação periódica do estado de conservação da biodiversidade no Estado do Rio Grande do Sul. 2014b. Disponível em: 19150447-sigbio-dec-52-096-2014.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

_____. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Médio*. RS Biodiversidade. 2016. Disponível em: Projeto RS Biodiversidade - Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Acesso em: 18 ago. 2025.

_____. *Lei Estadual nº 15.434*, de 9 de janeiro de 2020. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. 2020. Disponível em: Sistema LEGIS. Acesso em: 21 jan. 2025.

_____. *Portaria FEPAM nº 336/2023*, de 16 de agosto 2023. Aprova o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Mineração de Areia no Rio Jacuí – ZAMJ. Diário Oficial do Rio Grande do Sul. 2023. Disponível em: Zoneamento Ambiental para a Atividade de Mineração de Areia nos Cursos Médio e Baixo do Rio Jacuí - FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental. Acesso em: 11 mar. 2024.

_____. *Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 9/8.* 2024a. Disponível em: Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 9/8 - Defesa Civil do Rio Grande do Sul. Acesso em: 19 jan. 2026.

_____. *Diretriz Técnica n.º 15, de 24 de julho de 2024.* Estabelece os procedimentos para instrução dos processos de autorização para supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo no Bioma Pampa. 2024b. Disponível em: 152024ConversaoPampaVISUAL.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

_____. *Resolução n.º 02/2024*, de 5 de agosto de 2024. Dispõe sobre a inclusão dos Projetos Estruturantes na carteira do Plano Rio Grande, Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul. 2024c. Disponível em: 12145930-07172641-resolucao-02-2024-prg-projetos-estruturantes-consolidada-1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

_____. *Plano Rio Grande.* Secretaria da Reconstrução Gaúcha. 2024d. Disponível em: Plano Rio Grande. Acesso em: 10 ago. 2025.

_____. *Governo lança edital para credenciamento de empresa com foco na batimetria dos rios*. Porto Alegre: SEMA-RS, 2025. Disponível em: Governo lança edital para credenciamento de empresa com foco na batimetria dos rios - Portal do Estado do Rio Grande do Sul. Acesso em: 27 ago. 2025.

RODRIGUES, M. R. Da resposta a prevenção: Interfaces entre a gestão de risco de desastres e o planejamento urbano. *Revista Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 02-20, 2020. Disponível em: DA RESPOSTA À PREVENÇÃO: INTERFACES ENTRE A GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES E O PLANEJAMENTO URBANO | Geo UERJ. Acesso em: 26 mar. 2022.

SALES, C. B. de. Governança Ambiental e Gestão de Riscos e de Desastres (GRD): avanços e desafios da agenda de adaptação em nível local no Brasil. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 10, n. 2, 2023, p. 104 – 122.

SÁNCHEZ, L. E. *Avaliação de impactos cumulativos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2023.

SANTOS, R. F. dos. *Planejamento Ambiental:* Teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SOUZA, L. H. DE F.; RODRIGUES, S. C.; DANELON, J. R. B. Contribuições da Geomorfologia no contexto da modelagem hidrológico-hidráulica do escoamento superficial urbano. *Revista do Departamento de Geografia,* 2024, 44, e225331 https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2024.225331

SOUZA, L. H. de F.; RODRIGUES, S. C. Geomorfologia urbana e adaptação climática: uma revisão crítica das tendências e desafios recentes. *Physis Terrae - Revista Ibero-Afro-Americana de Geografia Física e Ambiente,* Guimarães, Portugal, 2024. v. 6, n. 2, p. 27–51, Disponível em: https://revistas.uminho.pt/index.php/physisterrae/article/view/5795 Acesso em: 18 ago. 2025.

SOUZA, E. A. de; PES, J. H. F.; IRIGARAY, M. C. Análise jurídico-política acerca das estratégias de mitigação, resiliência e adaptabilidade o contexto das emergências climáticas. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*. 2025, v. 10, n. 2., p. 58 – 76. Disponível em: Vista do ANÁLISE JURÍDICO-POLÍTICA ACERCA DAS ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO, RESILIÊNCIA E ADAPTABILIDADE NO CONTEXTO DAS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS Acesso em: 11 set. 2025.

STROHAECKER, T. M. Trajetória do planejamento territorial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul,* Porto Alegre, 2016. n. 27, p. 68-93, mar. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3693 Acesso em: 15 mar. 2025.

SUÁREZ, D-C. *Disaster risk reduction in Latin America, improving tools and methods regarding climate change*: the case study of Colombia and the city of Manizales. Manizales, National University of Colombia in Manizales, 2011.

SUL21. *O jogo de 6 erros que desmonta a proteção ambiental no Rio Grande do Sul:* Servidores da área ambiental criticam subordinação da proteção do meio ambiente a interesses de alguns grupos econômicos que aparelham o Estado. Marco Weissheimer. 2024. Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2024/06/o-jogo-de-6-erros-que-desmonta-a-protecao-ambiental-no-rio-grande-do-sul/ Acesso em: 27 ago. 2025.

TAVARES, A. O.; MENDES, J.M.; CUNHA, L. Risk perception, extreme events and institutional trust: A local survey in Portugal. In: *Reliability, Risk, and Safety*: Theory and Applications. Edit Taylor & Francis Group, London. 2010. 8. Chapter 172. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236615529_Risk_perception_extreme_events_and_institutional_trust_A_local_survey_in_Portugal. Acesso em 12 fev. 2025.

UNISDR - United Nations International Strategy for Disaster Reduction. *Terminology on Disaster Risk Reduction.* 2009. Disponível em: https://files.acquia.undp.org/public/migration/ge/GE_isdr_terminology_2009_eng.pdf. Acesso em 19 out. 2012.

Recebido para publicação em 14/10/2025

Aceito para publicação em 23/02/2026

CIDADE PLANEJADA SIGNIFICA CIDADE SEGREGADA? ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BELO HORIZONTE E CHICAGO

DOES A PLANNED CITY MEAN A SEGREGATED CITY? COMPARATIVE STUDY BETWEEN BELO HORIZONTE AND CHICAGO

¿UNA CIUDAD PLANIFICADA SIGNIFICA UNA CIUDAD SEGREGADA? UN ESTUDIO COMPARATIVO ENTRE BELO HORIZONTE Y CHICAGO

Cynthia Bráulio Alvim Bustamante
Universidade Federal de Minas Gerais
cynthiabraulio@gmail.com

Lydia Collins
Universidade Federal de Minas Gerais
lydia.collins512@gmail.com

Resumo:
O artigo propõe uma análise comparativa entre Belo Horizonte (Brasil) e Chicago (EUA), ambas planejadas no final do século XIX. A partir do diálogo entre os estudos de Katherine McKittrick acerca de um sentido negro de lugar (black sense of place), e de Beatriz Nascimento, que trata do conceito de quilombo como estrutura social e espacial de resistência negra, investiga-se como práticas de planejamento urbano modernistas contribuíram para a materialização de projetos de segregação racial em contextos distintos, mas estruturalmente conectados por práticas hegemônicas. A pesquisa se desdobra a partir de três tópicos: o primeiro, que examina os ideais de progresso associados às cidades planejadas; o segundo, que evidencia como esses projetos reforçaram dinâmicas de expropriação e segregação de populações negras; e o terceiro, que discute formas de resistência negra por meio de processos de aquilombamento, que permitem a compreensão de um sentido negro de lugar, para além da violência. Concluímos que uma leitura crítica de histórias paralelas da produção espacial negra nas Américas aponta para a possibilidade de existências para além da expropriação urbana, violência racial e ameaças contínuas à liberdade.

Palavras-chave: Belo Horizonte, Chicago, sentido negro de lugar, quilombos, planejamento urbano

* Essa pesquisa teve o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Abstract:
The article proposes a comparative analysis between Belo Horizonte (Brazil) and Chicago (United States), both planned in the late nineteenth century. Drawing on a dialogue between Katherine McKittrick's studies on a Black sense of place and Beatriz Nascimento's conceptualization of the quilombo as a social and spatial structure of Black resistance, the article investigates how modernist urban planning practices contributed to the materialization of racial segregation projects in distinct contexts that are nonetheless structurally connected through hegemonic practices. The research unfolds across three main themes: first, an examination of the ideals of progress associated with planned cities; second, an analysis of how these projects reinforced dynamics of expropriation and segregation of Black populations; and third, a discussion of forms of Black resistance through processes of *aquilombamento*, which enable an understanding of a Black sense of place beyond violence. The article concludes that a critical reading of parallel histories of Black spatial production in the Americas points to the possibility of existences beyond urban expropriation, racial violence, and continuous threats to freedom.

Keywords: Belo Horizonte, Chicago, black sense of place, quilombos, urban planning

Résumé / Resumen:
El artículo propone un análisis comparativo entre Belo Horizonte (Brasil) y Chicago (Estados Unidos), ambas ciudades planificadas a finales del siglo XIX. A partir del diálogo entre los estudios de Katherine McKittrick sobre un sentido negro del lugar (*black sense of place*) y el concepto de quilombo desarrollado por Beatriz Nascimento como una estructura social y espacial de resistencia negra, se investiga cómo las prácticas de planificación urbana modernista contribuyeron a la materialización de proyectos de segregación racial en contextos distintos, pero estructuralmente conectados por prácticas hegemónicas. La investigación se desarrolla en torno a tres ejes: el primero examina los ideales de progreso asociados a las ciudades planificadas; el segundo evidencia cómo estos proyectos reforzaron dinámicas de expropiación y segregación de las poblaciones negras; y el tercero discute formas de resistencia negra a través de procesos de *aquilombamiento*, que permiten comprender un sentido negro del lugar más allá de la violencia. Se concluye que una lectura crítica de historias paralelas de la producción espacial negra en las Américas señala la posibilidad de

existencias más allá de la expropiación urbana, la violencia racial y las amenazas continuas a la libertad.

Palabras-clave: Belo Horizonte, Chicago, sentido negro del lugar, quilombos, planificación urbana

Introdução

Segundo Galés e Robinson (2024), a retomada dos estudos urbanos comparativos ocorreu no início deste milênio, quando os processos de globalização se intensificaram e, como resultado, a interdependência entre geografias distintas cresceu. Isso possibilitou avanços no campo dos estudos urbanos comparativos, que passaram a analisar as semelhanças nos processos espaço-temporais, rompendo com os limites das comparações convencionais concentradas nas condições espaciais e nos resultados. Este artigo contribui com essa nova onda de pesquisas urbanas comparativas, a partir de nossas observações acerca de similaridades processuais na produção de espaço segregado como ferramenta de planejamento urbano em duas cidades planejadas do final do século XIX, sendo elas Chicago (EUA) e Belo Horizonte (Brasil).

É necessário reconhecer as distinções das realidades sociais, econômicas, políticas e geográficas entre as duas cidades. Chicago situa-se no Norte Global enquanto Belo Horizonte no Sul Global. Também diferem os propósitos iniciais de planejamento, onde Chicago emergiu como metrópole industrial enquanto Belo Horizonte foi fundada para ser capital administrativa. Além disso, a distinção populacional distinta no momento de planejamento na virada do século também é um aspecto a ser observado, Chicago com 1.7 milhões e Belo Horizonte com pouco mais de 10 mil. O contingente populacional de pessoas de origem africana traficadas durante a escravidão é significativamente diferente. O Brasil recebeu 5,5

milhões de pessoas escravizadas enquanto que nos Estados Unidos aportaram cerca de 450 mil pessoas. Estes dados refletem as dinâmicas distintas nas quais Chicago e Belo Horizonte estavam e estão inseridas. Entretanto, por meio de uma análise historiográfica, também é possível comparar os processos que conformaram essas cidades, de modo a oferecer novas perspectivas para a compreensão de relações socioespaciais históricas e contemporâneas semelhantes.

Essa identificação foi possível devido ao reconhecimento da potência histórica e contemporânea da população negra nas duas cidades. Chicago recebeu centenas de milhares de negros ao longo do século XIX como parte da Grande Migração (o êxodo de milhares de negros do Sul do país em busca de melhores condições de vida no Norte) hoje representando 30% da população da cidade, tornando essa população negra a segunda maior do país, ficando atrás apenas de Nova York (US Census, 2024). Belo Horizonte segue os padrões nacionais, com 56% da população autodeclarada negra (IBGE, 2022). Essa proporção está diretamente ancorada na escravidão, sendo que Minas Gerais foi um dos estados que recebeu o maior número de escravizados no país.

Além dos dados apresentados, este artigo reconhece o papel dos modelos de planejamento urbano que surgiram, principalmente em Chicago na virada do século até a década de 1940, para atender a interesses hegemônicos e, consequentemente, segregar a população negra, tendo uma forte influência global, incluindo em Belo Horizonte.

Em paralelo, identifica-se também que desde o início do século XX, têm sido realizadas pesquisas que apontam para o planejamento urbano como ferramenta de segregação, como os estudos precursores realizados na Escola de Chicago, bem como os modelos desenvolvidos

por Robert Park, Ernest Burgess e Homer Hoyt (Machado, 2019). Entretanto, estes estudos indicam o potencial segregatício que as ferramentas de planejamento possuem, mas não apontam para a racialidade presente nestes instrumentos de gestão. Quando o fazem, destacam a existência da população negra numa posição predominantemente de violência.

Partindo desse pressuposto, o objetivo deste trabalho é discutir a imbricação entre o surgimento das cidades planejadas do final do século XIX como uma forma de implementação da segregação socioespacial racializada, mas também, destacar o papel de resistência da população negra, para além das relações de violência às quais está exposta, desobedecendo, assim, as narrativas tradicionais.

Para tanto, o artigo propõe o diálogo entre a teoria de duas pesquisadoras negras, a geógrafa canadense Katherine McKittrick e a historiadora brasileira Beatriz Nascimento. A partir de seus estudos acerca de um sentido negro de lugar (McKittrick, 2011) e o conceito de quilombo como estrutura social e espacial de resistência negra (Nascimento, 2021), buscamos enegrecer processos dentro, apesar de, e fora do planejamento urbano. A identificação de momentos de convergência na produção do espaço ao longo da história, mesmo reconhecendo suas diferenças em hemisférios opostos, foi o ponto de partida para a análise.

Procedimentos metodológicos

Este artigo mobiliza tendências emergentes nos estudos urbanos comparativos para oferecer perspectivas alternativas sobre a vida negra no espaço urbano (Simone, 2024; Jones e Rogers, 2024; Maloutas, 2024). Apresentamos três tópicos em ordem cronológica a

fim de compreender as condições urbanas: primeiro, as práticas hegemônicas de planejamento urbano utilizadas no final do século XIX para construir cidades como símbolos do progresso moderno; segundo, as formas como essas práticas de planejamento contribuíram para o processo de dominação capitalista por meio da codificação da segregação racial; e, terceiro, instâncias contemporâneas de produção espacial negra que resistem às violências perpetradas por essas práticas modernistas de planejamento.

A principal contribuição deste artigo é colocar em diálogo duas teorias de mulheres negras, Katherine McKittrick e Beatriz Nascimento, para construir uma nova lente com a qual se possa articular realidades da vida negra que apontem para possibilidades de existência, para além do sofrimento, violência e morte. Essa articulação segue o objetivo de Beatriz Nascimento de construir uma continuidade histórica (Nascimento, 2021), que evidencia como a resistência negra organizada durante a escravidão conecta-se às formas contemporâneas de resistência. Mais abstrata do que termos emprestados da antropologia, como "sobrevivência" ou "resistência cultural", a autora argumenta que a continuidade histórica descreve de forma mais apropriada a experiência negra de união ao longo de séculos de dominação e opressão. Isso reflete diretamente a pergunta norteadora de McKittrick em seu artigo que define o sentido negro de lugar ou black sense of place: "De que maneiras os precedentes históricos da violência antinegro nas Américas são espaciais e estão ligados à nossa organização geográfica presente?"[1] (McKittrick, 2011, p. 948). Essa prática de traçar padrões ao longo da história orienta este trabalho.

[1] Todas as traduções são de responsabilidade das autoras.

O artigo foca nos anos posteriores à Revolução Industrial e à Abolição nas Américas, período no qual o planejamento urbano se tornou um mecanismo para materializar ideais de progresso, traduzindo efetivamente os princípios centrais do capitalismo no espaço físico (Silva, 2020). As duas cidades do continente americano estudadas, Belo Horizonte e Chicago, são exemplos marcantes desse período, pois passaram por processos de planejamento que representaram a vanguarda arquitetônica modernista da época, materializada tanto em seus traçados ortogonais quanto nos projetos de arquitetos mundialmente renomados, como Oscar Niemeyer em Belo Horizonte e Mies van der Rohe em Chicago.

Embora este pudesse ser o ponto de partida da comparação, nosso objetivo é desorientar essa narrativa convencional sobre o desenvolvimento espacial dessas cidades (o primeiro tópico) revisitando o contexto histórico no qual as decisões iniciais de planejamento urbano estavam inseridas. A intenção é ir além desse tópico dominante e investigar o segundo e o terceiro tópicos, abrindo uma discussão sobre como o planejamento modernista, embasado nas relações capitalistas, em especial, na propriedade privada, estabeleceu a racialização do espaço, bem como os impactos dessas políticas afetaram e continuam afetando as dinâmicas socioespaciais em ambas as cidades, especificamente o sentido negro de lugar (McKittrick, 2011) e os processos de aquilombamento (Nascimento, 2021).

Os três tópicos se iniciam com a implementação do planejamento modernista em Belo Horizonte e Chicago, a primeira sendo em 1897 e a segunda em 1893. Iniciamos com o contexto em que ambas as cidades emergiram, pouco após a abolição da escravidão. Nos Estados Unidos, a abolição foi oficialmente

promulgada em 1865, e vinte e três anos depois o Brasil seguiu o mesmo caminho, extinguindo, ao menos oficialmente, as relações de cativeiro às quais a população negra estava forçada. Paralelamente a esse período histórico, os efeitos da Revolução Industrial e dos ideais iluministas, iniciados na segunda metade do século XVIII na Europa, influenciaram as decisões urbanas nas Américas (Nascimento, 2021). Belo Horizonte e Chicago surgiram a partir desses ideais republicanos, materializando as possibilidades que as vanguardas modernistas ofereciam para o futuro das cidades. Esses mesmos ideais foram forjados por meio da construção de um pensamento moderno (McKittrick, 2013; Bledsoe, 2015; Silva, 2022), no qual a existência social é validada por uma compreensão de humanidade centrada na branquitude europeia. Portanto, a cidade planejada moderna pode ser entendida como a materialização espacial desse referencial humano. Diante desse padrão social, levantamos uma provocação inicial: qual foi o papel da população negra nessas relações socioespaciais?

Para validar a lente analítica, mobilizamos Santos (2012), que argumenta ser possível supor que a base das mudanças urbanas durante o período moderno pós-abolição foi séculos de violência racial legitimada pelas relações escravistas que até então governavam as dinâmicas sociais, políticas e econômicas coloniais. Essa dualidade orienta o estudo, de um lado, o projeto de duas cidades planejadas para serem símbolos de uma nova era e, de outro, a indispensabilidade das relações racializadas na formação das espacialidades hegemônicas e subalternizadas.

Com base nessa dialética, este artigo busca discutir a relação entre a produção da segregação socioespacial racializada e a construção de cidades planejadas, de modo a analisar como relações

globais de expropriação e segregação (estabelecidas entre pessoas brancas e negras) sustentaram a emergência dessas novas espacialidades. Primeiro, descrevemos a fundamentação teórica do artigo, construindo um diálogo entre a teoria do sentido negro de lugar, de McKittrick, e a teoria quilombola de Beatriz Nascimento. Em seguida, partimos para a discussão dos três tópicos, iniciando com a descrição das práticas de planejamento urbano que fundamentaram o desenvolvimento de Chicago e Belo Horizonte (primeiro tópico); depois, discutimos como essas práticas resultaram em segregação racial nas duas cidades (segundo tópico); e, por fim, apresentamos dois casos de resistência espacial que fortalecem a construção de uma geografia negra crítica enraizada nas duas teorias abordadas (terceiro tópico). Esses estudos fazem parte das pesquisas das autoras e evidenciam empiricamente os argumentos apresentados. Concluímos com sugestões para estudos futuros, especialmente aqueles que relacionem os impactos desses processos às dinâmicas socioespaciais contemporâneas.

O artigo contribui para a literatura acadêmica ao comparar uma conexão raramente estudada entre os processos de expropriação racial espacializada e resistência em duas cidades planejadas do final do século XIX. O artigo examina a construção de Belo Horizonte e Chicago para revelar como as relações de poder podem ser compreendidas a partir de duas perspectivas aparentemente distintas que, no entanto, convergem para a mesma realidade sociopolítica e econômica: o aniquilamento de um sentido negro de lugar a serviço de interesses hegemônicos. Assim, essa análise se alinha à abordagem de Galés e Robinson (2024), ao se afastar da comparação urbana clássica e buscar enfatizar o impacto das relações globais nas dinâmicas urbanas. Revisitar o planejamento

urbano do final do século XIX pode ser uma forma de repensar como o conceito de globalização pode ser expandido para estabelecer uma trama permeável entre relações coloniais e contemporâneas.

Traçaremos percepções para a seguinte questão: como um estudo comparativo de locais de resistência, ou uma compreensão expandida de quilombo, no legado de duas cidades planejadas nas Américas contribui para o diálogo transnacional sobre o sentido negro de lugar? A compreensão de processos de aquilombamento urbano como formas de produzir espacialidades diante da expropriação, exclusão e segregação sancionadas pelo Estado em Chicago e Belo Horizonte pode gerar reflexões produtivas sobre a emergência de uma geografia da negritude enraizada na vida, e não no sofrimento (McKittrick, 2011).

Sentido negro de lugar e quilombo

O sentido negro de lugar é um conceito mobilizado por diversos estudiosos para discutir a natureza inter-relacionada entre negritude e geografia (Evans, 2025; Bledsoe e Cirqueira, 2023). Katherine McKittrick (2011) define-o como "o processo de situar material e imaginativamente as lutas históricas e contemporâneas contra práticas de dominação e os difíceis emaranhamentos do encontro racial" (p. 949). Ela continua: "o que 'estrutura' o sentido negro de lugar são os nós diaspóricos da colonialidade, da desumanização e da resistência" (p. 949). Seu texto acerca do tema é motivado pela preocupação de que as análises da violência racial estejam focadas por uma questão paradoxal com o corpo negro violado/sofredor e a negação da existência de um sentido negro de lugar.

Em resposta, McKittrick (2011) define que o sentido negro de lugar não pode ser definido apenas pela violência; pelo contrário, é a interconexão entre raça, lugar e violência que aponta para outras categorias que compõem esse sentido. A autora enfatiza a necessidade de revisitar processos históricos nos quais "nosso passado racial pode revelar uma história coletiva de encontros — uma inter-relação difícil — que promete uma análise ética da raça não baseada no sofrimento, mas na vida humana" (p. 948). A dificuldade dessa inter-relação se dá justamente na atuação das hegemonias, impedindo uma autodeterminação negra e implicando a essa existência a um local de subalternidade. Mas que também não consegue resumir esta existência, pelo contrário, a resistência a processos hegemônicos qualifica a negritude. McKittrick (2013) avança nessa possibilidade analítica ao afirmar que:

> Essa presença urbana negra — a vida negra — revela um modo de ser humano que, embora muitas vezes excluído da história oficial, não é vítima nem completamente alienado da terra; em vez disso, redefine os termos de quem e o que somos vis-à-vis uma cosmogonia que, embora dolorosa, não busca habitar um lugar mais próximo do 'mais apto', mas sim honra nossas versões mutuamente constitutivas e relacionais de humanidade. (p. 12)

A possibilidade de enxergar a existência negra na produção de espacialidades urbanas, para além das violações, nos leva a trazer para esta análise experiências coletivas que possam apontar para a complexidade de um sentido negro de lugar e, consequentemente, sua presença como fissura aos processos hegemônicos. Maroons na Jamaica e Palenques colombianos são exemplos desses movimentos que atuaram desde o século XVI no Caribe e na América Latina, respectivamente (Nascimento, 2021). Assim como eles, os quilombos brasileiros são existências seculares de uma forma de organização

social que tensionam a produção do espaço. Analisar a conformação de um sentido negro de lugar a partir de uma lente quilombola, pode ser um caminho para complexificar o conceito e enxergar fissuras socioespaciais tanto em Belo Horizonte, quanto em Chicago.

Beatriz Nascimento (Nascimento, 2021) conceitua quilombo como um sistema social alternativo que permite à existência negra atuar de forma coletiva, para além dos processos hegemônicos que, no nosso caso, conformam os processos urbanos. Segundo a autora, a partir do século XIX o conceito de quilombo passa a operar no Brasil como um impulsionador ideológico que desempenha um "papel fundamental na consciência histórica dos negros" (p. 112). Essa consciência negra, bem como a influência de uma herança africana, estabelece uma coesão grupal e atua no cerne das comunidades como um mecanismo de afirmação racial e cultural (Nascimento, 2021). Além disso, o termo quilombo vem do quimbundo, língua de origem bantu angolana que significa união. A autora defende que a união realizada pelos processos quilombolas é oriunda dos apagamentos históricos promovidos pelas violências perpetradas continuamente contra o povo negro. É, portanto, uma possibilidade de vislumbre da continuidade histórica entre o passado, o presente e o futuro de gerações de negras e negros brasileiros. A partir desta união promovida pela atuação quilombola, é possível enxergar processos emancipatórios negros na produção do espaço.

Se o capitalismo estimula a individualidade, o quilombismo, termo cunhado por Abdias do Nascimento (Nascimento, A. 2019), propõe o coletivismo como um caminho para a emancipação negra. O quilombo, neste sentido, atua em prol da liberdade frente a um sistema interligado de dominação (hooks, 2022) que enclausura um

sentido negro de lugar. Esta liberdade pode ser compreendida como uma possibilidade de reorganização socioespacial.

A ideia de organização é fundamental na concepção de Beatriz Nascimento sobre quilombo. O quilombo é um tipo de organização social, com longa história de práticas culturais, econômicas e agrícolas. O núcleo da proposta teórica da autora é que, convencionalmente, os quilombos são definidos apenas como espaços de guerra, de fuga e de defesa. No entanto, ela demonstra que uma visão abrangente do quilombo é aquela que destaca os períodos de paz, uma estrutura que ilumina caminhos para formas alternativas de organização social, que rejeitam a sociedade branca, capitalista e colonial. Ela argumenta que o medo branco não é o medo do conflito armado, mas do quilombo em paz, onde relações sociais e econômicas eram mantidas dentro e fora dos territórios, onde as pessoas podiam exercer a liberdade. Ou seja, sua abordagem destaca esses espaços como construções alternativas de base comunitária, cujo caráter histórico e político aponta para uma continuidade espacial, o que segundo ela pode ser considerado uma ameaça às hegemonias (Ratts, 2007). Assim, o quilombo deve ser compreendido tanto como uma resposta à violência da escravidão quanto como um espaço que encarna alternativas para a organização das pessoas negras.

Além disso, a autora amplia o conceito de quilombo para o próprio corpo negro – um território existencial que atua como fissuras ou linhas de fuga em um processo enrijecido, seja ele colonial ou moderno (Nascimento, 2021). Essa ampliação sustenta ambas as definições e ao mesmo tempo está ligada ao núcleo da teoria de McKittrick porque a incorpora.

A partir dessa construção teórica, podemos identificar fissuras socioespaciais por meio de processos de aquilombamento, ou

seja, a formação de espaços de base comunitária, no passado quilombos e na contemporaneidade se amplia para outros espaços de socialização negra, sendo utilizado no sentido metafórico para espaços de continuidade, com sentido de agrupamento, coletividade e liberdade negra. Assim, partimos do pressuposto de que, à medida que Belo Horizonte e Chicago desenham espaços urbanos que impossibilitam a atuação social negra, a resistência a essas relações também atua nas brechas do planejamento.

Nas seções seguintes, passaremos pelos três tópicos propostos no início do artigo, sendo em primeiro lugar, a história do planejamento urbano que criou as condições históricas e contemporâneas enfrentadas pelas comunidades negras, para então seguir para dois estudos de caso sobre produção de aquilombamentos como afirmação do sentido negro de lugar.

Primeiro tópico: a cidade planejada como símbolo dos ideais modernos

O ano que marca o início da conexão entre Chicago e Belo Horizonte, para os propósitos deste artigo, é 1893 — ano em que as elites do estado brasileiro de Minas Gerais começaram a elaborar planos para construir uma nova capital. Elas objetivavam romper com o passado colonial, representado pela então capital Ouro Preto, um entreposto português erguido ao longo de uma rota de mineração, encravado nas colinas. A cidade era um imbróglio espacial, tanto literal quanto figurativamente, onde sua morfologia urbana colonial (Vieira, 2016, p. 16) moldava uma paisagem marcada por um passado escravocrata. Todas as estradas que levavam a Ouro Preto terminavam em um pequeno conjunto de ruas de paralelepípedos, quadras apertadas e uma política colonial. De olho no futuro, as elites mineiras queriam projetar seu estado para o século XX como

um "empório comercial, centro industrial e santuário intelectual" (Congresso, p. 88). Após anos de debate político, foi escolhido um vale no centro do estado, o antigo arraial Curral Del Rey, como local da nova capital. Com os recursos financeiros garantidos e a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) criada como órgão decisório, os proponentes começaram a buscar um modelo de cidade a seguir.

No final do século XIX, a cerca de 8.000 km ao norte, Chicago era uma das metrópoles de crescimento mais rápido do mundo. Sua localização estratégica, às margens do Lago Michigan, uma das maiores reservas de água doce do planeta, e na fronteira da expansão para o oeste dos Estados Unidos, a tornava uma porta de entrada para o futuro. Era a segunda maior cidade do país, impulsionada por uma onda de migrantes que abasteciam suas fábricas, matadouros, armazéns frigoríficos, siderúrgicas e fábricas de cimento. A Bolsa de Mercadorias de Chicago introduziu diversos instrumentos para incentivar esse crescimento, especialmente em um novo traçado urbano reticulado, resultado dos esforços de reconstrução após o grande incêndio de 1871, que estabeleceu as bases para uma robusta economia imobiliária (Cronon, 1991). Esses fatores fizeram de Chicago o coração do maior entroncamento ferroviário entre as costas leste e oeste da América do Norte, conectando regiões rurais distantes e atraindo milhões de imigrantes da Europa e da Ásia, bem como pessoas negras libertas que fugiam da violência racial, das Leis de Jim Crow e da falta de oportunidades no Sul dos EUA. Rapidamente, a cidade tornou-se símbolo de progresso, inovação e o coração do capitalismo do final do século XIX.

A fama global de Chicago cresceu ainda mais com a realização da Exposição Mundial Colombiana em 1893. A cidade aproveitou a oportunidade para sediar uma exibição suntuosa das mais recentes

tecnologias e estilos arquitetônicos do mundo. Organizada sob um rígido arranjo arquitetônico neoclássico, projetado pelo aspirante a urbanista Daniel Burnham, a feira exportou ao mundo a imagem de Chicago como próspera, resiliente e progressista. O historiador William Cronon escreveu que "[os moradores de Chicago] sugeriam que sua própria cidade era o cumprimento de um destino que Colombo havia iniciado muito tempo atrás" (1991, p. 341), e que "a Exposição Colombiana representava um lembrete extremamente autoconfiante de que o século XIX era, afinal, a maior era de progresso civilizado que o mundo já havia presenciado" (ibid, p. 342). O mundo tomou nota — especialmente as elites brasileiras.

Assim, ao projetar Belo Horizonte, a nova capital mineira, a CCNC seguiu os planos convencionais, adotando padrões de desenho urbano de Paris (desenhada pelo Barão Haussmann em 1860) e de Washington, D.C. (desenhada por Charles L'Enfant em 1790) como símbolos de progresso, controle e riqueza. O planejamento urbano era marcado pela presença de ruas em ângulo reto, sobrepostas por grandes avenidas diagonais processionais que conduziam a locais estratégicos, incluindo edifícios governamentais e monumentos (Adelman, 1974, p. 53). Chicago era a manifestação contemporânea dos ideais incorporados por essas cidades mais antigas — uma espécie de irmã mais nova e mais relevante. A cidade transplantou o desenho ortogonal para o contexto geográfico do Meio-Oeste americano e integrou novos sistemas de capital industrial; uma vasta rede ferroviária e estruturas políticas que garantiam a manutenção do poder nas mãos da elite industrial. Chicago representava a adoção dos ideais do fim do século XIX em um contexto geográfico e político no qual os mineiros se identificavam mais facilmente do que com os predecessores parisienses e norte-americano. Como escreve Saba,

"Chicago, mais do que qualquer outra cidade americana, deslumbrava os observadores brasileiros" (2021, p. 211). Aproveitando esse momento de oportunidade modernista, as elites mineiras sonhavam com uma cidade digna de figurar entre as grandes e se inspiraram em Chicago para projetá-la como tal.

Segundo tópico: cidade planejada como cidade segregada

Os paralelos entre Chicago e Belo Horizonte, neste segundo tópico, demonstram como os projetos de construção de cidades no final do século XIX, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, produziram cidades segregadas. Em ambos os casos, novas condições políticas começaram a emergir em meio a grandes transformações sociais decorrentes da abolição da escravidão, que havia ocorrido pouco tempo antes. O Brasil, último país das Américas a aboli-la, libertou 700 mil pessoas negras em 1888, duas décadas após o fim da Guerra Civil nos Estados Unidos em 1865 e uma década após o fim do período da Reconstrução americana em 1877. Esse momento histórico, tanto nos EUA quanto no Brasil, revelou um enorme potencial para reestruturar os sistemas econômicos e sociais com o fim do regime escravocrata.

A abolição da escravidão no Brasil objetivava transitar o país para o trabalho livre e assim impulsionar o desenvolvimento capitalista, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Roberto Saba investiga esse período em seu livro *American Mirror* (2021), onde observa com precisão que "nenhuma dessas duas sociedades foi pega de surpresa. Ao contrário, à medida que a escravidão se desfazia no hemisfério ocidental, americanos e brasileiros se uniram para estimular e dirigir essa transformação" (p. 2). Ele continua: "Para esses reformadores, o antiescravismo não era uma cruzada

romântica para libertar uma raça oprimida; era, antes, um projeto modernizador que construiria Estados-nação fortes e economias capitalistas prósperas" (2021, p. 3). Em ambos os países, os instrumentos da propriedade privada e do trabalho livre foram usados para codificar a segregação racial em nome do progresso capitalista.

Fica evidente, portanto, por que, no Brasil, e também nos EUA, a proclamação da república em 1889 foi marcada pela abolição da escravidão, que pouco alterou a realidade da população negra. Minas Gerais, cujo nome deriva literalmente de "minas gerais", foi colonizada pelos portugueses após uma corrida do ouro na década de 1690 e construída majoritariamente por africanos escravizados. Assim, os cenários econômico e físico estavam profundamente entrelaçados com a escravidão. No momento em que se construíam novas narrativas pós-escravidão para Minas Gerais, os líderes locais promoveram políticas que incentivavam o progresso econômico por meio da mineração e da agricultura. No entanto, como escreve Pereira:

> [...] a "modernização mineira" proposta pelos liberais locais guardava a particularidade de não romper por completo com a tradição colonial – portanto, tampouco rompia com os valores políticos e ideológicos que sustentavam a dinâmica da sociedade de base escravista. (2019, p. 22).

O plano moderno de Belo Horizonte foi idealizado para "suplantar o passado colonial – não necessariamente o passado escravocrata – do Estado, a fim de construir um futuro republicano" (McDonald, 2019, p. 2). Em outras palavras, a cidade planejada simbolizaria a nova república, impregnada por ideais políticos,

econômicos e sociais, conduzidos por uma elite branca advinda de uma sociedade escravocrata.

Se a escravização estabeleceu uma existência negra vinculada à expropriação, segregação e violência, uma mesma elite, que fundou sua herança na escravidão, não abriria mão de seus privilégios e daria uma guinada nas relações sociais. Ao contrário, a cidade planejada materializou um pacto novo e, ao mesmo tempo, antigo (Bento, 2022), *o pacto da branquitude,* que colocava a existência negra como "âncora ontológica do projeto de mundo moderno" (Bledsoe, 2015, p. 328).

Como esse novo pacto se materializou em Chicago e Belo Horizonte para perpetuar a expropriação racial? O planejamento urbano no final do século XIX e início do século XX nas Américas foi moldado pelas condições sociais, econômicas e políticas mais amplas da época. Compreender a conexão entre as tendências de planejamento urbano implementadas em Chicago e Belo Horizonte revela como a emergência da propriedade privada, projetada para ser modelo de inovação capitalista moderna que reforçou a segregação racial durante a transição de sociedades coloniais para economias industrializadas e orientadas pelo mercado. Isso responde ao chamado de McKittrick (2011) para estudar os "difíceis encontros da experiência racial" (p. 949). Os laços históricos entre Chicago e Belo Horizonte estão profundamente enraizados em processos semelhantes de planejamento urbanístico modernista que reforçaram a segregação racial e produziram diferentes sentidos negros de lugar.

As imagens abaixo retratam os planos urbanísticos de Chicago e Belo Horizonte. A análise dessas imagens nos leva a perguntar: onde as pessoas negras estariam localizadas nessas

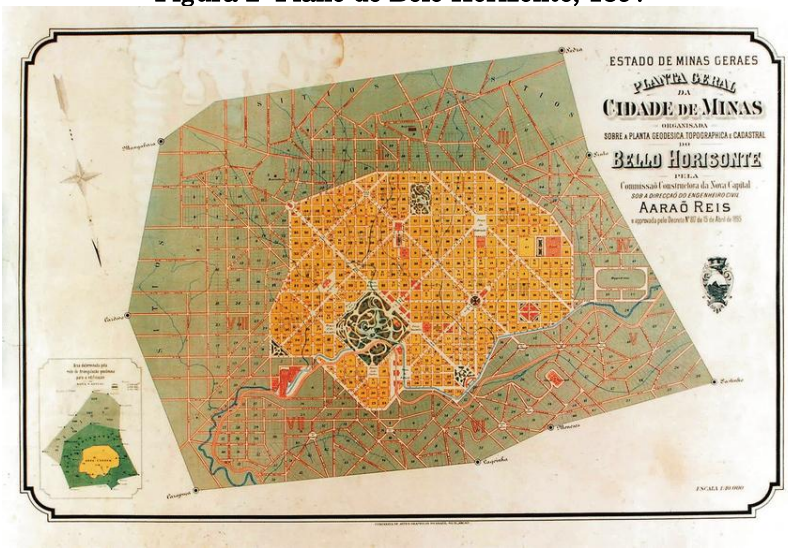
cartografias, dentro ou fora da malha urbana? A análise não pretende afirmar que a população negra estaria sempre fora da malha, mas que o planejamento está implicado em processos hegemônicos que fomentam a segregação. Nesse sentido, o projeto urbano estabelece quem está incluído e quem está excluído das dinâmicas das novas urbes. Em outras palavras, ele age como uma nova ferramenta de colonização espacial, delineando quem está "com" ou dentro, aqueles que desfrutam da condição ontológica de liberdade, (McKittrick, 2011, p. 950) e quem está "sem" ou fora, mantendo, assim, a objetificação de seus corpos. Dito isso, os mapas abaixo exemplificam como a malha urbana, implementada nos processos de planejamento urbano, foi usada como mecanismo de controle do espaço, com o objetivo de segregar a população negra. "Fora" não significa necessariamente fora da parte planejada, mas sim excluída do uso e da apropriação livre do espaço. Como descrito com mais detalhe a seguir, em Chicago, a população negra foi rebaixada para uma zona da cidade dentro da malha urbana, enquanto em Belo Horizonte, a população negra foi sendo expulsa para regiões "fora" do centro planejado. O ponto é que enquanto a localização física em relação ao planejamento formal varia entre os dois casos, esse planejamento vem das mesmas raízes e tem os mesmos resultados: a bruta segregação e exclusão da população negra.

Figura 1: Plano de Chicago, 1909.



Fonte: Chicago Architecture Center

Figura 2: Plano de Belo Horizonte, 1897



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Para descrever essas práticas de segregação na cidade planejada moderna, utilizaremos o conceito de *urbicídio*, de McKittrick. Ela define o urbicídio como "a morte deliberada da cidade e a aniquilação intencional do lugar" (2011, p. 951) e essa lente

possibilita a análise de lugares de "deterioração ambiental, social e infraestrutural e vigilância geográfica que demarcam muitas geografias negras e seus habitantes" (p. 951). A partir dessa concepção, é possível compreender a cidade planejada como a impossibilidade da existência negra que está implicada na delimitação de espaços racializados. Sendo assim, o urbicídio pode ser entendido como uma estratégia de planejamento urbano para atuar violentamente contra o sentido negro de lugar.

A primeira dessas práticas chamamos de apagamento da existência negra (McKittrick, 2011). No caso de Belo Horizonte, aproximadamente 70% da população que vivia no antigo arraial do Curral Del Rey, era negra (Pereira, 2019; Silva, 2020). Para a construção da nova capital mineira houve expulsões e remoções de comunidades negras cujos processos têm sido desvelados por meio de pesquisas historiográficas (Pereira, 2019; Silva, 2020; Musa, 2022; Dias 2023), que apontam para a violência perpetrada pelo Estado a fim de remover a existência negra durante a construção da cidade.

Em Chicago, um processo paralelo de urbicídio foi implementado sob a forma de renovação urbana — uma série de programas de remoção de favelas patrocinados pelo Estado, que se estenderam do final do século XIX até meados do século XX e, possivelmente, até os dias atuais. Esses projetos tinham como objetivo "proteger o valor dos centros comerciais e das bases de arrecadação tributária, ao mesmo tempo que ofereciam estruturas mais modernas" (Chicago Public Library, 2022). No entanto, muitas vezes resultavam em deslocamento em massa da população negra, já que projetos de infraestrutura e habitação destruíam bairros inteiros, conforme consta nos dados levantados entre 1950 e 1966 pela Digital Scholarship Lab. Um reitor da Universidade de Chicago

chegou a afirmar que os projetos de renovação urbana seriam uma forma de "reduzir o número de negros" (Hirsch, p. 153). Em um nível nacional, embora as pessoas negras representassem apenas 13% da população total em 1960, elas compunham 55% das pessoas deslocadas. O autor James Baldwin resumiu essa prática com a frase: "*urban renewal is negro removal*" (renovação urbana é remoção negra).

Essas são formas de aplicar a ideia de práticas urbicidas (McKittrick, 2011), que atuam "por meio da destruição de comunidades negras específicas, casas, edifícios e locais sagrados" (p. 952). Mesmo sendo lugares distintos, esses processos urbanos "andam de mãos dadas com o imperialismo, a violência e o terror econômico, racial e étnico, ao mesmo tempo que dependem das especificidades: escala, região, economia, lugar e de como cada força destrutiva é executada, tudo importa" (p. 952).

A segunda estratégia de codificação da segregação racial pode ser entendida como processos de delimitação espacial. O surgimento da cidade planejada no final do século XIX e seu desenvolvimento no início do século XX estabeleceu sistematicamente a posição dos corpos negros, tanto em espaços segregados quanto inseridos na cidade "oficial" ou "formal" como força de trabalho, mantendo relações de subordinação herdadas da escravidão. Essas relações podem ser identificadas pelas ferramentas de planejamento implementadas no período. Bustamante (2023) analisa essas ações em Belo Horizonte, aplicando uma lente racial aos estudos urbanos para revelar como a racialidade explica decisões políticas. Um exemplo é a criação do bairro Concórdia.

No ano de 1902, decretos municipais foram publicados (Lima, 2009) para incentivar a densificação das áreas centrais da cidade por

trabalhadores que atenderiam às demandas da elite da época. Essa região, chamada de 8ª seção urbana, foi ocupada por uma população proletária, da qual se extraía a força de trabalho num processo de expropriação de mão de obra. É possível supor quem eram as pessoas que ocupavam essa seção urbana. Já no ano de 1928, novos decretos foram emitidos (Lima, 2009) autorizando a remoção da população que havia se estabelecido ali por alguns anos, realocando-a para áreas pericentrais da cidade, nesse caso, para a Villa Operária Concórdia, a aproximadamente um quilômetro da malha urbana. Essas ações foram motivadas pela pressão econômica da especulação imobiliária, que exigia áreas centrais na cidade em rápida expansão. Estava sendo implementada uma nova forma de gestão dos corpos negros. Se antes sua força de trabalho era explorada, agora seus corpos e casas eram considerados indesejáveis e removidos da paisagem urbana. Essas ações estão alinhadas com políticas higienistas que fundamentaram decisões em várias partes do país (Farias Filho & Alvim, 2022). As políticas urbanas descritas demonstram como a violação de um sentido negro de lugar está atrelada a uma "economia política dos corpos" (Mbembe, 2021, p. 16), na qual a existência negra é direcionada para servir às demandas hegemônicas.

Em Chicago, observamos uma dinâmica semelhante no processo de *redlining* (linha vermelha). Em resposta ao declínio da propriedade residencial durante a Grande Depressão no final da década de 1920, o Ato Nacional de Habitação (National Housing Act) de 1934 criou a Iniciativa Federal de Habitação (Federal Housing Initiative - FHA). A FHA implementou uma série de programas para impulsionar a compra da casa própria, especificamente de casas unifamiliares. A agência afiliada da FHA, a Corporação de

Empréstimos para Proprietários de Imóveis (Home Owners' Loan Corporation - HOLC), criou uma série de mapas para codificar valores imobiliários com base em categorias raciais, classificando europeus brancos como mais desejáveis e de menor risco, e "negros e mexicanos" como menos desejáveis e de maior risco. Esses mapas eram usados por bancos para determinar onde conceder empréstimos para compra de imóveis, um processo chamado *redlining*. Essa foi uma ferramenta que reforçou a segregação racial numa época em que isso ainda era legalmente permitido. O *redlining* foi oficialmente proibido pelo Ato dos Direitos Civis de 1968, mas diversos estudos mostram que ele continuou depois dessa data e que a discriminação residencial com base em raça persiste em Chicago (Lutton, Fan & Loury, 2020).

A prática de *redlining* é exemplificada pelo bairro de North Lawndale, na zona oeste de Chicago. O bairro era predominantemente judeu, com 65 mil judeus em 1946 (Cutler, 1996). No entanto, com a prática de *redlining*, que incentivava o fenômeno da *white flight* (fuga branca), ou seja, a migração de brancos para os subúrbios estimulada por financiamentos da HOLC, fez com que em 1960 91% dos residentes de North Lawndale fossem negros.

A comparação desses dois processos ilumina o corpo negro violado, sujeito à expropriação patrocinada pelo Estado. No entanto, seguindo Beatriz Nascimento e McKittrick, a intenção deste artigo não é estagnar nessa conclusão, mas avançar a discussão sobre processos de aquilombamento e o sentido negro de lugar como reivindicações negras libertadoras sobre o espaço, que iluminam histórias coletivas de sistemas sociais alternativos promovendo a vida para além do sofrimento. Esse é o terceiro tópico.

Terceiro tópico: aquilombando a cidade planejada moderna

O capítulo final deste artigo compara processos de aquilombamento, ou conforme apresentado anteriormente a formação de espaços de continuidade, com sentido de agrupamento, continuidade e liberdade negra, em Belo Horizonte e Chicago a fim de avançar na articulação de perspectivas alternativas acerca de vidas negras nos espaços urbanos.

Primeiramente, o bairro Concórdia, que surgiu em Belo Horizonte na segunda década do século XX e foi citado anteriormente, é atualmente considerado uma "Pequena África" ou um "Quilombaço" da cidade. As dinâmicas urbanas relacionadas ao seu surgimento ajudam a explicar como a resistência às hegemonias pode operar como outra forma de conformar um sentido negro de lugar, atuando a partir de processos de aquilombamento e, assim, apontando para formas de existência negra na cidade. De forma semelhante, a negritude enraizada na ancestralidade africana influencia decisões individuais e coletivas (Portilho, 2021) e possibilita que um sentido negro de lugar seja compreendido para além dos processos hegemônicos.

Retomando o argumento de Belo Horizonte, a população removida da 8ª seção urbana, localizada na área central da cidade, foi reassentada na Villa Operária Concórdia, hoje conhecida como bairro Concórdia, que se situa em região pericentral da cidade. O bairro, também conhecido como "Pequena África", inspirado na Pequena África do Rio de Janeiro, foi dado por moradoras, moradores e frequentadores locais (Bustamante, 2023), e refere-se à significativa presença de espaços de práticas espirituais e culturais de matriz africana, como terreiros de Umbanda e Candomblé, além de manifestações realizadas nas ruas e praças do bairro. Bustamante

(2023) mapeia esses espaços e exemplifica a presença africana por meio da análise de três vivências: as práticas realizadas na Praça Gabriel Passos; o papel *afrobetizador* do Bloco Afro Magia Negra que desfila no bairro durante o carnaval; e a liderança de Isabel Casemira, Rainha Conga, que atua junto à comunidade no Reinado Treze de Maio da Guarda de Congo e Moçambique. Essas existências demonstram que, apesar dos processos de expropriação e segregação que atuaram sobre vidas negras, a população negra se reterritorializou por meio de sua herança africana, afirmando um sentido negro de lugar que transcende as imposições hegemônicas presentes nas políticas urbanas.

Em Chicago, aplicamos o termo de aquilombamento como um movimento coletivo de resistência à hegemonia e afirmação de um sentido negro de lugar, com o intuito de articular narrativas alternativas sobre o espaço negro — especificamente olhando para o bairro de North Lawndale, na zona oeste da cidade. Em 1966, diante das crescentes tensões raciais causadas pela discriminação no emprego, na educação e no acesso a serviços básicos, Dr. Martin Luther King Jr. decidiu estabelecer em North Lawndale a base para o movimento pelos direitos civis no norte do país (Ralph, 1993), com foco especial na discriminação habitacional. Esse gesto simbólico fortaleceu o impulso que levaria o Partido dos Panteras Negras a instalar sua sede em Chicago, nesse mesmo bairro, em 1968. Enraizados numa crítica local e classista da economia política americana, os Panteras Negras formaram uma relação única entre diferentes grupos raciais, criando uma coalizão entre latinos, brancos e negros, chamada de "Coalizão Arco-Íris". Esses grupos progressistas e socialistas ofereceram muitos serviços para combater as práticas discriminatórias da cidade em relação à moradia, criando

a base para ideias radicais e ações de desobediência civil em Chicago (Serrato, 2019).

No entanto, devido à sua política revolucionária, os Panteras Negras foram severamente perseguidos tanto pelo governo federal quanto pela polícia local de Chicago, resultando no assassinato de um de seus líderes mais proeminentes, Fred Hampton, em North Lawndale. Esse assassinato foi um entre vários que tiveram como alvo líderes do partido em todo o país. Posteriormente, provou-se que uma das motivações por trás do crime foi o receio de que Hampton "desejava uma revolução para substituir a economia capitalista por uma economia socialista, já que [...] os EUA jamais poderiam cumprir seus ideais como uma democracia sob uma economia capitalista" (Williams, p. 81). A profunda mudança estrutural defendida pelos Panteras Negras, guiada por ideais de solidariedade racial e de classe, colocando a humanidade acima do capital, representava uma ameaça significativa ao status quo hegemônico.

Em julho de 2025, a cidade instalou uma placa, que foi a primeira de doze que comporão a Trilha do Patrimônio do Partido dos Panteras Negras, no local da antiga sede do partido. Durante a cerimônia de inauguração, o vereador local afirmou:

> Não vamos branquear essa história. O FBI declarou guerra contra eles não porque eram violentos, mas porque eram eficazes em construir poder entre os despossuídos. [...] Que esta placa lembre a cada transeunte: Eles não eram apenas sonhadores; eram realizadores. (Thrush, 2025).

Essa fala dialoga com a reflexão de Beatriz Nascimento, apresentada anteriormente, acerca dos quilombos como espaços de paz e liberdade, reforçando uma narrativa que contraria a visão comum dos quilombos apenas como reações à opressão racial. Assim,

ao aplicarmos esse termo brasileiro, podemos perceber que a construção de espaços negros promovida pelo Movimento dos Panteras Negras é uma forma de *aquilombamento*, pois oferecia outras estruturas de existência que valorizavam a coesão grupal e a afirmação racial e cultural, conforme discutido pela autora (Nascimento, 2021).

Articular esse caso de aquilombamento em Chicago também amplia o conceito de *continuidade histórica* de Beatriz Nascimento para uma noção não apenas histórica, mas também geográfica. A autora identifica uma continuidade espacial semelhante em sua análise empírica de quilombos em Minas Gerais, ao escrever:

> Uma das hipóteses de nosso projeto diz, explicitamente, que as áreas onde no passado se localizavam "quilombos" implicam uma continuidade espacial com o presente, preservando ou atraindo populações negras no século XX (p. 151).

Os paralelos entre o sentido negro de lugar como resistência à violência racial e, simultaneamente, como existência negra, alegria e produção espacial e os processos de aquilombamento como manifestações dessa estrutura, são visíveis em duas geografias distintas nas Américas. A abstração desses termos nos permite enxergar como eles são contínuos ao longo dos continentes, intrinsecamente tecidos a partir de uma origem comum.

O diálogo entre os dois casos apresenta um conceito de quilombo que vai além da consciência política, abraçando uma existência ancestral africana. Como podemos criar essa troca de existências contra hegemônicas? De um lado, em Chicago, vemos a emergência do ativismo político. De outro, em Belo Horizonte, identificamos como o conhecimento diaspórico se materializa em

expressões culturais de matriz africana. Nesse sentido, reconhecemos uma complementaridade entre os processos dos Estados Unidos e do Brasil. Reunir essas histórias fortalece nossa conexão enquanto irmãos e irmãs em diáspora e abre possibilidades de troca, solidariedade e resistência contra as forças hegemônicas — apesar das diferenças sociais, políticas e econômicas nas quais estamos inseridos.

Figura 3: Apresentação do Bloco Afro Magia Negra durante o carnaval no bairro da Concórdia.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 4: Ex-líderes dos Panteras Negras inauguram uma placa na sede, agora demolida, da filial de Illinois do Partido dos Panteras Negras.



Fonte: Block Club Chicago (Thrush, 2025)

Considerações finais

Para concluir, retomamos aos três tópicos propostos no início do artigo: o primeiro relacionado à narrativa convencional de Chicago e Belo Horizonte como símbolos do progresso moderno; o segundo, da segregação racial e da anti-negritude como fundantes da produção política e espacial dessas cidades capitalistas surgidas após processos de reestruturação pós-abolicionista; e o terceiro, das instâncias de resistência negra a essas estruturas, manifestadas em expressões culturais e políticas em Belo Horizonte e Chicago. A lente que utilizamos para entrelaçar esses três tópicos é o diálogo entre o sentido negro de lugar de McKittrick e os estudos acerca dos quilombos brasileiros de Beatriz Nascimento, com o objetivo de demonstrar as vastas conexões históricas e geográficas existentes na diáspora africana. Demonstramos que uma leitura crítica das histórias paralelas da produção espacial negra nas Américas ilumina um caminho para reler a cidade contemporânea e identificar saídas

e possibilidades para além das condições atuais de expropriação urbana, violência racial e de classe, e ameaças contínuas à liberdade.

Essa lente pode ser expandida para a realização de um mapeamento mais amplo dos processos de aquilombamento em locais da diáspora africana, dentro e fora do Brasil. Apresentamos a discussão acerca de espaços afrodiaspóricos como Maroons e Palenques que atuam em outras partes das Américas; no entanto, a contribuição deste artigo é argumentar que esses entendimentos de alternativas socioespaciais enraizadas na negritude emergem de formas específicas quando nascem no contexto de cidades modernistas planejadas. O objetivo não é esgotar as possibilidades de identificação de sistemas sociais alternativos em ambas as cidades, mas oferecer uma lente que desvele uma agenda de pesquisa mais ampla.

Análises aprofundadas da natureza interseccional desses mapeamentos também são necessárias, visto que quilombos e espaços de ativismo político negro ainda são atravessados por dinâmicas de raça, gênero e classe (Nascimento, 2021). Além disso, estudos futuros podem se debruçar sobre a investigação de espaços que hoje abrigam atividades contemporâneas conectadas a instâncias quilombolas ao longo da história.

Este artigo contribui para a literatura acadêmica sobre um sentido negro de lugar ao comparar uma conexão raramente estudada entre os processos de expropriação racial espacializada e de resistência em duas cidades planejadas do final do século XIX — Chicago e Belo Horizonte. A proposta que apresentamos é a seguinte: o que um estudo comparativo da identidade racial enraizada no território, considerando o legado de duas cidades planejadas nas Américas, pode contribuir para a conversa transcontinental sobre

um sentido negro de lugar? Propomos que, ao comparar o processo de como esse sentido emerge como processo de aquilombamento na esteira de uma expropriação espacial, exclusão e segregação sancionadas pelo Estado nas duas cidades, também podem surgir reflexões produtivas acerca de uma geografia da negritude enraizada na vida e não no sofrimento.

Referências

ADELMAN, Jeffrey. *Urban Planning and Reality in Republican Brazil: Belo Horizonte*, 1890-1930. Tese (Doutorado). Indiana University, Bloomington, 1974.

BENTO, Cida. 2022. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.

BLEDSOE, Adam. 2015. The negation and reassertion of Black geographies in Brazil. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 14(1), pp.324–343.

BLEDSOE, Adam; CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Reflexões metodológicas sobre as Black Geographies nos Estados Unidos. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 19, n. 38, 2023. DOI: 10.5418/ra2023.v19i38.15748. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/15748. Acesso em: 17 jan. 2026.

BUSTAMANTE, Cynthia Bráulio Alvim. *Ambivalências urbanas:* o protagonismo da população negra em Belo Horizonte - Matripotência, ancestralidade e reparação. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2023.

CHICAGO PUBLIC LIBRARY, *Department of Urban Renewal Records*. Public Library. Disponível em: https://www.chipublib.org/fa-chicago-department-of-urban-renewal-records/. Acesso em: 8 out. 2025.

CHICAGO ARCHITECTURE CENTER, *1909 Plan of Chicago. Chicago*: Chicago Architecture Center, 2025. Disponível em:

https://www.architecture.org/online-resources/architecture-encyclopedia/1909-plan-of-chicago. Acesso em: 8 out. 2025.

CRONON, William. *Nature's Metropolis:* Chicago and the Great West. New York and London: W. W. Norton & Company, 1991.

CUTLER, Irving. *Jews of Chicago:* From Shtetl to Suburb. University of Illinois Press, 1996.

DIAS, Daniel Henrique de Menezes. 2023. Do Curral Del Rey à Belo Horizonte: resgate imagético da experiência negra na cidade. *Revista Ñanduty*, 11(18), pp.179–203.

DIGITAL SCHOLARSHIP LAB. *Renewing Inequality, American Panorama*, ed. Robert K. Nelson and Edward L. Ayers. Disponível em: https://dsl.richmond.edu/panorama/renewal/. Acesso em: 8 out. 2025.

EVANS, Shani Adia. *We Belong Here:* Gentrification, White Spacemaking, and a Black Sense of Place. Chicago: The University of Chicago Press, 2025.

FARIAS FILHO, José Almir; ALVIM, Angélica Tanus Benatti. Higienismo e forma urbana: uma biopolítica do território em evolução. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [*s. l.*], v. 14, e20220050, 2022.

HIRSCH, A. R.; CONNOLLY, N. D. B. *Making the second ghetto*: race and housing in Chicago, 1940–1960. Chicago: University of Chicago Press, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: panorama de Belo Horizonte. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011.

JONES, G.; RODGERS, D. Beyond the city limits: Comparison, Global Urbanism and the Chicago School of Sociology. In: ROBINSON, J. and LE GÁLES, P. (Org.) *The Routledge Handbook of Comparative Global Urban Studies*. London: Routledge, 2024.

LE GALÉS, Patrick; ROBINSON, Jennifer. Comparative Global Urban Studies in the Making: Welcome to the World of Imperfect and Innovative Urban Comparisons. In: ROBINSON, J. and LE

GÁLES, P. (Org.) *The Routledge Handbook of Comparative Global Urban Studies*. London: Routledge, 2024.

LIMA, Junia Maria Ferrari de. *Bairro Concórdia em Belo Horizonte:* entrave ou oportunidade à cidade-negócio? 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LUTTON, L.; FAN, A.; LOURY, A. *Where banks don't lend*. WBEZ91.5, Chicago. June 3, 2020. Disponível em: https://interactive.wbez.org/2020/banking/disparity. Acesso em: 8 out. 2025.

MACHADO, Ana Luisa Maffini. *Indicadores de Segregação*. In: ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal (RN). Anais do XVIII ENANPUR, 2019.

MALOUTAS, Thomas. Segregation studies: Overriding context through implicit comparison. In: *The Routledge Handbook of Comparative Global Urban Studies*. London: Routledge. 2024.

MBEMBE, Achille. *Brutalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MCDONALD, Daniel. *The Origins of Informality in a Brazilian Planned City:* Belo Horizonte, 1889–1900. Providence: Journal of Urban History, 2019.

MCKITTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. *Social & Cultural Geography*. 12(8), pp. 947–963, 2011.

MCKITTRICK, Katherine. 2013. Plantation futures. *Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism*, 17(3[42]), pp.1–15.

MINAS GERAES. Congresso Constituinte (1891). *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896. 530 p.

MUSA, Priscila Mesquita. *Quem vê cara não vê ancestralidade:* arquivos fotográficos e memórias insurgentes de Belo Horizonte. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo:* documentos de uma militância pan-africanista. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Org. Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEREIRA, Josimeire Alves. *Para além do horizonte planejado:* racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

PORTILHO, Kaká. Um matriarcado amerinafricano no Brasil. In: ALVES, Míriam Cristiane; SILVA, Ana Paula Melo da; DIAS, Raquel Silveira Rita; LAMPAZZI, Priscilla Pinheiro; PORTILHO, Kaká (org.). *Matripotência e mulheres olùṣọ́:* memória ancestral e a enunciação de novos imaginários. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021.

RALPH, J. *Northern Protest:* Martin Luther King, Jr., Chicago, and the Civil Rights Movement. Harvard University Press, 1993.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica:* sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

SABA, Roberto. *American mirror:* the United States and Brazil in the age of emancipation. Princeton: Princeton University Press, 2021.

SANTOS, Renato Emerson. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson (org.). *Questões urbanas e racismo*. Brasília: ABPN, 2012. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

SERRATO, J. Fifty Years of Fred Hampton's Rainbow Coalition. South Side Weekly. Disponível em: https://southsideweekly.com/fifty-years-fred-hampton-rainbow-coalition-young-lords-black-panthers/. Acesso em: 8 out. 2025.

SILVA, Denise Ferreira da. *Homo Modernus:* Para uma ideia global de raça. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SILVA, Lisandra Mara. 2020. Lei e discriminação na produção da cidade segregada. *Revista da ABPN*, 12(34), pp.463–488.

SIMONE, AbdouMaliq. The ends of comparison – calculative logics and racial hauntings. In: ROBINSON, J.; LE GALÉS, P. (org.). *The Routledge Handbook of Comparative Global Urban Studies.* London: Routledge, 2024.

THRUSH, C. Chicago Black Panther Party Headquarters Site Honored With Plaque: "They Were Doers". Block Club Chicago. Disponível em: https://blockclubchicago.org/2025/07/28/site-of-chicago-black-panther-party-headquarters-honored-with-plaque-they-were-doers/. Acesso em: 8 out. 2025.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. Quick Facts: Chicago city, Illinois. Suitland, MD:: US Census, 2024. Disponível em: https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/chicagocityillinois/PST045224

VIEIRA, Liliane de Castro. *O colonial como marca:* aspectos da evolução urbana de Ouro Preto. 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Recebido para publicação em 11/10/2025

Aceito para publicação em 27/01/2026

GRAFITES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO RIO DE JANEIRO

GRAFFITI AND THE PRODUCTION OF SPACE IN THE PORT ZONE IN RIO DE JANEIRO/RJ

GRAFFITI Y LA PRODUCIÓN DE ESPACIO EN LA ZONA PORTUARIA DE RÍO DE JANEIRO/RJ

Dennys Henrique Miranda Nunes
Instituto de Geografia (IGEOG) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
dennyshenriquemirandanunes@gmail.com

Resumo:

O trabalho a seguir apresenta uma análise da produção do espaço a partir de três elementos: o primeiro está relacionado com a questão simbólica ligada ao grafite e à pixação, o segundo, desdobra-se em uma interpretação conceitual da produção do espaço pela ótica lefebvriana e o terceiro remete à exclusão espacial e o Projeto Porto Maravilha. A partir da análise bibliográfica, pesquisas em sites, interpretação das imagens e a realização de trabalhos de campo, a pesquisa teve como objetivo relacionar as ações hegemônicas na produção da Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ. Com o objetivo de analisar as diferentes paisagens produzidas por diferentes atores como uma disputa pelo espaço urbano, no qual interpretamos os grafites, pixos e murais dessa região como geossímbolos.

Palavras-chave: Grafites; Pixação; Produção do Espaço; Zona Portuária/RJ; Projeto Porto Maravilha.

Abstract:

The following work presents an analysis of the production of space from three elements: the first is related to the symbolic issue linked to graffiti and pixação, the second unfolds in a conceptual interpretation of the production of space from the Lefebvrian perspective and the third refers to spatial exclusion and the Porto Maravilha Project. From the bibliographic analysis, site research, interpretation of images and fieldwork, the research aimed to relate the hegemonic actions in the production of the Port Zone of Rio de Janeiro/RJ. With the aim of analyzing the different landscapes produced by different actors as a dispute for urban space, in which we interpret the graffiti, pixos and murals of this region as geosymbols.

Keywords: Graffiti; Pixação; Production of the Space; Port Zone/RJ; Porto Maravilha Project.

Resumen:

El siguiente trabajo presenta un análisis de la producción del espacio a partir de tres elementos: el primero se relaciona con la cuestión simbólica vinculada al graffiti y la pixação, el segundo se despliega en una interpretación conceptual de la producción del espacio desde la perspectiva lefebvriana y el tercero se refiere a la exclusión espacial y al Proyecto Porto Maravilha. A partir del análisis bibliográfico, la investigación de sitio, la interpretación de imágenes y el trabajo de campo, la investigación tuvo como objetivo relacionar las acciones hegemónicas en la producción de la Zona Portuaria de Río de Janeiro/RJ. Con el objetivo de analizar los diferentes paisajes producidos por diferentes actores como disputa por el espacio urbano, en el que interpretamos los grafitis, pixos y murales de esta región como geosímbolos

Palabras-clave: Graffiti; Pixação; Producción del Espacio; Zona portuaria/RJ; Proyecto Porto Maravilha.

Introdução[1]

A pesquisa a seguir é um ensejo das investigações que estão sendo produzidas no âmbito da Geografia Urbana e da Geografia Cultural no qual já produzimos alguns trabalhos, como a dissertação "Grafites e xarpis: a produção da paisagem na Zona Portuária do Rio de Janeiro (2011-2022)" (Nunes, 2023) e os artigos "Ruas e galerias: uma discussão sobre espaço, arte pública e arte urbana" (Nunes, 2023b) e "Paisagens: uma breve análise cultural e urbana" (Nunes, 2024), além de apresentações em eventos e publicações em anais de congressos.

Optamos por analisar a paisagem urbana carioca utilizando o xarpi/pixação[2] e o grafite como um fenômeno que nos ajuda a entender as diferentes paisagens produzidas e recriadas nos espaços urbanos, que podem ser inclusivas, democráticas, participativas ou segregadoras e excludentes. A partir disso, concordamos com as ideias de João Marcelo de Carvalho, ao dizer que:

> a pixação questiona, algumas vezes mesmo sem a pretensão consciente do autor, o espaço urbano, a ordem instaurada. A estética é valorizada, mas não há compromisso firmado com a arte. Não há uma obrigatoriedade com a mensagem, porém em diversos momentos se mostra poética ou provocativa. É marginal, ilegal e espontânea (Carvalho, 2017, p. 12).

É possível dizermos que as pixações estão há décadas nos espaços centrais do Rio de Janeiro/RJ, onde um dos primeiros registros foi "CELACANTO PROVOCA MAREMOTO", nos bairros da Zona Sul da cidade. Segundo Carvalho, antes do ano de 1978 já

[1] Essa pesquisa teve o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ).

[2] Optamos pelo uso da palavra "xarpi" e "pixação" em detrimento da "pichação" por uma questão política e de identificação com os grupos de pixadores no Rio de Janeiro/RJ.

existem registros de inscrições nos muros, ruas e monumentos, mas com um caráter estritamente político contra a Ditadura Militar (1964-1985).

O Movimento Hip Hop tem um caráter internacional atualmente. Suas influências partem da periferia do Bronx, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, desde a década de 1960/1970. No Brasil, em particular sobre a pixação, temos relatos de que os primeiros registros são do ano de 1978, pelo jovem Carlos Alberto Teixeira. Talvez este nome não seja familiar, porque desde o início os pixadores já se identificavam por meio de codinomes, como ficou conhecido o jovem Carlos: Celacanto.

Ainda sobre as origens dos grafites, podemos notar:

> nos anos 70, o graffiti era utilizado principalmente como uma assinatura que demarcava os territórios disputados por grupos de jovens, negros e "latino-americanos" em sua maioria, pelos bairros da cidade de Nova York. Até então não havia uma unidade entre esses grupos que, apesar de sofrerem preconceitos e discriminações perante a elite branca da sociedade estadunidense, estabeleciam entre si uma grande rivalidade. A paisagem então era demarcada com as assinaturas que identificavam as gangues juvenis, também conhecidas como Tag. O espaço, assim, era dividido e territorializado (Oliveira; Tartaglia, 2011, p. 64).

O conceito utilizado pelos autores, o de território, é uma possível análise do fenômeno. Entretanto, focaremos a nossa análise com os conceitos de espaço e paisagem. A citação apresenta a rivalidade entre os grupos de grafiteiros ao demarcarem a paisagem com as suas *tag's*[3]. A lógica de não respeitar os patrimônios públicos e privados ainda permanece nos xarpis, o que acontece de forma

[3] A tradução pode ser feita como nome ou assinatura.

diferente com os grafites; o debate aqui colocado transita entre o campo da legalidade, dos valores, dos costumes e da arte.

Identificamos os geossímbolos dos grafites e das pixações, a partir dos constructos do geógrafo francês Jöel Bonnemaison, como um conceito basilar nas pesquisas sobre o espaço urbano:

> um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão, que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade (Bonnemaison, 2012, p.292).

Partimos da ideia de que os grafites e xarpis fazem parte de um conjunto de signos e valores do Movimento Hip Hop, que pode ser analisado em diferentes esferas do cotidiano.

Esses geossímbolos, como estamos denominando, inicialmente eram feitos por meio de giz ou caneta *Pilot*, porque podiam ser facilmente removidos. O uso do *spray* é inserido entre os anos de 1979-1981, como afirma o autor:

> a partir deste período o pixo ganha os moldes vistos até hoje, a expansão do fenômeno foi em etapas. Usou-se primeiro giz de cera que evoluiu para big giz, Pilot, Nugget, desojet, vela (somente para vidros) e depois para o spray. O iniciante começava nos muros, banheiros e carteiras das escolas, ampliava a sua atuação para as residências e muros das ruas vizinhas, primeiro em ruas sem movimento, depois para as ruas que passavam ônibus, chegando a outros bairros até as fronteiras invisíveis das localidades a serem ultrapassadas (Carvalho, 2017, p. 16-17).

A expansão do fenômeno foi ganhando adeptos entre pessoas que se identificavam com a proposta transgressora do movimento dos pixadores, como uma forma de chamar atenção ou de participar de um coletivo. Umas das questões desse período que merecem destaque é o "gizódromo" inaugurado pelo Prefeito Marcelo Alencar em 1984, com o objetivo de organizar as pixações pela cidade em locais fixos,

como a Cinelândia, a Praça Saens Peña e o Largo do Machado. É preciso dizer que a ação não surtiu o efeito esperado por motivos óbvios: a legalização da pixação vai contra os princípios dos pixadores. Ou seja, uma das características mais fortes do pixo é a ilegalidade.

Estamos convencidos de que uma análise com essa temporalidade – pensando nos últimos 40/50 anos – e espacialidade poderia nos prejudicar no aprofundamento do nosso tema, objeto e objetivo. Assim, canalizamos os nossos esforços para debater dois elementos do Movimento Hip Hop como um fenômeno ligados à produção da paisagem urbana na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ: o grafite e o xarpi na última década.

Grafites e Xarpis: uma questão simbólica

A ideia de não se deixar ser compreendido é uma das características das famílias dos pixadores, tanto na fala, quanto na escrita nos muros. Trazemos agora para o debate as origens dos grafites e xarpis, como demarcações espaciais de grupos e como expressão, além de artística e cultural, da questão urbana. Vale destacar que existem outros elementos que compõem o Movimento Hip Hop, como os skatistas, os *rappers*, os Mestres de Cerimônia – MC's, as *b-girls* e os *b-boys*.

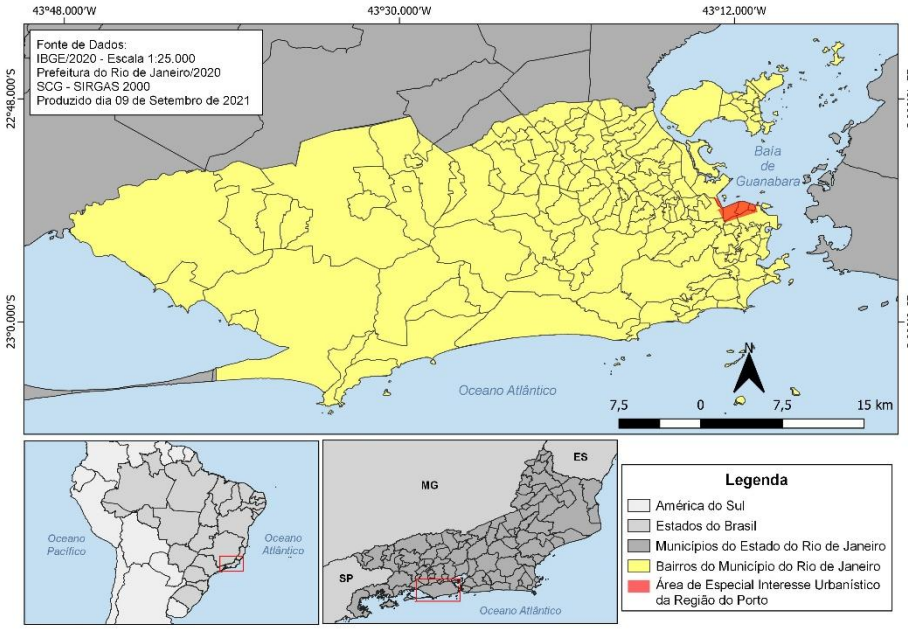
Esses fenômenos não acontecem, ressalte-se, de forma fragmentada e separada: tal separação é uma escolha, dentre outras, de estudar determinada representação, demonstrando a complexidade que existe em analisar o Movimento Hip Hop.

Desse modo, buscamos dialogar com os conceitos da produção da paisagem e do espaço e elaboramos dois mapas de localização, no qual o primeiro – vide a Figura 1 – apresenta a configuração político

e administrativa da cidade do Rio de Janeiro/RJ com destaque em laranja para a região da Zona Portuária/RJ.

O segundo – vide a figura 2 – destaca as concentrações de três áreas de intervenções e concentrações de grafites e xarpis ao qual identificamos a partir dos trabalhos de campo realizados. A proposta cartográfica a seguir busca analisar a relação dessas produções imagéticas com as modificações do Projeto Porto Maravilha.

Figura 1 – Mapa de localização da Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ



Fonte: Autor, 2021.

A Zona Portuária/RJ é um espaço histórico e turístico a nível nacional e internacional. As produções hegemônicas no espaço, como o Projeto Porto Maravilha ocasionam modificações espaciais de modo hegemônico e não hegemônico. Muitas dessas modificações produzem contradições, as quais são grafadas na paisagem por meio de grafites e xarpis, representando e transmitindo ideias e valores.

A partir dessa relação, é possível dizer que uma fotografia, tirada e publicada nas redes sociais, de algum grafismo nessa região,

ganha proporções em uma velocidade e amplitude muito grandes. É possível dizer que estamos diante de um espaço que serve como vitrine para diversas práticas sociais urbanas.

Uma das primeiras características dos grafismos, anteriormente conhecidos como "pichações" (mesmo os grafites e xarpis), é a mudança estética que eles vão proporcionar ao fenômeno urbano. De acordo com Oliveira e Tartaglia (2011), as primeiras *Crews*, como também são conhecidas as famílias de pixadores e grafiteiros, possuíam rivalidades entre si. Diante disso, a demarcação da paisagem se torna algo além de simbólico, mas também espacial. Podemos identificar que a origem dos primeiros grafites buscava delimitar os espaços de grupos rivais, depois passam a aparecer como pinturas e protestos.

Ao relacionarmos a produção dos grafites e xarpis com o uso da fotografia como metodologia de análise, estamos buscando abordar uma narrativa do urbano. As diversas leituras que podem ser feitas dos espaços centrais é um ponto de interesse nessa pesquisa, o que nos levou a identificar como a estrutura de alguns geossímbolos produzem significados distintos na paisagem.

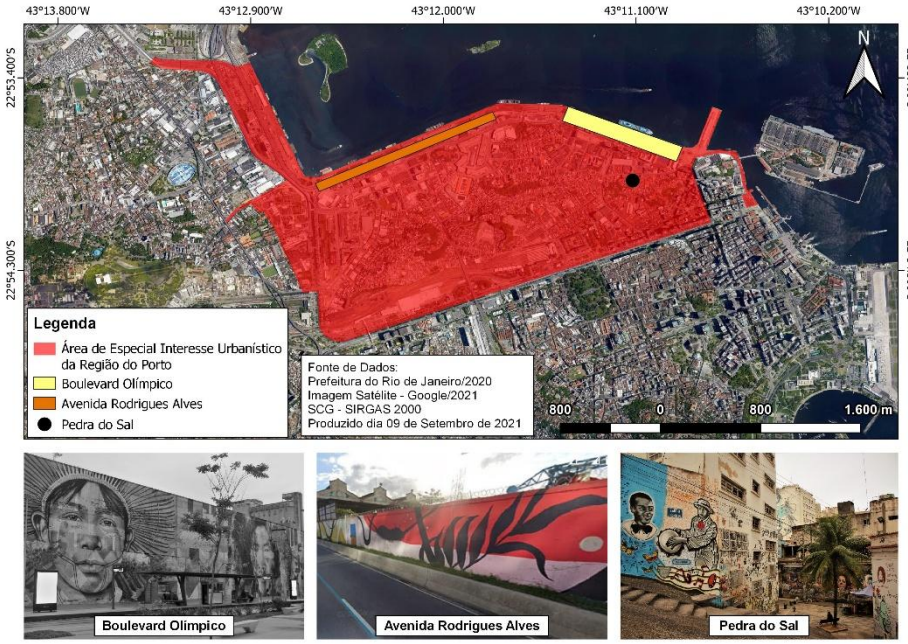
É importante ressaltar que esse espaço possui na sua essência uma imbricação de influências oriundas do continente africano, sendo uma das consequências da escravidão nas Américas, que teve como um dos maiores portos de chegada de escravizados o Cais do Valongo/RJ – fazendo parte da região caracterizada como Pequena África, no qual identificamos uma concentração de xarpis e grafites na Pedra do Sal/RJ.

A partir do processo de escravidão no Brasil, ao qual destacamos a atual delimitação da Zona Portuária/RJ, os simbolismos das histórias, resistências e (re)significações estão

presente de diversas formas. Buscamos interpretar as relações imagéticas dos grafites e xarpis como contraposição a um modelo hegemônico de produção do urbano que busca homogeneizar e padronizar os espaços públicos e culturais por isso, na nossa análise os xarpis e grafites não comercializados nascem como resistência.

Trazemos para a análise a espacialização de alguns pontos que localizamos como focos dos grafites e xarpis:

Figura 2 – Concentrações de grafismos na Zona Portuária/RJ



Fonte: Autor, 2021.

Nesta Figura 2, fizemos a opção de destacar três espaços de concentração de grafismos. O primeiro (que é o mais conhecido a nível turístico e midiático) representado pelo retângulo amarelo é o Boulevard Olímpico, que se encontra em uma posição estratégica de desembarque de turistas – e possui uma produção diferenciada de murais grafitados, além de ter sido reconhecido pelo *Guinness World Record* como o maior grafite do mundo realizado por uma equipe em 2016. O Mural Etnias, idealizado pelo Eduardo Cobra, faz menção

aos anéis dos Jogos Olímpicos, sendo representados por cinco rostos indígenas de povos nativos.

O segundo, representado pelo retângulo laranja, é a Avenida Rodrigues Alves, que recebeu diversos grafites (que podemos considerar harmônicos com a produção do espaço). O terceiro, representado por um círculo preto, é a Pedra do Sal, que é um ponto de referência da cultura afrodescendente e de manifestações político-culturais. Essas três demarcações possuem semelhanças na paisagem do uso de grafites, mas com funções e intencionalidades diferentes.

Podemos analisar na Figura 3, a demarcação desses espaços pela frase "The king street":

Figura 3 – "The king street", Pedra do Sal/RJ



Fonte: Autor, 2021.

A escrita que pode ser traduzida por "a rua do rei" remete a algumas análises. A primeira que fazemos é que ela se aproxima da frase "The king of street" ou de "The king of the avenue", que na tradução livre seria a "o rei da rua" ou "o rei da avenida". Não sabemos se o xarpi foi escrito de forma equivocada pela falta da

preposição; o que importa na mensagem é saber que existe um rei nessa rua.

A partir disto, levantamos três hipóteses: a primeira é que o rei é o próprio autor; a segunda é que o rei seria Jesus, como se pode ver na coluna da janela logo abaixo, que está escrito em roxo; e a terceira é que o rei da rua seria Zumbi dos Palmares, que tem um grafite logo à frente lhe fazendo menção, o qual não conseguimos ver nessa fotografia.

Temos a tendência de avaliar que "the king street" é o próprio autor, pelo motivo do xarpi estar escrito na mesma cor da *tag* "biel" e das outras três assinaturas em cima, junto da sigla da família de pixadores em que ele atua. O xarpi "samba pedra" remete ao samba de roda que acontece toda segunda-feira na Pedra do Sal/RJ, que está localizada na esquina dessa rua.

Também é possível perceber a construção de um grafite com casas uma em cima da outra, que lembra o processo de favelização do Morro da Conceição/RJ no século XIX. Sendo este morro pioneiro na demarcação do processo de ocupação colonial da cidade desde o século XVI ao lado dos Morros do Castelo, Santo Antônio e São Bento.

O grafite e as suas variações de técnicas existentes não são atualmente direcionados apenas para a ideia do protesto: podem servir também para a ideia de identidade, comercialização ou conservação do *status quo*. Uma das características iniciais desse fenômeno é a comunicação de ideia e que permanece até os dias atuais:

> [...] inscrições na paisagem que comunica uma estratégia territorial, que torna a arte pública uma experiência de todos e humaniza as paisagens projetadas de acordo com a lógica do capital, com uma estética vibrante de cores e técnicas (Oliveira; Tartaglia, 2011, p. 59).

As cores vibrantes e a experiência de democratização da arte, do espaço e da paisagem podem ser vistas na Figura 4 em direção oposta da comercialização, onde a celebração a Zumbi dos Palmares é representada por um grafite do seu rosto, grafite este rodeado de xarpis e *tags* que formam um caleidoscópio na paisagem.

Para além de um grafismo, a representação simbólica demonstra como podemos utilizar a paisagem como uma representação da memória, da resistência e da luta dos povos de matrizes africanas. É relevante dizer que a Pedra do Sal, historicamente, é um reduto da cultura afro no Brasil, sendo referência em diversos estudos, atos políticos e sociais. Entendemos que este lugar é um exemplo do que Henri Lefebvre aborda como espaço político e ideológico.

Concordamos com o autor, em que todos os espaços são políticos e ideológicos; e que alguns espaços sofrem dissimulação das contradições da realidade, como identificamos na produção do Boulevard Olímpico/RJ.

Na Pedra do Sal/RJ interpretamos que o espaço ideológico está se sobressaindo ao espaço concedido, mesmo sabendo que os dois não são desassociados:

> um tal espaço é ao mesmo tempo ideológico (porque político) e saber (pois comporta representações elaboradas). Pode-se, por conseguinte, denominá-lo racional-funcional, sem que tais termos possam separar-se, e funcional-instrumental, pois a função, no quadro global da sociedade neocapitalista, implica o projeto, a estratégia (Lefebvre, 2016, p. 45).

A análise sobre o espaço precisa estar atenta às ações dialéticas que são atravessadas pelos diferentes atores que estão interagindo nele; no nosso caso destacamos os grafiteiros, pixadores, o poder público e o setor privado.

Estamos partindo, assim, de um ponto de vista ao olhar, observar, descrever e decifrar esses espaços que estão tomados por geossímbolos. Temos analisado o espaço através de uma observação crítica da sociedade, do lugar de cada coisa, com determinada intencionalidade e objetividade. A produção social do espaço e a exposição de ideias, possuem intencionalidades, como descreve Paulo Cesar da Costa Gomes:

> é fácil perceber que, nas sociedades urbanas e democráticas, um lugar privilegiado de exposição são os espaços públicos. O atributo da visibilidade é, portanto, central na vida social moderna e se ativa e se exerce pela existência dos diferentes espaços públicos. Dessa maneira, as dinâmicas que afetam a visibilidade, aquilo que se exibe, o público que se observa, tudo isso deve ser reunido na compreensão da vida social (Gomes, 2013, p. 23).

Compreendendo que determinados espaços públicos possuem maior visibilidade, por fatores históricos, culturais, econômicos e/ou geográficos, existe a disputa por essa (re)produção espacial. Buscamos entender essa questão pela ótica da paisagem, como uma disputa contínua nas áreas centrais. Essas disputas explicam, por exemplo, a produção de três intencionalidades diferentes de grafites e xarpis em localidades próximas. A seguir temos a Figura 4, apresentando outra narrativa e outras técnicas de marcações e produções simbólicas na paisagem:

Figura 4 – Grafites e xarpis na rua Argemiro Bulgão, Zona Portuária/RJ



Fonte: Autor, 2021.

No espaço ideológico, xarpi e grafite estão integrados, compondo um caleidoscópio imagético carregado de significados. A ideia de usar a expressão "caleidoscópio imagético" surge, incialmente, a partir do olhar atento da Prof.ª Dr.ª Elis de Araújo Miranda. Entendemos que trazer algumas figuras, ilustrações ou mapas necessita de uma abordagem teórica, conceitual, temporal e geográfica do que se está apresentando. Partimos da compreensão de que as fotografias utilizadas neste trabalho vão além de meras ilustrações: possuem significados robustos de análises e interpretações.

Diante disso, a Figura 4 apresenta diversas grafias e simbolismos, é uma representação característica do espaço urbano. Assim como com os grafites que tiveram uma forte concentração nos Metrôs de Nova Iorque no início da década de 1970, ou em Paris no ano de 1968 (com uma forma plástica e menos textual), podemos ver na figura a expressão "#EleNão", que foi criada pelo movimento feminista no ano de 2018, por meio de grupos nas redes sociais; e que

transbordou para os espaços públicos nacional e internacional no período das eleições presidenciais.

Nessa Figura 4, além da centralidade do rosto de Zumbi dos Palmares, podemos perceber outra característica simbólica, cultural e esportiva do Movimento Negro: a roda de capoeira junto aos atabaques e berimbaus. Essa construção imagética por meio de elementos característicos da resistência à escravidão indica que a Pedra do Sal/RJ continua sendo um espaço de encontro, festividade e, sobretudo, visibilidade política na cidade.

As letras atraentes e a tonalidade de cores, formam um mosaico na paisagem de diferentes técnicas e tipos de grafismos. E todas elas convergem para a mesma intencionalidade, que é de transgredir a ordem imposta. Segundo Armando Silva:

> o grafite perverte uma ordem e, assim, pode-se concebê-lo como um mapa, fabuloso quem sabe, do cotidiano urbano que se afeta; nele se coam desde as necessidades mais prementes e conjunturais de uma política econômica e social, recônditos e proibidos desejos de um sujeito em debate com sua própria frustação ou exaltações de fantasias inconfessas, até expressões de forma plásticas que dão continuidade à produção da arte urbana com os simbolismos de tal criatividade (Silva, 2014, p. 81).

O grafite que Armando Silva traz à luz é a forma genérica dos grafismos urbanos, que possuem uma técnica, geralmente realizados com *sprays*. Entretanto, é preciso salientar que entendemos a complexidade que existe na sua produção, diferenciando assim entre xarpis, *bombs*, *tags* e personas. O que estamos abordando como grafite, inicialmente, utilizando a citação do autor, é uma intencionalidade, uma forma de utilizar o espaço e a paisagem como uma ação contra hegemônica.

A ideia basilar de utilizar o espaço como uma estratégia de ampliação de vozes e (re)existência política é perceptível a todos e

todas que transitam por essa região. Podemos perceber que o Movimento Hip Hop foi construindo diferentes espacialidades desde o seu movimento inicial. Isto remete a uma questão cultural que foi ganhando corpo e estrutura a partir de diferentes atores, como, por exemplo, o movimento negro, feminista e LGBTQIAP+[4].

Não iremos nos aprofundar nestas pautas, mas consideramos relevante mencioná-las como ação constituinte da formação e (re)produção da identidade territorial e cultural brasileira; em especial do grafite – além de ser um fenômeno cultural com fortes influências na identidade e sociabilidade carioca.

Uma das leituras possíveis de serem feitas sobres esses grafismos, com a qual temos acordo, é a de que "o grafite responde a um desejo entre vizinhos" (Silva, 2014, p. 81). Essa afirmação, ainda que possa parecer deslocada no primeiro momento, faz sentindo quando nos aprofundamos nas técnicas dos grafismos urbanos e nos espaços em que eles foram e estão sendo produzidos.

Assim, tomaremos como exemplo o xarpi, que é uma expressão feita de forma rápida e enérgica. Ele não busca a aceitação de "quem não conhece", mas a demarcação do espaço, seja pela dificuldade de pixar em algum lugar ou pela sua espacialidade, que pode ter predominância da sua família (como são denominados os grupos de pixadores).

É possível analisarmos também que:

> as inscrições de rua, de qualquer modo, são parte integrantes da paisagem urbana, constroem espécies de túneis por onde deslizam fermentos sociais que vão ganhando forma e fazendo imagem, tema próprio à produção emblemática (Silva, 2014, p. 96).

[4] A sigla significa: lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexuais, assexuais e pansexuais. O "+" representa outros grupos.

A técnica do grafite em determinado espaço tem um caráter representativo e de memória. É importante dizer que, mesmo sendo um lugar considerado turístico, ele representa parte da história escravocrata do país. Por isso, temos a presença de grupos e movimentos como Afoxé Filhos de Gandhy e o Instituto dos Pretos Novos (IPN), que mantêm essa história viva. Em menor medida, mas não menos importante, encontramos um grafite no começo da Rua Argemiro Bulcão, próximo à Pedra do Sal, que remete às questões indígenas da formação socioespacial brasileira:

Figura 5 – Grafites e Xarpis, Pedra do Sal/RJ



Fonte: Autor, 2021.

Examinando a Figura 5, podemos averiguar a importância da memória dos povos nativos e originários do que hoje conhecemos como Brasil. Vê-se o grafite do desenho corporal de um indígena colorido apontando um arco e flecha para baixo, em cuja composição estão casas que lembram o processo de favelização iniciado no centro da cidade do Rio de Janeiro. Ele nos lembra que, além da importância afrodescendente na construção dos espaços, os povos nativos também fizeram parte dessa formação. Vale lembrar que inicialmente no processo de colonização, os portugueses e os espanhóis tentaram

dominar os povos nativos, depois tentaram somar forças para expulsar os exércitos opositores.

Diante de todo esse processo, houve apagamento da memória indígena, extermínios de povos, etnias e desterritorialização de aldeias. Vale lembrar que os povos originários estavam nessa região da cidade antes dos portugueses e dos escravizados.

A ideia de que a arte pública e de rua democratiza e humaniza paisagens pode ser observada por esse viés, que rompe com a lógica dos espaços confinados, como museus e galerias de artes. Mas, por outro lado, existe a contradição de onde essas artes de rua estão sendo realizadas e apresentadas. Sobretudo com qual finalidade elas estão sendo elaboradas. Um dos nossos exemplos sobre essa problemática é o Mural Etnias do artista plástico Eduardo Kobra.

Figura 6 – Fragmento do mural do Eduardo Kobra no Boulevard Olímpico, Zona Portuária/RJ



Fonte: Autor, 2021.

Nessa imagem, podemos ver um ponto turístico do Rio de Janeiro e do Brasil, ponto este que ficou mundialmente conhecido durantes os Jogos Olímpicos (2016) que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ. O Boulevard Olímpico, como ficou conhecido, passou

por um processo de revitalização[5], recebendo esses murais que estão localizados em frente ao ponto de desembarque dos navios turísticos que chegam à cidade do Rio de Janeiro.

Interpretando a fotografia, podemos ver uma estação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), que foi um projeto da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; e que teve como *slogan* a ideia de interligar alguns pontos da Zona Portuária/RJ até o centro da cidade. É preciso dizer que esse projeto é contraditório, na medida em que a quantidade de pessoas que utilizam o VLT não é justificada pelo gasto de dinheiro público que foi aplicado.

O que esse processo trouxe para uma parte do espaço é o aumento da sua mercantilização. Assim, percebemos que o Boulevard Olímpico é um espaço vitrine para o capital a nível internacional. Indo à contrapelo, a Pedra do Sal/RJ serve a um turismo *underground*, ligada ao samba, ao Movimento Negro e ao público que consome a cultura não hegemônica de forma geral.

Diante disso, é perceptível que a mudança de determinada parte da paisagem pode agregar valor a um determinado espaço, quando é associado a outras mudanças na construção espacial. De acordo com Henri Lefebvre:

> em que medida *um* espaço é lido e codificado? Não há uma resposta imediata satisfatória para esta questão. De fato, mesmo que as noções de mensagem, código, informação etc. não nos permitam seguir a gênese de um espaço (uma proposição enunciada acima, que está à espera de testes e argumentos), um espaço produzido se decifra e se ler (Lefebvre, 2013, p. 77. *Itálico do autor*. Tradução nossa).

[5] A utilização do vocábulo "revitalização", utilizado no trabalho deve guardar limites no seu uso, haja vista não necessariamente promover a melhoria de vida do conjunto de pessoas que podem ser afetadas por tal processo.

A ideia de produção do espaço é notável quando vemos essas mudanças com a intencionalidade de se constituir um espaço modelo para as demais cidades mundiais, que recebem altos fluxos de capitais financiados por multinacionais e pelo turismo. A mensagem de que o Rio de Janeiro/RJ é uma cidade global vai sendo consolidada de uma forma excludente, hierarquizando assim diferentes espaços e paisagens de uma mesma região.

Temos apostado nos grafites como ferramenta de análise da produção desigual do espaço, pois concordamos que:

> o graffiti deixou de representar o símbolo de apenas um grupo específico, passando a ser um símbolo de uma cultura urbana subalternizada que é mundializada devido às semelhanças encontradas nas mais diversas cidades do mundo, veiculado pela possibilidade de difusão de informações pelos meios de comunicação (Oliveira; Tartaglia, 2011, p. 66).

A produção desigual do espaço é refletida e marcada por diversos grupos. Podemos pensar sobre a prática espontânea e inesperada, onde surge a necessidade de demarcar uma determinada localidade, como acontece nas manifestações de rua. Essas ações de frases contra a ordem hegemônica não necessariamente são realizadas por grafiteiros, mas por militantes que utilizam a paisagem pública para demostrar indignação ou protestar.

Além das questões da cultura urbana emergente representada pelos grafites, podemos perceber que atualmente o *marketing* e as representações urbanísticas estão utilizando a técnica e o simbolismo dos grafites para valorizar determinado espaço ou paisagem, pois os grafites ganharam notoriedade e visibilidade em diversos espaços. Conforme podemos interpretar,

> o graffiti alcançou na atualidade um nível de reconhecimento notabilizado pelo número de intervenções que passaram a ilustrar cada vez mais as

> galerias de arte, centros culturais, sendo utilizados também na cenografia e na publicidade, imprimindo uma lógica de mercantilização dessa forma artística. O mercado publicitário e os críticos de arte começaram a valorizar o graffiti, e esse foi um fator decisivo que permitiu que um número cada vez maior de grafiteiros brasileiros passasse a ver essa atividade como sua fonte de renda e profissionalização. Essa absorção do graffiti por segmentos da sociedade que outrora a discriminavam permite aos grafiteiros, de um modo geral, criar meios de sobrevivência (geração de trabalho e renda) impensáveis há poucas décadas. Isto fica mais evidente em grandes eventos e exposições exclusivas de grafiteiros com apoio e patrocínio de empresas públicas e privadas, além de governos, que atuam desde a divulgação até a realização dos eventos (Oliveira; Tartaglia, 2011, p. 76-77).

Na Figura 7 a seguir, podemos entender como alguns setores do capital imobiliário utilizam a arte do Eduardo Kobra, bem como o VLT, como uma fonte atrativa para vender os imóveis da Empreiteira Morar Bem, que está construindo e vendendo apartamentos na Zona Portuária/RJ e no centro do Rio de Janeiro/RJ.

Essa estratégia de venda, de usar imagens de lugares turísticos ou mais conhecidos, passa por uma criação coletiva e disseminada das partes agradáveis ou bonitas, esteticamente falando, de um determinado espaço. A valorização da Zona Portuária/RJ, em especial o Boulevard Olímpico, permite esse tipo de análise. Segundo Paulo Cesar da Costa Gomes:

> além desse sensível aprisionamento pelo olhar, a estética das paisagens nos oferece outra importantíssima possibilidade: o distanciamento. Os temas, às vezes bastante ordinários, tratados na paisagem, os lugares que conhecemos, pelos quais passamos, tudo isso ganha uma dimensão nova quando os vemos sobre um suporte imagético. Assim, é comum que a representação no cinema, ou em um quadro de uma área que conheçamos nos instigue e excite. O mesmo ocorre quando subimos a um ponto de vista e contemplamos à distância e sobre outro ângulo lugares por nós, às vezes, muito conhecidos (Gomes, 2013, p. 115).

O que Paulo Cesar da Costa Gomes analisa é a interferência do suporte imagético, que por muitos anos aconteceu recorrendo-se a quadros de paisagens, que retratavam a riqueza de uma nação, a fauna e a flora ou pessoas com relevância social, como reis e rainhas.

Figura 7 – Divulgação da Empreiteira Morar Bem no Boulevard Olímpico, Zona Portuária/RJ



Fonte: Instagram: @morarbem_net, 2025.

Desse modo, na Figura 7, além da fotografia como um atrativo, percebemos a descrição do bairro Porto Maravilha, sendo, segundo a propaganda, um dos bairros mais *cool* do mundo, além da transformação arquitetônica junto dos atuais murais grafitados. Na propaganda, o VLT ganha destaque como um modal de mobilidade urbana. Além, de podermos perceber pessoas tirando foto no mural, o que, à primeira impressão, aponta-o como um lugar turístico.

Percebemos como a produção do espaço e da paisagem podem servir a interesses diversos. De maneira predominante, a produção dos espaços públicos segue uma lógica de planejamento e segregação.

Henri Lefebvre: a tríade do espaço

O filósofo Henri Lefebvre produziu uma vasta obra que nos ajuda a pensar de forma crítica o espaço. Nesta parte, optamos por utilizar duas referências que contribuem com as reflexões sobre a produção desigual do espaço e que implicam mudanças significativas na paisagem; as obras escolhidas são "A revolução urbana" e "A produção do espaço".

A problemática que trazemos, baseada nos construtos de Henri Lefebvre, é de como o espaço, a partir de uma lógica liberal de produção, foi sendo pensado a partir de ideias concebidas, percebidas e vividas. Deve-se ressaltar desde já que, ao longo da história, o espaço como um meio e uma condição de reprodução foi sendo modulado e reformulado de diferentes formas e com diferentes intencionalidades.

Diante disto, como apontou o geógrafo Sérgio Martins no prefácio do livro "A revolução urbana": "a problemática urbana não pode ser entendida, quiçá, conhecida, enquanto for considerada como subproduto da industrialização" (Lefebvre, 2008, p. 9).

Concordando com as ideias de Sérgio Martins, assim podemos dizer que:

> o máximo que resultou dessa redução do urbano foi o urbanismo, isto é, a tentativa de submeter a realidade urbana à racionalidade industrial, às exigências do mundo supostamente lógico, sem contradições nem conflitos, da mercadoria. Sem nenhuma condescendência ou comiseração, Lefebvre considera criticamente (isto é, cientificamente) o urbanismo, identificando-o como parte fundamental das tentativas de estender ao conjunto das atividades sociais os pressupostos, intencionalidades, representações que governam a divisão manufatureira do trabalho, com suas ordens e coações (Lefebvre, 2008, p. 9).

A crítica que Henri Lefebvre faz ao modelo lógico/racional de produção do espaço reflete e tem influência direta na nossa percepção

e vivências do cotidiano. Utilizando uma de suas tríades, que possibilitam entender o seu pensamento sobre a problemática urbana, essa lógica pode ser entendida como o espaço concebido, desenvolvida pelos arquitetos, urbanistas, engenheiros e homens de influência do Estado e empresas privadas.

Veremos, mais adiante, como essa produção do espaço segue uma lógica hegemônica de circulação e privilegia determinados grupos e setores da sociedade. Como aponta o autor:

> o urbanismo, enquanto ideologia, dissimula estratégias. A crítica do urbanismo terá esse duplo aspecto: crítica das ideologias urbanísticas, crítica das práticas urbanísticas (enquanto práticas parciais redutoras, e estratégias de classe). Essa crítica ilumina o *que se passa* realmente na prática urbana: os esforços inábeis ou esclarecidos para pôr e resolver alguns problemas da sociedade urbana. Ela substitui as estratégias dissimuladas sob lógicas de classe (a política do espaço, o economicismo etc.) por uma estratégia vinculada ao conhecimento (Lefebvre, 2008, p. 127).

A concepção de que o espaço é um objeto passivo, que seria uma folha em branco onde a lógica da produção capitalista se projeta, é preciso ser revista e criticada. A presença de atores urbanos – ou, como esta pesquisa se propõe a estabelecer relações, pixadores e grafiteiros – possibilita uma compreensão do questionamento sobre o espaço como um receptáculo de ideias e projetos. No prólogo de "*La producción del espacio*", o sociólogo Ion Martinez Lorea escreveu:

> por muito tempo, tem sido costume apresentar o espaço como um recipiente vazio e inerte, como um espaço geométrico, euclidiano, que só mais tarde seria ocupado por corpos e objetos. Este espaço foi passado como completamente inteligível, completamente transparente, objetivo, neutro e como ele, imutável, definitivo. No entanto, isso deve ser entendido apenas como uma ilusão que esconde – mais como uma ideologia do que como um erro, diz Lefebvre – a imposição de certas relações de poder. Uma ilusão que não rejeita nem mais nem menos que o espaço seja um *produto social*. É o *resultado* da ação social, das práticas, das relações, das

> experiências sociais, mas ao mesmo tempo faz *parte delas*. É apoio, mas também é um campo de ação. Não há relações sociais sem espaço, assim como não há espaço sem relações sociais (Lefebvre, 2013, p. 14. *Itálico do autor*. Tradução nossa).

Diante do exposto, estamos partindo da ideia de que o espaço não é neutro ou vazio. A produção do espaço social está embebida de intencionalidades, atores e objetos culturais que são produto e produtores de sistemas de fluxos. O espaço é meio de produção, mas também é um produto consumido/vivido por diferentes classes sociais.

Assim, Henri Lefebvre faz uma relação direta entre práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação, com o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido. Podemos entendê-los da seguinte maneira:

> o primeiro deve ser entendido como o espaço da experiência material, que liga a realidade cotidiana (uso do tempo) e a realidade urbana (redes e fluxos de pessoas, mercadorias ou dinheiro que se instalam – e transitam – no espaço), abrangendo tanto a produção quanto a reprodução social. O segundo é o espaço de especialistas, cientistas, planejadores. O espaço dos signos, dos códigos de ordenação, fragmentação e restrição. O terceiro, finalmente, é o espaço da imaginação e o simbólico dentro de uma existência material. É o espaço dos usuários e habitantes, onde a busca por novas possibilidades de realidade espacial é aprofundada (Lefebvre, 2013, p. 15-16. Tradução nossa).

É importante ressaltar que as partes da tríade aqui mencionada não acontecem de forma isolada uma da outra. Na verdade, ao mesmo tempo em que essa tríade faz parte da totalidade da produção do espaço, às vezes acontece interpretações de forma fragmentada. É preciso levar em conta as diferentes temporalidades dentro do mesmo espaço. Esse processo vem acontecendo há séculos, mas tem se intensificado no período da industrialização capitalista;

trazemos esta questão, porque ela tem influenciado constante e diretamente o que entendemos por espaço social atualmente.

No livro "A revolução urbana", Henri Lefebvre elabora um estudo sobre as imbricações da problemática urbana, o qual indica de que forma os espaços concebidos, como a construção de uma via de circulação de mercadorias e pessoas, podem significar mais do que apenas circulação, como podemos perceber na citação a seguir, ao questionar-se a favor da rua:

> a rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. Além disso, essa desordem constrói uma ordem superior (Lefebvre, 2008, p. 27).

Percebemos, como dito anteriormente, que a tríade de se pensar o espaço não pode ser exercida de forma fragmentada. O exemplo que o autor traz ao analisar as possibilidades da "rua" como uma potência de criação e da rua como um espaço vivido, remete aos simbolismos e significados. Os muros e portas pixadas, os viadutos com grafites e as ruas com grafismos de diferentes formas, expressam essa potencialidade de criação e (re)criação do espaço e da paisagem urbana, como podemos ver na figura a seguir:

Figura 8 – A rua é memória comum, Zona Portuária/RJ



Fonte: Autor, 2021.

Na Figura 8 podemos identificar alguns lambe-lambes[6], uma parte do grafite do Zumbi dos Palmares[7], representado pelo seu busto, e alguns xarpis na parede e nas portas. Um dos lambe-lambes que nos chamou a atenção foi o "A rua é memória comum", porque carrega múltiplos significados para esse espaço que está em disputa histórica e espacialmente. A questão racial é relevante de ser abordada, na medida em que a área pesquisada possui forte influência de povos escravizados. Para além, a cultura do Hip Hop tem suas origens na periferia, onde majoritariamente foi desenvolvida por afrodescendentes.

Podemos perceber fortes marcas de uma concepção de espaço vivido porque ele abarca um caráter político, subjetivo e reflexivo. É possível dizer que também se configura como um espaço percebido,

[6] Lambe-lambes são artes desenhadas ou escritas feitas em uma folha e coladas em paredes, prédios, portas, viadutos e demais superfícies que possibilitem passar uma mensagem visual.

[7] Zumbi dos Palmares foi uma liderança contra a escravidão liderada pelos portugueses a diferentes povos do Continente Africano no Brasil.

no qual pessoas que não o conheçam ou a vivenciem reconhecem uma estética diferente de outros lugares ou podem identificar semelhanças com os tipos de grafismo que estão presentes em outros espaços da Zona Portuária/RJ.

Henri Lefebvre coloca um contraponto ao abordar as funcionalidades e as utilidades do espaço. Acreditamos na rua como o espaço do encontro, do acaso, da vida cotidiana como possibilidade de mudança da ordem hegemônica social. Porém, a rua como um espaço concebido também tem relevância na nossa análise, como aponta o autor:

> a rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade da circulação de pedestres, ainda tolerada, é aí determinada e demarcada pela possibilidade de perceber as vitrinas, de comprar os objetos expostos. O tempo torna-se o "tempo-mercadoria" (tempo de compra e venda, tempo comprado e vendido). A rua regula além do tempo de trabalho; ela o submete ao mesmo sistema, o do rendimento e do lucro. Ela não é mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo (Lefebvre, 2008, p. 28-29).

As questões que estão "contra" a rua podem ser entendidas por uma ótica do espaço concebido, que é projetado visando a circulação de mercadorias, o lucro, a alienação, através dos diferentes lugares, além da não produção de identidades ou pertencimento. O tempo marcado como mercadoria, que está posto em um determinado espaço, que produz paisagens domesticadas, tem a ver com a proposta desta pesquisa em pesquisar grafismos. O espaço urbano é um cenário repleto de contradições na sua produção espacial e na configuração da sua paisagem.

Alguns temas que são postos a contrapelo pelos grafites marginais direcionam as subjetividades produzidas por diferentes grupos no espaço e na paisagem urbana. Entre outras coisas, ver a rua pelas lentes da lógica capitalista é privilegiar uma visão

excludente de produção espacial. Em virtude disto, entender os diferentes acontecimentos e eventos simultâneos que estão ocorrendo nos ajuda a pensar a complexidade da sua produção. Por isso, entender a rua como um fenômeno rompe com uma ideia unilateral do cotidiano. Diante disso, temos acordo com a crítica de Henri Lefebvre, quando ele elabora:

> a rua, série de vitrinas, exposição de objetos à venda, mostra como a lógica da mercadoria é acompanhada de uma contemplação (passiva) que adquire o aspecto e a importância de uma estética e de uma ética. A acumulação dos objetos acompanha a da população e sucede a do capital; ela se converte numa ideologia dissimulada sob as marcas do legível e do visível, que desde então parece ser evidente. É assim que se pode falar de uma *colonização* do espaço urbano, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos; pelo "sistema dos objetos" tornados símbolos e espetáculo (Lefebvre, 2008, p. 29. *Itálico do autor*).

As intervenções no espaço produzem diferentes paisagens urbanas, demonstrando que essas ações não-hegemônicas não são passivas. Abordando de outra forma, existe resistência à ordem hegemônica de produção do espaço, e está sendo pensada e executada diariamente por meio de corpos, ideias, ações e grafismos no tecido social.

Ao refletirmos sobre a produção do espaço, também levamos em consideração os pensamentos do Milton Santos ao defender que:

> o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada uma (Santos, 2017, p. 317).

O conjunto do espaço ao ser entendido como uma constante disputa é um dos caminhos que essa pesquisa busca apresentar. A partir do entendimento de que a produção hegemônica e alienante do espaço se configura como um complexo sistema de dominação, que

está calcado sobre as demais formas de produzir e viver cotidianamente.

Podemos identificar tais questões a partir do conceito de hegemonia, no qual está sendo interpretada da seguinte forma:

> designa muito mais do que uma influência e inclui muito mais do que o uso perpétuo da violência repressiva. A hegemonia é exercida sobre toda a sociedade, cultura e conhecimento incluídos, geralmente por sujeitos interpostos: políticos, personalidades, partidos, mas muitas vezes também por intelectuais e especialistas. Consequentemente, também exerce sobre as instituições e representações (Lefebvre, 2013, p. 71. Tradução nossa).

Buscamos relacionar o conceito de hegemonia com a produção do espaço, para mostrar como as técnicas e os saberes são utilizados para o processo da sua produção. O espaço urbano, em particular as áreas centrais de produção de conhecimento ou laboral, foram forjados pela lógica dominante e projetada, em grande parte, por urbanistas e engenheiros no qual esse domínio remete ao mesmo tempo as questões técnicas e questões políticas.

Além disso, é preciso analisar as questões em nível político e em termos da técnica. Para o primeiro, trazemos uma colaboração de Henri Lefebvre, ao elucidar que:

> o poder político dispõe de instrumentos (ideológicos e científicos). Ele tem capacidades de ação, podendo modificar a distribuição dos recursos, dos rendimentos, do "valor" criado pelo trabalho produtivo (ou seja, da mais-valia) (Lefebvre, 2008, p. 76).

O poder político, aqui sendo entendido por nós como um aparato público e privado, tem ação direta na organização do espaço social. Planeja-se, assim, onde e de que maneira intervir em um determinado espaço e paisagem, com o objetivo de fortalecer determinada área ou agentes. Em contrapartida a isso, existe a vontade e o desejo do ser humano e de alguns grupos de lutar contra

essas questões que são aplicadas de forma vertical. Jogamos luz à questão subjetiva que os grupos sociais produzem no espaço:

> o "ser humano" (não dizemos "o homem") só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação de publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobre determinando (Lefebvre, 2008, p. 79).

Temos aceitado que o Movimento Hip Hop, na sua complexidade, produz formas contra hegemônicas de atuação no cotidiano. Isso é perceptível analisando os grafismos na paisagem ou interpretando as músicas, as rimas e as poesias. Ao analisarmos apenas a questão racional e urbanística, desconsideramos a complexidade dos atores urbanos com a sua produção espacial. Essa racionalidade tem privilegiado o lucro e a circulação de mercadorias ao longo da sua implementação na sociedade capitalista.

Diante do que foi abordado, podemos entender que o fenômeno urbano que vem se expandindo durantes os últimos anos não produz apenas uma prática espacial, porque como fala o autor:

> o fenômeno e o espaço urbano não são apenas *projeção das relações sociais*, mas *lugar e terreno onde as estratégias se confrontam*. Eles não são, de maneira alguma, fins e objetivos, mas meios e instrumentos de ação (Lefebvre 2008, p. 83. *Itálico do autor*).

Essas questões nos levam a entender que o espaço não é um produto acabado, imparcial e irredutível na sua formulação. Ele está em constante disputa e é palco de diversas lutas sociais.

Ainda que a Zona Portuária/RJ tenha passado por diversas modificações ao longo do tempo, destacamos as intervenções mais

recentes, com o objetivo de relacionar essas diferenças na formação e no processo da construção dos espaços centrais.

A morfologia da área central da cidade carioca é rodeada por morros. Engloba algumas favelas históricas, como o Morro da Conceição, as quais confrontam a tonalidade de harmonia que o Boulevard Olímpico busca trazer. É importante ressaltar que não estamos colocando a favela como um espaço do caos (apesar de não romantizarmos a sua formação); por outro lado, acreditamos ser ela um celeiro da diversidade urbana e cultural da cidade, assim como um espaço de potencialidades por uma outra lógica educacional e cotidiana.

Levando essas questões em consideração, assim como abordamos a "rua", como um espaço da produção contra hegemônica de vivências, trazemos também o espaço da cidade, em uma escala superior à que foi dita antes:

> a grande cidade, monstruosa, tentacular, é sempre política. Ela constitui o meio mais favorável à constituição de um poder autoritário. Nesse meio reinam a organização e a superorganização. A grande cidade consagra a desigualdade. Entre a ordem dificilmente suportável e o caos sempre ameaçador, o poder, qualquer que seja – o poder de Estado – sempre escolherá a ordem. A grande cidade só tem um problema: o número. No seu âmbito necessariamente se estabelece uma sociedade de massas, o que implica a coação sobre essas massas, portanto, a violência e a repressão permanentes (Lefebvre, 2008, p. 86-87).

Os problemas e as mazelas sociais são retratados constantemente por meio de muros, janelas, viadutos e portas nas grandes cidades. A Zona Portuária/RJ é um recorte espacial, mas esse fenômeno está presente em diversas escalas e cidades do Brasil, da América Latina e do mundo. Apesar das suas especificidades de pautas e intervenções, o grafismo surge com essa característica de utilizar os espaços, produzindo assim uma paisagem diferenciada

para se expressar. Não estamos abordando um fenômeno exclusivo de uma grande cidade, mas de uma intervenção que vem ganhando corpo no urbano.

A teoria de que a revolução urbana é um fenômeno planetário, que modifica diferentes paisagens e espaços em detrimento de uma lógica de produção e de circulação, nos parece ser um caminho de análise acertado para os estudos da questão. Assim como a rua e a cidade, que foram colocados como representações do urbano, também trazemos os grafismos para versar sobre essa dinâmica:

> os signos do urbano são os signos da reunião: as coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto, calçada etc.) e as estipulações da reunião (praças, luzes etc.), o que evoca o urbano com mais força? A profusão das luzes, à noite, sobretudo quando se sobrevoa uma cidade – o fascínio das luzes, dos neons, anúncios luminosos, incitações de toda espécie – a acumulação simultânea das riquezas e dos signos (Lefebvre, 2008, p. 109).

Ao abordar "signos da reunião", entendemos como signos do encontro, o qual permite a troca, a celebração, o convívio entre pessoas. Os grafismos na urbe estão presentes tanto nas "coisas" que permitem a reunião, como ruas, quanto nas "estipulações" da reunião, como praças e paredes. O Movimento Hip Hop possui uma dinâmica própria de atuação, mas, assim como outros movimentos urbanos, está carregado de significações e simbolismos.

Podemos relacionar que:

> a cidade se escreve, nos seus muros, nas suas ruas. Mas essa escrita nunca acaba. O livro não se completa e contém muitas páginas em branco, ou rasgadas. E trata-se apenas de um borrador, mais rabiscado que escrito" (Lefebvre, 2008, p. 111-112).

Diante do que foi colocado, é possível pensar que tal assertiva do autor, mesmo que de forma poética, nos dá ferramentas para o

entendimento de que a cidade, como parte do urbano, é um espaço de possibilidades e experiências.

Exclusão Espacial

A Zona Portuária/RJ é um espaço historicamente modificado e (re)formulado por interesses de diferentes tipos de capitais e agentes do capitalismo. A partir desta afirmação, é preciso ressaltar que não temos a pretensão de fazer uma análise histórica desse processo. Devido ao nosso tema e objetivo sobre os grafismos na paisagem, é necessário entender o processo de revitalização da Zona Portuária/RJ que ficou conhecido como "Porto Maravilha"; sendo uma parceria público-privada da Prefeitura do Rio de Janeiro, governada pelo Prefeito Eduardo Paes, efetivada a partir do ano de 2009. A partir disso, sinalizamos como o projeto de revitalização tem forte influência nos murais que foram pintados.

Esse projeto que foi instituído pela Lei Complementar nº 102, de 23 de novembro de 2009 (Rio de Janeiro, 2009), teve relação direta com os megaeventos que ocorreram posteriormente na cidade, como a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), que foram realizados na "Cidade Maravilhosa". Dentre as principais obras do projeto, como consta no site "Porto Maravilha", podemos destacar: demolição do Elevado da Perimetral; construção do Museu de Arte do Rio (MAR); construção do Museu do Amanhã; Via Binário do Porto e Túnel Rio 450; Via Expressa e Túnel Marcello Alencar; Nova Orla Conde; e Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) – o qual este pode ser identificado na Figura 10.

A Zona Portuária/RJ a partir da revitalização foi sendo reconfigurada para atender a interesses de investidores, sendo um dos discursos a melhoria da mobilidade urbana e o adensamento da

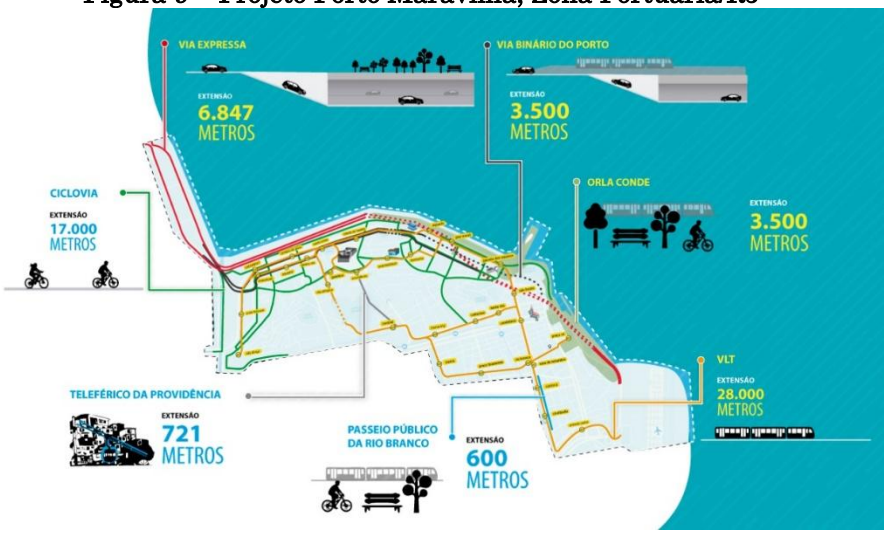
ocupação urbana nas áreas centrais. Entretanto, podemos perceber que os investimentos realizados ocuparam em uma área considerada pequena em comparação à cidade do Rio de Janeiro/RJ.

A proposta de interligar moradia e local de trabalho, bem como de integrar a mobilidade urbana por meio de ciclovias e o VLT, atinge apenas algumas pessoas. Podemos dizer que o espaço foi (re)construído e os geossímbolos na paisagem, como a produção dos murais, produzem alienação ao espaço. Por isso, recorremos à análise do Milton Santos sobre a relação entre mercado e espaço:

> mercado e espaço, forças modeladoras da sociedade como um todo, são conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualadoras, na medida em que são, ambos, criadores de raridade. E como "o mercado é cego", para os fins intrínsecos das coisas, o espaço assim construído é, igualmente, um espaço cego para os fins intrínsecos dos homens. Daí a relação íntima e indissociável entre a alienação moderna e o espaço (Santos, 2020, p. 80).

A relação escondida na frase "o mercado é cego" é exposta por Milton Santos, como produtora de espaços desiguais. Essa produção não leva em consideração as especificidades do ser humano, como por exemplo, a necessidade de sociabilidade. Mas, é pensada para uma lógica de produção e (re)produção de mercadorias e de capitais.

Figura 9 – Projeto Porto Maravilha, Zona Portuária/RJ



Fonte: Porto Maravilha - site, 2022.

Estamos – por meio da domesticação da paisagem – diante de um *marketing* espacial, que utiliza técnicas de harmonização para a manipulação da história e do significado dos espaços. A relação entre a atual produção do espaço e o processo histórico de desigualdade e conflitos acaba sendo negligenciada e apagada de forma processual. A alienação, que Milton Santos aborda no processo de produção do espaço, não acontece de forma rígida ou unificada.

É possível percebermos com a interpretação das paisagens e dos espaços domesticados, que as sutilezas estão presentes por meio de grafismos e códigos. Diante do exposto, nota-se a intrínseca relação que existe na ideia de paisagem como uma criação, ou até mesmo como uma produção, tal como temos caracterizado o conceito de espaço. Este último, visto como um elemento central na relação humana, a partir de diversos fragmentos como o social, o econômico, o geográfico e o histórico, passa por diversas modificações para a sua (re)produção.

Assim, pensar o espaço como algo fechado e dado, excluindo a multiplicidade de atores e fatores que o modificam, é um caminho perigoso, como aponta Henri Lefebvre em "A revolução urbana":

> o espaço e o pensamento do espaço arrastam o pensador para um caminho fatal. Ele se torna esquizofrênico e imagina uma doença mental – uma esquizofrenia da sociedade – sobre a qual projeta seu próprio mal, o mal do espaço, a vertigem mental (Lefebvre, 2008, p. 142).

Nesse trecho, Henri Lefebvre critica a análise do espaço que não leva em consideração a abordagem da sua ideologia. Melhor dizendo, tanto a produção da paisagem quanto a produção do espaço possuem uma determinada lógica de (re)produção social e econômica. Por isso, a análise dos grafites no Boulevard Olímpico, associados com as diversas obras de modernização do Porto Maravilha, está embebida de significados e intenções. Temos o cuidado de não fazer uma leitura rasa sobre o conceito de modernidade, pois acreditamos que poderia escapar do objetivo da pesquisa; mas estamos atentos às diversas interpretações que esse conceito pode ter.

O Projeto Porto Maravilha proporcionou (como contribuiu a citação supra de Milton Santos sobre o mercado e o espaço) a criação de um espaço raridade. A Zona Portuária/RJ, historicamente, sofreu um processo de degradação, sendo associada a diversas mazelas sociais, como moradores em situação de rua, consumo de drogas lícitas e ilícitas, furtos, assaltos e insegurança de uma forma geral. Apesar da sua proximidade com o Centro Histórico do Rio de Janeiro, ainda não tinha passado por um processo que desse uma transformação em sua aparência ou funcionalidade.

Por meio do Projeto Porto Maravilha conseguimos analisar, com a utilização da literatura sobre o espaço, a transformação que determinado ambiente pode sofrer com a intervenção de ordens consideradas distantes ou verticais. O que estamos querendo

ressaltar é que a produção do espaço, apesar de ser produzida em escala local, como é o caso do nosso objeto, ela perpassa diferentes atores e atrizes, até ser pensada, projetada, planejada e executada em um determinado lugar.

Os fatores que influenciam essa produção são diversos, como a localização e a circulação de pessoas, a capacidade de retorno do investimento injetado, a mobilidade (facilidade de chegar ao local), os seus atrativos naturais e artificiais; ou seja, uma teia complexa que acaba sendo imbricada em alguns pontos. Diante disso, entender o espaço como um produto da sociedade e a sociedade como um produto do espaço, nos parece ser o caminho assertivo para a leitura da realidade em que vivemos.

A utilização da ideia de espaço apenas levando em consideração as formas e os números não permite entender a realidade por uma perspectiva crítica. Por exemplo, quando falamos do Projeto Porto Maravilha, estamos pensando em um espaço concebido pela Prefeitura do Rio de Janeiro e setores privados.

Esse espaço concebido como fruto da (re)estruturação espacial, promoveu e promove a segregação de grupos sociais; segregação esta que, utilizando-se de remoções como a da Via Elevado da Perimetral, expulsou dezenas de moradores em situação de rua, além de ambulantes que trabalhavam na área.

Destacamos que a condição de moradores de rua não foi pensada ou estudada, com qualquer intenção de retirarem e darem condições de sociabilidade para tais pessoas. O Projeto Porto Maravilha optou pelo investimento atrativo no centro da cidade, não levando em consideração moradores que já estavam ali em situação de vulnerabilidade social.

Esse espaço projetado, que estamos identificando como excludente por natureza, bem como suas representações espaciais, constituem o que Henri Lefebvre vê como espaço concebido:

> as representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, o espaço de cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas, fragmentadores, engenheiros sociais e até mesmo o de certos tipos de artistas próximos a cientificidade, todos os quais identificam os vividos e os percebidos com os concebidos (o que as especulações Arcanas sobre números perpetuam: o número áureo, módulos, cânones etc.). É o espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção). As concepções de espaço tenderiam (com algumas exceções sobre as quais teremos que regredir) em direção a um sistema de sinais verbais – intelectualmente elaborado (Lefebvre, 2013, p. 97. Tradução nossa).

A racionalidade da sua produção, como aponta o autor, pode ser pensada por artistas para o embelezamento ou como maquiagem para ocultar uma história, como é possível ver nos grafites do Eduardo Kobra. Os espaços centrais são majoritariamente produzidos e (re)produzidos com a lógica do capital. Trabalhamos com a concepção de pensá-los pelo prisma da tríade que Lefebvre produziu: entendemos que analisar o espaço vivido, o das relações sociais, é analisar a sua formação de forma dialética. Assim, a análise não é elaborada de forma binária, onde um se opõe ao outro, mas de forma imbricada no seu processo de construção.

> *os espaços de representação*, ou seja, o espaço *vivido* através das imagens e símbolos que o acompanham, e daí, então, o espaço dos "habitantes", dos "usuários", mas também o de certos artistas e talvez daqueles romancistas e filósofos que *descrevem* e só aspiram a descrever. É o espaço dominado, que é passivamente experimentado, que a imaginação deseja modificar e tomar. Cobre o espaço físico usando simbolicamente seus objetos. Por conseguinte, esses espaços de representação mostrarão uma tendência (novamente com as exceções anteriores) para sistemas mais ou menos coercitivos de símbolos e sinais não verbais (Lefebvre, 2013, p. 98. *Itálico do autor*. Tradução nossa).

Os espaços de representação são vivos. É o espaço que permite a troca generosa entre as pessoas, que produz conhecimentos com origem na cultura popular, é o espaço da vivência. Nesses espaços, a produção da paisagem, como podemos ver na Figura 10, traz organicidade e memória coletiva. São espaços de resistência à ordem hegemônica de produção e circulação social.

Figura 10 – Grafites de representação, Pedra do Sal/RJ



Fonte: Autor, 2021.

Os espaços de lazeres possuem uma função na reprodução social, onde podem ser excludentes ou acolhedores. O exemplo da antes citada Pedra do Sal, visível na Figura 10, busca contar uma história, mostrar relação histórica com a cultura popular do samba por meio da representação do compositor e pintor Heitor dos Prazeres e da mãe-de-santo do Candomblé (religião de matriz africana) Tia Ciata; sendo esta última importante figura para o samba.

Em oposição à organicidade histórica e cultural das paisagens, pode ser percebido como alguns espaços seguem na direção oposta ao do pertencimento de comunidades tradicionais e da cultura popular. Segundo Henri Lefebvre em "Espaço e Política",

> essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (Lefebvre, 2016, p. 47).

Na Figura 11 podemos ver a representação de uma pessoa idosa de povos tradicionais, que não faz relação com o espaço ao seu redor, mas nos mostra como a formulação da paisagem pode ser manipulada e (re)escrita de diversas formas.

Figura 11 – Vigiar, Boulevard Olímpico/RJ



Fonte: Autor, 2021.

Além das questões já elucidadas, podemos perceber a presença de um guarda do VLT, fazendo a segurança do modal e do espaço. Esta vigilância não acontece na Pedra do Sal, o que demonstra como a segurança está sendo pensada de forma seletiva. Temos aqui mais um indicativo do uso diferenciado do espaço público, com influência do setor privado na circulação de pessoas.

Conclusão

O uso do espaço público, em particular na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na última década, possibilita identificar múltiplas manifestações políticas, culturais, identitárias e populares que se intercruzam produzindo relações de poder – e como exemplos podemos citar as rodas de rap, as rodas culturais e o avanço dos grafites no centro do Rio de Janeiro. Essa dinâmica é possível identificar por meio das grafias produzidas no espaço e na paisagem, em específico os xarpis e grafites que vão modificando as percepções urbanas.

Um dos questionamentos iniciais dessa pesquisa é sobre de que maneira os geossímbolos do Movimento Hip Hop e da apropriação da sua identidade podem fornecer ferramentas de identificação da produção de diferentes paisagens na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ. O desdobramento que traçamos é sobre a complexidade que a vida social passa a ter no processo de urbanização neoliberal. Este processo tem relação com a predominância da sociedade urbana nos nossos modos de vida.

Ou seja, a nossa escolha em trabalharmos com os conceitos de espaço e paisagem tem, como uma das influências, o desmistificar da ideia de que eles são imparciais, que não possuem intencionalidades ou que não existe uma ordem hegemônica na sua composição. Essa interpretação pôde ser feita a partir da leitura dos dois mapas de localização e das onze figuras que compõe essa pesquisa.

A parti dessa análise, podemos entender as resistências e existências que existem de forma concreta e simbólica no espaço urbano, ainda que exista uma tendência de apagamento e exclusão daquilo que foge à lógica da revitalização imposta. Diante disso, identificamos que os geossímbolos, representados pelos grafites e

xarpis, podem ser uma forma contra hegemônica ou hegemônica da produção da paisagem urbana.

Referências

BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. Corrêa, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny. **Geografia cultural: uma antologia** (1). – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CARVALHO, João Marcelo de. **Xarpi: um registro sobre a pixação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. – Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: O direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

NUNES, Dennys Henrique Miranda. **Grafites e xarpis: a produção da paisagem na Zona Portuária do Rio de Janeiro (2011-2022)**. 2023.114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

NUNES, Dennys Henrique Miranda. Paisagens: uma breve análise cultural e urbana. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 61, p. 57–95, 2024. DOI: 10.62516/terra_livre.2023.3446. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3446. Acesso em: 9 set. 2025.

NUNES, Dennys Henrique Miranda. Ruas e galerias: uma discussão sobre espaço, arte pública e arte urbana. **Terra Livre**, *[S. l.]*, v. 2, n. 59, p. 621–663, 2023b. DOI: 10.62516/terra_livre.2022.2921. Disponível

em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2921. Acesso em: 9 set. 2025.

OLIVEIRA, Denilson Araujo de; TARTAGLIA, Leandro. Ensaio sobre uma geo-grafia dos graffitis. **GEOgraphia**, Niterói, v. 11, n. 22, 8 fev. 2011, pp. 59-88.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SILVA, Armando. **Atmosferas urbanas: grafite, arte pública, nichos estéticos**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

Recebido para publicação em 11/04/2025

Aceito para publicação em 04/08/2025

A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: DA CIDADANIA IMPERFEITA AO INVESTIDOR MAIS QUE PERFEITO

SOCIAL SECURITY SYSTEM IN THE BRAZILIAN TERRITORY: FROM IMPERFECT CITIZENSHIP TO THE MORE THAN-PERFECT INVESTOR

LA CUESTIÓN DE LA SEGURIDAD SOCIAL EN EL TERRITORIO BRASILEÑO: DE LA CIUDADANÍA IMPERFECTA AL INVERSOR MÁS-QUE-PERFECTO

Caio Zarino Jorge Alves

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

caiokio@gmail.com

Resumo:
Em consonância com a caracterização dos conteúdos normativos como elementos constitutivos (condicionantes e condicionados) do espaço geográfico, este artigo propõe uma análise territorial da questão previdenciária brasileira. Ao articularmos as etapas metodológicas de revisão bibliográfica, levantamento e análise de fontes documentais (leis, regulações e dados sobre previdência social e privada no Brasil), identificamos como três grandes ondas de reformas previdenciárias se interpõem entre os processos de internalização e externalização da política social expressa pelo benefício de aposentadoria em relação ao aparato estatal brasileiro. Enquanto a Constituição Cidadã de 1988 aparece como ponto culminante do longo processo de internalização que articula direito capilarizado com as perspectivas de desenvolvimento e reversão de desigualdades socioespaciais, a proeminência do modelo de previdência privada aberta reflete a externalização da provisão de aposentadoria para os indivíduos sob a mediação de instituições e produtos financeiros seletivos e espacialmente centralizados.

Palavras-chave: seguridade social, fundos de pensão, financeirização, reformas previdenciárias

Abstract:
In line with the characterization of normative frameworks as constitutive elements (both conditioning and conditioned) of geographical space, this article develops a territorial analysis of the Brazilian pension system. By combining a bibliographic review with the collection and analysis of documentary sources (laws, regulations, and data on social and private pension schemes in Brazil), the study identifies three major rounds of pension reforms that mediate the processes of internalization and externalization of social policy expressed in retirement benefits in relation to the Brazilian state apparatus. While the 1988 "Citizen Constitution" stands as the culmination of a long process of internalization that links the right to retirement with development goals and the mitigation of socio-spatial inequalities, the growing prominence of the open private pension model reflects the externalization of retirement provision to individuals, mediated by financial institutions and products that are selective and spatially centralized.

Keywords: social security, pension funds, financialization, pension reforms

Resumen:

En consonancia con la caracterización de los contenidos normativos como elementos constitutivos —a la vez condicionantes y condicionados— del espacio geográfico, este artículo propone un análisis territorial de la cuestión de la seguridade social brasileña. Al articular las etapas metodológicas de revisión bibliográfica, levantamiento y análisis de fuentes documentales (leyes, regulaciones y datos sobre la previsión social y privada en Brasil), se identifican tres grandes rondas de reformas previsionales que se interponen entre los procesos de internalización y externalización de la política social expresada por el beneficio jubilatorio en relación con el aparato estatal brasileño. Mientras la Constitución Ciudadana de 1988 aparece como punto culminante de un largo proceso de internalización que articula el derecho capilarizado con las perspectivas de desarrollo y de reversión de las desigualdades socioespaciales, la prominencia del modelo de previsión privada abierta refleja la externalización de la provisión de jubilación hacia los individuos, bajo la mediación de instituciones y productos financieros selectivos y espacialmente centralizados.

Palabras-clave: seguridad social; fondos de pensiones; financiarización; reformas previsionales.

Introdução[1]

No romance autobiográfico intitulado "Quem matou meu pai", o escritor francês Édouard Louis evidencia os canais comunicantes diretos entre, por um lado, a dimensão estrutural das normas pelas quais o aparato estatal conforma o sistema de seguridade e, por outro lado, a esfera concreta da vida cotidiana da população sobre a qual as macropolíticas territoriais incidem. Ao narrar o adoecimento e envelhecimento de seu pai, reconstitui os nexos entre a esfera do indivíduo crescentemente cerceado do acesso aos serviços de saúde e previdenciários na medida em que o antigo Estado-providência é reformado por meio da externalização de funções sociais e flexibilização de direitos. Diante do fim do reembolso sobre a compra de medicamentos, do cumprimento de jornada de trabalho em situação de adoecimento como requisito para manter auxílios e, enfim, da própria redução da cobertura previdenciária, sentencia: "Hollande, Valls, El Khomri, Hirsch, Sarkozy, Macron, Bertrand [...] a história do seu corpo acusa a história da política" (Louis, 2023, p. 67).

Neste contexto de desestruturação das políticas sociais até então assimiladas pelos Estados nacionais, o filósofo e sociólogo italiano Maurizio Lazzarato (2013) identifica a crescente interposição de instâncias do mercado entre os indivíduos e os serviços sociais básicos como saúde, educação, aposentadoria,

[1] Este trabalho deriva de pesquisa doutoral que contou com financiamento CNPq – Doutorado no País (Processo 142320/2017-0, intitulado "Os fundos de pensão como agentes da financeirização do Estado, das empresas e da rede urbana no território brasileiro"), CAPES/CAPG-BA – Estágio de Pesquisa na UBA/Argentina (Processo n. 88881.141264/2017-01, intitulado "Centros de gestão do território e altas finanças na América Latina) e CNPq – Doutorado Sanduíche no Exterior na VUB/Bélgica (Processo 205494/2018-8, intitulado "Pension funds and the financialization of the State, the urban network and economic agents in the brazilian territory).

moradia e transporte. Como contraparte desta intermediação do mercado, o crescente endividamento da população resulta da extração de recursos na esfera da reprodução das relações sociais de produção (Lefebvre, [1972] 2008) e fundamenta a caracterização da sociedade contemporânea como "fábrica do homem endividado". No bojo das reformas de caráter neoliberal, desestrutura-se o pacto que assegurava a oferta pública de serviços sociais enquanto direitos de cidadania e vetores de desenvolvimento. Em seu lugar, há uma generalização da relação credor-devedor (Lazzarato, 2013) pela qual os recursos da população são drenados sob a forma de "expropriação financeira" (Lapavitsas, 2009).

Diante destes processos gerais, propomos analisar a questão previdenciária[2] no território brasileiro a partir de dois movimentos fundamentais: a) a trajetória de internalização da política social pelo aparato estatal, tendo a Constituição Cidadã de 1988 como marco da articulação entre direito previdenciário, vetor de desenvolvimento e mecanismo de reversão de desigualdades socioespaciais; e b) a externalização da política social expressa, sobretudo, pelas ondas de reformas previdenciárias que culminam na aposentadoria como produto financeiro submetido à capitalização.

Ainda que o primeiro movimento se caracterize por uma "cidadania imperfeita" (Santos, [1987] 2012) diante da não superação plena de entraves estruturais à democratização de acessos a direitos pelo conjunto da população, sua desestruturação parece apontar para a reposição de uma novo protagonismo do mercado na sociedade: se na década de 1980 a figura do consumidor mais-que-perfeito aparecia

[2] Por representar 70% dos benefícios previdenciários no Brasil (Boletim Estatístico da Previdência Social, 2025), nos deteremos especificamente à dimensão das aposentadorias - embora auxílios, pensões e pecúlios também componham o sistema.

como predominante em detrimento da perspectiva cidadã (Santos, [1987] 2012), hoje talvez possamos falar na ascensão de um investidor-mais-que-perfeito em meio ao incremento da importância da lógica, dos produtos e das instituições dos mercados de capitais – em patente financeirização da sociedade e do território (Santos e Silveira, 2001; Contel, 2020).

Ao operacionalizarmos uma metodologia que contemplou as etapas da revisão bibliográfica e do levantamento e análise documental (leis, resoluções e boletins estatísticos da previdência pública e privada), identificamos: a) uma incidência capilarizada da previdência social no território, associada ao circuito inferior da economia urbana[3] (Santos, [1979] 2008; Silveira, 2016) e à perspectiva de reversão de desigualdades socioespaciais; b) o crescimento da previdência privada como expressão da transformação dos indivíduos em "centros de custo e lucro sobre duas pernas" (Blackburn, 2006, p. 39) em decorrência das etapas de reformas previdenciárias que impulsionam o benefício da aposentadoria como produto financeiro seletivo e centralizado pelo circuito superior da economia urbana (Santos, [1979] 2008; Silveira, 2016).

Como partido de método, buscaremos articular centralmente três dimensões: a) a formação socioespacial (Santos, 1977; Silveira, 2014; Alves e Contel, 2024), em que a esfera dos conteúdos normativos se soma à da base material herdada de divisões internacionais do trabalho pretéritas para o estabelecimento de modulações à incidência dos vetores de modernizações no território

[3] No quadro de países de industrialização tardia, destaca-se a conformação de dois circuitos de produção, distribuição e consumo da economia urbana (inferior e superior, além da porção marginal) articulados e diferenciados pelo teor de capital, tecnologia e organização em suas atividades.

brasileiro; b) a dos circuitos da economia urbana (Santos, [1979] 2008; Silveira, 2016) cuja abordagem relacional entre "inferior" e "superior" parece permitir uma mensuração tanto da capilaridade da seguridade social quanto da seletividade da previdência privada no território (Alves, 2020; Alves, 2022); c) a do tensionamento entre o modelo cívico-territorial e o modelo econômico de território (Santos, [1987] 2012), em que os ensaios de cidadania parecem sobrepujados pela generalização da lógica do consumo e, mais recentemente, do investimento (Alves, 2022).

Por meio desta articulação de método, pretendemos apresentar um esforço analítico de longa maturação cujo resultado consiste em uma leitura propriamente geográfica do sistema previdenciário brasileiro, embora em permanente diálogo com outros campos do saber debruçados sobre a temática previdenciária a partir de variados enfoques, métodos e abordagens (Malloy, 1986; Grün, 2005; Jardim, 2007; Marques *et al.*, 2009; Almeida, 2010; Silva, 2011; Datz, 2013; Santana, 2017; Brandão, 2017; Lazzarini, 2018; Fagnani, 2019; Figueiredo, 2021).

Tais objetivos, metodologia e resultados são apresentados de acordo com uma estrutura de texto dividida em outras quatro partes que, além desta introdução e das considerações finais, contemplam os debates relativos à/ao: I – recuperação panorâmica da longa trajetória de internalização da política social pelo aparato estatal brasileiro; II – Constituição Cidadã de 1988 e a previdência social como direito capilarizado no território; III – financeirização da vida cotidiana como impulso à previdência privada; IV – trajetória de reformas previdenciárias brasileiras como gênese do investidor mais-que-perfeito.

A longa internalização da política social pelo aparato estatal brasileiro: CAPs, IAPs e INSS

Sem a intenção de apresentar uma análise pormenorizada da gênese e desenvolvimento do sistema previdenciário brasileiro (objetivo este a ser desdobrado em outros artigos), nesta seção buscaremos reconstituir os principais atributos do arranjo político-institucional que alicerça a seguridade social no contexto prévio à promulgação da Constituição Cidadã de 1988.

Como contexto geral deste processo, temos o curto-circuito na divisão internacional do trabalho derivado tanto das duas Guerras Mundiais quanto da Crise de 1929 com epicentro na Quebra da Bolsa de Nova York. Ponto de inflexão para a doutrina liberal até então predominante, a metade do século XX é marcada por experiências de planejamento econômico e territorial em que o Estado é convocado a conduzir, na periferia e semi-periferia do sistema-mundo, processos de industrialização substitutiva de importações com o objetivo de desenvolver as forças produtivas. Neste quadro de transformações, a política social antes externa ao aparato estatal passa a ser assimilada por estruturas internas de normatização, supervisão, fiscalização, gestão e financiamento estatal.

Assim, nota-se ao longo do século XX uma crescente complexificação da estrutura de seguridade no país; composta pelas seguintes principais etapas:

a) Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs): regulamentadas em 1923 pela Lei Eloy Chaves, previam a normatização, supervisão e fiscalização estatal de entidade com funções previdenciárias para cada empresa de setores identificados como estratégicos (ferroviários, portuários, serviços telegráficos/radiotelegráficos, serviços de força/luz e bondes, mineração, entre outros);

b) Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs):a partir de sua normatização em 1933, adicionaram as funções de financiamento e gestão estatal ao sistema previdenciário agora organizado para cada categoria nacional de trabalhadores de setores estratégicos: marítimos, comerciários, bancários, industriários, servidores, transportes e cargas, estivadores, entre outros;

c) Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) e Instituto Nacional de Previdência Social (INPS): formados respectivamente em 1960 e 1966, apontam para um esgotamento do sistema previdenciário que se manteve praticamente "intacto" (Malloy, 1986, p. 86) nas três décadas em que se articulou com arcabouço trabalhista engendrado na Era Vargas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A nova formatação representa tanto uma padronização dos benefícios quanto uma unificação administrativa.

Ainda que aponte para uma maior e crescente robustez do aparato estatal nacional em termos de assimilação da política social, a unificação administrativa sob um único instituto e a padronização de benefícios (pecúlios, auxílios e pensões) ainda não se consolida como direito de cidadania no contexto do regime militar. Em vez disso, repõe-se o caráter social e espacialmente seletivo da incidência das proteções trabalhistas e previdenciárias na medida em que abrangem apenas as frações da população inseridas no circuito superior da economia urbana (Santos, [1979] 2008).

Por um lado, destaca-se a inserção populacional seletiva pela produção e consumo em atividades com elevado teor de técnica, organização e capital vinculado ao emergente quadro de vida urbano-industrial em sua faceta direta e propriamente "moderna/avançada"

– seja na Região Concentrada[4] (Santos e Silveira, 2001) ou como enclaves em variadas regiões metropolitanas do país. Como contraface deste mesmo processo, amplos setores populacionais vinculam-se ao circuito inferior da economia urbana (Santos, [1979] 2008) por meio de atividades intensivas em trabalho, porém com baixo teor de capital, técnica e organização, sem estabilidade, vínculo empregatício e garantias. Soma-se a este quadro a situação do trabalho e da aposentadoria rural, ainda não abrangidas pela CLT nem pelo INPS.

Superações no sentido da universalização e capilarização da cobertura previdenciária no território ocorrerão apenas no processo de redemocratização – conforme veremos em detalhes no próximo tópico. Em 1990, é criado o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a partir da fusão entre o INPS e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS). Com a definição constitucional do Orçamento da Seguridade Social, sua arrecadação passa a ser feita pela Receita Federal enquanto a administração é operada pelo INSS e a execução é viabilizada pelo Tesouro Nacional. Como parte dos desdobramentos da Constituição Cidadã, o INSS passa a contemplar também a aposentadoria rural como direito previdenciário de tipo especial – superando a condição de benefício assistencial oriundo do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL).

Permeados pelo contexto de crescente tensionamento entre diretrizes de desenvolvimento nacional, por um lado, e de neoliberalização, por outro, a perspectiva de avanço na consolidação

[4] Compreendida pelos estados das regiões Sul e Sudeste, caracteriza-se pela maior densidade e contiguidade com que se apresentam as variáveis de técnica, ciência e informação no ambiente construído.

da previdência social passa a ser nuançada pelo concomitante impulsionamento da previdência privada por meio de ondas de reformas previdenciárias.

Constituição cidadã: as bases da previdência como direito capilarizado no território

Ao final da década de 1980 e início da década de 1990, a consolidação de um setor previdenciário híbrido, composto pela previdência social (pública, compulsória, baseada na solidariedade intergeracional e no regime de repartição simples) e pela previdência complementar (privada, facultativa e baseada no regime de capitalização) refletia as contradições e tensionamentos sociais e políticos pelos quais passava o país. De um lado, as forças do campo progressista, cujas pautas foram represadas ao longo do regime autoritário de duas décadas, reivindicavam garantia de direitos sociais geradores de demanda agregada (renda, emprego, consumo) e, enfim, desenvolvimento. De outro lado, a emergência do campo neoliberal se pautava por políticas de liberalização, desregulação e privatização como condições para um crescimento econômico baseado na atratividade de capitais estrangeiros.

Diante de um cotidiano impactado pela instabilidade econômica, pela perda do poder de compra possibilitado pelo salário e pela crescente articulação política de setores da sociedade civil organizada, a superação da Constituição de 1967 por uma nova Carta Magna em 1988 teve caráter transversalmente progressivo. Denominada de Constituição Cidadã por referendar o acesso da população aos serviços públicos fundamentais como direito de cidadania, este documento se inicia com a caracterização do país como Estado democrático de direito cujos fundamentos residem na soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais

do trabalho e da livre iniciativa e, por fim, pluralismo político (Art. 1º).

Sob inspiração da social-democracia europeia, se constitucionaliza, então, a dimensão social a ser operada pelo Estado brasileiro concomitantemente como mecanismo de proteção social, instrumento de desenvolvimento e estrutura de superação da extrema desigualdade de renda no país. Para tanto, foi estabelecido que o Estado mobilizaria ao mesmo tempo a dimensão da oferta (ao se constituir em vetor de desenvolvimento por meio de investimento público) e a esfera da demanda por consumo (ao se projetar como agente de redistribuição de renda).

Para garantir a elevada cobertura dos benefícios e a operacionalização (em termos de contabilidade pública) da seguridade enquanto instrumento de desenvolvimento e mecanismo de proteção social, esta Carta Magna referendou a estrutura de custeio tripartite composta pelo trabalhador, pelas empresas empregadoras e pelo Estado. Em primeiro lugar, à União cabe a contribuição a partir de impostos recolhidos do conjunto da sociedade e direcionados à Seguridade Social[5] mediante balizas da Lei Orçamentária Anual, tendo também a incumbência de corrigir insuficiências decorrentes do pagamento de benefícios da previdência social (Capítulo II). Em segundo lugar, ao trabalhador corresponde tanto a contribuição indireta por meio do pagamento de impostos diversificados quanto direta via aplicação de alíquota sobre o salário (Capítulo III). Por fim, em terceiro lugar as empresas participam do custeio com percentuais sobre o total das remunerações.

[5] Destacam-se: o Programa de Integração Social e Programa do Patrimônio do Servidor Público (PIS-PASEP), a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Assim constituído a partir do regime de repartição simples e filiação obrigatória calcado na solidariedade intergeracional, os benefícios previdenciários e assistenciais que transferem renda e formam demanda via Regime Geral de Previdência Social (RGPS) se somam aos investimentos públicos em serviços universais que geram empregos diretos (por exemplo, os de saúde) como vetores de desenvolvimento assentados no princípio de que "o gasto público é receita do setor privado" (Rossi, Dweck e Arantes, 2018, p. 18). Portanto, na medida em que se realiza enquanto mecanismo de proteção social, a seguridade social também se projeta enquanto instrumento de desenvolvimento via redistribuição de renda, redução das desigualdades e estímulos anticíclicos em período de crises.

Segundo Fagnani (2019, p. 69), a "capacidade tanto de geração de renda quanto de distribuição nos períodos de crise, quando a renda do trabalho está em recessão" (Fagnani, 2019, p. 69), se sustenta na estabilidade do pagamento dos benefícios previdenciários estruturados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em sua dimensão urbana e rural.

Além do dado anticíclico, a previdência social possui um caráter redistributivo[6] expresso pela mobilização de políticas sociais pelo Estado para atuar no sentido da reversão de assimetrias de renda geradas na esfera produtiva. Uma das maiores expressões deste mecanismo parece residir na natureza específica da previdência rural: finalmente incorporada à previdência social ao final do século XX, seu modelo predominante se financia por alíquota

[6] No contexto latino-americano, o Brasil vai de país mais desigual sob o critério de renda do trabalho/do capital para a sexta menor desigualdade quando considerados os gastos públicos com aposentadorias, transferências de renda e serviços universais (CEPAL, 2015).

incidente sobre comercialização de produto rural (em vez de contribuição individual), contempla agricultores familiares, pescadores artesanais, seringueiros, quilombolas rurais, indígenas, e a quase totalidade dos 9,5 milhões de benefícios correspondem ao valor de um salário-mínimo distribuídos em municípios de pequeno porte.

Ao incidir em pequenas municipalidades, a renda previdenciária tende a fomentar o consumo em comércios e serviços vinculados organicamente ao meio construído e à dinâmica cotidiana local, por meio da intensividade do fator trabalho, mas com baixos teores de técnica, capital e organização incorporadas aos processos de produção e distribuição – dados que caracterizam o circuito inferior da economia urbana (Santos, [1979] 2008). Em 2016, por exemplo, "mais de dois terços do valor total dos benefícios rurais foram destinados a municípios de até 50 mil habitantes, o que significa uma injeção de R$ 5,6 bilhões na economia desses pequenos municípios" (Valadares e Galiza, 2016, p. 50).

Para alcançar essa população residente em pequenos municípios dispersos territorialmente, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) utiliza tanto estruturas mais rígidas das Agências da Previdência Social (APS) quanto meios flexíveis (PREVBarcos e PREVmóvel) para chegar em pontos do território distantes das bases fixas. Dessa forma, dinamiza a economia política de pequenas cidades a partir de seus comércios e serviços de base local e uso cotidiano por população vinculada ao circuito inferior. Nesse caso, a flexibilidade logística e operacional do Estado para garantir o direito de seguridade social destina-se à população permeada pela flexibilidade tropical (Santos, 1996 [2008], p. 324) como expressão da adaptabilidade à escassez de recursos e

diversidade de funções maleabilizadas a partir do meio construído imediato, em relação mais horizontal com agentes cujo cotidiano é compartilhado.

Esse mesmo efeito redistributivo da previdência social (cuja importância pode se elevar ainda mais em contexto de crises econômicas, como a registrada em meio a pandemia de covid19) pode ser detalhado quando são considerados critérios de PÌB per capita e demografia para qualificar a participação de determinados tipos de municípios em relação, por um lado, à arrecadação para o sistema de seguridade e, por outro lado, ao recebimento de benefícios previdenciários (França, 2019).

Sob o critério do PIB per capita, a faixa dos municípios que apresenta os resultados mais elevados é justamente aquela em que a arrecadação para o sistema previdenciário supera os benefícios recebidos. Por outro lado, a faixa de municípios em que o PIB per capita é mais reduzido é também onde não apenas o recebimento de benefícios previdenciários supera a arrecadação para o sistema, mas também onde a participação desses benefícios é a maior em relação ao PIB.

Desses dados sistematizados pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) depreende-se que quanto menor o PIB do município, maior será a participação do sistema previdenciário por meio do recebimento de benefícios em vez da arrecadação. Assim como quanto maior o PIB do município, maior será a importância da arrecadação desse para o sistema previdenciário (França, 2019).

Na dimensão demográfica dos municípios a lógica é também similar: tem-se apenas os municípios com mais de 100 mil habitantes como a faixa em que a arrecadação para o sistema previdenciário

público supera o recebimento de benefícios na ordem de 0,2% do PIB; ao passo que nos municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes, o recebimento de benefícios previdenciários supera a arrecadação em magnitude equivalente à 7,5% do PIB (França, 2019).

Dessa forma, os dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil apontam não apenas para a centralidade dos benefícios previdenciários nos municípios brasileiros com menores PIB, mas também para a "importância da previdência social na redistribuição de renda para os habitantes das cidades menos populosas" (França, 2019, p. 27). Tem-se, portanto, "uma redistribuição intermunicipal progressiva da renda, pois asseguram um fluxo de renda de municípios mais ricos – essencialmente urbanos –, para municípios mais pobres – essencialmente rurais" (Valadares e Galiza, 2016, p. 51).

Como catalisador de seu caráter anticíclico relativo à natureza do benefício da aposentadoria pública enquanto direito universal garantido pela Constituição de 1988, a previdência social parece apresentar ainda uma lógica de capilaridade territorial que tende a se opor à urbanização corporativa centralizadora de recursos públicos e privados em níveis mais altos da hierarquia da rede urbana. Em outras palavras,

> os efeitos positivos da previdência para redução das desigualdades regionais não têm o simples caráter de transferências de recursos de municípios mais ricos para municípios mais pobres sob intermediação da política previdenciárias, mas operam, sob outro ponto de vista, na contramão da dinâmica historicamente desigual de alocação de recursos públicos nas regiões do país. (Valadares e Galiza, 2016, p. 55).

Ainda que possa haver limitações tanto na mensuração de desigualdades socioespaciais por meio da utilização do PIB per capta como variável quanto na utilização da metáfora de "transferências de recursos de municípios", os trabalhos mencionados demonstram com solidez o processo de circulação de recursos entre moradores de municípios onde a arrecadação é maior (empregos estáveis mais bem remunerados como base para contribuições maiores e ao longo de maior período) para residentes de municípios em que a arrecadação é menor – sob intermediação do INSS, Receita Federal e Tesouro Nacional.

Pelo quadro geral acima exposto, entendemos que a efetivação da previdência social como direito, mecanismo de proteção social e instrumento de desenvolvimento (conforme arranjo engendrado pela Constituição Cidadã) pressupõe como fundamental a dimensão do território brasileiro. Ainda que históricas desigualdades regionais não tenham sido superadas e se reponham sob novas feições a cada modernização, acreditamos que o alcance da previdência social deriva, em grande medida, da capilaridade territorial pela qual o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) operacionaliza os benefícios de aposentadoria no país e, assim, pode se constituir em referência de política pública articulada pela dimensão do uso do território.

Financeirização da vida cotidiana: o impulso à previdência privada

Como paradigma geral, o processo de externalização da política social pelo aparato estatal avança no último quarto do século XX, em patente desestruturação do arranjo que a situava como direito, vetor de desenvolvimento e mecanismo de reversão de desigualdades. Parte integrante da doutrina neoliberal, vê-se ganhar

impulso a tese segundo a qual os déficits fiscais e defasagens orçamentarias derivariam da canalização de recursos para instâncias como infraestrutura urbana, transporte, moradia, saúde, educação e aposentadoria. Para o caso específico da questão previdenciária, o anúncio da limitação orçamentária e fiscal é somado ainda ao fenômeno do envelhecimento da população como fator de desequilíbrio entre as pontas da arrecadação e dos benefícios do sistema de previdência pública.

Neste contexto, desfigura-se a atuação estatal por meio dos investimentos públicos e da previdência social. Em vez de atuar como disparador de circuitos virtuosos geradores de emprego, renda, consumo e crescimento via geração de demanda agregada no mercado interno, caberia ao Estado Nacional a partir de então promover um ambiente atrativo de investimentos para o capital internacional.

Para conformar a almejada "porosidade territorial" (Arroyo, 2006) atrativa aos "fluxos transfronteiriços do território" (O'Brien, 1992), operacionaliza-se um "recuo do Estado" (Clark, 2000), ou "*state downsizing*" (Peck e Tickell, 2002), nas dimensões específicas dos investimentos produtivos e dos serviços públicos viabilizadores da reprodução da força de trabalho. Parte deste mesmo processo, há um reforço da atuação estatal para operacionalização de outras dimensões específicas: amplas medidas de desregulamentação, liberalização e privatização, além do resgate de instituições financeiras em contexto de crise. Em outras palavras, "não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante" (Santos, 2001, p. 66).

No bojo destas amplas reestruturações promovidas no arranjo político-institucional que sustenta a atuação do Estado na sua interface com a economia, a sociedade e o território, o corte dos sistemas de previdência social associado ao estímulo à previdência privada é apresentado como solução tanto para a redução dos investimentos públicos quanto para a anunciada inexistência de fundos públicos capazes de serem convertidos em investimentos em infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Como resultado sensível e concreto da financeirização da vida cotidiana (Leyshon e Thrift, 2007), a aposentadoria passa a ser enquadrada como "um problema técnico a ser resolvido pelo indivíduo, que calcula, abraça e assume o risco do mercado financeiro por meio de práticas de investimento durante sua vida profissional"[7] (Langley, 2006, p. 931). Conforme comenta Grün (2005, p. 25), "o resultado desse sistema de forças é a tendência internacional a aceitar a capitalização como solução e a repartição como problema. [...] no tratamento da questão previdenciária a sociedade é obrigada a se haver com os mercados financeiros e a acatar ou não seus ditames". Ou, em termos mais sintéticos, "transforma o problema social da previdência [...] num problema individual, solucionado pela criação ou fortalecimento dos fundos e planos de pensão privados" (Grün, 2005, p. 27-28).

No contexto em que massivas poupanças dos trabalhadores são canalizadas para fundos de previdência privada, configura-se uma forte pressão no lado da demanda por novos produtos financeiros por meio dos quais tais recursos possam ser

[7] "a technical problem to be solved by the individual, who calculates, embraces, and bears financial market risk through investment practices during his or her working life" (Langley, 2006, p. 931).

transformados em ativos rentabilizáveis. No lado da oferta, o fenômeno da securitização (Leyshon e Thrift, 2007) possibilita a transformação de qualquer fluxo estável de renda (hipotecas, cartão de crédito, dívida estudantil, entre outros) em título negociável no mercado de capitais, ampliando a possibilidade de diversificação de portfólio por parte dos investidores institucionais.

Diante do caráter transversal assumido pela finança na contemporaneidade, a financeirização como configuração da atual do modo de produção capitalista não se apresenta apenas pela dimensão econômica (taxa de juros) ou político-normativa (novas regulações), mas atravessa a sociedade e o espaço em suas variadas dimensões (Estado, empresas, indivíduos) e escalas (local, nacional, global). Temos, então, a financeirização como "a crescente dominância de atores, mercados, práticas, medidas e narrativas financeiras em várias escalas, resultando na transformação estrutural de economias, firmas (incluindo instituições financeiras), estados e famílias"[8] (Aalbers, 2017, p. 3).

Dessa forma, a caracterização do período atual como "capitalismo de fundos de pensão" (Clark, 2000) reflete a profunda imbricação da previdência privada com a financeirização neoliberal. Nesta configuração, verifica-se uma potencial substituição da previdência social pelos regimes complementares privados em que as contribuições dos indivíduos são rentabilizadas nos mercados de capitais por meio da tomada de decisão sobre composição de portfólios por parte de gestores de ativos especializados. Como resultado, o processo de tomada de decisões sobre investimentos

[8] "the increasing dominance of financial actors, markets, practices, measurements, and narratives, at various scales, resulting in a structural transformation of economies, firms (including financial institutions), states, and households" (Aalbers, 2017, p. 3).

realizados por tais gestores ganha centralidade para as dinâmicas socioespaciais contemporâneas devido, sobretudo, aos elevados montantes de recursos agregados.

Reformas previdenciárias: a longa externalização da política social pelo aparato estatal brasileiro

Já no contexto da promulgação da Constituição de 1988, a tese do "país ingovernável" em função do comprometimento orçamentário com política social foi reivindicada pelo então presidente José Sarney (Fagnani, 2019, p. 71). De forma cíclica ao longo das décadas seguintes, esse discurso justificou a implementação de reformas previdenciárias que obstaculizam o acesso ao alicerce público do sistema ao mesmo tempo em que estimulam a adesão à previdência privada. Em outros termos, a "retomada das reformas liberalizantes" (Fagnani, 2019, p. 120) da década de 1990 derivou do discurso institucional de insustentabilidade das contas públicas sobrecarregadas por políticas de seguridade social e, assim, repercutiu em uma nova estrutura previdenciária do país (Reis, 2002, p. 16).

Descolada, portanto, da concepção segundo a qual o Estado Social teria o compromisso de superação das desigualdades por meio da articulação entre garantias orçamentárias para a política social e o estabelecimento de circuitos virtuosos de geração de empregos, renda, formação de demanda e desenvolvimento nacional, as reformas previdenciárias fundamentam-se, em princípio, pela desfiguração da diretriz constitucional de custeio tripartite da seguridade. Ao se desconsiderar que o Estado participa do financiamento deste sistema por meio dos impostos sociais criados

para tal função[9] (como o CSLL e o Cofins), um quadro de anunciado déficit das contas públicas é mobilizado na defesa da transição da previdência social para o modelo privado.

Em termos de regime de custeio e de financiamento previdenciário, a previdência privada apresenta diferenças estruturais em relação à previdência pública: em oposição ao regime de repartição simples, baseado na solidariedade intergeracional, estrutura-se o regime de capitalização. Neste, as contribuições oriundas da população são aglutinadas em fundos de investimento geridos por instituições financeiras especializadas na tomada de decisão sobre portfólio de ativos com o objetivo de obter retornos que satisfaçam a demanda futura de benefícios previdenciários.

Caracterizado, então, pelo formato de poupanças previdenciárias rentabilizadas no mercado de capitais, o regime de capitalização é apresentado, desde sua regulamentação na década de 1970, como alternativa para tendencialmente substituir a previdência pública – tida como dispendiosa, disfuncional e deficitária.

Se o regime de capitalização representa uma forma de atuação comum aos dois tipos de entidades de previdência privada, a diferenciação entre os fundos fechados (fundos de pensão) e abertos se explicita por distintas inserções na economia nacional e interações com o universo do trabalho. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) destinam-se à adesão exclusiva de empregados de empresas denominadas patrocinadoras ou membros

[9] Medidas como a criação do Fundo Social de Emergência (FSE)/1994, posteriormente Fundo de Estabilização Fiscal (FEF)/1996, e Desvinculação de Receitas da União (DRU)/a partir de 2000 permitiram a captura das receitas obtidas com impostos sociais para aplicações em áreas distintas daquelas constitucionalmente previstas (como a seguridade).

de associações profissionais, classistas ou setoriais denominadas instituidoras. Estes fundos de pensão reivindicam benefícios previdenciários articulados a um mercado de trabalho com vínculos empregatícios estáveis e a uma formação de poupança interna a ser estrategicamente canalizada para atividade produtiva e infraestrutural por meio de "investimentos alternativos"[10].

Já as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) derivam da ação de seguradoras e bancos "oferecendo agressivamente planos individuais para eventuais clientes e insinuando-se como possíveis administradores 'mais eficientes'" (Grün, 2003, p. 10). Nesta configuração, a aposentadoria como benefício previdenciário se apresenta como solução individual por parte de quem alcança renda suficiente para acessar tais planos em um contexto de mercado de trabalho flexível e perfil rentista de gestão de ativos - dissociado de investimentos com potenciais efeitos multiplicadores (emprego, renda, consumo) mediante dinamização do setor produtivo e da infraestrutura.

Estruturado, portanto, de forma híbrida, o sistema previdenciário brasileiro apresenta o alicerce público (filiação compulsória, repartição simples, contribuição tripartite e baseado em solidariedade intergeracional) e o privado (filiação optativa, regime de capitalização) – este, por sua vez, se dividindo entre a previdência fechada (fundos de pensão) e aberta. A seguir, reconstituiremos três etapas de reformas da previdência cuja repercussão (com nuances e particularidades) parece apontar para uma redução da abrangência da previdência pública (aumento do

[10] Diferente dos investimentos tradicionais regidos pela ponderação direta liquidez/retornos/riscos, os investimentos dito "alternativos" apresentam maior interface com o ambiente construído na medida em que buscam alavancar projetos industriais e de infraestrutura (Raimundo, 2002, p. 84-85).

tempo de contribuição, aumento de idade mínima, redução relativa dos benefícios) concomitante ao aumento da projeção da previdência privada.

Ciclo neoliberal de FHC - 1ª etapa de reforma previdenciária

Já em 1998 uma primeira onda de transformações do sistema previdenciário público se estabeleceu sob o Governo de Fernando Henrique Cardoso por meio da Emenda Constitucional n. 20. De maneira sintética, pode-se considerar que esta reforma estabeleceu uma nova combinação de fatores sobre maior idade mínima e maior tempo de contribuição para a obtenção do benefício previdenciário. Além disso, representa desfigurações de ao menos duas diretrizes constitucionais: a) Desvinculação de Receitas da União altera a destinação de recursos obtidos por meio de impostos sociais para a seguridade; b) "desconstitucionalização" do cálculo do benefício estabelecido pela "média dos trinta e seis últimos salários de contribuição" (Art. 202) ao indicar períodos maiores de contribuição por meio de lei complementar.

Além dessas alterações, as leis complementares n. 108 e 109 (2001) apontaram uma importante mudança de enquadramento dos planos geridos pelos fundos de pensão: do predomínio da modalidade de *benefício definido* (BD) para a de *contribuição definida* (CB). Nos *defined-benefit* (DB) ou *final-salary plans* "o empregador assume o risco de que o retorno do investimento possa não ser suficiente para atender aos benefícios garantidos, que são calculados de acordo com uma fórmula prescrita com base no salário final e/ou no tempo de serviço"[11] (Langley, 2006, p. 920). Já nos *defined-contribution* ou

[11] "Contributions to DB schemes are invested in the financial markets on the behalf of workers by trustees and the asset management industry. The employer bears the

money purchase plans "o trabalhador individual é responsável por decidir a escala de suas contribuições e por decidir entre opções de investimento e, em última análise, arcar com o risco de que os retornos não sejam suficientes para fornecer sua renda de aposentadoria"[12]. Dessa maneira, a migração dos planos de *benefício definido* (BD) para os de *contribuição definida* (CD) representava uma substituição da relativa tranquilidade quanto a obtenção de aposentadoria estável.

Vale destacar que nesta mesma década de 1990 os fundos de pensão foram instrumentalizados para aportar recursos e, em última instância, garantir a solvência de operações do Programa Nacional de Desestatização estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aplicado às empresas estratégicas do setor siderúrgico (ex. Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional, Acesita), de mineração (caso da Companhia Vale do Rio Doce), de energia e eletricidade (ex. Light), petroquímico (como a Copesul), aeronáutico (Embraer), entre outros.

Ciclo lulista de inclusão via mercado – 2ª etapa de reforma previdenciária

Já sob o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a Reforma da Previdência de 2003 "primou por retomar exatamente os pontos que haviam sido derrotados da proposta de FHC" (Marques et al., 2009, p. 213) no que se refere, sobretudo, ao regime de aposentadoria dos

risk that returns on investment may not be sufficient to meet guaranteed benefits which are calculated according to a prescribed formula based on final salary and/or period of service" (Langley, 2006, p. 920).

[12] "The individual worker is responsible for deciding the scale of his or her contributions and for deciding between investment options and, ultimately, bears the risk that returns may not be sufficient to provide for his or her retirement income" (Langley, 2006, p. 920).

servidores públicos. Neste sentido, foram aprovados, entre outras coisas: a) o fim da integralidade representada pela correspondência entre o valor do benefício de aposentadoria e o último salário da ativa do servidor (Art. 40; § 3); b) fim da paridade que associava o reajuste do salário do servidor ativo ao reajuste do benefício de aposentadoria do trabalhador aposentado – este último passaria a ser atualizado pela inflação (Art. 40, § 8); c) a previsão de fundo de previdência complementar mediante planos de *contribuição definida* para os servidores que facultarem ter outra fonte de provento além do teto estabelecido pela previdência pública (Art. 40, § 15) – em complemento ao já anunciado na Emenda constitucional n. 20 de 1998.

Nota-se, por tal conjunto de medidas, um impulso à atuação de fundos de pensão (previdência privada fechada) no país. Neste contexto, buscou-se estimular estrategicamente os fundos de pensão de modo que o setor compusesse uma articulação virtuosa entre poupança nacional (alternativa à dependência estrangeira), investimento produtivo (alternativo ao rentismo), geração de emprego (alternativo à flexibilização e precarização), contribuição de longo prazo para planos previdenciários, geração de renda e consumo. Sintetizando tal arranjo político-institucional, o próprio presidente Lula sinalizava uma perspectiva de articulação entre as esferas de mercado e social ao enquadrar os fundos de pensão como "poupança sagrada dos trabalhadores" (Jardim, 2007).

Como parte deste arranjo, destaca-se que nestes mesmos anos 2000 grandes fundos fechados de previdência privada incrementaram suas participações em renda variável a partir de empresas tidas como estratégicas do setor financeiro (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco), de petróleo e petroquímico (Petrobrás), de

alimentação e bebidas (Ambev, Perdigão, Sadia, BrasilFoods, JBS), de metalurgia e siderurgia (Vale do Rio Doce, Usiminas, Caemi, Belgo-Mineira), de telecomunicações (Telemar) e energia elétrica (CEMIG). Além disso, compuseram consórcios para construção de hidroelétricas (como Belo Monte), para obter a concessão de infraestruturas rodoviárias (ex. Rodovia Raposo Tavares), metroviárias (Metrô do Rio de Janeiro), aeroviárias (Santos Dumont/RJ e Cumbica/SP) e de logística (ALL).

Ciclo ultraliberal de Temer e Bolsonaro – 3ª etapa de reforma previdenciária

A partir de 2015, a austeridade fiscal é apresentada como "panaceia" (Carvalho, 2018, p. 97) a estruturar a política econômica do país: medidas como o Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência impuseram condições de instabilidade nos vínculos empregatícios, com efeitos negativos tanto sobre o custeio da previdência pública quanto sobre o crescimento dos fundos de pensão (previdência fechada).

Assentado na perspectiva de generalização da "hipótese da contração fiscal expansiva" (Giavazzi e Pagano, 1990), o ressurgimento da política de austeridade econômica por Alesina e Ardagna (2010) aponta para a perspectiva de reversão do cenário de déficit fiscal no cenário internacional marcado pela crise do crédito *subprime*. Assim, os tradicionais estímulos e investimentos anticíclicos aparecem como superados pelo seu oposto: ajuste fiscal baseado na redução de despesas públicas por meio do corte de investimentos públicos, de políticas de transferência de renda, do sistema de seguridade social e de serviços públicos universais.

Por meio do discurso institucional que estabelece a aprovação de medidas austeras como condição para atração de investimentos estrangeiros constituídos em vetor de geração de empregos, recuperação da atividade econômica e crescimento econômico, foram aprovados:

a) Teto de gastos[13]: ao congelar por 20 anos o montante de despesas primárias do Governo Federal, o então novo regime fiscal se impõe como "austeridade permanente" no país (Dweck, Silveira e Rossi, 2018, p. 48). Sua fragilidade de diagnóstico e prognóstico levaram à substituição destas diretrizes macroeconômicas pelo Arcabouço Fiscal de 2024;

b) Reforma Trabalhista[14]: alteração da Consolidação das Lei Trabalhistas (CLT) no sentido de regulamentar modalidades flexíveis como o trabalho por conta própria/autônomo e intermitente repercute negativamente na arrecadação de recursos para a seguridade social;

c) Reforma da Previdência[15]: alterações como o aumento da idade mínima, aumento de tempo de contribuição, além da própria mudança no cálculo do valor do benefício.

Neste cenário, a previdência privada aberta (de recorte mais "curtoprazista" e com perfil associado a produtos financeiros comuns) se apresentou como alternativa à obstaculização do acesso à benefícios de aposentadoria via previdência pública ou fundos de pensão.

Aposentadoria como produto financeiro: o ponto culminante das reformas

Como expressão da proeminência da lógica e métrica de produtos financeiros na dimensão da seguridade, nota-se que em

[13] Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016.
[14] Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017.
[15] Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019.

2019, pela primeira vez a previdência aberta concentra mais ativos do que a fechada: 50.8% sobre 49.9% (Tabela 1).

Tabela 1 - Brasil: Evolução dos ativos da previdência privada (2010-2025)

Ano	Aberta		Fechada		Total	
	R$ tri.	%	R$ tri.	%	R$ tri.	% do PIB
2010	0.25	30.9%	0.57	70.4%	0.81	20%
2011	0.26	29.9%	0.6	69.0%	0.87	20%
2012	0.33	33.0%	0.68	68.0%	1	21%
2013	0.37	35.2%	0.68	64.8%	1.05	20%
2014	0.43	37.7%	0.7	61.4%	1.14	20%
2015	0.53	42.4%	0.72	57.6%	1.25	21%
2016	0.69	46.3%	0.79	53.0%	1.49	24%
2017	0.81	49.1%	0.84	50.9%	1.65	25%
2018	0.89	49.7%	0.9	50.3%	1.79	26%
2019	1.01	50.8%	0.99	49.7%	1.99	27%
2020	1.08	50.9%	1.04	49.1%	2.12	24%
2021	1.13	50.2%	1.12	49.8%	2.25	26%
2022	1.27	51.6%	1.19	48.4%	2.46	27%
2023	1.46	53.3%	1.28	46.7%	2.74	25%
2024	1.64	55.8%	1.3	44.2%	2.94	25%
2025	1.8	56.8%	1.37	43.2%	3.17	26%

Fonte: Relatórios Gerencial de Previdência Complementar: 2025, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/rgpc>.

Em 2025, o patrimônio da previdência complementar privada no Brasil alcançou a marca de aproximadamente R$ 3.17 trilhões – magnitude que corresponde a cerca de 26% do Produto Interno Bruto (PIB) do país (Relatório Gerencial de Previdência Complementar, 3º tri/2025). Deste total de recursos do setor, estima-se que 56,8% dos ativos estejam concentrados nas Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) enquanto os outros 43,2% reúnam-se nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

Além de concentrar a maior parte dos ativos da previdência privada no país, as entidades abertas reúnem uma fatia ainda maior

do segmento quando consideramos como variável o contingente de população ativa, aposentados e pensionistas a elas vinculados: em 2023, do total de 14.6 milhões de pessoas cerca de 73% estavam associados à entidades abertas – dos quais, 99% eram participantes ativos; ou seja, investidores contribuindo para os fundos com a expectativa de obter rendimentos futuros viabilizadores de benefícios de aposentadoria.

O crescente volume de indivíduos envolvidos direta ou indiretamente com produtos, métricas e lógicas financeiras em seu cotidiano tem na previdência privada um catalisador, mas extrapola o contexto de instituições financeiras (bancos, fundos, corretoras) de tal maneira que conforma um cenário de "banalização da informação financeira" (Nabarro, 2022). Assim, indivíduos tornam-se investidores na articulação entre, por um lado, uma psicosfera que difunde o discurso de potenciais retornos atrativos para aplicações financeiras (de agências de notícias aos '*influencers*' em redes sociais, passando pelas iniciativas de 'educação financeira' e eventos corporativos) e, por outro lado, uma tecnosfera que facilita o acesso a investimentos por parte da população (plataformas e aplicativos). Como parte deste processo, em 2022 há o registro de 4.2 milhões de investidores individuais diretos na B3 (Nabarro, 2022).

Descolado das instâncias próprias do mercado financeiro, a disseminação do modelo de rentabilização de apostas sobre projeções de performances futuras sobre variadas instâncias da vida tem enredado crescentes frações da população na lógica e racionalidade de cassino, segundo a qual poderia se obter retornos elevados a partir de apostas com riscos significativos embutidos sobre comportamentos, resultados e dados futuros. Apenas no mercado regulado de apostas por sites e aplicativos no Brasil foram

registradas apostas de 17.7 milhões de brasileiros correspondendo a R$ 17,4 bilhões no primeiro semestre de 2025 (Ministério da Fazenda, 2025). No final deste mesmo ano de 2025, exaltou-se na imprensa nacional o posto de "bilionária *self-made* mais jovem do mundo" para uma brasileira cofundadora da Kalshi. Anunciada como "plataforma de previsões" e com valor de mercado estimado em US$ 11 bilhões, tal entidade tem como "visão de longo prazo [...] financeirizar tudo e transformas qualquer divergência de opinião em um ativo negociável"[16] – como contou o CEO Tarek Mansour na Future of Global Markets Conference (evento da corporação de *marketing making* Citadel Securities).

Ainda que esta nova configuração da "hipercapilaridade das finanças" (Contel, 2006) se introjete na vida cotidiana dos indivíduos tornados investidores, a gestão e controle da finança que se espraia pelas variadas esferas da reprodução da força de trabalho se dá de forma centralizada por informações corporativas estratégicas (Silva, 2001). No caso da previdência aberta, R$ 1.8 trilhões associados a 14.6 milhões de pessoas passam pela gestão de apenas 44 entidades. Esta concentração de recursos se expressa espacialmente pela centralização destas entidades em pontos seletivos do território especializados na tomada de decisão corporativa sobre investimentos financeiros.

Considerando que as dez maiores entidades de previdência privada aberta representam cerca de 97% dos ativos deste segmento, é reveladora a identificação de que oito destas sedes situam-se na metrópole de São Paulo (Tabela 2). Destas oito, seis (Brasilprev,

[16] "The Long-term vision is to financializes everything and create a tradable asset out of any difference in opinion" (Entrevista de Tarek Mansour na Future of Global Markets Conference).

Caixa, Zurich Santander, XP, BTG, Safra) estão no fragmento do tecido urbano paulistano representado pelo Setor/Quadrante Sudoeste – onde, nas imediações das avenidas Faria Lima, Berrini e Chucri Zaidan, concentram-se sedes de corporações financeiras e informacionais com estratégia de atuação internacionalizada.

Tabela 2 - Brasil: dez maiores entidades abertas de previdência, por ativos (2025)

EAPC	Ativo (bilhões)	Sede
Brasilprev	463.84	São Paulo
Bradesco	404.02	São Paulo
Itaú	340.76	São Paulo
Caixa	202.92	São Paulo
Zurich Santander Brasil	116.6	São Paulo
XP	81.12	São Paulo
Icatu	53.4	Rio de Janeiro
BTG	41.55	São Paulo
Safra	32.09	São Paulo
Sul América	12.86	Rio de Janeiro
TOTAL	1749.16	(97% do total)

Fonte: Relatório Gerencial de Previdência Complementar: 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/rgpc>.

Em comparação com a distribuição dos dez maiores fundos de pensão (Tabela 3), a distribuição das sedes das dez maiores entidades abertas de previdência representa um incremento da seletividade e centralização espacial. Abrangendo cerca de 57% dos ativos dos fundos de pensão, as dez maiores entidades do segmento fechado estão alocadas nas metrópoles de São Paulo (3), Rio de Janeiro (3), Brasília (3) e Belo Horizonte (1). Ou seja, para este segmento a primazia urbana de São Paulo exercida pela hierarquia e especialização deste centro financeiro nas funções de comando e controle territorial por corporações privadas internacionalizadas (Contel e Wójcik, 2019) é relativizada pela incidência de outros centros de gestão do território (Corrêa, 1989) com concentração, por

exemplo, de sedes de empresas estatais (Rio de Janeiro) e de entidades normativas da administração pública federal (Brasília).

Tabela 3 - Brasil: dez maiores fundos de pensão, por ativos (2025)

EFPC	Ativo (bilhões)	Sede
Previ	290.87	Rio de Janeiro
Petros	146.07	Rio de Janeiro
Funcef	127	Brasília
Funcesp/Vivest	50.92	São Paulo
Itau Unibanco	35.66	São Paulo
Valia	32.73	Rio de Janeiro
Banesprev	28.11	São Paulo
Sistel	23.32	Brasília
Postalis	22.42	Brasilia
Forluz	22.29	Belo Horizonte
TOTAL	779.39	(57% do total)

Fonte: Relatório Gerencial de Previdência Complementar: 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/rgpc>.

Enquanto segmento que sobrepujou o dos fundos de pensão (previdência fechada) em termos de ativos nos últimos anos, a seletividade espacial acentuada das entidades abertas na metrópole informacional e onipresente de São Paulo (Santos, [1993] 2009) reforça a tendência do enquadramento da aposentadoria como um produto financeiro pautado pelas métricas de performance típicas do mercado de capitais (ponderação de risco-retorno, curto prazo e busca por liquidez) e, enfim, dissociadas da previdência tanto como direito de cidadania operacionalizado à reversão de desigualdades quanto como dimensão do desenvolvimento e planejamento estratégico.

Em outras palavras, a proeminência atual da previdência privada aberta sinaliza uma primazia da lógica da finança corporativa sobre a dimensão da política social (Lavinas, 2017), cuja expressão no território brasileiro contempla seletivamente: a) o reduzido espectro da população mais diretamente inserida pela

produção e consumo no circuito superior da economia urbana (Santos, [1979] 2008); b) o papel dos serviços avançados (Sassen, 1991; Bassens, 2020) para a centralização do comando e controle do território na metrópole informacional de São Paulo (Cordeiro, 2992; Silva, 2001; Fix, 2007; Contel e Dariusz, 2019; Alves, 2018; Alves, 2019, Alves e Contel, 2024; Alves, 2025), agora corroborado também para a atividade dos gestores de ativos de fundos previdenciários.

Considerações Finais

Neste artigo buscamos apresentar uma análise territorial da questão previdenciária brasileira. Para tanto, trabalhamos com a perspectiva de explicitar as articulações entre, por um lado, a dimensão macro das políticas institucionais, normativas e econômicas que, ao longo dos anos, moldam o acesso ao benefício da aposentadoria no país e, por outro lado, a concretude do território que se apresenta como condição e resultado para a acomodação diferencial dos regimes previdenciários público e privado até alcançar seus beneficiários na dimensão do cotidiano sob mediação de diferentes atributos espaciais (especializações, hierarquias, densidades, rarefações e inserções via circuitos da economia urbana).

Nesta longa trajetória, acreditamos ter identificado um vetor tendencial de transição entre uma perspectiva cidadã de previdência social como direito, revelada incompleta, e a incorporação das lógicas e métricas financeiras para o acesso ao benefício de aposentadoria, evidenciada pela emergente figura do investidor mais-que-perfeito.

Com a externalização dos custos e riscos associados à reprodução da força de trabalho para os próprios indivíduos e a necessidade de recorrer à produtos financeiros para acessar

benefícios previdenciários, generaliza-se a psicosfera segundo a qual o alcance da aposentadoria (e também de serviços de saúde, educação, moradia) depende do êxito no manejo individual de aplicações no mercado de capitais. Se é a performance dos investimentos que determina o grau de acesso dos indivíduos às instâncias básicas da vida cotidiana, estes são transformados em investidores convocados a uma inalcançável perfeição para tomada de decisões em mercados cuja instabilidade, risco sistêmico e a potencial ficcionalização são atributos inerentes.

Enquanto a previdência social articula direito, desenvolvimento e proteção social por meio de capilarização tendencialmente associada ao circuito inferior da economia urbana, de efeitos anticíclicos e de caráter redistributivo, a previdência privada vincula-se tendencialmente à seletividade típica do circuito superior da economia urbana, na medida em que atrela o benefício da aposentadoria à performance de ativos no mercado de capitais por meio da tomadas de decisões centralizadas na metrópole de São Paulo.

Entre a inserção da previdência social como direito de seguridade social garantido pela Constituição Cidadã de 1988 e a proeminência alcançada pela previdência privada aberta ao final do primeiro quarto de século XXI, interpõem-se três ondas de reformas previdenciárias. No decorrer destes mais de trinta anos, passamos de um movimento de internalização da política social pelo aparato estatal brasileiro para uma externalização desta política expressa pela desidratação da previdência social em concomitância com o impulso à modalidade aberta de previdência privada.

Como desafio, desponta a necessidade de repormos a perspectiva cidadã em tempos cujos vetores estruturantes do aparato

estatal são distintos daqueles presentes no momento da constitucionalização do seguro social ao final da década de 1980. Se a não superação de intensas desigualdades socioespaciais evidenciam a permanência da pauta da democratização do acesso às instâncias básicas da reprodução da força de trabalho, esta agenda parece precisar ser enfrentada sob novas condições de proeminência das variáveis financeira e informacional. Para tanto, a dimensão do território usado pode indicar uma abordagem integradora.

Referências bibliográficas

AALBERS, M. Corporate financialization. In: RICHARDSON, D. (Org.). The international encyclopedia of Geography: people, earth, environment, and technology. New Jersey: AAG/Wiley Blackwell, 2017, p. 1-11.

ALESINA, A.; ARDAGNA, S. Large changes in fiscal policy: taxes versus spending. National Bureau of Economic Research, Working paper n. 15438, 2010.

ALMEIDA, M. Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense/UFF, Niterói, 2010.

ALVES, C. Z. J. A formação do complexo corporativo metropolitano de São Paulo baseado na distribuição das sedes dos bancos de investimento (1966-2013). GEOUSP: espaço e tempo, v. 22, p. 96-114, 2018.

ALVES, C. Z. J. Finanças, centros de gestão e complexos corporativos metropolitanos: análise dos fundos de investimento em Buenos Aires e São Paulo. In: Costa, W.; Vasconcelos, D. (Org.). Geografia e geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2019, p. 152-172.

ALVES, C. Z. J. Austeridade como fábula e perversidade: previdência social e privada no território brasileiro sob a pandemia de covid-19. In: ARROYO, M.; ANTAS JR., R.; CONTEL, F. (Org.). Usos do território e pandemia: dinâmicas e formas contemporâneas do meio

técnico-científico-informacional. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 327-352.
ALVES, C. Z. J. Do associativismo à financeirização: previdência privada e fundos de pensão no território brasileiro. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2022.
ALVES, C. Z. J.; CONTEL, F. Financeirização e formação socioespacial: a topologia dos bancos de investimento no Brasil. Geographia (UFF), v. 26, p. 1-20, 2024.
ALVES, C. Z. J. Topologias financeiras em redes urbanas sob reestruturação espacial: lajes corporativas e agências bancárias de FIIs no território brasileiro. GEO UERJ, v. 48, p. 1-20, 2025.
ARROYO, M. M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-amercianos: o papel das finanças. In: LEMOS, A.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. Questões territoriais na América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 177-190.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 15/01/2026.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm . Acesso em: 15/01/2026.
BRASIL. Lei complementar n. 108, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp108.htm . Acesso em: 15/01/2026.
BRASIL. Lei complementar n. 109, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá

outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm . Acesso em: 15/01/2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003. Modifica e revoga artigos da Constituição Federal e da Emenda Constitucional n. 20. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm . Acesso em: 15/01/2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm . Acesso em: 15/01/2026.

BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm . Acesso em: 15/01/2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm . Acesso em: 15/01/2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Panorama Semestral do Mercado Regulado de Apostas de Quota Fixa. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/arquivo/apresentacao_spamf_relatorio-do-1o-semestre_versao-1.pdf . Acesso em: 15/01/2026.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Relatório Gerencial de Previdência Complementar. 3º trimestre, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-

complementar/rgpc/2025/rgpc_2025_3tri.pdf. Acesso em: 15/01/2026.
BRASIL. Ministério da Previdência Social. Secretaria de Regime Geral de Previdência Social. Boletim Estatístico da Previdência Social. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/beps082025_final.pdf . Acesso em: 15/01/2026.
BLACKBURN, R. Finance and the fourth dimension. New Left Review, 29, p. 39-70, 2006.
BRANDÃO, C. A. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. Cadernos Metrópole, v. 19, n. 38, p. 45-69, 2017.
CARVALHO, L. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
CEPAL. Panorama Fiscal de América Latina y del Caribe 2015: dilemas y espacios de políticas. Santiago de Chile: ONU, 2015.
CLARK, G. Pension fund capitalism. Oxford: Oxford University Press, 2000.
CONTEL, F. Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2006.
CONTEL, F. The financialization of the Brazilian Territory: from global forces to local dynamisms. Cham/Switzerland: Springer, 2020.
CONTEL, F. B.; WÓJCIK, D. Brazil's financial centers in the twenty-first century: hierarchy, specialization, and concentration. The Professional Geographer, v.71, n.4, p. 681-691, 2019.
CORDEIRO, H. K. A "cidade mundial" de São Paulo e a recente expansão do seu centro metropolitano. Revista Brasileira de Geografia, v. 54, n. 3, p. 5-26, 1992.
CORRÊA, R. L. Concentração bancária e os centros de gestão do território. Revista Brasileira de Geografia, 51(2), 1989.
DATZ, G. Brazil's pension fund developmentalism. Competition and Change, v. 17, n. 2, p. 111-128, 2013.
FAGNANI, E. Previdência: o debate desonesto. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

FIGUEIREDO, F. P. Miragens do amanhã: previdência e rodadas de neoliberalização no Brasil pós-1988. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 2021.

FIX, M. São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

FRANÇA, A. S. de. A previdência social e a economia dos municípios. Brasília: ANFIP, 2019.

GRÜN, R. O nó dos fundos de pensão. Novos Estudos, 73, p. 19-31, p. 2005.

JARDIM, M. A. C. Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR, São Carlos, 2007.

LANGLEY, P. The making of investor subjects in Anglo-American pensions. Environment and Plannig D: Society and Space, p. 919-934, 2006.

LAPAVITSAS, C. Financialised capitalism: crisis and financial expropriation. Historical Materialism, 17, p. 114-148, 2009.

LAVINAS, Lena. The takeover of social policy by financialization: The brazilian paradox. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

LAZZARATO, M. La fabrica del hombre endeudado: ensayo sobre la condición neoliberal. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.

LAZZARINI, S. Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões. São Paulo: BEI Comunicação, 2018.

LEFEBVRE, H. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1972] 2008.

LEYSHON, A.; Thrift, N. The capitalization of almost everything: the future of finance and capitalism. Theory, Culture & Society, 24(7-8), p. 97-115, 2007.

LOUIS, É. Quem matou meu pai. São Paulo: Todavia, 2023.

MALLOY, J. M. A política da previdência social no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MANSOUR, TAREK. Turning events into assets [Conference Futures of Global Markets]. 2025, 1 video [42min45s]. Publicado pelo canal Citadel Securities. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Qm33FhRJVDg . Acesso em: 15/01/2026.
MARQUES, R. M. *et al.* A previdência social: da Constituição à reforma de Lula. Revista Textos & Contextos, v. 8, n. 2, p. 195-218, 2009.
NABARRO, W. O espaço do mercado de capitais: tecnosfera e psicosfera dos investimentos no território brasileiro. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) -Universidade de São Paulo/UFF, São Paulo, 2022.
PECK, J; TICKELL, A. Neoliberalizing Space. Antipode, 34, p. 380-404, 2002.
RAIMUNDO, L. da Costa. O papel dos fundos de pensão na reconstrução industrial e da infra-estrutura urbana brasileira. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, 2002.
REIS, A. Temas centrais da nova legislação. In: REIS, A. Fundos de pensão em debate. Brasília: Brasília Jurídica, 2002, p. 15-45.
ROSSI, P.; Dweck, E.; ARANTES, F. Economia Política da Austeridade. In: Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, n. 54, p. 81-99, 1977.
SANTOS, M. O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, [1979] 2008.
SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: EDUSP, [1987] 2012.
SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. São Paulo: EDUSP, [1993] 2009.
SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: EDUSP, [1996] 2008.
SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
SANTANA, M. U. Fundos de pensão e estratégia de desenvolvimento nos governos do PT. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, 2017.

SILVA, S. Intersecção de classes: fundos de pensão e sindicalismo no Brasil. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, 2011.

SILVEIRA, M. L. Geografía y formación socioespacial: por un debate substantivo. Estudios Socioterritoriales – Revista de Geografía, n. 16, n. 2, p. 141-168, 2014.

SILVEIRA, M. L. Circuitos da economia urbana na globalização: novas técnicas, novas encruzilhadas. In: LENCIONI, S.; BLANCO, J. Argentina e Brasil: territórios em redefinição. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016, p. 85-107.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M. Previdência rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. Brasília: Instituto de Economia Aplicada/IPEA, 2016.

Recebido para publicação em 17/10/2025

Aceito para publicação em 24/02/2026